UFRJ

A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUITETURA NA CONCEPÇÃO DE EDIFICAÇÕES PENAIS NO RIO DE JANEIRO

Lídia Quièto Viana

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: uma proposta de revisão conceitual na perspectiva das redes de fluxo.

Orientador: Paulo Afonso Rheingantz
Co-Orientadora: Alice de Barros Horizonte Brasileiro

Rio de Janeiro
Março 2009

A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUITETURA NA CONCEPÇÃO DE EDIFICAÇÕES PENAIS NO RIO DE JANEIRO

Lídia Quièto Viana

Orientador: Paulo Afonso Rheingantz
Co-Orientadora: Alice de Barros Horizonte Brasileiro

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: uma proposta de revisão conceitual na perspectiva das redes de fluxo.

Aprovada por:

_____
Prof. Dr. Paulo Afonso Rheingantz [Orientador]
[PROARQ/FAU/UFRJ]

_____
Prof. Dr. Alice de Barros Horizonte Brasileiro [Co-Orientadora]
[DTC/FAU/UFRJ]

_____
Prof. Dr. Giselle Arteiro Nielsen Azevedo
[PROARQ/FAU/UFRJ]

_____
Prof. Dr. Luiz Carlos Menezes deToledo
[UERJ]

Rio de Janeiro
Março 2009

Viana, Lídia Quièto.
A Contribuição da Arquitetura na Concepção de Edificações Penais no Rio de Janeiro/ Lídia Quièto Viana. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.
xi, 303 f.: il.; 31 cm.
Orientador: Paulo Afonso Rheingantz
Co-Orientador: Alice de Barros Horizonte Brasileiro
Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2009.
Referências Bibliográficas: f. 259-267.
1. Arquitetura Penal. 2. Rio de Janeiro. 3. Qualidade do Lugar. 4. Projeto de Arquitetura. I. Rheingantz, Paulo Afonso. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

DEDICATÓRIA

Ao meu querido João Pedro

AGRADECIMENTOS

Aos meus sábios orientadores, por serem acima de tudo, professores com *olhos de ver*, que tanto me ensinaram com a *educação das habilidades e das sensibilidades* e com quem espero poder continuar aprendendo sempre.

Ao Prof. Paulo Afonso Rheingantz, meu orientador, pela orientação constante, segura e incansável – mesmo quando distante –, pelo incentivo, apoio e pela incursão no caminho da *objetividade entre parentesis*.

À Prof. Alice Brasileiro, minha co-orientadora, por ter me acolhido com tanta dedicação na ausência do Paulo, pela orientação e disponibilidade constantes, por sua sensatez, pela compreensão e empatia que estabelecemos e tanto contribuiu nos momentos críticos da pesquisa.

Ao meu eterno professor, William Bittar, por ter despertado a minha curiosidade sobre as prisões, pela ajuda nas pesquisas, principalmente sobre o caso brasileiro, por ter acreditado sempre, por sua presença e amizade constantes.

À CAPES e ao CNPq, pela bolsa de estudos que permitiu maior dedicação à pesquisa.

Ao engenheiro Eduardo König, pelas ricas informações que muito contribuiram para o desenvolvimento do trabalho, mostrando a importãncia da experiência nos projetos das unidades penais.

Ao arquiteto Claudio Taulois, pelo rico material, gentimente cedido, e pelas valiosas informações que muito contribuiram para o desenvolvimento do trabalho.

Ao Prof. Wilson Jorge, pelas informações cedidas.

A todos os funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro e São Paulo, pela contribuição inestimável para o desenvolvimento do trabalho, fornecendo informações que possibilitaram a apreensão e o conhecimento mais profundo de um ambiente tão singular.

À Prof. Giselle Arteiro, que acompanha minhas pesquisas sobre as prisões desde a graduação, pelas observações pertinentes na qualificação, pelo apoio e acolhimento na ausência do Paulo.

À Suzana Martins, por ter possibilitado o acesso a textos raros sobre o tema, indisponíveis para o público.

À Prof. Vera Tâgari, pelo esclarimento de tantas e difíceis dúvidas.

À Prof. Lais Bronstein, pelo rico aprendizado e material cedido.

À Prof. Claudia Krause, pelo apredizado, incentivo e apoio.

À Prof. Claudia Nóbrega pelo material cedido.

Ao Prof. Luiz Carlos Toledo, pelo material cedido e pelas pertinentes observações na qualificação

Às amigas que ganhei do PROARQ, Marise Machado, Patrícia Biasi e Denise Nunes, pela amizade, incentivo, apoio e por compartilharem gentilmente seu conhecimento em nossas ricas discussões.

Ao meu tio e grande amigo, Adeilton Bairral, pela presença constante em minha vida, pelas ricas discussões sobre o trabalho e seus caminhos, pela amizade e apoio.

À minha querida mãe, Neuza Quièto Viana, pelo apoio e carinho de sempre e pela valiosa e incansável ajuda nas traduções e revisões do trabalho.

Ao meu amigo, Amaro Guimarães, pela sua contribuição, carinho e amizade.

A Bernardo Pires Ferreira, pela facilitação no estabelecimento de alguns contatos.

À Maria da Guia, pela paciência e atenção.

Aos demais professores, colegas e funcionários do PROARQ pela troca de experiências.

A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUITETURA NA CONCEPÇÃO DE EDIFICAÇÕES PENAIS NO RIO DE JANEIRO

Lídia Quièto Viana

Orientador: Paulo Afonso Rheingantz
Co-Orientador: Alice de Barros Horizonte Brasileiro

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura**.**

Fundamentado em abordagens derivadas das transformações do pensamento científico contemporâneo: história crítica, tipologia arquitetônica e abordagem experiencial, este trabalho apresenta a evolução da arquitetura penal, no Brasil e no mundo, enfatizando unidades na Cidade do Rio de Janeiro em uso atualmente. Justifica-se pela escassez de pesquisas na área, pelas evidências de crise no sistema penal brasileiro e pela constatação, por profissionais da área, da superficialidade com que o tema vem sendo tratado atualmente em alguns casos. Tem como objetivo principal **determinar de que forma a arquitetura e a concepção do espaço penal podem contribuir na resolução dos problemas atuais das edificações penais, enfatizando o caso do Rio de Janeiro.** Compreendendo que o sistema e espaço penal se constituem a partir de valores culturais, locais e temporais, a pesquisa apresenta as questões relacionadas à prisão, que foram direcionando a sua configuração, a aplicação dos modelos e tipologias e suas transformações, a evolução no Brasil, o atual sistema penal brasileiro, as diretrizes para a concepção de suas edificações e as contribuições derivadas do entrelaçamento do estudo de projetos, normas, relatos de profissionais da área e experiências em campo. O desenvolvimento da pesquisa trouxe a constatação do ***caráter transdisciplinar*** e da importância do entrelaçamento entre o conhecimento técnico, acadêmico e prático na arquitetura penal. Apresenta, como resultado, alguns aspectos do espaço penal onde a arquitetura pode atuar positivamente: segurança, salubridade, humanização do espaço, contribuindo principalmente na finalidade da Instituição: a ressocialização do preso.

Palavras-chave: Arquitetura penal, Rio de Janeiro, Qualidade do Lugar, Projeto de Arquitetura

Rio de Janeiro
Março 2009

ABSTRACT

THE CONTRIBUTION OF ARCHITECTURE IN CONCEPTION OF PENAL BUILDINGS IN RIO DE JANEIRO

Lídia Quièto Viana

Orientador: Paulo Afonso Rheingantz
Co-Orientador: Alice de Barros Horizonte Brasileiro

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura**.**

Based in approaches derived of contemporary scientific though reader: critical history, architectural typology and Experiential Cognition, this work presents the evolution of prison architecture in Brazil and in the world, emphasizing penal units in Rio de Janeiro actually in use.

Justify for the scarcity in researches in this area, in the evidences of penal system crisis, and in the confirmation, of the area professionals, of the superficiality that the theme have been treated actually in some cases. The principal objective is **determinate how the architecture and the conception of penal space can contribute in resolution of actually problems in the penal buildings, emphasizing the case of Rio de Janeiro**. Comprising that the penal system and space is constitute from cultural, local and temporal values, the research presents prison related questions that have been directing its configuration, the application of models and typologies and transformations, the evolution in Brazil, the actual Brazilian penal system, the directresses for the conception of its buildings, and the contribution derived of the interlacement of the study of architectural projects, rules, relates of area professionals and experiences in the place. The development of research brought the confirmation of the **transdisciplinar character** and the importance of the interlacement of the technical, academic and practical knowledge in prison architecture. Present as result, some aspects in penal space where architecture can actuate positively: security, salubrity, and space humanization, contributing principally in the finality of Institution: the prisoner resocialization.

Key-words: Prison Architecture, Rio de Janeiro, Quality of Place, Architectural Planning

Rio de Janeiro
Março 2009

SUMÁRIO

Ficha catalográfica iii
Dedicatória iv
Agradecimentos v
Resumo em português vii
Resumo em inglês viii
Sumário ix
Lista de quadros xi
Lista de Figuras xii

APRESENTAÇÃO xx

INTRODUÇÃO 01

CAPITULO 1 VISÃO DE MUNDO E ESPAÇO PENAL 08
1.1. A Construção do pensamento Contemporâneo 11
1.2. História Crítica 20
1.2.1. Arqueologia do Saber 23
1.2.2. Genealogia do Saber 27
1.3. Abordagem tipológica na Arquitetura Contemporânea 30
1.4. Abordagem Experiencial: transformando a atitude de conhecer 35

CAPITULO 2 – MATERIAIS E MÉTODOS 41
2.1. Aplicação do Conceito de Arqueologia do Saber 44
2.1. Aplicação do Conceito de Genealogia do Saber 45
2.3. Entrevistas 46
2.4. Observação Incorporada 48
2.5. Percurso do Trabalho 50

CAPITULO 3 VISÃO DE MUNDO E CONCEPÇÃO DO ESPAÇO PENAL 52
3.1. Precedentes: condições de existência 54
3.2. Instituição da Pena de Liberdade 72
3.3. Transformações e Ajustes 84

CAPITULO 4 ARQUITETURA PENAL: TIPOLOGIAS E MODELOS 95
4.1. Primeiras experiências 97
4.2. Modelos Penais e Arquitetura 106
4.3. Modelos Penais e suas Variações 129
4.4. Tipologias e Releituras na Arquitetura Penal 136

CAPITULO 5 EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA PENAL NO BRASIL 147
5.1. Período Colonial: precedentes 149
5.2. Império: a visão sanitária 154
5.3. Instituição da República: visão progressista 159
5.4. Transformações Recentes 167
5.5. Linha do Tempo 180
5.6. O Atual Sistema Penal Brasileiro 184

CAPITULO 6 PROJETOS, RELATOS E IMPRESSÕES NO RIO DE JANEIRO 194
6.1. Projetos, Relatos e Impressões 196
6.2. Considerações sobre a Contribuição da Arquitetura 241

CONSIDERAÇÕES FINAIS 250

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 259

ANEXO 1 Fichas de Entrevistas Semi-Estruturadas 268
ANEXO 2 Fichas de Entrevistas Não-Estruturadas 271
ANEXO 3 Relato Experiencial: Bangu IV 276
ANEXO 4 Relato Experiencial: Talavera Bruce 285
ANEXO 5 Relato Experiencial: Unidade Materno Infantil 293
ANEXO 6 Desenho do Talavera Bruce, por uma presa 298

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Desdobramentos do pensamento contemporâneo	10
Quadro 2	Arqueologia do Saber	24
Quadro 3	Genealogia do Saber	28
Quadro 4	Modelo e Tipo	32
Quadro 5	Processo cognitivo	38
Quadro 6	Materiais e métodos	43
Quadro 7	Percurso do trabalho, fundamentos e suas questões	51
Quadro 8	Elementos positivos de projeto em algumas unidades penais no Rio de Janeiro	247
Quadro 9	Objetivos, materiais e métodos e resultados	252

LISTA DE FIGURAS

Figura	Título	Página
	Capítulo 3	
Fig. 01 –	Cidade medieval	57
Fig. 02 –	Nível inferior das prisões, na Escócia	60
Fig. 03 –	Prisão de Pierrefons, Château, França	60
Fig. 04 –	Prisão não identificada, na França	61
Fig. 05 –	Prisão de Newgate, Londres	61
Fig. 06 –	Execução pública, suplício	62
Fig. 07 –	Planta da pequena prisão do arquiteto Joseph Furttenbach,1635	67
Fig. 08 –	Planta da grande prisão do arquiteto Joseph Furttenbach,1635	67
Fig. 09 –	Casa de Correção San Michele, 1705	69
Fig. 10 –	Casa de Correção de Milão, 1775	70
Fig. 11 –	Casa de Força Ghent, 1772	71
Fig. 12 –	Prisão panóptica de Bentham	74
Fig. 13 –	Interior de uma prisão panóptica	74
Fig. 14 –	Prisão Walnut Street, EUA	75
Fig. 15 –	Planta da prisão Walnut Street, EUA	75
Fig. 16 –	Prisão de Cherry Hill, EUA	76
Fig. 17 –	Prisão de Pentonville, Londres	76
Fig. 18 –	Galeria de celas de Auburn	77
Fig. 19 –	Prisão de Fresnes	81
Fig. 20 –	Youth Prison, EUA, 1968	83
Fig. 21 –	Prisão de Blundeston, Inglaterra	86
Fig. 22 –	Bloco de vivência da prisão de Blundeston, Inglaterra	88
Fig. 23 –	*Dayroom*, prisão no Arizona, EUA	87
Fig. 24 –	ADX Supermax, EUA, 1994	87
Fig. 25 –	Penitenciária de Orange, EUA, 1991	88
Fig. 26 –	Supermax, Califórnia	89
Fig. 27 –	Pátio individual, Pelican Bay	89
Fig. 28 –	Prisão de Minnesota, EUA, pátios para banho de sol individual	90
Fig. 29 –	Prisão de Pelican Bay, EUA	90
Fig. 30 –	Prisão privatizada americana	91
Fig. 31 –	Prisão privatizada na Inglaterra, 1997	91
Fig. 32 –	Prisão de Manchester, 1993	92

Capítulo 4

Fig. 33 –	Malefizhaus, Alemanha, 1627	98
Fig. 34 –	Planta do primeiro pavimento, térreo e subsolo da prisão de Kassel, Alemanha, 1720	99
Fig. 35 –	Projeto de um hospital, 1626	101
Fig. 36 –	Hospital dos Inválidos, 1670	101
Fig. 37 –	Biblioteca de Boulée, 1784	101
Fig. 38 –	Projetos de museus, 1778, 1779	101
Fig. 39 –	Terceiro projeto de Newgate, Inglaterra, 1769	102
Fig. 40 –	Casa de Força Ghent, 1772	103
Fig. 41 –	Casa de Força Ghent, 1772	104
Fig. 42 –	Projeto da prisão de Milbank, Inglaterra, 1812	105
Fig. 43 –	Escola de Medicina, Paris, 1771	106
Fig. 44 –	Concert Hall, 1770	106
Fig. 45 –	“Lunatic Tower”, Viena, 1784	107
Fig. 46 –	Hotel-Dieu, França, 1785	107
Fig. 47 –	Projeto de Ledoux, fábrica, 1808	107
Fig. 48 –	Projeto de Durand, biblioteca, 1809	107
Fig. 49 –	Gloucester house, 1789. Planta do segundo pavimento	108
Fig. 50 –	Penitenciária de Virgínia. Planta original de Bugniet, 1765	109
Fig. 51 –	Penitenciária de Virgínia, Richamond, 1803	109
Fig. 52 –	Panóptico de Bentham, 1791	111
Fig. 53 –	Edinburgh Bridewell, 1791	112
Fig. 54 –	Edinburgh Bridewell, 1791	112
Fig. 55 –	Penitenciária do Ocidente, EUA, 1833	113
Fig. 56 –	Projeto para hospital, 1720	120
Fig. 57 –	Projeto para Hotel-Dieu, 1774	120
Fig. 58 –	Planta da Penitenciária de Cherry Hill, 1822	116
Fig. 59 –	Penitenciária de Cherry Hill, 1822	117
Fig. 60 –	Prisão de Pentonville, Londres	118
Fig. 61 –	Corte da galeria de celas de Pentonville.	119
Fig. 62 –	Ponto central de Pentonville.	119
Fig. 63 –	Capela da Penitenciária de Pentonville	119
Fig. 64 –	Planta da Penitenciária Nacional do México	120
Fig. 65 –	Pátios individuais da Penitenciária Nacional do México	120
Fig. 66 –	Galeria de celas e torre central (ao fundo) da Penitenciária Nacional do México	120
Fig. 67 –	Planta da Prisão de Auburn	121
Fig. 68 –	Galeria de celas da Prisão de Auburn	121
Fig. 69 –	Prisão de Sing Sing, EUA, 1826	122

Fig. 70 –	Galeria de celas da Prisão de Sing Sing, EUA, 1826	122
Fig. 71 –	Planta da Penitenciária de Ohio, EUA, 1834	123
Fig. 72 –	Prisão La Santé, França, 1862	124
Fig. 73 –	Prisão Rendsburg, Alemanha, 1870	124
Fig. 74 –	Fachada do Greenwich Hospital, Inglaterra, 1696	124
Fig. 75 –	Planta do Greenwich Hospital, Inglaterra, 1694	125
Fig. 76 –	Perspectiva da Colônia Mettray, França, 1840	125
Fig. 77 –	Planta da Colônia Mettray, França, 1840	126
Fig. 78 –	Herbert Hospital, 1860	126
Fig. 79 –	Hospital para crianças, 1872	126
Fig. 80 –	Wormwood Scrub Prison, Inglaterra, 1874	127
Fig. 81 –	Prisão de Fresnes, França, 1898	128
Fig. 82 –	Prisão de Fresnes, França, 1898	128
Fig. 83 –	Capela da Prisão de Fresnes, França, 1898	128
Fig. 84 –	Prisão de Minnesota, 1914	131
Fig. 85 –	Eastern State Penitentiary da Pensilvânia, 1927	132
Fig. 86 –	Prisão Lewisburg, EUA, 1927	132
Fig. 87 –	Instituição Correcional de Ohio, EUA, 1955	133
Fig. 88 –	Prisão na Angola, 1955	134
Fig. 89 –	bloco em “T”, Blundeston	135
Fig. 90 –	bloco linear, prisão de Minnesota	135
Fig. 91 –	Foto aérea de Stateville, EUA, 1916	135
Fig. 92 –	Bloco de celas de Stateville, EUA, 1916	135
Fig. 93 –	Entrada do módulo de vivência, Pelican Bay *supermax*	137
Fig. 94 –	Posto de observação do módulo de vivência, Pelican Bay *supermax*	137
Fig. 95 –	Tipologias de estabelecimentos penais	138
Fig. 96 –	Unidades Fleury Mérogis, França, 1967	139
Fig. 97 –	Fleury Mérogis, França, 1967	139
Fig. 98 –	Bloco de oficinas e bloco de celas ligado ao corredor, Fleury Mérogis, França, 1967	140
Fig. 99 –	cela, Fleury Mérogis, França, 1967	140
Fig. 100 –	Prisão de Feltham, Inglaterra, 1975	141
Fig. 101 –	Prisão de Feltham, Inglaterra, 1975	141
Fig. 102 –	Prisão em Malmesbury, África do Sul	142
Fig. 103 –	Supermax, Africa do Sul	142
Fig. 104 –	York County prison, 2006	142
Fig. 105 –	Instituição Correcional Federal, EUA, 1985	143
Fig. 106 –	Bloco de celas, Instituição Correcional Federal, EUA, 1985	143
Fig. 107 –	United States Penitentiary - Florende, EUA. 1994	144
Fig. 108 –	Detalhe da cela, United States Penitentiary - Florende, EUA. 1994	145

Capítulo 5

Fig. 109 –	Casa de câmara e cadeia de Ouro Preto e Pelourinho	149
Fig. 110 –	Pelourinho e as Igrejas ao fundo, Ouro Preto	149
Fig. 111 –	Planta de Jacareí, SP com a casa de câmara e cadeia marcada	150
Fig. 112 –	Planta de uma Vila em mato Grosso com a casa de câmara e cadeia marcada	150
Fig. 113 –	Desenho de uma cidade colonial	150
Fig. 114 –	Casa de câmara e Cadeia de Mariana	152
Fig. 115 –	Planta de situação da casa de câmara e Cadeia de Mariana	152
Fig. 116 –	Casa de câmara e Cadeia de Salvador	152
Fig. 117 –	Planta de situação da casa de câmara e Cadeia de Salvador	152
Fig. 118 –	Desenho de Chamberlland da Prisão do Aljube.	153
Fig. 119 –	Cadeia Velha, RJ; em 1919.	153
Fig. 120 –	Tribunal da Relação, RJ.	153
Fig. 121 –	Fachada da “Cadeia Nova”, 1728	156
Fig. 122 –	Plantas da “Cadeia Nova”, 1746	156
Fig. 123 –	Projeto da Casa de Correção do Rio de Janeiro, 1834.	157
Fig. 124 –	Hospício Pedro II, RJ	158
Fig. 125 –	Hospício Pedro II, RJ	158
Fig. 126 –	Santa Casa de Misericórdia, RJ	158
Fig. 127 –	Santa Casa de Misericórdia, RJ	158
Fig. 128 –	Asilo de Mendicidade, RJ	159
Fig. 129 –	Asilo de Mendicidade, RJ	159
Fig. 130 –	Casa de Detenção do Recife, PE	159
Fig. 131 –	Casa de Detenção do Recife, PE	159
Fig. 132 –	Penitenciária do estado de São Paulo	160
Fig. 133 –	Vista aérea da Penitenciária do Estado de São Paulo	160
Fig. 134 –	Penitenciária José Alkimim	162
Fig. 135 –	Penitenciária José Alkimim, logo após a sua inauguração	162
Fig. 136 –	Penitenciária José Alkimim, vista de um dos blocos de celas e o muro do pátio	162
Fig. 137 –	Penitenciária José Alkimim, cela.	162
Fig. 138 –	Lazareto da Ilha Grande	163
Fig. 139 –	Ruína galeria de celas do Instituto Penal Candido Mendes, RJ.	163
Fig. 140 –	Foto aérea do Complexo Penitenciário Frei Caneca	163
Fig. 141 –	Complexo Penitenciário Frei Caneca.	163
Fig. 142 –	Penitenciária Estevão Pinto	165
Fig. 143 –	Penitenciária Estevão Pinto, vista do pátio interno.	165
Fig. 144 –	Vista geral da Casa de Detenção, SP	166
Fig. 145 –	Penitenciária Lemos Brito, BA, 1956	167

Fig. 146 – Penitenciária Lemos Brito, BA, 1956 167
Fig. 147 – Estatuto do Comando Vermelho 168
Fig. 148 – Foto aérea das novas unidades de Bangu 170
Fig. 149 – Foto aérea do Complexo Penitenciário Nelson Hungria. MG 171
Fig. 150 – Muro divisor entre as unidades do Complexo Nelson Hungria, MG. 171
Fig. 151 – Pátio interno das unidades do Complexo Nelson Hungria, MG. 171
Fig. 152 – Foto do Complexo penitenciário Lemos Brito após suas ampliação 172
Fig. 153 – Unidade padrão em São Paulo, modelo em cruz 172
Fig. 154 – Penitenciária Industrial de Guarapuava 173
Fig. 155 – Penitenciária Industrial de Guarapuava 173
Fig. 156 – Penitenciaria Industrial de Cascavel 173
Fig. 157 – Manifestação de presos no Carandiru 175
Fig. 158 – Ônibus queimado nas ruas de São Paulo, uma ação do PCC fora das unidades penais. 175
Fig. 159 – CRP Presidente Bernardes, SP 176
Fig. 160 – CRP Presidente Bernardes, SP 176
Fig. 161 – Projeto da penitenciária federal de Brasília, DF 177
Fig. 162 – Penitenciária Federal de Catanduvas, PR 178
Fig. 163 – Foto aérea da APAC Santa Luzia 179
Fig. 164 – Fluxograma dos estabelecimentos penais brasileiros 186

Capítulo 6

Fig. 165 – Foto aérea do Complexo Penitenciário de Bangu 197
Fig. 166 – Setorização das novas unidades de Bangu 198
Fig. 167 – Complexo Penitenciário de Bangu. 199
Fig. 168 – Projeto original de Bangu I 200
Fig. 169 – Perspectiva do projeto original de Bangu I. 201
Fig. 170 – Planta baixa de Bangu I 202
Fig. 171 – Esquema volumétrico de uma galeria de celas de Bangu I 202
Fig. 172 – Foto aérea de Bangu I 202
Fig. 173 – Bangu I. 203
Fig. 174 – foto de uma das galerias de Bangu I ocupada pela Polícia Militar após uma rebelião 203
Fig. 175 – Planta baixa e corte da galeria de celas de Bangu I e II 204
Fig. 176 – Planta baixa da cela de Bangu I e II 204
Fig. 177 – Esquema de montagem dos elementos pré-moldados das celas de Bangu I e II 205
Fig. 178 – Galeria de celas de Bangu I 207
Fig. 179 – Esquema de uma galeria de celas mais tradicional 207
Fig. 180 – Planta baixa de Bangu II, já modificada 208
Fig. 181 – Foto aérea de Bangu II 208

Fig. 182 –	Foto de uma das galerias de Bangu I ocupada pela Polícia Militar após uma rebelião.	209
Fig. 183 –	Corte da galeria de celas de Bangu II	210
Fig. 184 –	Encaixe da peças pré-moldadas, planta da cela de Bangu II	210
Fig. 185 –	Detalhamento da luminária de uma cela de Bangu II	210
Fig. 186 –	Detalhe dos brises	211
Fig. 187 –	Corte da área de apoio e ginásio	211
Fig. 188 –	Detalhe da junção das placas de acabamento da cobertura de áreas comuns	211
Fig. 189 –	Projeto do novo Complexo Penitenciário de Bangu	213
Fig. 190 –	Perspectiva esquemática das novas unidades de Bangu	213
Fig. 191 –	Planta baixa de Bangu III e IV	214
Fig. 192 –	Bloco de administração interna e apoio	215
Fig. 193 –	Primeiro pavimento do bloco de oficinas/educacional	216
Fig. 194 –	Segundo pavimento do bloco de oficinas/educacional	216
Fig. 195 –	Bloco do ambulatório médico e cantina	216
Fig. 196 –	Planta baixa e corte da galeria de celas e corte de Bangu III e IV	217
Fig. 197 –	Cela de Bangu III e IV	218
Fig. 198 –	Cela no Carandiru	218
Fig. 199 –	Transição da galeria de celas para a circulação principal	219
Fig. 200 –	“Cabanas” no pátio do Carandiru	220
Fig. 201 –	Fachada principal do bloco intramuros	220
Fig. 202 –	Foto aérea da Penitenciária Talavera Bruce e da Unidade materno Infantil com planta esquemática	223
Fig. 203 –	Acesso e bloco da guarda externa	224
Fig. 204 –	Bloco da guarda externa	224
Fig. 205 –	Capela	224
Fig. 206 –	Edificação para a revista de visitantes e entrada para Talavera Bruce	224
Fig. 207 –	Planta esquemática da Penitenciária Talavera Bruce e da unidade materno Infantil	225
Fig. 208 –	Planta esquemática da Penitenciária Talavera Bruce e da unidade materno Infantil	226
Fig. 209 –	parte da fachada do bloco de administração	227
Fig. 210 –	parte da fachada do bloco de administração	227
Fig. 211 –	Pátio principal	228
Fig. 212 –	Pátio entre os blocos	228
Fig. 213 –	Pátio entre os blocos	228
Fig. 214 –	Palestra sobre o câncer de mama no auditório da unidade	229
Fig. 215 –	Evento na unidade em dia de visita	229
Fig. 216 –	Corredor de acesso a confecção	229
Fig. 217 –	Venda de artesanato em dia de visita	229

Fig. 218 –	Salão de beleza	229
Fig. 219 –	Corredor principal, mostrando uma das gaiolas e entrada da galeria marcada	230
Fig. 220 –	Corredor principal, ao fundo portão de acesso a um dos pátios, à esquerda a abertura para a escada de acesso a galeria marcada	230
Fig. 221 –	Corte esquemático da galeria dos alojamentos (20 presas)	231
Fig. 222 –	Planta esquemática da galeria dos alojamentos (20 presas)	231
Fig. 223 –	Croqui da galeria de celas dos alojamentos (20 presas)	231
Fig. 224 –	Galeria de celas coletivas (5 presas)	231
Fig. 225 –	Planta esquemática do edifício anexo	232
Fig. 226 –	Foto da galeria de celas não visitada	232
Fig. 227 –	Corte esquemático da galeria de celas	233
Fig. 228 –	Planta esquemática da galeria de celas	233
Fig. 229 –	Cela	234
Fig. 230 –	Detalhe da parede de uma cela	234
Fig. 231 –	Cela	234
Fig. 232 –	Detalhe com gato de uma das presas	234
Fig. 233 –	Edificação principal, Talavera Bruce, desenhada por uma presa e a planta baixa à direita	236
Fig. 234 –	Edificação anexa, Talavera Bruce, desenhada por uma presa e a planta baixa à direita	236
Fig. 235 –	Acesso a Unidade Materno Infantil	237
Fig. 236 –	Planta esquemática da unidade materno Infanti	237
Fig. 237 –	Entrada da unidade	238
Fig. 238 –	Corredor da unidade	238
Fig. 239 –	Lactário da unidade	238
Fig. 240 –	Corte esquemático do alojamento	239
Fig. 241 –	Foto de um dos alojamentos	239
Fig. 242 –	Foto de um dos alojamentos	239
Fig. 243 –	Unidade materno infantil	240
Fig. 244 –	Planta de Bangu III e IV com a marcação das meias paredes de fechamento do corredor de acesso às galerias de celas	243
Fig. 245 –	Galeria de celas com “gaiolas” marcadas	243
Fig. 246 –	Corte esquemático de galerias “fundo contra fundo”	244
Fig. 247 –	Corte esquemático de galerias com corredor central	244
Fig. 248 –	Corte esquemático de galerias com celas/alojamentos somente em um dos lados	244
Fig. 249 –	Corte esquemático de galerias com celas/alojamentos somente em um dos lados	244
Fig. 250 –	Centro de Ressocialização, SP	246
Fig. 251 –	Piso do pátio de uma prisão na Áustria	246
Fig. 252 –	Pátio de uma prisão na Áustria	246

Fig. 253 – Cela de uma prisão feminina 247
Fig. 254 – Cela da APAC Santa Luzia, MG 247

Anexo 3

Fig. 01 – Mapa geral do Complexo Penitenciário de Bangu 277
Fig. 02 – Complexo Penitenciário de Bangu: avenida principal 279
Fig. 03 – Croqui do percurso: início da avenida principal do complexo 279
Fig. 04 – Novas unidades de Bangu 281
Fig. 05 – Croqui do percurso 281

Anexo 4

Fig. 01 – Mapa geral do Complexo Penitenciário de Bangu 286
Fig. 02 – Mapa da Unidade materno Infantil e Penitenciária Talavera Bruce 288
Fig. 03 – Croqui da entrada dos dois estabelecimentos 288

Anexo 5

Fig. 01 – mapa geral do Complexo Penitenciário de Bangu 294
Fig. 02 – Mapa da Unidade materno Infantil e Penitenciária Talavera Bruce 295
Fig. 03 – Croqui da entrada dos dois estabelecimentos 295

Anexo 6

Fig. 01 – Desenho de uma presa da edificação principal da Penitenciária Talavera Bruce 299
Fig. 02 – Planta baixa esquemática da edificação principal da Penitenciária Talavera Bruce 300
Fig. 03 – Desenho de uma presa da edificação anexa da penitenciária Talavera Bruce 301
Fig. 04 – Planta baixa esquemática da edificação anexa da Penitenciária Talavera Bruce 302

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÂO

> *Em outras palavras, a poesia da ciência é baseada em nossos desejos e interesses, e o curso seguido pela ciência nos mundos que vivemos é guiado por nossas emoções, não por nossa razão, na medida em que nossos desejos e emoções constituem as perguntas que fazemos ao fazermos ciência. (MATURANA, 2001: 147)*

Esta pesquisa é o desenvolvimento de um estudo iniciado há seis anos, para a fundamentação do meu trabalho final de graduação na FAU/UFRJ. O interesse por temas de enfoque social é antigo, influenciado pela participação em trabalhos voluntários praticados desde o período escolar e na própria filosofia das escolas onde estudei que enfatizavam a responsabilidade social de cada indivíduo enquanto cidadão.

O interesse pelo tema *arquitetura penal* surge do desenvolvimento de uma pesquisa para a disciplina *Arquitetura no Brasil II*, por ter sido este um tema nunca abordado ao longo do curso de graduação. O desenvolvimento do trabalho mostrou a escassez de material bibliográfico que despertou a minha curiosidade para o complexo tema, muitas vezes visto por professores e colegas como uma anti-arquitetura ou edificações com pouca elaboração projetual – meras "caixas". O interesse pelo estudo da prisão foi muitas vezes visto com surpresa em eventos e bancas e, não raro, questionado o motivo da preferência pela prisão frente às coisas belas que poderiam ser estudadas.

A questão penitenciária não faz parte do dia a dia da maior parte da população, é uma realidade particular, pouco conhecida. O preconceito latente pelos presos, incentivado pela mídia – que somente aborda o tema prisional em momentos de crise – e presente no imaginário cultural – conformando a imagem do preso como um indivíduo perigoso e agressivo – associados à idéia de retribuição e um posicionamento individualista afastam cada vez mais essa realidade. No entanto, como denunciava um grafite de rua: "enquanto a metade da população não dorme com fome, a outra metade não dorme com medo dos que tem fome". A importância da temática se mostrava cada vez mais evidente, principalmente porque a violência estava "batendo em nossa porta"[1],

> O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige muita atenção e

[1] Além das ações do tráfico de drogas que pararam cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, assaltos e seqüestros, se tornam freqüentes também ações de organizações de presos fora das unidades penais.

> aprendizagem contínuas: **tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço**[2]. (CALVINO, 1990: 150)

Em 2003, se iniciava a pesquisa para a fundamentação do trabalho final de graduação, orientada pelo professor William Bittar. Ao longo da pesquisa, foi possível compreender um pouco mais da história do programa relativo ao tema escolhido e, principalmente, apreender um pouco mais esse ambiente a partir de visitas e entrevistas com profissionais da Secretária de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP). Logo ficou evidente que as unidades penais, em todos os períodos históricos estudados, apresentavam complexos estudos do espaço e sistemas de instalações, além de estarem profundamente associados aos seus contextos. No entanto apresentavam-se ainda muitas lacunas, seja pelo fato do material bibliográfico se apresentar fragmentado, impossibilitando um entendimento mais profundo da evolução do programa e sua relação com os diversos contextos; seja pela dificuldade na autorização de visitas e informações sobre as unidades em uso e seus projetos, por questão de segurança.

Quando o trabalho final de graduação foi concluído em julho de 2004, algumas questões se apresentavam mais claras: o entendimento do sistema penal brasileiro, os tipos de unidade penal em uso, alguns princípios de projetos – como a setorização, circulação – relativos à segurança, e um pouco da sua rotina. No entanto, algumas inquietações persistiam. A partir de alguns contatos pessoais com funcionários da SEAP consegui realizar mais algumas entrevistas e visitas nas unidades do Complexo de Bangu[3] no final de 2004. O depoimento de funcionários – principalmente dos agentes penitenciários – trouxe novos questionamentos sobre o papel da arquitetura: nas unidades, no seu funcionamento e na sua função social. O contato com um dos arquitetos da SEAP, em 2005, ressaltou a importância do conhecimento do cotidiano do ambiente penal e as dificuldades decorridas do fato de muitos profissionais que atuam na área não terem esse conhecimento, assim como a importância da contribuição da arquitetura na humanização do ambiente penal, nas suas condições sanitárias e na sua função social.

As visitas e entrevistas realizadas e a participação, como ouvinte, em palestras sobre modificações de projeto em algumas unidades penais, trouxe o questionamento original da pesquisa: *a Avaliação Pós-Ocupação e a Observação Incorporada, aplicadas na avaliação de desempenho de estabelecimentos penais em operação no Estado do Rio de Janeiro, podem contribuir para a concepção e a humanização do ambiente penitenciário?* Ao longo do curso do mestrado a dificuldade na visitação das unidades e acesso a informações de projeto trouxe o redirecionamento da pesquisa, alterando o foco da

[2] Grifo nosso.
[3] Hoje intitulado Complexo do Gericinó.

Avaliação de Desempenho – que necessitava da permanência de longo período em campo – para a arquitetura e concepção do espaço.

A concepção espacial da unidade penal e a sua constituição a partir de seus elementos arquitetônicos, como em qualquer arquitetura, se relacionam a uma série de fatores que vem a constituir o ambiente penal. São responsáveis por isolar ou afastar os indivíduos, possibilitar ou não a visão do exterior, a iluminação natural, a ventilação, direcionar percursos e a visão, influenciando fortemente o uso do espaço e as sensações nele experimentadas. Desse modo, a pesquisa apresenta as contribuições trazidas pela arquitetura para o funcionamento e função social das unidades penais, visando a melhoria do ambiente penal, uma atuação mais responsiva na elaboração do espaço penal e a discussão mais profissional e menos preconceituosa sobre o tema prisional.

Todos nós estamos a todo tempo construindo o nosso mundo – que se configura por coisas belas e feias, infernos e paraísos – e cabe a nós essa responsabilidade de atuar – a partir de nossas ações e nossas relações com o outro – para que as nossas construções contribuam para um mundo mais "belo". Nesse processo de construção não há saberes mais ou menos importantes ou válidos, mas um entrelaçamento de saberes de diferente natureza que configuram algumas respostas, interpretações e novas inquietações em um processo contínuo e infindável. E como diria Rubem Alves, cabe a nós entender que "o olhar não se encontra nos olhos" (Folha de São Paulo, 26/10/2004: 10) e precisamos saber ver para enxergar alguma beleza no feio, e quem sabe, tornar o feio mais bonito.

> A sabedoria desenvolve-se no respeito pelos outros, no reconhecimento de que o poder surge pela submissão e perda de dignidade, no reconhecimento de que o amor é a emoção que constitui a coexistência social, a honestidade e a confiança, e no reconhecimento de que **o mundo que vivemos é sempre, e inevitavelmente, um afazer nosso**[4]. (MATURANA, 159: 2001)

[4] Grifo nosso

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÂO

> *A arquitetura consiste de algum modo em ordenar o ambiente que nos rodeia, oferecer melhores possibilidades ao assentamento humano; portanto, as relações que têm a missão de estabelecer são múltiplas, inter-atuantes entre si; referem-se ao controle do ambiente físico, à disposição de certas possibilidades de circulação, à organização das funções, de seu agrupamento ou segregação, de suas relações; responde a certos critérios econômicos, se move em, e move, certas dimensões tecnológicas, provoca modificações da paisagem, etc., mas organizar estas relações é algo completamente diferente de sua simples soma, é o significado que deriva do modo de dar-lhes forma, é colocar-se dentro da tradição da arquitetura como disciplina, com um novo gesto de comunicação, com uma nova vontade de transformação da história. (GREGOTTI 1974 apud PATETTA 1997:76)*

O presente trabalho está vinculado à linha de pesquisa do PROARQ/UFRJ, *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: uma Proposta de Revisão Conceitual na Perspectiva das Redes de Fluxo,* coordenada pelo Professor Paulo Afonso Rheingantz, e resulta da reflexão acerca da evolução da arquitetura penal – no Brasil e no mundo –, sua relação com diversos contextos históricos e suas transformações sociais, culturais e jurídicas, com ênfase na atualidade e foco em algumas unidades penais do Rio de Janeiro. Seu propósito é identificar as relações estabelecidas entre o objeto de estudo e as questões que vem direcionando seu percurso e transformações, como: a percepção do mundo, as teorias da arquitetura e o seu funcionamento prático. Desse modo, a arquitetura penal é vista aqui como elemento pertencente a uma rede sócio-cultural em constante transformação.

> Se considerarmos a história segundo essa visão ampla, não existe uma arquitetura que negue o passado ou outra arquitetura que a tenha precedido, não há uma arquitetura que possa emergir sem exaltar ao mesmo tempo tudo o que ela mesma parece superar. (...) A linguagem usada é parte inseparável dos mesmos elementos do ofício, e por ela relativa aos princípios, às técnicas, aos materiais e ao modo de usá-los, aos elementos da arquitetura e às relações que entre eles se estabelecem nas obras (GRASSI 1966 apud PATETTA 1997:76).

As regras sociais existem desde os mais remotos tempos, em qualquer grupo social, por menor que seja. São códigos culturais balizados por valores morais que se estabelecem a partir da convivência dos indivíduos em defesa dos direitos e da segurança coletiva determinando as condutas aceitáveis ou não. Para se fazerem valer, estabelecem punições para as condutas ilícitas que variam cultural e temporalmente. Hoje, essas punições variam entre a morte do indivíduo, o isolamento, prestação de serviços sociais e multas. No caso brasileiro, o isolamento é a pena máxima, aplicada aos crimes considerados mais graves, sendo estas aplicadas em unidades penais.

A prisão, em outros tempos, foi vista como solução, seja na instituição da pena restritiva de liberdade a partir do isolamento do indivíduo no fim do século XVII, ou no início do

século XX a partir da idéia de bem estar social conferida pelo Estado. A decadência do poder do Estado reduziu o alcance das práticas de proteção social, que associadas ao estabelecimento do tráfico de drogas e ao alto índice de desemprego vêm configurando uma realidade pouco esperançosa para as classes baixas, e até mesmo para a classe média. Grande parte dos jovens de classes mais baixas não vê nenhum valor para a vida, como mostra um depoimento "Se morrer nasce outro. Ou melhor, ou pior" (Veja, abril/2006: 89). Já os jovens de classe média vêm perdendo suas regalias devido ao empobrecimento da família. Inconformados, muitos acabam se envolvendo com o tráfico, modificando o perfil da população carcerária que vem crescendo continuamente.

A crise no sistema penal e a superlotação em seus estabelecimentos são evidentes. Mesmo lentamente, o poder público tem procurado realizar uma reforma prisional, buscando a humanização e melhores condições do espaço penal, já que muitas unidades penais em estado precário, não fazem cumprir o principal objetivo designado pelo Estado para esses espaços: a ressocialização do detento. As incertezas da sociedade pós-industrial e a falta de um questionamento sistemático e profundo por parte da sociedade evidenciam uma superficialidade, que também se reflete no sistema penal, gerando ambientes pouco apropriados para os seus fins. A revisão, o entendimento e a atualização dos paradigmas do espaço penal são necessários para aprimorar a relação entre arquitetura, prática, sistema penal e contexto.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, constatou-se a escassez de material bibliográfico que aborde o tema da arquitetura penal – seja sobre a sua evolução histórica, projetos recentes, a relação do uso do espaço com sua concepção – e principalmente sobre a contribuição e o papel da arquitetura neste programa arquitetônico. O estudo das edificações em uso – seja por seus projetos ou experiências em campo – assim como o relato de diversos funcionários da SEAP, evidencia a superficialidade com que a concepção do espaço penal muitas vezes vem sendo abordada. A principal **questão** (problema) que esta pesquisa pretende responder surge principalmente das discussões com funcionários da SEAP, arquitetos e engenheiros que participaram de projetos de unidades penais – sua prática.

De que forma a arquitetura pode contribuir na concepção do espaço penal possibilitando a melhoria da aplicação do atual sistema penal brasileiro?

A partir desse questionamento, configurou-se o **objetivo geral** da pesquisa:

Determinar de que forma a arquitetura e a concepção do espaço penal podem contribuir na resolução dos problemas atuais das edificações penais, enfatizando o

caso do Rio de Janeiro. Esse objetivo permeia toda a pesquisa, buscando identificar, ao longo do tempo, as questões que influenciaram o surgimento dos modelos e tipos penais, a contribuição de diversas tipologias já adotadas no Brasil e no mundo. Por reconhecer a amplitude do tema e a diversidade de situações possíveis nos diversos sistemas penais existentes, este objetivo, presente ao longo de todo o trabalho, será aplicado com ênfase à concepção penal direcionada ao território nacional, especialmente em relação à contribuição arquitetônica de algumas unidades na cidade do Rio de Janeiro, analisadas com mais profundidade.

Em complemento, os **objetivos específicos** são:

(1) Relacionar a concepção do ambiente penal com diferentes visões de mundo – como as transformações na percepção de mundo e do crime vêm modificando a forma de punir e configurando o espaço penal;

(2) Relacionar as tipologias arquitetônicas com a concepção do ambiente penal – de que forma o espaço penal adapta as tipologias existentes para a finalidade penal;

(3) Apresentar o sistema penal brasileiro e a evolução histórica – como evoluiu o sistema penal brasileiro e sua relação frente às tipologias e modelos aplicadas no mundo;

(4) Analisar as normas para elaboração das unidades penais hoje utilizadas no Brasil

(5) Refletir sobre a contribuição da arquitetura nesse contexto

Para alcançar os objetivos, foram usados métodos fundamentados nas abordagens teóricas derivadas de três vertentes de pensamento contemporâneas: Historicismo Crítico, Tipologia Arquitetônica e Abordagem Experiencial. A escolha da abordagem teórica partiu de conceitos fundamentados nas transformações que a ciência vem sofrendo, alterando a percepção do mundo e a forma do pesquisador atuar cientificamente, pelo fato de que o tema em questão não pode ser estudado isoladamente, mas junto às questões que o direcionam e influenciam.

Em comum, estas abordagens partem do entendimento do mundo como uma rede de acontecimentos entrelaçados e transdisciplinares. Desse modo, não se focam apenas no objeto em si, mas também nas suas relações com as questões que o cercam. O historicismo crítico possibilitou a identificação das questões que vêm direcionando e transformado o ambiente e o espaço penal; a tipologia permitiu o estudo do ambiente e do espaço penal em relação a outros programas, assim como a sua variação derivada da prática; a abordagem experiencial possibilitou uma apreensão mais profunda do ambiente

penal, seu funcionamento prático e seus projetos, possibilitando também a aproximação com funcionários e presos.

O trabalho foi desenvolvido a partir dos fundamentos teóricos derivados da nova concepção da ciência (vistos no *Capítulo 1*), seguidos pela descrição de como os conceitos apresentados foram aplicados na pesquisa (no *Capítulo 2*). A seguir (no *Capítulo 3*) é feito um delineamento da evolução dos conceitos associados à temática prisional que possibilitaram o surgimento de modelos e tipologias penais no mundo; a partir daí, são focalizados os modelos penais e suas transformações que deram origem a outras tipologias (*Capítulo 4*). Aproximando o foco de nosso país, é analisada a evolução das temáticas e tipologias aplicadas no Brasil em relação às tipologias já apresentadas, o atual sistema penal brasileiro, as diretrizes de seus projetos (*Capítulo 5*), e na sequência, é focalizado o entrelaçamento dessas informações – contexto histórico, tipologia, projeto, normas do sistema penal brasileiro – com os projetos arquitetônicos, o relato de funcionários e a experiência da pesquisadora em campo (*Capítulo 6)*. Como conclusão do trabalho, é reforçada a importância que a Arquitetura possui na definição do projeto de um estabelecimento penal e suas principais contribuições. Nos anexos, são apresentadas as fichas de entrevistas aplicadas ao longo da pesquisa.

A organização da dissertação em seus capítulos é mais bem detalhada a seguir:

Capítulo 1 – Fundamentos Teóricos: apresenta as abordagens teóricas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho; o conceito de arqueologia do saber do Foucault foi utilizado com o objetivo de identificar questões temporais associadas ao surgimento dos modelos e tipologias penais (Capítulo 3); o conceito de genealogia do saber do Foucault e tipologia arquitetônica de Quincy (1832 apud Argan, Rossi, Montaner, Moneo), foi utilizado com objetivo de permitir a comparação entre as tipologias e modelos da arquitetura penal e dos demais programas (Capítulo 4); ambos os conceitos utilizados anteriormente são aplicados quanto a evolução da arquitetura penal brasileira (Capítulo 5); a Abordagem Experiencial é principalmente aplicada nas experiências em campo e entrevistas realizadas e permeia o trabalho, mas se aplica principalmente ao Capítulo 6;

Capítulo 2 – Materiais e Métodos`: apresenta e descreve os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. O estudo se configura principalmente pela pesquisa bibliográfica, se utilizando de procedimentos práticos – entrevistas e visitas de campo – com o objetivo de experienciar o ambiente penal, possibilitar um maior envolvimento da pesquisadora com os usuários do espaço – funcionários e presos – e levantar informações mais especificas sobre: o projeto da unidade penal e seu funcionamento, situações cotidianas, problemas e soluções encontrados na prática;

Capítulo 3 – Visão de Mundo e Concepção do Espaço Penal: apresenta a evolução da visão de mundo e do pensamento penal que criaram condições de existência para o surgimento dos modelos e tipologias penais. Como já foi dito, a lei é baseada em valores culturais e morais que variam ao longo do tempo, assim como a punição. Essas mudanças vão trazendo a necessidade de transformações no espaço físico da prisão, dando origem aos modelos já aplicados, sua variação e o surgimento de novos modelos e tipologias;

Capítulo 4 – Arquitetura Penal: Tipologias e Modelos: apresenta os modelos e tipologias penais, sua relação com as teorias da arquitetura, aplicação e ressignificação a partir da prática. Depois de apresentadas as questões que possibilitaram o surgimento dos modelos e tipologias penais, esse capítulo trata da ocorrência e da aplicação, buscando compará-los a outros programas. Desse modo, são identificadas as adaptações feitas para a finalidade prisional e aquelas derivadas da experiência prática. Enquanto o Capitulo 3 trata do surgimento, ainda muito associado às idéias e teorias, este capítulo trata da aplicação dos modelos e tipologias;

Capítulo 5 – Evolução da Arquitetura Penal Brasileira: apresenta a contextualização da realidade brasileira e sua relação com os fatos e tipologias anteriormente apresentados no Capítulo 3 e 4. A evolução do sistema penal brasileiro, assim como os tipos aplicados às suas edificações tem forte relação com as práticas do exterior – inicialmente usando as leis e o modelo penal de Portugal. Muitas modificações no tratamento penal, no sistema aplicado e na concepção dos modelos e tipologias arquitetônicas têm origem nos modelos europeus e americanos, sendo mais tarde aplicados no Brasil;

Capítulo 6 – O Atual Sistema Penal Brasileiro: Relatos e Impressões: apresenta as normas do atual sistema penal brasileiro, suas recomendações de projeto e a experiência prática de funcionários da SEAP, arquitetos e engenheiros que trabalharam em alguns projetos, assim como a experiência da pesquisadora em campo. O entrelaçamento dessas informações busca responder a principal questão deste trabalho e identificar as contribuições da arquitetura na concepção de unidades penais no Rio de Janeiro.

As **Considerações Finais** apresentam as contribuições de cada capítulo associadas aos métodos aplicados, alguns possíveis desdobramentos e uma síntese das principais contribuições da arquitetura na concepção de edificações penais, ressaltando a sua importância associada ao saber experiencial.

Os **Anexos** apresentam as fichas de entrevistas aplicadas ao longo da pesquisa.

De uma forma geral, este trabalho pretende preencher algumas lacunas encontradas na escassa bibliografia do tema, possibilitando um melhor entendimento da evolução da arquitetura penal, sua história e questões relacionadas no Brasil e no mundo, evidenciando seus motivos. Da mesma forma, pretende apresentar os atuais caminhos para o tratamento penal e as soluções arquitetônicas empregadas para tanto, possibilitando uma visão mais desmistificada e um conhecimento mais profundo do tema abordado, colaborando para uma atuação mais responsiva e abrindo caminho para novas inquietações e pesquisas. Cabe ressaltar que a pesquisa é de cunho bibliográfico, os métodos práticos – entrevistas e visitas, são aplicados com o objetivo de complementar alguns pontos abordados.

É almejada, como principal resultado da pesquisa, a identificação da maneira pela qual a Arquitetura possa efetivamente contribuir para a melhoria do sistema penal, por meio da concepção física-espacial das unidades – seja pela tipologia aplicada ou pela configuração de elementos arquitetônicos. Além disso, é também ambicionado que a arquitetura das unidades penais possa ser vista como um “vetor atuante” do sistema penal; um fator que interfira quanto ao sucesso ou não na implantação de novas unidades e recuperação das já existentes. Nesse ponto, caberá ao arquiteto, com sua sensibilidade, conceber o projeto de arquitetura de uma unidade penal não somente como um mecanismo de contenção ou de segurança, mas principalmente, como fator contribuinte para a salubridade do ambiente e a pretendida ressocialização do detento. Diante de um tema tão pouco explorado, espera-se contribuir no preenchimento de algumas de suas muitas lacunas e abrir campo para mais estudos na área.

CAPÍTULO 1

Fundamentos Teóricos

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

"A ciência faz parte do complexo de cultura a partir do qual, em cada geração, os homens tentam encontrar uma forma de coerência intelectual. Ao contrário, esta coerência alimenta em cada época a interpretação das teorias científicas, determina a ressonância que suscitam, influencia as concepções que os cientistas se fazem do balanço da sua ciência e das vias segundo as quais devem orientar suas investigações" (PRIGOGINE & STENGERS, 1997: 01).

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política "geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. "[...] por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder"." (FOUCAULT: 1979: 10-11).

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos (MORIN, 2000:18).

Este capítulo apresenta e descreve os conceitos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, que analisa a arquitetura penal e sua estruturação ao longo do tempo até os dias atuais, com foco nas unidades do Rio de Janeiro. A pesquisa se estrutura a partir de três campos do conhecimento: (1) a história – e a interferência de seus acontecimentos no conceito acerca da prisão e a concepção de seu espaço – a partir do conceito de arqueologia do saber de Foucault (2008); (2) a história da arquitetura – e sua interferência na tipologia penal - a partir do conceito de genealogia do saber de Foucault (1979) e de tipologia arquitetônica de Quincy (1832 apud Argan 2004, Rossi 1998, Moneo 1984 e Montaner 2001); (3) o processo cognitivo – e a experiência em campo de pesquisa – a partir da abordagem experiencial desenvolvida pelo grupo ProLUGAR[9].

Para contextualização das abordagens adotadas e melhor compreensão dos fatos e pensamentos que lhes deram condição de existência foram usados autores como: Santos (1996), Capra (1996, 2006), Prigogine e Stengers (1997), Morin (1984, 2000, 2003), Heidegger (1977), Nietzsche (1976), Colquhoun (2004), Argan (2004), Varela (1995), Maturana (2001), Thompson (1999, 2001), Pedro (1996), entre outros.

[9] Grupo de pesquisa Qualidade do Lugar e Paisagem do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), certificado pelo Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa CNPq, cujo site é http://www.fau.ufrj.br/prolugar/index.htm.

Desse modo, procuramos atualizar as abordagens dos diferentes campos do saber em que se fundamenta este trabalho, apresentadas a seguir, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – desdobramentos do pensamento contemporâneo

Construção do Pensamento Contemporâneo

Desdobramentos aplicados à ciência do saber		
História crítica	Arqueologia do Saber	Relação entre o espaço penal e a visão de mundo (ou a episteme) dos diversos períodos
	Genealogia do Saber	Relação entre o espaço penal e outras arquiteturas de uma mesma visão de mundo (ou episteme)
Arquitetura	Tipologia Arquitetônica	
Cognição	Abordagem Experiencial	Relação entre o espaço penal, o conhecimento prático (de profissionais da área) e a experiência (do pesquisador) no lugar

A pesquisa parte do pressuposto de que a ciência é uma explicação sobre as coisas do mundo, sujeita às interferências do contexto local, cultural e temporal; desse modo, se fixa em abordagens derivadas do pensamento contemporâneo. O texto ainda apresenta o tema a partir de abordagens que se contrapõem à visão mecanicista do mundo, adotando: a transdisciplinaridade, a contextualização, a interpretação, a experiência e a emoção.

Compreendendo o pesquisador como um ser humano, as bases e fundamentos que sustentam a visão teórica adotada evidenciam a postura do autor diante do tema pesquisado e dos problemas do seu tempo. “A partir do momento que lidamos com um ser vivo, nós sabemos que o modo de descrição pertinente deve incluir o “ponto de vista” do ser vivo sobre o seu mundo...” (STENGERS, 2002: 58). Aceitando o homem como um ser dotado de racionalidade, sentidos e sentimentos, a pesquisa soma a subjetividade – inerente ao ser humano – ao pensamento racional na construção do conhecimento científico e na interação homem-ambiente.

> Poder-se-ia crer na possibilidade de eliminar o risco de erro, recalcando toda afetividade. De fato, o sentimento, a raiva, o amor e a amizade podem-nos cegar. Mas é preciso dizer que já no mundo mamífero e, sobretudo, no mundo humano, o desenvolvimento da inteligência é inseparável do mundo da afetividade, isto é, da curiosidade, da paixão, que, por sua vez, são a mola da pesquisa filosófica ou científica (MORIN, 2000:18).

1.1. A Construção do Pensamento Contemporâneo

O desenvolvimento do humanismo e a exacerbação da razão humana deram à Ciência Moderna (cartesiana) um *status* de verdade absoluta, fundamentada no pensamento de Copérnico (1473-1543), Gilbert (1540-1603). Bacon (1561-1626), Galileu (1564-1642), Descartes (1596-1650), Pascal (1623-1662) e Newton (1642-1717). A Ciência Moderna pretende explicar os acontecimentos do mundo real, conformando uma visão de mundo estabelecida exclusivamente pela razão humana e seus estudos científicos, substituindo os dogmas religiosos e o senso comum, que não apresentavam uma explicação lógica, por outros fundados na neutralidade e imparcialidade da *verdade científica*. "A noção de universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como se ele fosse uma máquina, e a máquina do mundo converteu-se em metáfora dominante na era moderna". (CAPRA, 2006: 49) Uma visão determinista e causal que, segundo Laing (1982), desconsiderava a experiência do discurso científico, focada no objeto meramente como matéria. Segundo Bauman (2007: 104) "... o mundo era uma cadeia divina de seres em que cada criatura tinha seu lugar útil e legítimo, mesmo que a capacidade mental humana fosse demasiadamente limitada para compreender a sabedoria, a harmonia e o caráter ordenado do projeto divino".

> Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objectualiza e os degrada... (SANTOS, 1996: 32)

> ... o mito de um universo totalmente determinista tem se convertido na ideologia de uma dominação da natureza de onde nada poderia escapar ao controle do espírito e da técnica dos humanos (...) Contrariamente, me parece "realista" crer que o real transborda em riqueza e complexidade ao formal e ao racional. Renunciar ao determinismo ontológico é abrir-se a idéia que a nossa lógica necessária é insuficiente para conceber a riqueza do real (MORIN, 1984: 123).[10]

O mundo visto como um sistema mecânico foi explicado e comprovado por leis físicas a partir da organização de suas partes (PRIGOGINE & STENGERS, 1997; CAPRA, 2006; SANTOS, 1996) e os cientistas passaram a se ocupar em distinguir a verdade – fundamentada na ciência – do erro em diversos campos do saber. Desse modo, o

[10] Tradução livre da autora (... el mito del un universo totalmente determinista se há convertido em la ideologia de la dominacción de la naturaleza donde nada podría escapar al controle del espíritu y de la técnica de los humanos (...) Contrariamente a mi parece "realista" creer que lo real desborda em riqueza y complejidade a lo formal y lo racional. Renunciar a lo determinismo ontológico és abrir-se a la idéia que la nuestra lógica necessária, és insuficiente para concebir la riqueza de lo real).

desenvolvimento das outras ciências estava submetido às suas regras, utilizando muitos de seus procedimentos. Entre eles a divisão do saber em partes estanques. “Com o firme estabelecimento da visão mecanicista do mundo no século XVIII, a física tornou-se naturalmente a base de todas as ciências...” [e complementa com a visão de Descartes] “... Toda filosofia é como uma árvore. As raízes são a metafísica, o tronco é a física e os ramos são todas as outras ciências” (CAPRA 2006: 62). Os diversos campos do saber – ou ciências – passaram a se limitar a si mesmos, reduzindo suas explicações ao seu próprio campo.

> Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. (...) Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor. É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado (SANTOS, 1996: 46).

A Ciência Moderna se colocou perante a sociedade como uma forma dominante de validação do conhecimento, fundamentada na neutralidade do pesquisador, que devia se apresentar dissociado do mundo, operado somente pela razão e pelos fatos. Para fazer ciência (DESCARTES, 1637), qualquer pesquisador deveria se portar como um “observador-padrão”, neutro; corpo e mente são completamente dissociados e independentes, e a natureza, algo amorfo, passivo, a ser dominada e controlada pelo homem. Mas “A definição de “ciência” nunca é neutra, já que, desde que a ciência dita moderna existe, o título de ciência confere àquele que se diz “cientista” direitos e deveres” (STENGERS, 2002: 35).

A idéia de representação também está presente na Modernidade e em sua pretensão de que conhecer significa representar a realidade[11] com exatidão, dissociada de qualquer subjetividade, uma visão neutra e transparente. Representar está associado a uma idéia de mundo como algo estático, determinável. Mas o mundo, em sua relação com o homem, se apresenta em um contínuo processo de transformação. Segundo Pedro (1996:92), “o sujeito se modifica à medida que conhece o mundo – conhecer é criar, nascer junto e não apenas, re-conhecer”. O funcionamento do cérebro está fundado na enação de mundos diferentes, a percepção do homem não apenas reflete o mundo, mas o concebe de forma particular, relacionada à vivência individual – o mundo é o que percebemos dele. (VARELA, 1995). Isso porque: “o sujeito que vê e aquilo que é visto

[11] O termo realidade se refere a tudo que é real, ou tudo que existe. No pensamento moderno a idéia de realidade se associa à idéia de racionalidade e à realidade, ou o real, é tudo aquilo que pode ser provado com a razão. Neste trabalho o termo realidade se apresenta com uma conotação e uma perspectiva mais abrangentes: como o que é valido para cada um, em determinada circunstância.

surgem simultaneamente". (VARELA, THOMPSON & ROSH, 2003: 227), ou seja: o sujeito percebe o mundo a partir do que se apresenta a ele, filtrado por suas emoções e sua história – sua interação mútua.

A partir do século XX, porém, a ciência – especialmente a física – passa por uma profunda reestruturação de suas bases conceituais fundamentadas nos estudos de Einstein, Heisenberg, Bohr, Gödel, Prigogine, Stapp, entre outros, e passa a considerar a possibilidade de que o mundo e suas "coisas" podem não operar exatamente como se imaginava. A forma de perceber o mundo se modifica, abrindo caminho para novas interpretações que alteram a concepção de diversas outras ciências, fazendo surgir novos campos de conhecimento. Santos (1996) sugere a aproximação entre o saber científico e o senso comum; Capra (1996, 2006) propõe a visão do mundo como um processo sistêmico; Morin (1984) propõe o saber como conhecimento transdisciplinar; Prigogine e Stengers (1997) propõem uma nova aliança entre homem e natureza; Maturana e Varela (1995) propõem que homem e meio fazem parte de um mesmo processo vital, Foucault (1970) propõe a história como um feixe de acontecimentos associados a uma episteme.

> Desde o século XVII, a física tem sido o exemplo brilhante de uma ciência "exata", servindo como modelo para todas as outras ciências. (...) No século XX, entretanto, a física passou por várias revoluções conceituais. (...) O universo deixou de ser visto como uma máquina composta de uma profusão de objetos distintos, para apresentar-se agora como um todo harmonioso e indivisível, uma rede de relações dinâmicas que incluem o observador humano e sua consciência de um modo essencial. (...) Agora que os físicos ultrapassaram largamente os limites desse modelo, é chegado o momento de as outras ciências ampliarem suas filosofias adjacentes (CAPRA, 2006:44, 45).

A teoria da relatividade mostrou a influência do meio e a impossibilidade de se prever, de forma absoluta, acontecimentos futuros (STENGERS, 2002; SANTOS, 1996; CAPRA, 2006). O princípio da incerteza mostrou a impossibilidade de um observador neutro, já que sempre há a interferência do observador no objeto: "não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele" (SANTOS, 1996: 26). O teorema da incompletude mostrou que pode haver proposições verdadeiras, ainda que não se possa demonstrá-las, ou seja: "certos problemas não podem ser solucionados por nenhum conjunto de regras/procedimentos" disponíveis (HAWKING, 2001:139). O estudo da microfísica mostrou que, em sistemas abertos, seus componentes podem se auto-organizar de modo a alcançar um estado mais satisfatório de forma irreversível, "Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpretação, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente" (SANTOS, 1996: 28).

A idéia de mundo passa de uma máquina composta por partes independentes para um sistema *ecológico*[12], onde cada uma de suas partes participa de um todo único e indivisível, que inclui o homem, a natureza, as coisas e, fortemente, suas relações. "Enquanto na mecânica clássica, as propriedades e o comportamento das partes determinam as propriedades do todo, a situação na mecânica quântica é inversa: é o todo que determina o comportamento das partes" (CAPRA, 2006: 80). Heisenberg propôs que "O mundo apresenta-se, pois, como um complicado ciclo de eventos, no qual conexões de diferentes espécies se alternam, se sobrepõe ou se combinam, e desse modo determinam a contextura do todo". Stapp (apud CAPRA, 2006: 76), afirma que "Uma partícula elementar não é uma entidade não-analisável que tenha existência independente. É em essência, um conjunto de relações que se estendem a outras coisas"; já Bateson preconiza que "qualquer coisa devia ser definida por suas relações com outras coisas e não pelo que é em si mesma" (CAPRA, 2006: 76). Desse modo, a visão de mundo passa a estar mais associada a uma lógica de rede, focada não nos seus componentes mas, principalmente, nas suas relações.

> Os factos observados têm vindo a escapar ao regime de isolamento prisional que a ciência os sujeita. Os objectos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objectos, a tal ponto que os objectos em si são menos reais que as relações entre eles (SANTOS, 1996: 33).

> O universo material é visto como uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados. Nenhuma das propriedades de qualquer parte dessa teia é fundamental; todas elas resultam das propriedades das outras partes, e a consistência global de suas inter-relações determina a estrutura de toda a teia (CAPRA, 1996: 38).

A idéia de uma verdade única e universal é fortemente discutida em diversos campos, abrindo caminho para as discussões sobre a interpretação, percepção e forma de agir no mundo – que faz retornar o papel de observador como sujeito –, sua experiência e sua relação, com o meio, o contexto e o tempo – fatores que condicionam ou possibilitam suas abordagens. Segundo Nietzsche (1976), seria ingênuo pensar em uma só interpretação legítima para o mundo, pois não há para o mundo um único sentido. Ele se corporifica a partir de uma situação e da interpretação de cada um. Assim, a percepção do mundo e, conseqüentemente, o conhecimento, são sempre perspectivos, não têm uma existência em si, são resultados de um processo de criação através *do* e *no* homem.

---

[12] Cf. Capra (1996: 16) "A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)".

A verdade e a falsidade não mais existem, pois tudo é interpretação, e toda interpretação é relativista.

Segundo Foucault (1979), interpretar seria se apropriar de sistemas de regras e lhes dar significação, submetendo-os a outras regras mais particulares. Um sistema de regras não possui uma essência, algo próprio universalmente inteligível, mas significados relativos a quem os utiliza e lhes dá direção e sentido, legitimando-os. Desse modo, cada grupo teria a suas próprias "regras", ou seja, mecanismos legitimados que distinguem o que é ou não pertinente a partir de questões políticas, econômicas, culturais e sociais, sendo, portanto, códigos particulares – estabelecidos, assim, pela relação entre homem e meio – e não leis universais. A idéia geral será sempre transformada a partir da interpretação fundamentada no senso comum – uma idéia local, temporal.

> A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nessa forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. (...) O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante (SANTOS, 1996: 56).

Segundo Heidegger (1977), o erro, porém, está em querer provar a *verdade*, pois a realidade se mostra sempre carregada de significações, e o espírito somente pode perceber sua estrutura, que é a evidência da ação do fazer e não da interpretação ou compreensão. A *verdade* é o jogo integrador, uma unidade que dá sentido ao todo. Ela não pode ser provada porque simplesmente é. Ela *acontece no ser do mundo e no mundo do ser*. Assim, a *verdade* não pode ser singular ou absoluta, mas temporal, constituída na história. E o *ser* é a abertura para o desvelamento da verdade, "(...) tudo é o que é, "é" enquanto condição de possibilidade de poder" (HEIDEGGER, 2000: 66). A história, a tradição e a experiência passam a ter importante papel, na medida em que se percebe que o homem e o meio estão fortemente associados, e que a *verdade* se constitui dessa relação biunívoca.

A idéia de um observador neutro fica cada vez mais distante, uma vez que as emoções são disposições corporais dinâmicas que nos fazem optar pelo domínio das ações que vamos operar. Todas as ações são originadas e realizadas em algum domínio emocional (MATURANA, 2001:130) "... razão e emoção são fios de uma mesma trama que possibilita que a mente seja o que é" (PEDRO, 1996: 128). Segundo Dennett (1991), nós temos acesso limitado ao que acontece em nossas mentes. Assim, não há intencionalidade em nossos atos, mas ajustes feitos a partir de *feedbacks* que estão relacionados com a experiência e, não, com um objetivo prévio. Assim, o pesquisador,

enquanto ser humano, não é capaz de diferenciar o que é externo a si, pois sempre verá o mundo a partir de sua percepção, que é constituída pela sua experiência. Segundo Maturana e Varela (1994), homem e meio são faces de um mesmo processo vital, onde o homem cria uma relação de circularidade na forma como vê o mundo e age nele *num processo contínuo de produção de si mesmo*.

> Se formulo uma pergunta sobre a partícula, ele me dá uma resposta sobre a partícula; se faço uma pergunta sobre a onda ele me dá uma resposta sobre a onda. O elétron não possui propriedades objetivas independentes da minha mente. (...) Nunca podemos falar da natureza sem, ao mesmo tempo, falarmos sobre nós mesmos (CAPRA, 2006: 81).

De acordo com Maturana (2001) e Varela, Thompson e Rosch (2003), a ciência é uma explicação da experiência humana no mundo, e não de uma realidade independente do homem. Os questionamentos do pesquisador, que são a origem de suas pesquisas, surgem da própria práxis de viver, das suas experiências, assim como seus métodos e instrumentos de pesquisa e a interpretação de seus resultados. "... se o procedimento científico pode ser praticado, é porque ele descobre pontos de acordo notáveis entre nossas hipóteses teóricas e as respostas experimentais" (PRIGOGINE & STENGERS, 1997: 03). Da mesma forma, cada pesquisador, ainda que aplique os mesmos métodos em um mesmo tema, tende a ter uma visão diferenciada, seja por sua interpretação dos resultados, ou por um questionamento inicial diferente – que estão associados à sua história pessoal.

> As decisões que dizem respeito ao valor e à utilização da ciência não são decisões científicas; constituem o que nós poderíamos chamar de decisões 'existenciais'; são decisões sobre a maneira de viver, pensar, sentir e se comportar (FEYERABEND apud STENGERS, 2002: 49).

Segundo Maturana (2001), no processo da evolução restam ou persistem sistemas que apresentam *acoplamento estrutural* [13] eficaz na interação entre homem e meio e, dessa forma, constata-se que este é de fato, uma *deriva natural* do que não se adéqua e não, um processo de adaptação dos sistemas vivos por determinação do meio. Portanto, "A cognição humana, enquanto ação eficaz, embora pertença ao domínio biológico, é sempre vivida na cultura". (PEDRO, 1996: 143) É a partir dos valores culturais compartilhados, do senso comum, muitas vezes imperceptível, que se dá o julgamento de pertinência ou não nessa interação. "... a descrição da atividade científica não pode, sem

[13] Esse termo, *acoplamento,* será mantido da edição brasileira do livro *A Mente Incorporada* (VARELA, THOMPSON & ROSH: 2003), apesar do seu caráter funcionalista que não condiz com a proposta dos autores. A partir do comentário de Vicente del Rio, em aula ministrada no ano de 2008 no PROARQ/FAU/UFRJ, de que deveria ser verificado o significado e o sentido do texto original em Inglês, o Pro LUGAR vem utilizando o termo *entrelaçamento* em seu lugar.

violência, ser separada do mundo a que pertence" (PRIGOGINE & STENGERS, 1997: 09).

A visão do saber como algo diferente de uma verdade universal, associado ao meio, ao cientista e à sua experiência, trouxe a abertura para a interpretação, ou seja, visões fragmentadas e significados diferenciados. O desenvolvimento das teorias lingüísticas – Semiótica[14], Estruturalismo[15], Pós-Estruturalismo[16] e Desconstrução[17] – vem a reforçar essa idéia, provocando mudanças na crítica cultural pós-moderna através da renovação do interesse pelo significado e pelo simbolismo. Jacques Derrida trabalha dentro da abordagem da *Teoria da Organização*[18], afirmando que *"*Não se trata de renunciar a um ponto de vista em favor a outro, que seria único e absoluto, mas de encarar a diversidade de possíveis pontos de vista*"* (DERRIDA, 1975 In NESBITT, 2006: 170). Jonathan Culler (1982) propõe que "Desconstruir uma posição não é destruí-la... é desfazer e deslocá-la, situá-la de modo diferente" (CULLER, 1982: 150).

A idéia da diferença se torna muito presente, o objeto passa a ser visto a partir de um ponto de vista ou de uma premissa negativa, ou seja: uma coisa é o que é enquanto não é o que as outras coisas são – quanto se diferencia do todo e se torna particular e identificável. Desse modo, cada elemento – ou fragmento – passa a ser significativo e dotado de características próprias, que estão associadas ao sistema do qual fazem parte – trazem vestígios do que já foram e uma idéia do que serão. "Só é possível perceber a presença do movimento na medida em que, a cada instante, já estão escritos os traços

---

[14] Estudo científico da linguagem como um sistema entre signos que tem uma dimensão estrutural (sintática – relação signo/significado e significante e suas relações sintáticas) e outra de significação (semântica). (SAUSSURE: 1986).

[15] Focaliza os códigos, as convenções e os processos responsáveis pela inteligibilidade da obra – significado socialmente inteligível. Ocupa-se das "condições de significação", relação do texto com as estruturas e processos particulares para explicar a forma e o significado das obras. A linguagem é vista como um sistema que depende do meio para ter significação. (PETERS: 2000).

[16] Funda a crítica do signo, questionando se o signo se compõe de duas partes (significante e significado) ou se ele não depende também da presença de todos os outros significantes, que ele não ativa e dos quais se diferencia. Separa o significante do significado e afirma que o significado é indeterminado, inesgotável. O leitor deve ter papel ativo como produtor de significado, já que a realidade é totalmente constituída (produzida e sustentada) por representações, antes que refletidas por elas. (PETERS: 2000).

[17] É uma manifestação do pós-estruturalismo, examina a fundamentação logocêntrica do pensamento e os fundamentos das disciplinas. Age nas margens para revelar e desmontar as oposições e pressupostos vulneráveis que estruturam um texto. Busca deslocar certas categorias filosóficas e tentativas de supremacia que privilegiam um termo em relação a outro em oposições binárias como ausência/presença. (CULLER: 1982).

[18] A abordagem se desenvolve a partir da premissa de que a natureza das organizações sociais está diretamente associada à cultura. Desenvolveu-se a partir da crise da modernidade e o estabelecimento do pensamento pós-moderno e as decorrentes alterações culturais, buscando compreender que alterações traria, essa mudança, nas organizações sociais.

do passado e do futuro (...) o instante presente não é algo dado, mas o produto das relações entre passado e futuro" (CULLER. 1982: 97). Essa visão busca retomar a complexidade do mundo e dos processos do conhecimento frente ao reducionismo modernista. "Se tentarmos reabsorvê-lo [o mundo], reduzi-lo, serão produzidas metástases, excrescências..." (BAUDRILLARD, 2003:18).

A idéia de que cada elemento é único e faz parte de um todo se reforça: "trata-se do fragmento, mas que cria em torno dele um verdadeiro espaço simbólico, um vazio ou um branco. (...) São fragmentos em rede" (BAUDRILLARD, 2003:39).[19] A idéia de rede ou de sistema não permite o estabelecimento de continuidade linear, pois quando um elemento se apresenta é rapidamente volatizado pelo sistema, ou seja, interpretado e re-aplicado, numa espécie de processo que se dá através da lógica da interface. Segundo Bauman (2007: 09) "A sociedade é cada vez mais vista e tratada como uma "rede" em vez de uma estrutura (...): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis". Este contexto do simulacro se constrói de ligações imprevisíveis e não de sucessões deterministas, apresentando, segundo Jamenson (1996), o tempo fragmentado em "presentes perpétuos".

Segundo Bauman (2007: 12) "Nada pode verdadeiramente ser, ou permanecer por muito tempo, indiferente a qualquer outra coisa: intocado e intocável. O Bem-estar de um lugar, qualquer que seja, nunca é inocente em relação à miséria de outro". Os conhecimentos e saberes não se fecham no limite dos seus campos, mas se encontram abertos a novas conexões a outros saberes. Interferem-se, se entrecruzam, se alterando mutuamente, de forma que cada novo conhecimento – ou sua modificação – faz repensar os demais. Não necessariamente os invalida, mas os modifica, re-interpreta. Não há porto seguro ou pensamentos definitivos, mas uma contínua transformação que gera incerteza e insegurança. Não é mais possível determinar e controlar o mundo e suas coisas.

> O medo é reconhecidamente o mais sombrio dos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável. Essa insegurança e essa incerteza, por sua vez, nascem de um sentimento de impotência: parecemos não estar mais no controle (...) e, para piorar ainda mais as coisas, faltam-nos ferramentas (...) (BAUMAN, 2007: 32).

Neste contexto, o historicismo determinista e suas metanarrativas, assim como uma visão linear e sucessiva dos fatos ou uma observação distante, se tornam insustentáveis.

[19] A citação de Baudrillard é usada somente para exemplificar e reforçar a idéia do pensamento sistêmico utilizado por diversos autores neste período, como, Capra (1996), e Castells, (1996), entre outros autores já citados no trabalho.

Questões culturais, sociais e psicológicas, antes negadas no saber científico – apesar de estarem nele camufladas – e tratadas somente em seus campos de conhecimento, passam a ser parte do saber científico na visão do mundo como um sistema ecológico. As áreas de conhecimento vão ficando cada vez menos delimitadas, e cada vez mais transdisciplinares[20]. Ao se desvencilhar da verdade universal, o pensamento pós-moderno fez emergir conhecimentos e saberes antes ocultados ou excluídos. Foucault (1979: 96) chamou esses conhecimentos de *saberes dominados*, ou seja, "blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos" – o saber regional, particular, comum, ordinário, diferencial.

Segundo Santos (1996: 58) "Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados". É preciso desvendar os fragmentos e, a partir do conhecimento de suas particularidades, estabelecer possíveis relações associadas a um ponto comum, como afirma Foucault (1979: 98): "Não quero abolir as inúmeras e gigantes diferenças, mas, apesar e através dessas diferenças, me parece que existe um ponto comum". A fragmentação pós-moderna se fixa em temas, investigando seus aspectos mais diversos associados a diferentes campos disciplinares de modo a compreender sua complexidade e as questões que participam de sua formação. Cada tema é estudado a partir dos demais saberes que o cercam, não importa de que campo da ciência faça parte, mas a sua relação com o foco abordado.

> No paradigma emergente, o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal de que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm. Mas sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que, em dado momento são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida local. (...) A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros (SANTOS, 1996: 47).

Desse modo, considerando nossa postura frente ao "saber científico", explicitada até aqui, o tema Concepção do Espaço Prisional é abordado neste trabalho sob saberes de diferentes campos do pensamento contemporâneo – história crítica, tipologia arquitetônica e a abordagem experiencial – que serão a seguir apresentados.

[20] Cabe ressaltar aqui a diferença entre os conceitos de transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. O primeiro, como o seu prefixo já diz, transcende as disciplinas e desfaz seus limites, voltando sua atenção para o conteúdo do conhecimento; o segundo se dá *entre* as disciplinas, ou seja: utiliza diferentes disciplinas estabelecendo relações entre elas, mas ainda reconhece seus limites e os identifica (MORIN, 1984: 311).

1.2. História Crítica

> *Toda história é inevitavelmente condicionada por um modo de abordá-la; não se pode escrever uma história absoluta, assim como não se pode realizar uma arquitetura absoluta – mesmo num breve período de tempo, a imagem caleidoscópica altera seu desenho (FRAMPTON, 2003: VII).*

A construção da história na modernidade segue a lógica científico-positivista, busca purificar os fatos, "decantando encadeamentos naturais" (PEDRO: 1996), selecionando elementos e acontecimentos pertinentes ao resultado final encontrado no presente. Essa abordagem histórica busca se configurar (ou então revestir) como verdade absoluta e neutra, como a *ciência e suas explicações do mundo*. Consiste no exame objetivo e exaustivo dos fatos de modo a apreender a essência de um momento histórico e representá-lo de forma fiel, distanciada e, por isso, verdadeira e absoluta. Usa a lógica evolucionista, de modo a selecionar e ordenar os fatos, sucessivamente direcionando-os à causa final, de modo a criar discursos legitimadores.

> (...) uma história [determinista] que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo. Esta história dos historiadores constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; mas é que ela supõe uma verdade eterna, uma alma que não morre uma consciência sempre idêntica a si mesma (FOUCAULT: 1979: 17).

O historicismo crítico se configura como uma abordagem da história fundamentada nas linhas de pensamento pós-modernas, se contrapondo às metanarrativas da modernidade. Segundo Colquhoun (2004:23) "A idéia de que os valores mudam e se desenvolvem com o tempo histórico está hoje tão arraigada no senso comum que é até difícil imaginar um ponto de vista diferente", assim afirma que a crítica pós-moderna colocou duas posturas para a história: (1) a história não é absolutamente determinada; (2) a aceitação da tradição[21] é, de certa forma, a condição do significado arquitetônico (COLQUHOUN, 2004: 33). Desse modo passa a abordar cada período como algo construído pelo passado e conformador do futuro, aceitando que cada momento histórico tem uma história própria, da qual também participa e que não há como determinar o futuro ou, precisamente, a origem do presente. "A singularidade de nossa cultura, que é produto de nosso desenvolvimento histórico, deve ser conciliada com o palpável fato de que ela opera dentro de um contexto histórico e contém em si mesma sua própria memória histórica" (COLQUHOUN, 2004: 35).

---

[21] C.f. Colquhoun (2004:36) a tradição: "disciplina autônoma – uma disciplina que incorpora em si mesma um conjunto de normas estéticas que são o resultado de uma acumulação histórica e cultural que tira daí seu significado".

Segundo Montaner (2004: 23) "A história há de ser sempre contemporânea, não podendo se separar de sua identidade com a crítica, a interpretação e o juízo de valores estéticos". [22] Ainda segundo o autor (2004: 11) a crítica "Constitui uma atividade com o mais amplo sentido cultural. Sua missão é a de interpretar e contextualizar, e pode entender-se como uma hermenêutica que desvela origens, relações, significados e essências". [23] A abordagem crítica busca desmistificar o objeto de análise, ir fundo em suas raízes, descobrir que métodos, teorias, pensamentos o conformaram tal como é, de modo a desvendar o que se encontra implícito no objeto. Para tanto, é necessário que se quebrem as barreiras das disciplinas e do saber e se aborde a questão de forma transdisciplinar[24] (MONTANER, 2004: 19). O objeto de análise – seja a arquitetura ou um período histórico – não é autônomo ou independente, se configura a partir de relações com diversos campos do saber, não pode ser reduzido, deve ser abordado em sua complexidade. Da mesma forma, não pode ignorar suas particularidades e as diferentes interpretações, ainda que se apresentem pontos invariáveis (MONTANER, 2004: 21).

A história crítica se baseia, principalmente, no conceito de *Wirkliche Historie*[25] de Nietzsche, sendo também influenciado pelo paradigma Marxista, que busca investigar e trazer à luz fatos que se ocultam por trás das categorias unificadoras. "Uma crítica marxista coerente da ideologia (...) não pode deixar de desmistificar as realidades contingentes e históricas, desprovidas de objetividade e universalidade, que se escondem por trás dos termos unificadores..." (TAFURI, 1973 In NESBITT, 2006: 394). Isto contribui para explicar o interesse de diversos autores por temas que sempre estiveram à margem da história e da sociedade, sendo raramente estudados. Segundo Foucault (1979: 19), "Uma das características da história é a de não escolher: ela se coloca no dever de tudo compreender sem distinção de altura; de tudo aceitar, sem fazer diferença. Nada lhe deve escapar, mas também nada deve ser excluído". A história não

[22] Tradução livre da autora (La historia há de ser siempre contemporânea, no pudiéndose separar de su identidad com la crítica, la interpretación y el juicio de valores estéticos).

[23] Tradução livre da autora (Constituye uma actividad com el más amplio sentido cultural. Su misión es la de interpretar y contextualizar, y puede entenderse como uma hermenêutica que desvela orígenes, relaciones, significados y esencias).

[24] O autor utiliza o termo *multidisciplinar*, aqui substituído por *transdisciplinar* por melhor se adequar a sua abordagem. O termo multidisciplinar pressupõe uma abordagem *interdisciplinar*, diferente da idéia proposta pelo autor. C.f. "Este objetivo se complementa com el estabelecimiento de interpretaciones multidisciplinares que rompam las barreiras del professionalismo y la especialización que limitan las prácticas culturales".

[25] C.f. Nietzsche (1976), a história "efetiva", aquela que incorpora questões que a atravessam, e mesmo fazem parte do seu processo de construção e destruição. É um olhar mais aproximado das questões que cercam seus acontecimentos e formam suas variâncias.

deve, portanto, excluir fatos ou temas para comprovar princípios ou estabelecer modelos, mas construir a história de modo efetivo.

> A bem dizer, hoje em dia, a principal tarefa da crítica da ideologia é desfazer os mitos impotentes e ineficazes que com tanta freqüência subsistem como ilusões que permitem a sobrevivência de "esperanças anacrônicas no projeto" (TAFURI, 1973 In NESBITT, 2006: 396).

> ... todo objeto arquitetônico deve ser valorizado nas direções e esperanças dos projetos coletivos, dentro de um sentido ético e linhas de força da história. (...) A crítica, portanto, deve desconfiar dos argumentos de poder, deve mostrar os mecanismos de gestão e deve recordar que os pactos entre os setores dominantes tem imposto uma realidade inapelável que tem convertido muitas possibilidades em heterodoxias ou utopias não realizadas[26] (MONTANER, 2004: 20).

A história deve levar em conta a realidade de cada período. Realidade essa que tornou possível o estudo e a aceitação de certas abordagens, temas e pensamentos, sem, entretanto, considerar essa realidade ingenuamente, como fator determinante e absoluto. Segundo Stengers (2002: 53) "... o historiador, aqui, se define ele próprio pelo recuo no tempo, pela diferença entre o que a história das ciências o torna capaz de questionar e o que essa história definiu como incontestável", ou seja, o pesquisador está incorporado à história, seus questionamentos partem da realidade da qual ele faz parte, assim como, suas abordagens, teorias e métodos. A realidade, o contexto e o tempo do pesquisador não configuram somente a sua visão de mundo, mas a sua maneira de intervir, operar no seu campo de trabalho e interpretar teorias e conceitos utilizados. Isso porque segundo a autora:

> ... um paradigma não é uma simples maneira de "ver" as coisas, de interrogar ou de interpretar resultados. Um paradigma é, antes de mais nada, da ordem, da prática. O que se transmite não é uma visão de mundo, mas uma maneira de fazer, uma maneira não só de analisar os fenômenos, de lhes conferir um significado teórico, mas também de intervir... (STENGERS, 2002: 64).

O principal viés teórico desta pesquisa está apoiado no historicismo crítico, mais precisamente no trabalho de Michel Foucault e, se justifica, por permitir que as análises históricas aqui apresentadas, sobre a arquitetura penal, sejam devidamente contextualizadas em suas épocas e analisadas a partir da sua própria visão de mundo, valores e pensamentos, em contrapartida a uma avaliação distanciada.

---

[26] Tradução livre da autora (... todo objeto arquitectónico deve ser valorado em las direcciones y esperanzas de los projetos colectivos, dentro de um sentido ético y de unas líneas de fuerza de la historia. (...) La crítica, por lo tanto, debe desconfiar de los argumentos del poder, debe mostrar los mecanismos de gestión y debe recordar que los pactos entre los sectores com decisión han impuesto uma realidad inapelable que há convertido muchas possibilidades em heterodoxias o utopias no realizadas).

1. 2. 1. Arqueologia do Saber

O conceito de arqueologia do saber desenvolvido por Foucault (1985, 2008) pode ser considerado uma abordagem histórica fundamentada na análise de formações discursivas e sua relação com os diversos campos do saber – científicos ou não. Essa abordagem está bastante associada aos seus primeiros trabalhos e se baseia fortemente em conceitos desenvolvidos por Nietzsche (1976), assim como nas linhas de pensamento estruturalistas. Associa o significado às suas condições de significação e sua possibilidade de existência a partir da historicidade em que estavam inseridos, de seus saberes e do senso comum.

> "... o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a episteme onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma "arqueologia" (FOUCAULT, 1999: XVIII).

A arqueologia pretende estudar a ordem e as regras inconscientes que dão significado às coisas dentro de uma rede. São leis inerentes a certas realidades que direcionam a forma de agir e perceber o mundo definindo os códigos culturais. Participam da configuração da rede leis governamentais, a linguagem, a técnica, valores, hierarquias, assim como teorias científicas e filosóficas. Desse modo, se configura como uma abordagem transdisciplinar que busca a partir do cruzamento de informações de natureza diversa dar luz a uma visão de mundo local e temporal, suas regras são singulares e só podem ter valor dentro da realidade estudada. As formações discursivas analisadas participam de diversos campos de conhecimento, de diferentes formas e distintas funções. Tem como foco, portanto, não a verdade científica, mas o saber.

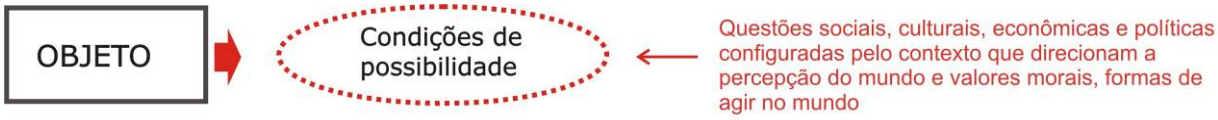
> Bem diferente, ainda nisto, das descrições epistemológicas ou “arquitetônicas” que analisam a estrutura interna de uma teoria, o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco (FOUCAULT, 2008: 177).

O autor entende como saber o “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar um lugar”... (FOUCAULT, 2008: 204). Associa o saber diretamente ao seu contexto, valores, pensamentos, assim como à própria ciência e sua constituição – se a ciência se constitui a partir de saberes, e estes a partir da prática discursiva, o saber científico não é algo puro ou neutro, o campo epistemológico

está nele presente, precisa ser considerado. “O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (FOUCAULT, 2008: 205). O saber, portanto, se constitui a partir das possibilidades que se apresentam em certas realidades, sendo também constituído pelo conhecimento vulgar (Quadro 2).

> ... um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (...) Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 2008: 203).
>
> O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do saber. Além disso, ela se ocupa do saber em sua relação com as figuras epistemológicas e as ciências, pode, do mesmo modo, interrogar o saber em uma direção diferente e descrevê-lo em um outro feixe de relações (FOUCAULT, 2008: 218).

Quadro 2 – arqueologia do saber



A abordagem usa o conceito de *arquivo,* - que seria uma espécie de domínio, ou campo de abrangência local e temporal que abrigaria a tradição, o senso comum, os pensamentos científicos, o conhecimento – e que funcionaria como uma espécie de filtro na identificação de novas abordagens ou conhecimentos. “Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder... [mas]... do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo leis do pensamento” (FOUCAULT, 2008: 146).

Deste modo, o arquivo, tanto especifica o campo de aceitação dos saberes como caracteriza a prática discursiva. “O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008: 147). Assim, aceita a regularidade discursiva, como uma visão de mundo, a condição de existência do saber – que perde seu valor e sentido fora da regularidade (FOUCAULT, 2008: 163). A regularidade não pressupõe homogeneidade, mas uma conformação de elementos heterogêneos que atendem a uma idéia ou regra geral comum, que direciona – mas não determina – seus caminhos, seus pensamentos e sua intervenção. Cada novo elemento modifica as relações na rede podendo trazer alterações em suas regras, de modo que a rede é dinâmica – está sempre sujeita às transformações.

> ... todo enunciado se relacionava a uma certa regularidade – que nada, por conseguinte, podia ser considerado como pura e simples criação... Mas vimos também que nenhum enunciado podia ser considerado como inativo e valer como sombra ou decalque pouco reais de um enunciado inicial... o menor enunciado – o mais discreto ou banal – coloca em prática todo o jogo das regras segundo as quais são formados seu objeto... As regras jamais se apresentam nas formulações; atravessam-nas e constituem para elas um espaço de coexistência; não podemos, pois, encontrar o enunciado singular que as articularia (FOUCAULT, 2008: 165).

A dinâmica das formações discursivas está associada às contradições. Destas irão surgir novos conhecimentos a fim de explicá-las, configurando novas visões de mundo e, assim, novos saberes[27] – lógica de rede. Desse modo, a contradição não é um erro, mas a "verdade" originada do saber de uma época que os supera conformando assim, conhecimentos futuros. Tal fato leva à admissão da idéia de sucessão histórica, que aqui se dá de modo diverso ao pensamento determinista, como uma espécie de fundamentação. "A precedência não é um dado irredutível e primeiro... Não basta a demarcação dos antecedentes para determinar uma ordem discursiva: ela se subordina, ao contrário, ao discurso que se analisa" (FOUCAULT, 2008: 161). Só é analisável em si mesma.

> Longe de ser indiferente à sucessão, a arqueologia demarca os vetores temporais de derivação. (...) O que ela [a arqueologia] suspende é o tema de que a sucessão é um absoluto: um encadeamento primeiro e indissociável a que o discurso estaria submetido pela lei da sua finitude; e também o tema de que no discurso só há uma forma e um único nível de sucessão (FOUCAULT, 2008: 190).

A abordagem arqueológica, portanto, busca estabelecer as relações que conformam as sucessões a partir da continuidade, como um processo complexo que se dá a partir de alterações em pontos do sistema; não como uma transformação geral a partir de um elemento único modificando a um só tempo todos os elementos e suas relações. Busca um feixe de acontecimentos, não uma origem – essa modificação não se dá de forma maciça, mas a partir de fragmentos associados. "Não se deve mais procurar o ponto de origem absoluta ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar" (FOUCAULT, 2008: 165). Uma nova formação discursiva se conforma a partir de um emaranhado de fatos que

[27] Cf. Foucault (2008: 170), "tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e supera-la que ele se opõe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorna-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade".

modificará uma série de conceitos, objetos, pensamentos, mas não é possível ignorar os traços do seu passado, sua tradição.

> A idéia de um corte que divide de uma só vez, e em um momento dado, todas as formações discursivas, interrompendo-as com um único movimento e reconstituindo-as segundo as mesmas regras, não poderia ser mantida. A contemporaneidade de várias transformações não significa sua exata coincidência cronológica... (FOUCAULT, 2008: 196).

A história arqueológica fundamenta-se no estudo das relações entre fragmentos, a partir do conceito de *Episteme,* que diz respeito às formas que nos permitem o acesso ao conhecimento num dado momento histórico, ou seja, às condições discursivas que constituem uma epistemologia. A configuração do conhecimento de uma *Episteme* é baseada em concepções tão fundamentais, que são imperceptíveis para os envolvidos – são códigos sócio-culturais que estão presentes em todas as nossas ações, intervenções e realizações: técnicas, práticas, valores, linguagem, são ordens empíricas (FOUCAULT, 1985: 10). A *episteme* se relaciona aos processos de uma prática histórica, e se configura no interior das práticas discursivas, "não é o que se pode saber em uma época, tendo em conta insuficiências técnicas, hábitos mentais, ou limites colocados pela tradição; é aquilo que na positividade das práticas discursivas, torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências" (FOUCAULT, 2008: 215). É, de certa forma, a idéia de mundo presente nos homens de cada época, de modo inconsciente, que direciona suas ações.

> Suspeitamos talvez, que a episteme seja algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. (...) A episteme não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2008: 214).

A aplicação da abordagem da história arqueológica no presente trabalho é fundamental por permitir que se analise a relação da idéia de encarceramento, suas instituições, sua arquitetura e suas transformações, o surgimento de novos conceitos em diversos períodos a partir de suas visões de mundo, conformando uma compreensão mais aproximada e profunda do tema estudado. Para complementar a análise arqueológica, será utilizado o conceito de Genealogia, que se fixa na relação entre os objetos de uma mesma episteme e suas características particulares, explicitado a seguir. (FOUCAULT, 1979),

1. 2. 2. Genealogia do Saber

O conceito de genealogia se desenvolve a partir da interpretação dos conceitos de Nietzsche e da valorização da dimensão da existência. Foucault passa a questionar como as práticas sociais engendram certos domínios do saber, desmascarando a neutralidade. "A razão? Mas ela nasceu de uma maneira inteiramente "desrazoável" – do acaso. A dedicação à verdade e ao rigor dos métodos científicos? Da paixão dos cientistas, (...) da necessidade de suprir a paixão – armas lentamente forjadas ao longo das lutas pessoais" (FOUCAULT: 1979: 12). A partir de tais questionamentos, o autor parte do conceito de arqueologia, propõe que os acontecimentos precisam de condições de existência para se estabelecer e prossegue estudando o modo como as transformações ocorrem no interior das epistemes, levando de uma a outra.

A abordagem genealógica, fundamentada no conceito de genealogia de Nietzsche, baseia-se em três princípios: (1) Como se formaram as séries de discurso; (2) Qual foi a norma específica de cada série; (3) Quais foram as suas condições de aparecimento, de crescimento e variação. Esta abordagem é bastante associada às linhas de pensamento pós-estruturalistas, fato que se torna claro em sua palestra *A Ordem do Discurso* (1970), onde afirma que a verdade, o conhecimento e o saber, assim como a linguagem, a escrita e o sistema jurídico são jogos de diferenças, onde prevalece o que pode ser legitimado pela episteme. Contudo, não se propõe a estudar a *Episteme*, mas se fixa nas suas relações e no seu jogo de diferenças.

> Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade [é o] acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá−la à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica. [...] o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais (FOUCAULT: 1979: 97).

O conceito de Genealogia parte da existência da gênese – um conjunto de objetos associados por algum elemento ou característica comum – ou seja, se fundamenta na reincidência dialética de um tipo ou modelo ao longo do tempo, que se dá através da sua interpretação e aplicação - releitura adaptada a outras particularidades – um outro tempo, local ou finalidade (Quadro 3). A investigação parte, portanto, da análise da gênese para estabelecer possíveis pontos geradores da mutação do *tipo* dentro de um momento histórico – semelhanças e particularidades que abrigam a idéia comum da mutação relacionada à conjunção de acontecimentos de uma episteme. O estudo minucioso de cada caso particular do *tipo* permite traçar os pontos comuns com a rede da qual fazem

parte e, a partir de suas peculiaridades, estabelecer pontos que se sobrepõem, permitindo a identificação do traço geral da mutação. Os fatos históricos podem identificar as condições de existência para o surgimento de novos elementos e, o estudo da ocorrência, identificar a mudança que cada particularidade trouxe.

Quadro 3 – genealogia do saber

> Ela [A genealogia] deve construir seus "monumentos ciclópicos" não a golpes de "grandes erros benfazejos", mas de "pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo". A genealogia não se opõe a história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa de "origem" (FOUCAULT: 1979: 12).

A genealogia seria o estudo dos acontecimentos a partir de seu estabelecimento, sua origem, mas não aquela associada ao termo *Ursprung*[28]. Isso porque entendendo o processo com a lógica da rede o elemento original seria aquele puro, mas seu estabelecimento, sua existência, forçosamente traria a sua transformação a partir da sua relação com os outros elementos: "diante de tal aparição, deixa de haver o distanciamento do juízo, creio que isso é da ordem do devir e da metamorfose. (...) que é também uma perda da origem, também do fim" (BAUDRILLARD: 2003:18, 49). A genealogia, portanto, pretende analisar os fatos em sua ocorrência – a partir de acontecimentos associados que os fizeram emergir e as relações que se estabeleceram, trazendo a interpretação do objeto original a partir do seu uso e sua "ressignificação". Desse modo a genealogia procura demorar-se nas meticulosidades e seus acasos, a fim de desmascarar as verdades ocultadas na metafísica.

> Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que ele aprende? Que atrás das coisas há "algo inteiramente diferente": não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são em essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT: 1979: 12).

Busca-se a partir dos fragmentos dispersos e singulares, revelar a relação que os associa a uma rede comum. Procura-se, portanto a proveniência (*Herkunft*), ou seja, o que torna algo ou alguém pertencente a um grupo, não por suas semelhanças, mas por pequenas singularidades que se entrecruzam, uma tradição. O valor não está na verdade ou no

[28] Ursprung, do alemão, origem. Alinha-se a idéia de essência, *Zeitgeist*, que seria uma identidade primeira, livre de interferências externas, pura. (FOUCAULT: 1979: 12)

discurso estabelecido, mas na ação – sua interpretação e aplicação –, na forma como esse conhecimento é exteriorizado, e nos acertos e falhas que levaram esse percurso a se dar dessa maneira e o diferencia do que foi no passado, singularizando-o. Os desejos, os desvios, as verdades que surgem e se apagam, esse conflito constante inscrito e marcado em seu percurso imprevisto. “A genealogia, como análise de proveniência está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT: 1979: 15). Ou seja, deve mostrar de que forma as mudanças nas linhas de pensamento, a partir da experiência, trazem ajustes ao elemento original – o modelo – e se mostram inscritas no objeto.

É o descortinar do fato que a genealogia procura tratar, visto como um trecho de uma série de acontecimentos contínuos, pois não há um fim, mas uma constante transformação onde emergem acontecimentos derivados de relações entre os tantos acontecimentos da série e suas diferenças. A emergência (*Entestehung*) surge de situações específicas onde por algum motivo, fatos ou conhecimentos são abandonados em decorrência do aprofundamento de e “ressignificação” de outros. São essas “ressignificações” que provam o estabelecimento de um conhecimento e o seu valor, pois a emergência se dá no interstício formado entre essas relações, esse não-lugar é o ponto comum que as associa e que estabelece um discurso. “...então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve a sua história [...] como emergências de interpretações diferentes” (FOUCAULT: 1979: 17). Assim a proveniência designa a marca e a qualidade do acontecimento, enquanto a emergência designa seu ponto fundamental, a interseção que os une.

> A história efetiva se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. (...) A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (...) Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade (FOUCAULT: 1979: 18).

A abordagem genealógica se associa fortemente à idéia de tipo apresentado a seguir e se mostrou importante para o desenvolvimento desse trabalho por analisar os objetos a partir de sua ocorrência, abordando-os na sua efetiva existência – permite assim que se considere a experiência e suas implicações nos modelos e tipos arquitetônicos penais.

1.3. Abordagem Tipológica na Arquitetura Contemporânea

> *Porém, por mais diferentes que essas soluções [pós-modernas] possam ser, elas possuem uma coisa em comum – todas rejeitam a proibição modernista à imitação. Todas até certo ponto, afrouxam a ligação que o pensamento historicista estabelece entre as formas artísticas e o Zeitgeist (COLQUHOUN, 2004: 225).*

> *Mais do que corpos teóricos o que encontramos são situações propostas que têm buscado sua consistência nas condições particulares de cada acontecimento (SOLÁ-MORALES, 1993: 14).*[29]

> *A obra de arquitetura não pode ser considerada como um eixo único e isolado, singular e "irrepetível", uma vez que sabemos o quanto está condicionada pelo mundo que lhe rodeia e por sua história. Sua vida se propaga e se faz presente em outras obras em virtude da condição específica da arquitetura, ao implicar nesta uma cadeia de eixos solidários aos quais descreve uma mesma estrutura formal (MONEO, 1984: 25).* [30]

A arquitetura pós-moderna apresenta, como linha comum, um desejo de ultrapassar a teoria moderna, saindo do reducionismo para entrar na complexidade, opondo-se à abstração formalista, aos princípios funcionalistas e à ruptura completa com a história. Desenvolve-se de forma transdisciplinar a partir de enquadramentos ideológicos e da importação de paradigmas de outras áreas do conhecimento – como a história, fenomenologia, lingüística, filosofia, etc. O desenvolvimento da teoria crítica atesta que a história não é absolutamente determinada para um fim, mas acredita que é a tradição que cria a condição do significado da arquitetura. A valorização da tradição traz o interesse pela essência da arquitetura e o estudo das linguagens históricas a partir da forma e sua constituição tradicional, em contraposição à forma definida pela função.

A ênfase no estudo de formas históricas, da essência e do significado da arquitetura traz grande importância à abordagem do tipo, bastante semelhante à abordagem genealógica. A idéia de tipo pressupõe um grupo estabelecido de elementos, de alguma forma associados, ou a idéia de gênese. "O conceito de tipo se baseia fundamentalmente na possibilidade de agrupar os objetos servindo-se daquelas similitudes estruturais que lhes são inerentes, poderia dizer-se inclusive, que o tipo permite pensar em grupos"

[29] Tradução livre da autora (Más que cuerpos teóricos lo que encontramos son situaciones propuestas de hecho que han buscado su consistencia en las condiciones particulares de cada acontecimiento).

[30] Tradução livre da autora (La obra de arquitectura no puede ser considerada como um hecho único y aislado, singular e irrepetible, uma vez que sabemos cuanto está condicionada por el mundo que lê rodea y por sua história. Su vida se propaga y se hace presente em otras obras em virtud de la especifica condition de la arquitectura, al implicar esta uma cadena de hechos solidários a los cuales describe uma misma estructura formal).

(MONEO, 1984: 15). [31] Desse modo, o conceito de tipo se baseia no elemento típico, mais generalista, que funciona como uma base de criação que irá se caracterizar e apresentar sua identidade – aquilo que o diferencia dos demais elementos de sua gênese – a partir de seus elementos particulares adaptados à sua realidade. "O conceito de vagueza ou genericidade do tipo que, portanto, não pode influir diretamente sobre a invenção e a qualidade estética das formas, explica também a gênese, o modo de formação do tipo" (ARGAN, 2004: 66).

Essa abordagem, ao contrário da abordagem funcionalista do modelo – que adota a repetição – busca, através da existência dos modelos anteriormente adotados, estabelecer seu traço comum a partir dos rastros deixados ao longo do tempo que permanecem ainda presentes, apesar de suas peculiaridades. "A história da arquitetura do passado tende a ser analisada como um produto do passado em que se ressaltam suas inovações e diferenças com respeito à arquitetura do presente" (SOLÁ-MORALES: 1985 In NESBITT: 2006: 254). Entende-se que somos constituídos a partir da nossa experiência do passado, mas agregamos a ela nossos conhecimentos do presente, lhe dando novo sentido e direção que irão formar as bases e condições de mudanças futuras. "... é o conhecimento do passado que constitui o termo de comparação e medida para o futuro" (ROSSI, 1998: 37). Entendemos que nada é natural ou provém do nada, como já afirmava Quincy:

> ... em tudo é necessário um antecedente; nada em nenhum gênero, vem de nada, e isso não pode deixar de se aplicar a todas as invenções do homem (...) é como uma espécie de núcleo em torno do qual se aglomeram e se coordenaram em seguida os desdobramentos e as variações de forma que o objeto era suscetível. (QUINCY, 1832 apud ROSSI, 1998: 26)

> Os significados culturais de um período se inter-relacionam, e o significado de qualquer palavra ou qualquer forma artística singular, depende da existência de todas as outras. (...) a história está presente não somente como um processo em que uma fase anula a fase anterior, mas também como uma série de rastros que sobrevivem em modos atuais de se ver o mundo. (COLQUHOUN, 2004: 233)

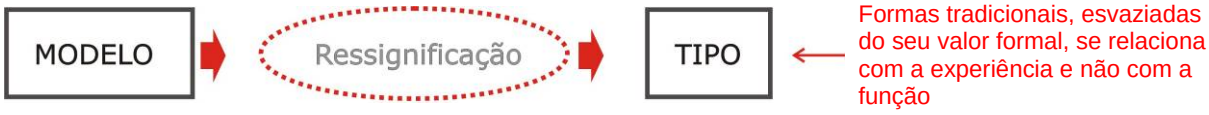
A abordagem tipológica, então, se dá a partir do entendimento que, passado e presente fazem parte de um mesmo ciclo de transformação, onde seus elementos se relacionam continuamente, não estão dissociados nem tampouco se invalidam, mas ao contrário estão profundamente associados. "... a arquitetura ao contrastar estruturas antigas e novas, descobre o fundo e a forma em que o passado e o presente se reconhecem reciprocamente" (SOLÁ-MORALES, 1985 In NESBITT, 2006: 257). Uma nova

[31] Tradução livre da autora (El concepto de tipo se basa fundamentalmente em la possibilidad de agrupar los objectos sirviéndose de aquellas similitudes estructurales que les son inherentes, podria dicirse incluso, que el tipo permite pensar em grupos).

interpretação gera novo significado a partir da sua aplicação às antigas formas, de modo que cada novo objeto arquitetônico está associado à sua história e seus rastros, assim como à sua realidade presente e local, são variações interligadas. "Também por isso todas as grandes arquiteturas se repropõem à arquitetura da antiguidade, como se a relação fosse fixada para sempre; mas cada vez se repropõe com uma individualidade diferente" (ROSSI, 1998: 152). A idéia do tipo é, portanto, particular, local e temporal, não pode ser aplicada ou instituída em uma realidade diversa. "... o tipo, entendido como estrutura formal, está, pelo contrário, ligado intimamente com a realidade, com uma amplíssima gama de interesses que vão da atividade social à construção" (MONEO, 1984: 16). [32]

Segundo Argan (2004), "... o tipo é sempre deduzido da experiência da história" (ARGAN, 2004: 68). O estabelecimento do tipo depende, portanto, da permanência de caracteres comuns a todos os elementos da série do qual pertencem, sendo parte de um sistema. Como na genealogia, a abordagem se fixa na aplicação e interpretação de um modelo, "ressignificando-o" (Quadro 4). A abordagem tipológica se estabelece a partir de um processo de analogia formal, ou seja, formas reconhecidas através da tradição apresentando pequenas variações particulares e contextuais pertinentes às exigências do seu tempo, seu local, enfim, de sua particularidade. "... quando um tipo se fixa na prática ou na teoria arquitetônicas, ele já existe numa determinada condição histórica da cultura, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas" (ARGAN, 2004: 66). Desse modo, o estabelecimento do tipo pressupõe que existam condições sócio-culturais para tal, da mesma forma, reafirma a dissociação entre forma e função, já que permite diferenciadas leituras associadas a questões de natureza diferente da sua forma original.

Quadro 4 – modelo e tipo



> Ele [o tipo] resulta da experiência de formas realizadas como formas artísticas, mas as apresenta esvaziadas daquilo que é seu específico valor formal ou artístico: mais precisamente, priva-as de seu caráter e de sua qualidade de forma e as reporta ao valor indefinido de uma imagem ou de um signo (ARGAN: 2004: 66).

[32] Tradução livre da autora (... el tipo, entendido como estructura forma, está, por el contrario, ligado intimamente com la realidad, com uma amplíssima gama de intereses que van de la atividad social a la construcción).

Segundo Colquhoun (2004) as formas se relacionam aos usos e às tarefas realizadas nos lugares abrigados pela arquitetura. Por isso, independem de um único momento histórico. Não é possível isolá-lo completamente, uma vez que ele depende de todos os outros, de uma conjunção de fatos. "... é exatamente por meio da persistência das formas anteriores que o sistema pode comunicar significado. Essas formas, ou tipos, interagem com as tarefas apresentadas à arquitetura, em qualquer época da história, formando todo o sistema" (COLQUHOUN: 2004: 234). Segundo Rossi (1998: 25), "O tipo vai se constituindo, pois, de acordo com as necessidades e com as aspirações de beleza: único mas, variadíssimo em sociedades diferentes, ele está ligado à forma e ao modo de vida". Por mais que queira reproduzir o modelo original, as condições locais e temporais vão sempre lhe dar um direcionamento diferente, um novo modo de ver e intervir:

> ... nenhum tipo se identifica com uma forma, mesmo sendo todas as formas arquitetônicas redutíveis a tipos. (...) O tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas, mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico (ROSSI, 1998: 27).

O estabelecimento de um tipo arquitetônico está intimamente associado ao modo de viver: "... a estabilidade de uma sociedade – estabilidade que se reflete tanto nas atividades, como nas técnicas e nas imagens – é, em ultimo caso, a responsável da persistência da imagem no espelho da arquitetura" (MONEO, 1984: 16). [33] Segundo Corona Martinez (2000:112), as transformações no tipo dependem de: (1) *adaptações* – dimensões, orientações no lote, etc; (2) *variações* – mudanças no modo de vida; (3) a relação entre a variação e o ato de projetar. Desse modo, a aplicação da abordagem tipológica pressupõe a existência de um modelo e propõe a sua *interpretação*. É, portanto, uma crítica, como também uma intervenção fundamentada na experiência, permitindo a liberdade da interpretação a partir da percepção de cada um e sua adaptação de acordo com a pertinência de cada caso. "Se é assim, e os tipos refletem modos de vida próprios de uma sociedade, os tipos arquitetônicos pertencem de pleno direito à área da satisfação do usuário, à dimensão sincrônica do presente" (CORONA MARTINEZ, 2000: 110).

A idéia de tipo está associada a uma visão holística, característica da cultura contemporânea, em contrapartida à visão de modelo associada a uma visão mecanicista, a idéia de um tipo ideal que funciona como uma referencia. ""Tipo" é a idéia genérica,

[33] Tradução livre da autora: (la estabilidad de uma sociedad – estabilidad que se refleja tanto en las actividades como en las técnicas y en las imágenes – es, em último término, la responsable de la persistência de la imagen em el espejo de la arquitectura).

platônica, arquetípica, é a forma básica comum da arquitetura; "modelo" é aquilo que é possível ir repetindo tal qual, como um carimbo que possui uma série de caracteres recorrentes" (MONTANER, 2001b: 110). Enquanto o tipo se estabelece de forma analógica e inconsciente – a partir de questões subjetivas como a experiência e a memória individual e coletiva – o modelo se estabelece por meio da mimese e do pensamento racional, associado a um ideal distante da realidade, uma situação utópica e intemporal. É estático, deve ser eterno. Um tipo tem, como referência, um outro tipo que é transformado, modificado, até mesmo destruído, dando origem a um outro; o modelo tem, como norma, o ideal.

> A palavra tipo não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a idéia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ao modelo (...) o modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que deve se repetir tal como é; o tipo é, pelo contrário, um objeto, segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelhe entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no "tipo" (QUINCY 1832 apud ROSSI, 1998: 25).

> O tipo, que encontrava sua razão de ser na história, na natureza e no uso, não devia, portanto, ser confundido com o modelo, a repetição mecânica de um objeto. O tipo manifestava a permanência no objeto, simples e único, daquelas características que o conectavam com o passado, dando razão assim de uma identidade cunhada anos atrás, mas sempre presente na imediatez do objeto (MONEO, 1984: 17). [34]

Este enfoque teórico, adotado com base no conceito de tipo, se faz necessário por permitir a comparação entre projetos de diferentes programas – ou funções – e momentos históricos, possibilitando identificar as transformações sofridas através do tempo e as adaptações – interpretações. A articulação das análises do mesmo tipo possibilitam a identificação de suas semelhanças, assim como as diferenças que dão o caráter de cada obra e sua identificação como tal.

> Tal atitude ante a tipologia propõe uma nova dimensão histórica da obra de arquitetura que ajuda a situá-la no terreno público não como objeto autônomo, mas como elementos criados no processo de desenvolvimento no tempo da história. Segundo palavras de George Kubler: "a história é demasiado imprecisa e breve para poder ser considerada simplesmente como uma sucessão temporal, estruturada mediante períodos de idêntica consistência" (MONEO, 1984: 23). [35]

---

[34] Tradução livre da autora: (El tipo, que encontraba su razón de ser em la história, la naturaleza y el uso, no debia, por tanto, ser confundido com el modelo, la repetición mecânica de um objecto. El tipo manifestaba la permanência em el objecto, simple y único, de aquellas características que lo conectaban com el pasado, dando razón así de uma identidad açuñada años atrás, pero siempre presente em imediatez del objecto).

[35] Tradução livre da autora (Uma tal actitud ante la tipologia propone uma nueva dimensión histórica de la obra de arquitectura que ayuda a situarla en el terreno de lo público no como um objecto autônomo, sino como elementos creados en el processo de desarrollo en el tiempo de la

O conceito de tipo pressupõe uma *interpretação* a partir de uma releitura do objeto arquitetônico, que pode ser derivada de: (1) uma visão temporal do contexto; (2) uma mudança – intencional ou não – do caráter de uso de uma determinada área urbana; (3) de possibilidades econômicas; (4) da visão corporativa – governamental ou privada; ou (5) decorrente da interação pessoa–ambiente, ou seja, da experiência prática e da vivência no lugar, que será abordada nesse trabalho junto ao contexto. Isso porque a adaptação do espaço tem como finalidade melhor atender aos propósitos da atividade humana no lugar, processo que se dá através da cognição, da constatação dos problemas e acertos de ordem prática que surgem do próprio uso do espaço em determinada situação e contexto. Para um melhor entendimento da relação pessoa-ambiente no espaço penal e do processo cognitivo derivado dessa relação será utilizada a *Abordagem Experiencial*, apresentada a seguir.

1.4. Abordagem Experiencial: transformando a atitude de conhecer

> *O sujeito, que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica (SANTOS, 1996: 43).*

> *Somos igualmente atores e espectadores das transformações que possibilitam novas modalidades de relações entre nós próprios e o mundo, de modo que qualquer relato será sempre duplamente parcial: singular, uma vez que o que podemos compreender depende de nossa situação, sempre local, no mundo, e não definitivo, por dizer respeito a um acontecimento da nossa contemporaneidade (PEDRO, 1996: 96).*

No discurso moderno o *espaço* é visto como algo genérico, abstrato, meramente constituído por uma relação funcional, matemática e quantitativa entre suas partes e elementos resultando em uma arquitetura autônoma, ideal, dissociada de qualquer sensibilidade – em relação ao contexto ou aos seus usuários (MONTANER, 2001: 31). A idéia de mundo como um sistema ecológico, por sua vez, passa a tratar o espaço físico como um *lugar* a partir de uma visão fenomenológica[36], ou seja, da indissociabilidade entre homem e ambiente. O conceito de lugar, ao contrário do conceito de espaço, considera a experiência humana, tornando o espaço um lugar de vivências, sensações, de caráter único, particular e qualitativo (Quadro 5). "... o lugar é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; é ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano"

história. Pues según palabras de George Kubler "la história es demasiado imprecisa y breve para poder ser considerada simplesmente como una sucesión temporal, estructurada mediante períodos de identica consistancia").

[36] Na abordagem de Merleau-Ponty (2001), Heidegger (1954) e Husserl (1984)

(MONTANER, 2001: 32). Lefebvre (1991) fala da arquitetura como algo que é produzido e reproduzido a partir da *interação* dos indivíduos e da *interpretação* que cada um dá ao espaço a partir de sua experiência no lugar e sua história de vida.

> A arquitetura produz corpos vivos, cada um com atributos distintos. O fundamento ativo de um tal corpo, sua presença, não é visível nem legível como tal, nem é objeto de qualquer discurso, pois reproduz a si mesma dentro daqueles que usam o espaço em questão, dentro de suas experiências vividas. (LEFEBVRE, 1991: 300)

Segundo Tuan (1983), o espaço só é concreto ou real quando interagimos com ele, pois a realidade se constitui a partir das nossas experiências – pensamento e sentimento. "O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (...) O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado" (TUAN, 1983: 06; 151). O significado ou interpretação que damos ao espaço ao idealizá-lo ou experienciá-lo varia com tempo, a cultura e a nossa própria experiência de vida, memórias, imaginação, que vão, de certo modo, direcionar as nossas sensações no lugar atribuindo-lhe conotações qualitativas. Considerando a arquitetura como um lugar de existência da pessoa, suas propriedades e fenômenos se criam exatamente da presença da pessoa e sua vivência no lugar – a pessoa é o sujeito da experiência.

A *Abordagem Experiencial*, desenvolvida pelos pesquisadores do ProLUGAR, baseia-se na abordagem *atuacionista* proposta por Varela, Thompson e Rosch (2003) e no pressuposto de que "não é possível ter acesso a uma realidade independente do observador, pois ela não é algo pré-determinado, estático e imutável, mas o resultado de uma explicação que não é independente do observador" (RHEINGANTZ et al, no prelo: 10). Desse modo, compreende a relação pessoa-ambiente como uma interação que se dá de forma biunívoca num processo constante. "... caracteriza a experiência do homem no lugar, ou o modo como a um só tempo cada lugar influencia a ação humana; como a presença humana dá sentido e significado a cada lugar" (RHEINGANTZ et al, no prelo: 10). O lugar não existe sem o ser humano, assim como o ser humano não pode existir dissociado de um lugar – suas ações estão impregnadas pela sua experiência no lugar e o lugar constituído a partir de suas necessidades e aspirações, derivadas da sua experiência de vida.

Essa abordagem pressupõe uma *visão ecológica* de um mundo onde pessoa e ambiente, observador e objeto observado, são inseparáveis (RHEINGANTZ, 2004), em contraposição a visão behaviorista: "Os behavioristas ignoram largamente a interação mútua e a interdependência entre um organismo vivo e seu meio ambiente natural, o qual

também é, ele próprio, um organismo" (CAPRA, 2006: 167). A compreensão que os cientistas têm a respeito do mundo não é necessariamente como ele é, mas sim como cada indivíduo o percebe, razão pela qual atualmente sugere-se o conceito de *interpretação* em substituição ao de representação. "O que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de questionamento" (HEISENBERG, 1959: 42) [37]. Desse modo, recupera-se o senso comum, pois, assim como, sujeito e mundo estão continuamente modificando-se e influenciando-se, o entendimento do mundo pela cognição está continuamente se fazendo, constituindo configurações provisórias, mais do que verdades definitivas (PEDRO: 1996).

> ... a cognição não é a representação de um mundo que existe de maneira independente, mas, em vez disso, é uma contínua atividade de criar um mundo por meio do processo de viver. As interações de um sistema vivo com seu meio ambiente são interações cognitivas, e o próprio processo da vida é um processo de cognição (CAPRA, 1996: 197).

> O aprendizado da vida deve dar consciência de que a "verdadeira vida", para usar a expressão de Rimbaud, não está tanto nas necessidades utilitárias – às quais ninguém consegue escapar –, mas na plenitude de si e na qualidade poética da existência, porque viver exige, de cada um, lucidez e compreensão ao mesmo tempo, e, mais amplamente, a mobilização de todas as aptidões humanas (MORIN, 2003: 54).

Segundo Maturana e Varela (1995), pessoa e meio são partes de um mesmo processo vital – idéia da *autopoiese* – a partir da circularidade de sua interação. A pessoa constitui seu próprio mundo na sua prática de viver, de modo que age a partir da forma como percebe o mundo e percebe o mundo a partir de suas ações, ou seja, sua experiência e história. Varela et al (2003: 210) propõem que cognição é *atuação*: "uma história de acoplamento estrutural que produz um mundo", ou seja, o ser humano não se transforma para se adaptar ao meio mas, simplesmente, abandona situações que não se adéquam, em face de outras mais satisfatórias ao entrelaçamento entre homem e meio. "... o mundo e a pessoa que o percebe, especificam-se mutuamente" (VARELA et al, 2003: 176). Pode ser vista, portanto, como uma deriva natural e não uma evolução (VARELA et al, 2003: 201).

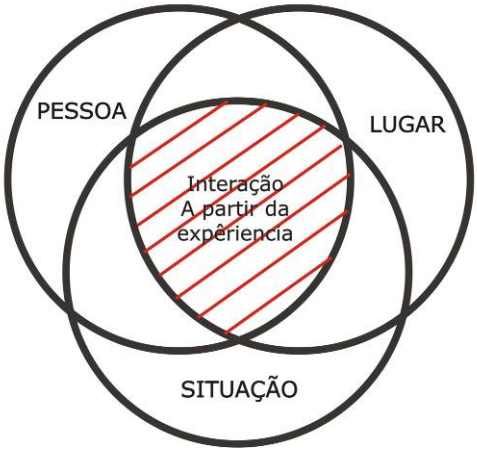
Como toda ação humana se dá nesse entrelaçamento, toda ação é ação *incorporada*: (1) pelas emoções e sentimentos da pessoa; (2) pelo contexto biológico, psicológico e cultural – local, história, experiência – indissociáveis do ser humano (VARELA et al: 2003: 177; RHEINGANTZ et al, no prelo: 13). Desse modo, pode-se dizer que o processo cognitivo funciona como um elo que associa *pessoa* – dotada de emoções e sentimentos –, *lugar* – vivenciado pelo homem – e *situação/ocasião* – tempo, momento da experiência

[37] Tradução livre da autora (lo que observamos no es la naturaleza en sí misma, sino la naturaleza presentada a nuestro método de investigación).

do homem no lugar (Quadro 5): "O mundo se efetiva na conexão e na articulação dos acontecimentos e ocorrências temporal e espacialmente simultâneas, bem como, nas possibilidades ativadas em cada situação vivenciada" (ALCANTARA, 2008: 19). Isso porque nem a pessoa, nem o tempo ou o lugar são permanentemente os mesmos, estão em contínuo processo de transformação a partir da interação e experiência mútua.

> Cheguei à conclusão que seja o que for que espaço e tempo signifiquem, lugar e ocasião significam mais; pois espaço, na visão do homem, é lugar, e tempo, na visão do homem, é ocasião. Mantidos fora do mecanismo esquizofrênico do pensamento determinista, tempo e espaço permanecem como abstrações congeladas. (VAN EYCK, 1961: 238 apud FORTY, 2000: 271)

Quadro 5 – Processo Cognitivo



A cognição e o ato de conhecer são, portanto, ações incorporadas, conscientes da experiência de vida do observador – seu *background* – que guia suas interpretações, emoções, sensações e sua interação com um determinado lugar ou ambiente. "O observador acontece no observar e, quando morre o ser humano que o observador é, o observador e o observar chegam ao fim". (MATURANA: 2001: 126) O observador "não pode produzir explicações ou afirmações que revelem ou conotem nada independentemente das operações através das quais ele ou ela gera suas explicações e afirmações" (MATURANA: 2001: 127). Todas as ações operadas pelo ser humano fazem parte da dinâmica de estados do organismo, sendo fenômenos semelhantes, mas que se estabelecem a partir de diferentes relações, fazendo surgir as distinções do observador. Por isso, "Se queremos compreender qualquer atividade humana, devemos atentar para a emoção[38] que define o domínio de ações no qual aquela atividade acontece e, no

[38] Cabe ressaltar a diferente conotação usada pelo autor entre *emoção* e *sentimento*, também compartilhada por Damásio (1996: 145), ressaltada por Rosa Pedro (1996: 130) e Denise Alcabtara (2008: 16). Para os autores, a emoção se dá como alterações no corpo, reações que podem se dar de forma mecânica, como relações de causa e efeito no processo biológico. Já o

processo, aprender a ver quais ações são desejadas naquela emoção" (MATURANA: 2001: 130).

De acordo com Varela, Thompson e Rosch (2003), a ciência é uma explicação da experiência humana no mundo, e não de uma realidade independente do homem. Na mesma linha de raciocínio, Maturana (2001: 128) observa que "pensar é agir no domínio do pensar, andar é agir no domínio do andar (...), e explicar cientificamente é agir no domínio do explicar científico" (MATURANA: 2001: 128). Em outras palavras, a ciência passa a ser constituída a partir de ações humanas como conhecer, observar, explicar – ações incorporadas – e se origina de questões particulares, curiosidades, paixões do pesquisador . Estas questões particulares se desenvolvem em função direta da perspectiva do pesquisador, associadas à sua experiência. Em função de sua experiência e de seus interesses, diferentes pesquisadores, mesmo aplicando os mesmos procedimentos em uma determinada experiência ou situação, tendem a ter diferentes interpretações e explicações de suas experiências sejam elas meramente vivenciais ou científicas. Conforme Maturana, (2001: 134), "há tantos tipos diferentes de explicação quantos diferentes critérios usarmos (...) para aceitar os diferentes tipos de reformulação (...) como explicações".

A atenção e a incorporação das emoções, sensações e estímulos produzidos durante a observação, bem como a indissociabilidade entre pessoa e ambiente são as principais contribuições da abordagem experiencial ao estudo das relações pessoa-ambiente. Com base no pressuposto de Latour (2001: 338) – "não existe um mundo lá fora, não porque inexista um mundo, mas porque não há uma mente lá dentro" – e no entendimento de que os comportamentos e as ações observados não se resumem a uma relação de causa e efeito, a abordagem experiencial busca compreender as razões que justificam os comportamentos observados, inclusive as emoções embutidas nestas ações. A abordagem experiencial se ocupa "do modo como o observador pode orientar suas ações na sua situação local, admitindo-se que essas situações locais mudam constantemente em função da atividade do observador" (RHEINGANTZ, 2004: 07). Desse modo, a abordagem experiencial pode vir a contribuir para superar o distanciamento da tradição *behaviorista* nas relações pessoa-ambiente, e busca compreender as razões e motivações dos comportamentos dos seres humanos em sua interação com o ambiente (RHEINGANTZ et al, no prelo).

---

sentimento, combina a reação emocional ao afeto da pessoa e os motivos pelos quais certas sensações emergiram dessa experiência, como memórias de outras experiências. Como exemplo, podemos citar a tensão causada ao entrar no espaço penal: a tensão é a reação do organismo causada pela lembrança de episódios agressivos que envolvem esse ambiente, pelo sentimento de medo.

Segundo Thompson (1999, 2001), o indivíduo se constitui a partir de sua interação com o mundo, suas coisas e com as outras pessoas. “No caso humano, o corpo vivo precisa completar a si mesmo não só nas coisas do mundo, mas em outros seres humanos” (THOMPSON, 1999: 09)[39]. Em outras palavras, a consciência do observador não está em sua mente, mas é inerente ao corpo e às suas relações interpessoais – *empatia cognitiva*. “A empatia, como a percepção, é uma forma de experiência direta: da mesma forma que o senso de percepção nos mostra as coisas do mundo em si, e não a representação das coisas, a empatia nos mostra a experiência do outro, e não a representação dela” (THOMPSON, 1999: 12).[40] Na mesma linha de raciocínio, Alcantara (2008: 46) sugere que “Ao interagir empaticamente com os outros sujeitos à sua volta, a atuação passa a ser um sistema único de elementos autônomos ligados intrinsecamente”.

A abordagem experiencial da relação pessoa-ambiente, adotada na presente pesquisa, permite que se identifiquem os atributos qualitativos e as associações entre a conformação espacial do lugar/ambiente e as experiências dos indivíduos, possibilitando intervenções e projetos novos que, de fato, sejam pertinentes em relação aos desejos de seus usuários e ao contexto/programa estudado. A experiência do pesquisador no lugar traz informações mais significativas do que a interpretação distanciada ou a representação, por permitir àquele uma interação com o ambiente e a constatação de suas próprias sensações no lugar. A empatia cognitiva permite proximidade com os usuários na aplicação dos métodos de pesquisa e sua observação atenta, fatores fundamentais para o profundo entendimento do contexto estudado – que foge à realidade do pesquisador. Essa abordagem é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa por proporcionar ao pesquisador a vivência no ambiente penal e uma profunda apreensão de sua rotina e realidade através da experiência compartilhada de funcionários e presos no lugar. Apresentados os fundamentos teóricos da pesquisa, será explicitada a sua forma de aplicação no *Capítulo 2 – Materiais e Métodos*, a seguir.

[39] Tradução livre da autora (In the human case, the lived body must complete itself not simply in things or the world, but in other human beings.)

[40] Tradução livre da autora (Nonetheless, empathy, like perception, is a form of direct experience: just as sense perception gives us the worldly thing itself, not a representation of the thing, so empathy gives us the experience of another, not a representation of it).

CAPÍTULO 2

Materiais e Métodos

2. MATERIAIS E MÉTODOS

> *A ciência do paradigma emergente (...) é também assumidamente tradutora, ou seja, incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento desse tipo, é um conhecimento imetódico, constitui-se a partir da pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. (SANTOS, 1996: 48)*

Este capítulo descreve como os objetivos pretendidos neste trabalho serão alcançados. Assim, são apresentados os materiais, métodos e instrumentos utilizados ao longo da pesquisa, justificando sua escolha e forma de aplicação de acordo com as finalidades das etapas referidas. Considerando o caráter transdisciplinar do trabalho, que não se limita ao campo da arquitetura, mas o influencia, estão previstos métodos de diferentes naturezas, com relevante destaque para aqueles que utilizam pesquisa bibliográfica, elemento fundamental na elaboração das análises apresentadas nos Capítulos 3, 4 e 5. Por esta razão, diferentemente de um tradicional elenco de métodos "práticos" de pesquisa, no presente trabalho, grande parte da investigação ocorreu por meio deste procedimento de cunho teórico. Este processo foi importante, não só porque permitiu a obtenção de novas informações propriamente ditas, mas também porque contribuiu para a formulação de raciocínios elaborados a partir da sua análise em conjunto.

Cabe ressaltar a principal questão (problema) que esta pesquisa pretende responder: **De que forma a arquitetura pode contribuir na concepção do espaço penitenciário possibilitando a melhoria da aplicação do atual sistema penal brasileiro?** A partir desse questionamento, configurou-se o principal objetivo da pesquisa: **determinar de que forma a arquitetura e a concepção do espaço penitenciário podem contribuir na resolução dos problemas atuais das edificações penais, enfatizando o caso do Rio de Janeiro**.

A pesquisa é fundamentada em abordagens derivadas do pensamento contemporâneo, focando principalmente as áreas de conhecimento da história, arquitetura e cognição, segundo as bases teóricas apresentadas no capítulo anterior a partir da aplicação dos materiais e métodos apresentados no quadro 7:

Quadro 6 – Materiais e métodos

	Desdobramentos aplicados à ciência do saber		Principais Bases Teóricas	Materiais e Métodos
Construção do Pensamento Contemporâneo	História Crítica	Arqueologia do Saber	Foucault (2008)	Pesquisa bibliográfica com foco nas questões que permeiam a percepção do crime, as formas de punição, suas transformações e o rebatimento na concepção do espaço penal
		Genealogia do Saber	Foucault (1979)	Pesquisa bibliográfica com foco em projetos de edificações penais e sua relação com outros programas
	Arquitetura	Tipologia Arquitetônica	Argan (2004), Rossi (1998), Moneo (1984), Montaner (2001), Colquhoun (2004)	
	Cognição	Abordagem Experiencial	Maturana (2001), Varela, Thompson e Rosch (2003), Rheingantz, Alcântara, Brasileiro, Azevedo e Araujo (no prelo)	Entrevistas com base no conceito de empatia; observação incorporada

Cabe ressaltar que esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico que se utiliza de procedimentos práticos – entrevistas e visitas de campo – somente para alguns pontos do seu desenvolvimento. Apresentada a estrutura que fundamenta a pesquisa, serão especificados os materiais e métodos aplicados à pesquisa nos itens seguintes.

2.1. Aplicação do Conceito de Arqueologia do Saber

Conforme demonstrado no Capítulo 1, *Fundamentos Teóricos*, o conceito de Arqueologia do Saber (FOUCAULT: 1985) busca investigar, a partir de fatos históricos, a origem do surgimento de discursos e saberes, que aqui é aplicado ao surgimento dos modelos da arquitetura penal. O conceito fundamenta-se na periodização e busca identificar, nesta pesquisa, que fatos permitiram o surgimento da prisão a partir da visão de mundo de cada período. Desse modo, identificam-se os acontecimentos e condições discursivas que constituíram epistemologias criando a possibilidade do espaço penal se estabelecer e se transformar, alterando o seu caráter ao longo do tempo.

Esse conceito se relaciona ao objetivo (3) *Relacionar a concepção do ambiente penal com diferentes visões de mundo – como as transformações na percepção de mundo e do crime vêm modificando a forma de punir e configurando o espaço penal.* Aplica-se ao Capítulo 3: *Visão de Mundo e Concepção do Espaço Penal* e ao Capítulo 5: *Evolução da Arquitetura Penal no Brasil.* Compreende-se, assim, de que forma os vestígios dessa percepção do mundo, seus valores e a percepção da própria instituição penal estão materializadas no espaço físico e na forma de conceber o projeto de arquitetura.

Desse modo, a utilização de pesquisa bibliográfica e documentos sobre fatos históricos, sociais, filosóficos, culturais, criminalistas, jurídicos e tecnológicos de cada período é adotada para que a partir do entendimento de cada uma das realidades abordadas, sejam analisados os modelos penais – levantados através de pesquisa bibliográfica e na internet – originados nos devidos períodos, relacionando-os às respectivas visões de mundo. Assim, os projetos são analisados a partir da visão de mundo em que foram concebidos, de acordo com os valores e pensamentos nela presentes, a fim de melhor compreender o papel da prisão e suas transformações ao longo do tempo.

A partir do levantamento de informações e cruzamento dos dados obtidos, torna-se possível identificar de que forma a concepção penal vem materializando a visão da instituição e contribuindo para a aplicação e o cumprimento da pena, dentro de suas finalidades em cada período. Compreendendo o mundo e suas transformações como um ciclo único de interação que engloba todas as coisas que se encontram em constante transformação, cada um de seus elementos se torna resultante de todas as gerações. Desse modo, o papel da prisão hoje, a configuração do seu espaço e a sua participação na aplicação do pensamento penal se relacionam à sua história e ao seu papel dentro de cada realidade, configurando o Capítulo 3 e 5.

2.2. Aplicação do Conceito de Genealogia do Saber

Conforme demonstrado no Capítulo 1, *Fundamentos Teóricos*, o conceito de Genealogia do Saber (FOUCAULT, 1979) parte da existência da gênese, ou seja, a reincidência dialética de um tipo ao longo do tempo, que aqui se aplica à arquitetura penal, e se dá através da sua interpretação e aplicação - releitura adaptada a outras particularidades. Desse modo, são analisados os tipos penais em sua ocorrência, identificando sua origem – muitas vezes associada a outros programas de arquitetura – e compreende-se como se deu a sua apropriação, ou seja, que elementos foram adaptados para o seu programa específico, tornando-o identificável como tal.

Esse conceito se relaciona ao objetivo (4) *Relacionar as tipologias arquitetônicas com a concepção do ambiente penal – de que forma o espaço penal adapta as tipologias existentes para a finalidade penal* e aplica-se ao Capítulo 4 *Arquitetura Penal: Tipologias e Modelos.* Compreende-se assim, de que forma a arquitetura penal vem se apropriando e dando o seu caráter às tipologias, às linguagens e às teorias da arquitetura presentes a partir das diferentes realidades e visões de mundo apresentadas no Capítulo 3.

Assim, a utilização de pesquisa bibliográfica sobre as teorias, pensamentos e linguagens da arquitetura, relacionada às realidades de cada período, é direcionada para que se obtenha o entendimento do pensamento arquitetônico de cada período e, a partir de então, analisar a ocorrência dos modelos penais – levantados através de pesquisa bibliográfica e na internet – ao longo dos períodos estudados. Assim, os projetos são analisados a partir das linhas de pensamento arquitetônico de cada período, a fim de melhor compreender as especificidades da arquitetura penal e seus elementos, bem como, suas transformações ao longo do tempo, sempre relacionadas à respectiva visão de mundo.

A partir desse levantamento de informações, imagens de projetos e cruzamento dos dados obtidos, é possível identificar de que forma a arquitetura penal vem refletindo o pensamento arquitetônico de cada período, direcionando-o para as suas finalidades específicas. Desse modo, identifica-se o papel da configuração do espaço penal na aplicação da pena e a sua contribuição dentro do pensamento arquitetônico de cada período, que se apresenta no Capítulo 4.

2.3. Entrevistas

> *... todo conhecimento é auto-conhecimento. A ciência nada descobre, cria, e o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante dessa mesma explicação. (...) A ciência é autobiográfica. (SANTOS, 1996: 52)*

Esse instrumento se relaciona ao objetivo (5) *Refletir sobre a contribuição da arquitetura na concepção do espaço penal frente às necessidades e experiência dos profissionais da área.* Aplica-se principalmente ao Capítulo 6, *Relatos e Impressões no Atual Sistema Penal Brasileiro*, a fim de identificar, a partir de suas aplicações a funcionários e profissionais envolvidos com a temática em questão, a contribuição da concepção do espaço penal no uso e funcionamento da edificação e as peculiaridades de seu projeto e dia a dia. Sua utilização foi essencial por permitir a apreensão da experiência – a partir do conceito de Empatia de Thompson (Capítulo I), a apreensão profunda da experiência do outro a partir da interação entre indivíduos – de profissionais da área que conhecem profundamente a rotina do ambiente penal e seus pontos mais críticos. Durante a aplicação desse instrumento o pesquisador buscou uma aproximação com os entrevistados a fim de melhor observar suas emoções durante os relatos, resultando em respostas mais profundas sobre a vivência no ambiente penal.

Segundo Sommer e Sommer (1991) as entrevistas se classificam em: estruturadas, semi-estruturadas, não-estruturadas. Neste trabalho utilizam-se entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas. As entrevistas resultaram em importantes informações para a pesquisa, sendo fundamentais para verificação de algumas assertivas previamente estabelecidas, assim como equivocadas. Este instrumento permitiu uma maior aproximação da pesquisadora com os usuários do espaço, profissionais da área de segurança e de projeto, por permitir que o entrevistado discorra livremente pelo assunto abordado, possibilitando um maior e mais profundo entendimento de sua realidade particular. As entrevistas foram aplicadas não só para responder a questões específicas, mas também a partir de oportunidades que se apresentaram.

Entrevistas não-estruturadas:

As entrevistas não estruturadas foram elaboradas a partir de tópicos (Anexo 2), reunindo questões especificamente relacionadas com a experiência de cada um dos profissionais entrevistados. A aplicação se deu em dois grupos profissionais da área:

- *Arquitetos e engenheiros* – abordando questões de suas experiências de trabalho na área, como: a contribuição do projeto de arquitetura, peculiaridades do programa, dificuldades de execução, localização das edificações e detalhes de alguns projetos por eles executados. Nesse caso as entrevistas se realizaram em seus ambientes de trabalho, junto à observação de plantas e outros desenhos dos projetos das unidades em que participaram. Alguns desses profissionais foram funcionários da SEAP e outros somente elaboraram projetos de unidades. Muitas informações e questões foram elucidadas a partir da elaboração de desenhos – croquis – pelos entrevistados, para exemplificar ou demonstrar o que estavam relatando, ou quando faziam comparações entre projetos e seus elementos. Valiosas informações foram obtidas sobre as peculiaridades de projeto e seu processo de elaboração, facilitadas pela evidencia dos desenhos.

- Agentes penitenciários – abordando questões como: a segurança e a vigilância dos presos em relação à configuração da edificação, funcionalidade e adequação do edifício nas atividades diárias da edificação, rotina de trabalho na unidade e suas dificuldades, pontos negativos e positivos. Nesse caso as entrevistas foram realizadas nas unidades visitadas e na Secretária de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP). As entrevistas realizadas nas unidades foram mais informais, realizadas ao percorrer a unidade, de modo que muitas questões novas surgiram, a partir da apreensão do ambiente e da observação de certas situações. Os entrevistados foram relatando livremente uma série de situações à medida que fazíamos o percurso e as perguntas iam sendo inseridas em seus relatos. As entrevistas com os agentes da SAP se realizaram na própria secretaria, de modo mais formal, principalmente pela falta de imagens e do próprio ambiente. Os agentes penitenciários se mostraram como principal fonte de pesquisa para a apreensão do ambiente penal.

Entrevistas semi-estruturadas:

As entrevistas semi-estruturadas foram elaboradas a partir de um roteiro de perguntas (Anexo 1) direcionado a experiência dos profissionais, apresentando flexibilidade para a inserção de novas questões e a facilitação do entendimento das perguntas. A aplicação se deu em dois grupos de profissionais da área:

- Psicólogos da SEAP – abordando questões como: a segurança em relação à configuração da edificação, adequação do edifício nas suas atividades específicas, rotina de trabalho na unidade e suas dificuldades. Algumas entrevistas foram realizadas nas unidades visitadas e outras na SEAP. Como no caso dos agentes, as

entrevistas realizadas ao longo do percurso das unidades foram mais ricas, como também mais informais.

- Funcionários da área de saúde da SEAP – abordando questões como: a segurança em relação à configuração da edificação, incidência de doenças nos presos relacionadas a configuração da edificação, rotina de trabalho na unidade e suas dificuldades. Essas entrevistas foram realizadas na SEAP, se configurando em entrevistas mais formais e gerais pela falta do ambiente ou da utilização de desenhos que exemplificassem situações específicas. Ao longo da entrevista, alguns entrevistados citaram e descreveram algumas unidades e suas configurações, ilustrando melhor suas respostas e mesmo comparando situações.

O contato com esses profissionais se deu inicialmente por meio de um conhecimento pessoal da pesquisadora com duas funcionárias da SEAP, e a partir daí, a rede de contatos pôde ser expandida para os demais profissionais afins, que se mostraram disponíveis a contribuir com a presente pesquisa.

2.4. Observação Incorporada

> *Nenhum debate pode estar purificado dos humores, manias, obsessões, inclusive acritudes dos próprios debatedores. Não pode haver debate puro, quer dizer, esvaziado de toda subjetividade e afetividade (MORIN, 1984: 111)*[73]

A observação em campo de alguns estabelecimentos penais do Rio de Janeiro se relaciona com o objetivo geral da pesquisa: *Determinar de que forma a arquitetura e a concepção do espaço penal podem contribuir na resolução dos problemas atuais das edificações penais, enfatizando o caso do Rio de Janeiro.* Aplica-se principalmente ao Capítulo 6, *Relatos e Impressões no Atual Sistema Penal Brasileiro,* a fim de experienciar o lugar, proporcionando um maior conhecimento e vivência do ambiente penal por parte da pesquisadora, com foco na relação do espaço físico com o funcionamento da unidade, suas normas, usos e finalidades. Do mesmo modo que as entrevistas, as visitas foram viabilizadas pelo conhecimento prévio e a rede de contatos estabelecida entre a pesquisadora e funcionários da SEAP. Foram visitados os seguintes estabelecimentos: Bangu IV, Talavera Bruce e Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá.

[73] Tradução livre da autora (Ningún debate puede estar purificado de los humores, manías, obsesiones, acritudes inclusos, de los propias de los debatientes. No puede haber debate “puro”, es dicer, vaciado de toda subjetividad y afectividad).

Conforme demonstrado no Capítulo 1, *Fundamentos Teóricos*, a *Abordagem Experiencial* (RHEINGANTZ et al, no prelo), adotada pela pesquisadora nas visitas e no próprio desenvolvimento da investigação, visa obter relatos da experiência do indivíduo no ambiente de forma mais consciente de suas sensações, contendo assim, significados somente possíveis a partir da experiência no lugar. O distanciamento do profissional que concebe o espaço com relação ao seu contexto e realidade gera, muitas vezes, ambientes dissociados de seus propósitos, conformando espaços genéricos; desse modo, pretende-se com essa abordagem propiciar ao pesquisador a experiência do lugar, ao invés de uma interpretação distanciada do ambiente. A *Observação Incorporada* se aplica nesta pesquisa como uma atitude do pesquisador que permeia toda a pesquisa, considerando as suas impressões, sensações e emoções na sua observação e relato.

A *Observação Incorporada* é um procedimento de pesquisa em desenvolvimento por pesquisadores do grupo ProLUGAR e se configura como uma *aplicação prática* da Abordagem Experiencial. Constitui-se a partir do relato da experiência do indivíduo no ambiente, de uma forma mais atenta e consciente de suas sensações e emoções, incorporando a reflexão do pesquisador sobre a própria experiência, somando emoção a razão (ALCANTARA e RHEINGANTZ, 2007b; 2004). “Ao se ocupar em atentar para o modo como guia suas ações durante a observação, o pesquisador pode dar mais atenção ao seu saber intencional” (ALCANTARA, 2008: 72). Uma maneira diferente de olhar o lugar que se deixa por ele impregnar que não exclui ou renega os métodos racionais, mas aceita que o pesquisador age pela razão associada à emoção, não havendo neutralidade.

> A atitude se torna operante por meio de anotações, relatos e registros das observações em cadernos de campo diários – podendo se constituir de textos, croquis, palavras soltas e impressões – os quais são posteriormente sintetizados em relatórios com o objetivo de trazer à luz elementos e descobertas subjetivas complementares à análise dos outros métodos utilizados... (RHEINGANTZ et al, no prelo)

A observação incorporada esteve principalmente presente nas visitas às unidades penais. Ao percorrer a unidade junto com os funcionários, foram feitas diversas anotações sobre as sensações da pesquisadora em campo – não é permitido o uso de gravadores; foram descritas impressões e elaborados desenhos que buscavam registrar o ambiente visitado – não é permitido o uso de câmeras fotográficas. Logo após a visita – para que nada fosse “perdido” – as informações foram complementadas com outras lembranças e elaborados mais desenhos. A percepção dos sons, do cheiro – muito característico – que dão caráter ao lugar, assim como das sensações que vão

modificando a percepção do ambiente e de seus usuários por parte do pesquisador foram registradas, possibilitando uma avaliação mais profunda da experiência e do ambiente.

A experiência em campo proporcionou a apreensão da relação dos presos com o espaço penal e a constatação da importância do estabelecimento desses laços no comportamento do preso e sua ressocialização. Notou-se que ao se apropriar do lugar o preso o toma como seu, cuida, limpa – isso se nota não só pela aparência, mas também pelo cheiro – e se orgulha dos objetos por ele confeccionados, fazendo crescer a sua auto-estima e o interesse em se "recuperar". Nos ambientes onde não há esse relacionamento preso-espaço nota-se um comportamento mais agressivo, até mesmo pelo tom da fala dos presos. O conhecimento prévio de unidades penais permitiu à pesquisadora a rápida identificação da proximidade dos setores de vivência, a partir da identificação do cheiro ou de áreas comuns,a partir do som. O registro das sensações em campo permitiu que posteriormente a pesquisadora pudesse reviver a sua experiência, facilitando as análises das unidades visitadas.

2.5. O percurso do trabalho

O trabalho se desenvolve a partir da abordagem de conceitos apresentados no Capítulo 1, que permeiam todo o trabalho. A partir da aplicação do conceito de *Arqueologia do Saber* pretende-se compreender as condições de existência dos modelos penais em diferentes momentos históricos, evidenciando as temáticas relacionadas ao tema nos tempos atuais no Capítulo 3. A partir do entendimento das visões de mundo, que possibilitaram o surgimento dos modelos penais, pretende-se identificar através do conceito de *Genealogia do Saber*, a interpretação dada às tipologias da arquitetura que geraram as especificidades do programa, abordado no Capítulo 4. A partir de então, a análise se direciona para o caso brasileiro no Capítulo 5, apresentando a evolução histórica do programa a partir de fatos históricos que possibilitaram suas transformações e sua relação com as tipologias apresentadas no Capítulo 4. Finalizando, o Capítulo 6 apresenta o sistema penal brasileiro atual e, a partir de entrevistas e a observação em campo, apresenta o entrelaçamento da pesquisa sobre algumas unidades penais no Rio de Janeiro contrapondo a teoria, a experiência prática e vivência do ambiente penal.

O percurso do trabalho e os principais fundamentos e questionamentos que delineiam a sua configuração, organização e estrutura estão apresentados a seguir, como mostra o quadro 8. Apresentados os métodos e, após este breve relato sobre o percurso do trabalho, no próximo capítulo será desenvolvida a relação entre fatos que, ao longo do

tempo, foram criando condições para o surgimento de diversas formas de concepção para o espaço penal.

Quadro 7 – percurso do trabalho, fundamentos e suas questões

Fundamentos Teóricos: apresentação dos conceitos aplicados no desenvolvimento da pesquisa

Capítulo 1: Que conceitos e linhas de pensamentos dão base para a pesquisa?

Materiais e Métodos: apresentação da forma como os conceitos foram aplicados no desenvolvimento da pesquisa

Capítulo 2: Como utilizar os conceitos que dão base à pesquisa para alcançar os objetivos almejados?

Arqueologia do saber: surgimento dos tipos de arquitetura penal

Capítulo 3: Como a percepção do mundo e seus pensamentos derivados interferem na concepção da arquitetura e do ambiente penal?

Capítulo 5: como a arquitetura penal brasileira vem se apresentando através do tempo? Que fatos possibilitaram tais configurações?

Genealogia do saber e Abordagem Tipológica: estudo dos tipos de arquitetura penal no decorrer de sua aplicação e uso

Capítulo 4: Como se originam as tipologias penais? As tipologias penais têm relação com as tipologias de outros programas? O que as diferencia?

Entrelaçamento entre a pesquisa bibliográfica e a Abordagem Experiencial: estudo de algumas unidades penais da cidade do Rio de Janeiro, a partir de análises de projeto, relatos de profissionais da área e da observação do pesquisador

Capítulo 6: Que normas direcionam o tratamento penal e a elaboração de suas unidades no Brasil atual? Como funcionam as unidades na prática? Que contribuição a arquitetura traz para o seu funcionamento?

CAPÍTULO 3

Visão de Mundo e Concepção do Espaço Penal

3. VISÃO DE MUNDO E CONCEPÇÃO DO ESPAÇO PENAL

> *Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelece-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2008:32).*

> *... se desejamos saber por que certas coisas são como são em nossa desalentadora arquitetura, devemos dirigir nossa atenção ao povo; pois nossos edifícios, todos, são apenas uma enorme tela detrás da qual se oculta o conjunto de nosso povo – ainda que especificamente os edifícios sejam imagens individuais daqueles a quem, como classe, o povo tenha delegado e confiado seu poder construtivo. Portanto, e de acordo com isto, o estudo crítico da arquitetura chega a ser não só o estudo direto de uma arte – pois ela é uma fase menor de um grande fenômeno – mas também, in extenso, um estudo das condições sociais que a originaram. (SULLIVAN, 1934 apud PATETTA, 1997: 75).*

Este capítulo apresenta a relação entre a visão de mundo, a filosofia penal e a conformação de seu espaço físico. Considerando que a percepção que temos do mundo se constrói na nossa interação, pretende-se neste capítulo identificar as transformações sociais, culturais e políticas que possibilitaram a transformação dos espaços penais, identificando de que forma a configuração do espaço penal contribui na execução da pena e suas relativas finalidades.

A lei é um código social estabelecido por um grupo que convive e vem a estabelecer regras de conduta que cerceiam a ação dos indivíduos em detrimento do grupo e seus valores morais. A prisão surge, então, como um meio de punição ao não cumprimento da lei, com vistas a resguardar o direito e a segurança dos indivíduos. A história da prisão caminha junto à história das sociedades e da vida urbana. São os padrões sociais e o conviver que definem o caráter de suas regras. Se, no passado, as regras eram discutidas por pequenos grupos, o crescimento das cidades e a complexidade crescente das sociedades trouxeram a necessidade de sua organização, sendo a prisão o instrumento de correção, ainda hoje aplicado.

Buscando a compreensão do percurso pelo qual o espaço penal vem passando através de suas transformações e o seu próprio papel dentro de diversos contextos, este capítulo foi organizado em três partes, onde se pretende abordar: (1) os precedentes do espaço penal adotado como ambiente de restrição de liberdade e as transformações que permitiram o seu estabelecimento; (2) o estabelecimento do espaço penal como ambiente de restrição de liberdade; (3) as mutações que a conformação do espaço penal vem sofrendo após o seu estabelecimento, a partir das mudanças na visão de mundo.

3.1. Precedentes: condições de emergência

Primórdios

Apesar de a prisão existir desde épocas mais remotas, seu caráter era muito diferente do atual. Na antiguidade as prisões tinham como função isolar e manter os indivíduos presos até o seu julgamento. As penas estabelecidas nesta época eram a pena de morte, as corporais e as infamantes[75]. As mutilações e a tortura eram utilizadas para se "arrancar" a verdade do condenado e os trabalhos forçados também eram muito comuns. Pode-se dizer, então que, a prisão tinha como função somente a espera para os suplícios, a mutilação e a morte do indivíduo.

Os espaços de custódia da antiguidade não apresentavam uma arquitetura própria. Eram usadas edificações abandonadas, muitas vezes em ruínas, subterrâneos e calabouços, chegando-se até a ocupação de antigos poços coletores de água como prisão – um deles é ainda conhecido como “a fossa dos condenados”. Nesta época, não se cogitava a pena de privação da liberdade, já que todas as condenações tinham como finalidade o cumprimento de uma pena, que muitas vezes terminava com a morte do indivíduo.

Idade Média

O declínio do Império Romano e as constantes invasões bárbaras vão aos poucos esvaziando as antigas cidades, que não são mais capazes de oferecer segurança a seu povo. A partir do século V, a população das cidades começa a migrar para o campo. O cristianismo se estabelece depois de longo período à margem, sendo visto mesmo como subversivo, o que obriga seus seguidores a buscar o isolamento em grutas e cavernas, dando origem aos mosteiros isolados. O modelo do mosteiro e a reclusão buscada pelos clérigos vão sendo seguidos pela população comum sob o signo de “ilhas de paz”, isoladas das turbulentas e violentas cidades. “Não importa quais fossem as confusões do mundo exterior, o mosteiro estabelecia, dentro de suas paredes, um tanque de ordem e serenidade”. (MUMFORD, 1998: 270) A vida se orienta pela subsistência e proteção do corpo. Muitos trocam a liberdade pela servidão, em troca da proteção dos senhores de terras.

Segundo Mumford (1998), a própria ampliação do cristianismo está associada à forma de vida que pregam – o voto de pobreza, o jejum, o isolamento – e sua adequação à dura situação em que a população atravessava e da qual não se vislumbra saída. A crença pagã na “Vida, Prosperidade e Saúde” já não é condizente com a realidade, ao contrário

[75] Eram penas retributivas, onde o condenado que havia praticado o crime seria difamado em público.

da crença cristã que inclui essa realidade, não só lhe dando significado – como castigo de Deus pelos pecados do homem – como ainda lhe atribui o valor positivo da recompensa da salvação em sua vida espiritual. Os homens passam a reconhecer os percalços da vida como fatos originados por seus próprios atos e esse sentimento de culpa faz com que as dificuldades sejam vistas como uma penitência dada por Deus, o que as torna mais facilmente aceitas.

O pensamento cristão se utiliza do dualismo maniqueísta (o bem e o mal) fundamentando conceitos morais a partir da visão do homem como um ser inteligente, dotado do livre-arbítrio. Segundo Santo Agostinho (Sec. IV: 1995)[76], o mal (pecado) é a ausência do bem (inteligência do homem) e o homem, por ser o único Ser que possui inteligência, é também o único ser capaz de escolher entre o bem e o mal (livre-arbítrio). Desse modo, o mal não é um ofício de Deus, mas do homem e de suas paixões (que seriam a ausência de Deus).

> Pois bem, se sabes e acreditas que Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outra forma – Deus não pode praticar o mal. (...) Não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio. (SANTO AGOSTINHO, Sec. IV: 1995: 01 – 11)

Esses valores morais e o modo de vida monástico, fundamentado no valor prático da restrição da ordem, da disciplina e da honestidade – vão se enraizando nos pequenos povoados estabelecidos a partir do século V, assim como a própria configuração física e espacial dessas cidadelas caracterizadas por um aglomerado de pequenas habitações de vassalos e servos em torno da morada do senhor feudal (WOODHEAD, 1990a: 75). Apesar do forte poder da Igreja sobre a conduta e os valores morais do homem – únicos e inflexíveis – que desse modo vão conformando as regras sociais, as pequenas cidadelas ainda apresentam um caráter local, configurando um grupo de regras próprias.

A maioria das regras dessas cidadelas é estabelecida a partir de um conselho formado por senhores de terras – os “vilões” – uma espécie de parlamento que, de tempos em tempos ou em situações de necessidade, se reúne para discutir e estabelecer regras de conduta (leis) e processar infrações sobre os mais diversos assuntos: questões de terras, injúrias e rixas pessoais, roubo, assassinato, etc. (WOODHEAD, 1990b: 13). As leis são transmitidas oralmente, não havendo códigos escritos, o que permite distorções em

[76] Data da publicação original do livro *Livre-Arbítrio*, publicado no Brasil em 1995 pela editora Paulus, São Paulo.

situações convenientes (WOODHEAD, 1990b: 39). Predomina o Direito Germânico[77], apresentando influências do Direito Ordálico[78] em alguns grupos sociais, que já aplicavam as provações que iriam predominar futuramente.

O "julgamento" é realizado publicamente e podem ser ouvidas testemunhas. Porém, sua condução ainda está muito associada a práticas místicas. Muitas vezes o réu é submetido a provações, como por exemplo, sofrer um ferimento, de modo que a sua cura prova a sua inocência e caso a ferida inflame, é considerado culpado e nesse caso recebe a sua pena (WOODHEAD, 1990b: 14). As punições às infrações são em geral punições corporais, tidas como uma retribuição do mal causado pelo réu, como uma vingança do grupo social. Também são aplicadas multas (quando o indivíduo não podia pagar eram convertidas em mutilações), a execução, a escravidão ou o banimento permanente, que retira do indivíduo todos os seus direitos legais, o que o força a deixar a cidade.

O aprisionamento não é finalidade da pena, servindo apenas para isolar e impedir a fuga do réu até que este receba a sua pena, tendo assim somente fins de custódia temporária. Os espaços utilizados para tanto são improvisados, havendo poucos registros dos espaços penais deste período (JOHNSTON, 2000: 06).

A partir do século IX, porém, o isolamento já não é capaz de, por si só, oferecer proteção, "Se o mosteiro havia conduzido a retirada, a cidade conduziu o contra-ataque" (MUNFORD, 1998: 273). As invasões bárbaras que, inicialmente, tinham como objetivo saquear, modificam seu caráter e passam a ocupar as terras, o que as direciona para o campo. Os senhores de terras passam a construir castelos e fortificações em locais estratégicos, configurando a paisagem clássica da Idade Média dos campos povoados de castelos e fortificações (Fig. 01). Posteriormente, com o crescimento das cidadelas em torno dos castelos, passam a construir muralhas de proteção (MUNFORD, 1998: 274). A insegurança – gerada pelas freqüentes invasões bárbaras – leva os camponeses a procurar refúgio e a proteção da muralha, que aumentam o poder do senhor e vêm a estabelecer, de fato, o sistema feudal.

[77] Configura-se por "julgamentos," feitos por conselhos e, penas baseadas em atos de retribuição do crime como castigo.
[78] Configura-se pela influência da metafísica, seus julgamentos se baseavam nas provações pelas quais o réu deveria passar.

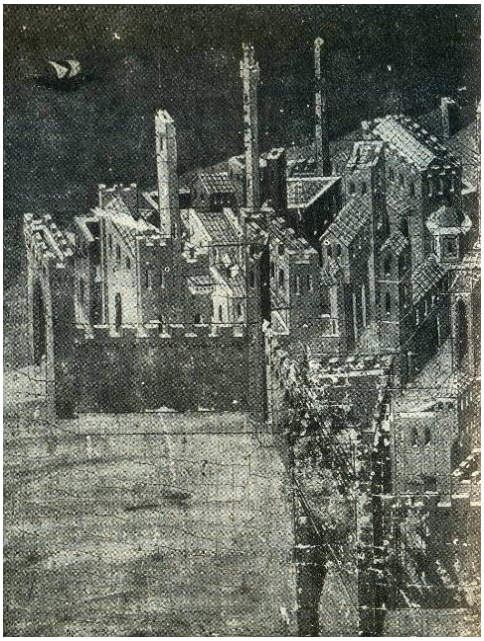


Fig. 01 – cidade medieval
Fonte: MUNFORD. 1998: 268

A segurança alcançada nas cidades pelas muralhas restabelece a paz, a vida urbana e comercial, atraindo a população. Com o rápido crescimento das cidades e sua grande atração, formam-se aglomerados em torno das muralhas. Posteriormente as muralhas vão sendo estendidas, incluindo a nova população (MUNFORD, 1998: 276). Com as novas técnicas de cultivo e a relativa paz entre os povos, a produção excedente pode ser comercializada, trazendo a circulação monetária (ALLAN, 1990: 33). A justiça ainda é bastante fragmentada, variando localmente, assim como a moeda.

A Igreja passa por um período de crise, com a perda de crédito diante dos abusos dos clérigos – abuso de gastos, uso de bens da Igreja em proveito próprio, violação explícita do voto de castidade (ALLAN, 1990: 51). É preciso retomar a ordem e reafirmar os valores cristãos, que vêm sendo questionados por se apresentarem de modo superficial, como crenças pouco fundamentadas, que por si só não mais se sustentam. Desse modo, se inicia a reforma monástica que abrange desde valores – estabelecendo a filosofia escolástica – até questões administrativas e legislativas – instaurando posteriormente a Cúria (ALLAN, 1990: 52).

Com o estabelecimento de regras de conduta, é necessário também que a Igreja consigne “penalidades” para as suas infrações. Essas penalidades são fundamentadas nas regras estabelecidas por São Benedito no século VI e têm como finalidade penitenciar e trazer, através da privação, da reflexão e dos ensinamentos cristãos, o arrependimento, principalmente através do isolamento (JOHNSTON, 2000: 18). A Igreja é

a primeira instituição a usar o aprisionamento sem direcioná-lo à retribuição, como finalidade na resolução de problemas disciplinares (JOHNSTON, 2000: 17; PEVSNER, 1997: 160). Muitos monges passam longos períodos trancados em seus dormitórios – pequenos cômodos com uma cama, uma mesa de estudos, luz para que pudessem ler e uma pequena abertura por onde recebiam comida e material de estudos (JOHNSTON, 2000: 19)

O pensamento escolástico busca fundamentar as crenças cristãs desacreditadas unindo a fé à razão, de modo a usar os conhecimentos da razão, mantidos em poder da Igreja, para fundamentar os valores e crenças cristãs, estabelecendo uma sólida visão de mundo (comportamento, leis, normas) carregada de valores morais inquestionáveis: os dogmas (HIRSCHBERGER, 1959: 265). O dogma, visto como uma verdade divina, não pode ser contestado, pois foi revelado por Deus e alcançado pelo homem através da inteligência – sendo, assim, um sistema lógico divino. Desse modo une-se a teologia – baseada na revelação – à filosofia – baseada no exercício da razão.

Para que o pensamento cristão tenha crédito pleno, porém, é preciso que a Igreja dê o exemplo. Desse modo, no final do século XI a Igreja institui a Cúria, um instrumento administrativo criado para acompanhar e ordenar os abusos e o caos interno (ALLAN, 1990: 52). Sua abrangência, porém, ultrapassa seus limites e objetivos iniciais. A justiça européia, ainda muito fragmentada, vem buscando se estabelecer lentamente por meio de tradições das aldeias e direitos tradicionais de nobres e senhores de terras. As cortes civis e reais utilizavam penas demasiadamente duras. Por apresentar o mais ordenado, coerente e humano corpo de leis e regras da Europa, a população comum passa recorrer à Cúria para questões legais diversas – passando por cima do poder do senhor e do próprio rei –, consolidando o poder da Igreja (ALLAN, 1990: 54).

Já no início do século XII a lei canônica é codificada. Seus fundamentos se baseiam no sistema dialético denominado *Sic et Non* (Sim e Não)[79]. A aplicação deste sistema à lei canônica resulta em um documento denominado *Decretum* – "A Concordância de Cânones Discordantes", que se torna uma espécie de manual jurídico semi-oficial da Igreja e que abordava amplas questões. Os monarcas tentam fazer com que a população resolva seus problemas na sua jurisdição – seu reino – buscando manter o seu poder e o dos senhores feudais, de julgar e executar de acordo com a sua conveniência. Mas a Igreja designa "juízes-delegados" que percorrem toda a Europa, fazendo a sua lei prevalecer sobre qualquer outra. A Igreja caminha para a sonhada posição de exercer a

[79] Esse sistema, exposto pelo francês Pedro Abelardo em 1121 consiste em contrapor afirmações contraditórias, avaliar seus méritos e escolher entre elas (ALLAN, 1990: 53).

“Plenitude e Poder” – a soberania universal dada por Deus ao papado, estando acima de qualquer instância (ALLAN, 1990: 54).

Nesse período as ordens religiosas buscam endurecer as penalidades e já se encontram, em algumas Abadias, celas de penitência – pequenos cubículos entre as grossas paredes, com pequenas aberturas para os altares das igrejas, permitindo que os monges assistissem as missas sem sair das celas (JOHNSTON, 2000: 20). Os monges permanecem presos até que provem ter recebido o perdão divino através de algum sinal de Deus. A partir do século XII as instituições monásticas passam a ter locais construídos intencionalmente com o propósito de aprisionamento, em geral nos subterrâneos das instituições, as conhecidas masmorras. Como locais de penitência a Igreja recomenda pequenas celas individuais escuras e proíbe as penas de morte (JOHNSTON, 2000: 21).

Com o estabelecimento do *Decretum,* a prisão monástica passa a abrigar também as pessoas comuns. Os presos que vão para as masmorras, em geral, são considerados irrecuperáveis, na maioria das vezes reincidentes, e de lá não saem com vida, o que traz a expressão *vade in pace* (vá em paz), por serem estas as últimas palavras ouvidas antes de entrar (JOHNSTON, 2000: 21). Os presos sofrem privações, muitos ficam a pão e a água ou fazem jejum forçado. Ainda assim, a prisão religiosa é mais branda que as demais – as penas de morte são proibidas e a tortura é usada somente com fins de correção – e é por sua iniciativa que surgem as prisões subterrâneas.

A intensificação da vida urbana, a codificação de normas de conduta e a existência de um aparato judiciário mais eficiente trazem a necessidade de locais próprios para o aprisionamento e, data deste período, grande parte das prisões medievais contidas em castelos e fortalezas. Já se aplica a pena restritiva de liberdade, que pode ser temporária ou perpétua e, quando acontece, tem a finalidade de castigar o indivíduo, apresentando condições subumanas. Em geral as prisões se localizam nos níveis inferiores ou subsolos, principalmente das torres, apresentando um acesso restrito. Costumam ocupar dois pavimentos seno que, as condições do aprisionamento e a seriedade da pena definem a localização do réu. Quanto pior a infração, mais baixo é o nível. Grande parte desses locais é adaptada, apresentando anteriormente outras finalidades, como depósitos (JOHNSTON, 2000: 08).

Os níveis superiores muitas vezes recebem alguma luz e ventilação, fato que não ocorre nos níveis mais baixos. Nesses locais, a única abertura é um alçapão localizado no teto (PEVSNER, 1997: 160; JOHNSTON: 2000: 10), por onde os presos entram através de uma escada de mão ou amarrados por cordas (Fig. 02 e 03), ou uma abertura lateral na parede elevada do piso, ou *shafts* de iluminação e ventilação (Fig.02). Algumas prisões

apresentam pequenas “alcovas” ou nichos nas paredes externas (Fig.03) com uma abertura utilizada para as necessidades dos presos que são despejadas no fosso ou nas galerias subterrâneas de esgoto (JOHNSTON, 1973: 07; 2000: 10).

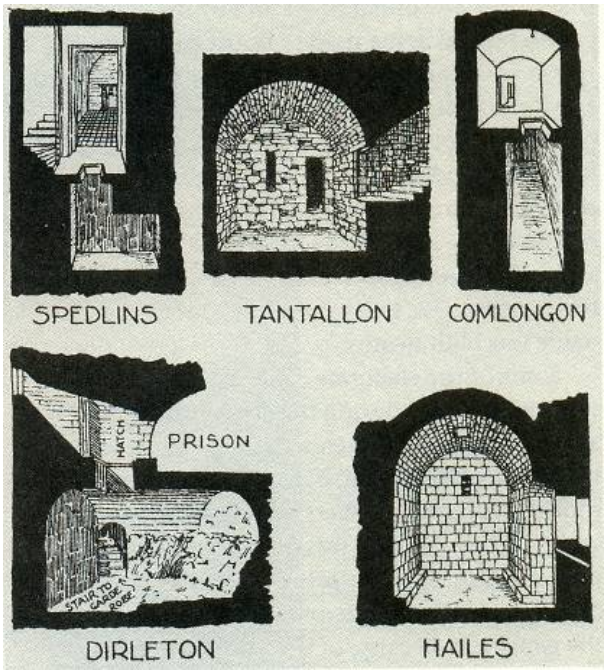


Fig. 02 – nível inferior de prisões na Escócia.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 11

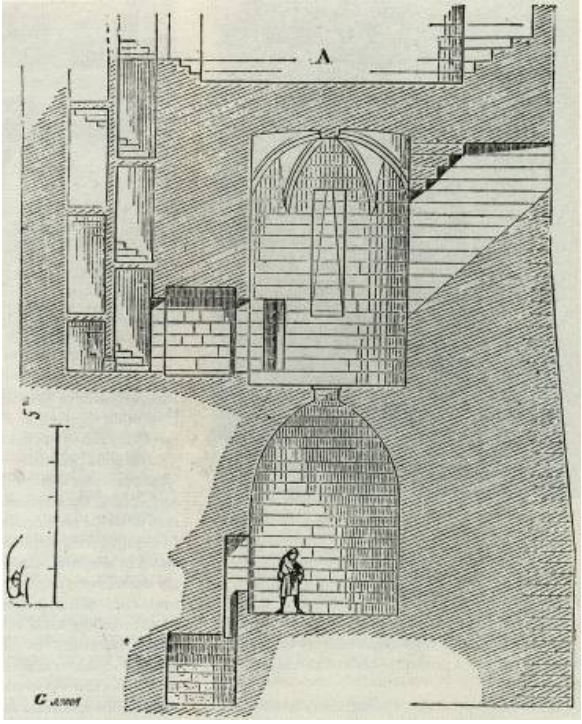


Fig. 03 – prisão de Pierrefons, Château, França.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 10

São também utilizados amplos espaços nas prisões onde se acumulam gaiolas (Fig.04), que muitas vezes permanecem elevadas do piso, outras mantêm os presos mais perigosos acorrentados (JOHNSTON, 2000: 08). Por outro lado, alguns presos possuem grande liberdade, podendo circular pelo castelo ou mesmo trabalhar como funcionários.

A ampliação das muralhas, o crescimento das cidades e o aumento da circulação entre elas, promovida pela intensificação do comércio, trazem uma maior necessidade de controle, principalmente por haver agora diversas entradas. Esse controle é realizado em edificações – *Gates* – que funcionam como “portarias” das cidades (Fig. 05). Nessas portarias o fluxo é filtrado e os estranhos são detidos em prisões no seu interior, que costumam se localizar no pavimento térreo. A separação dos prisioneiros é feita por sexo e por sua condição de pagar taxas, tendo melhores condições os que melhor pagam por elas (JOHNSTON, 2000: 12).

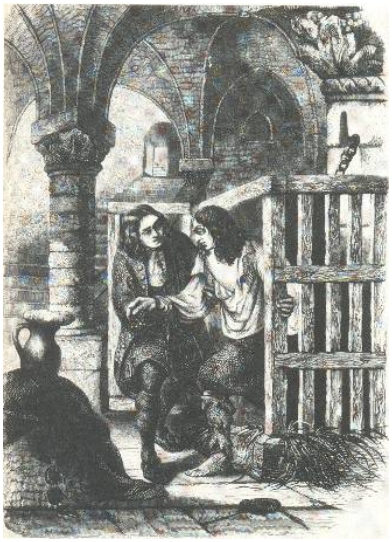


Fig. 04 – prisão não identificada na França.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 09

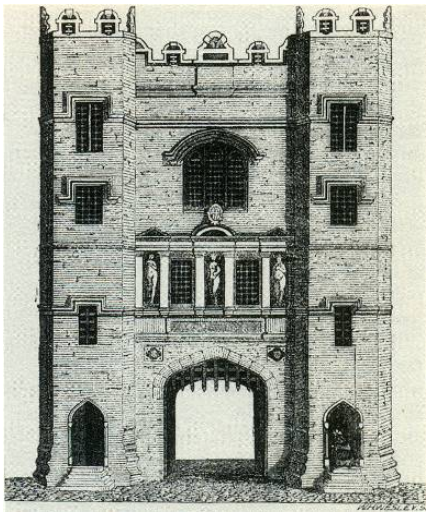


Fig. 05 – prisão de Newgate, Londres.
Fonte: JOHNSON: 2000: 12

A Igreja encontra-se no seu apogeu, no século XII, e vem promovendo as Cruzadas pela Terra Santa, que arrastam multidões de fiéis ávidos na luta pela conquista de Jerusalém, exterminando as minorias religiosas com que se deparam (ALLAN, 1990). As Cruzadas se arrastam por quase dois séculos, porém com o passar do tempo seu objetivo original vai se deturpando. Os monarcas incentivam a fundação de novas cidades e a Igreja expande seus territórios, muitos cruzados conquistam novas terras para si e lá ficam, além do que, altos impostos são cobrados dos que não participam de tais incursões, de modo a financiá-las (MONTESQUIEU, 1995; ALLAN, 1990; MUNFORD, 1998). Com tudo isso, a igreja começa a ser vista, por muitos, como um estado secular e não mais como uma sentinela de Deus, perdendo sua força. Seitas heréticas se multiplicam e, frente a tudo isso, a igreja instaura a Inquisição (MUNFORD, 1998: 371).

A Inquisição tem como função apurar e julgar indivíduos por heresia e, quando condenados, são entregues ao Estado, que deveria punir. A população é incentivada a apurar e entregar indivíduos hereges, que são então inquiridos com direito à defesa (LIMBORCH: 1816: 197). No caso de haver testemunhas fidedignas e da meia-prova, o indivíduo é condenado e submetido à tortura para que a dor do corpo o redima do pecado, salvando a sua alma pelo perdão divino (CASTRO, 1778). A execução da pena se dá em praça pública para dar o exemplo aos outros indivíduos (Fig. 06).

Fig. 06 – execução pública, suplício
Fonte: SENNA, 1996:40

A partir de meados do século XIV a Europa atravessa uma grande crise. A peste negra mata mais de um terço da população, que vê a desgraça como um castigo divino (MUNFORD, 1998: 376). O reduzido número de trabalhadores se vê valorizado e pede por melhores condições e direitos igualitários; os altos impostos dificultam a circulação de mercadorias, fato que, junto às diferentes moedas e a alta inflação, prejudicam consideravelmente o comércio. Começa a Guerra dos 100 anos, trazendo de novo a insegurança nos campos. A monarquia, pressionada, começa a ceder frente às exigências da população comum, que vai ganhando voz. Em meio a tantos percalços, a população insegura retoma a fé e a Igreja toma partido disso, instaurando o Tribunal do Santo Ofício no século XV (ALLAN, 1990).

A Inquisição retorna, ordenada por procedimentos organizados, utilizando o direito ordálico[80]. O réu é resguardado pela Igreja, geralmente em celas das edificações monásticas, onde são realizados testemunhos secretos e confissões arrancadas pela tortura, que agora é aplicada por equipamentos próprios (MUNFORD, 1998: 346). Os culpados são postos em praça pública e então o carrasco lê o resultado de seu julgamento, mostrando as provas ou a confissão para que então se inicie o cumprimento da pena. A pena consta de provas – verdadeiros requintes de crueldade – pelas quais o indivíduo deve passar para provar que Deus olha por ele (LIMBORCH, 1816: 198).

[80] Como já mencionado, configura-se pela influencia da metafísica. Seus julgamentos se baseavam nas provações pelas quais o réu deveria passar.

Milhares são mortos na fogueira, decapitados, mutilados, assistidos pelo povo ávido que tem esse espetáculo como principal distração e atividade de lazer da época (CASTRO, 1778).

> A melhor prova de maldade do indivíduo é o abandono que dele faz Deus ao retirar- lhe a sua ajuda para superar as provas a que é submetido - da água, do fogo, do ferro candente, etc.- (...) O culpado, isto é, quem não supera a prova, convence a si mesmo de sua própria maldade e abandono de Deus. Se não tivesse pecado- se não tivesse cometido um delito- sairia feliz da mesma, não há a menor dúvida. (VALDEZ apud BITTENCOURT, 2000)

Os espaços prisionais, buscando atender ao procedimento da Inquisição, vão ganhando maior organização e complexidade. Já se usam três tipos de aprisionamento: (1) *Murus largus*, onde o preso tem alguma liberdade, podendo circular pelos corredores da prisão; (2) *Murus strictus*, onde o preso não sai de sua cela e fica a pão e água; (3) *Murus strictisssimus*, que é o mais rígido, onde os presos são acorrentados pelos pés e pelas mãos dentro de suas celas (JOHNSTON, 2000: 26). As edificações passam também a abrigar locais para julgamentos e confissões, junto aos locais de aprisionamento.

A partir do século XV, se torna comum também a prisão do Estado que se destina aos presos por crimes contra o poder do rei ou dos senhores de terras, delitos de traição ou adversários políticos. Neste caso, podem ser aplicadas as penas comuns (morte, mutilações), a perda da liberdade – que podia ser temporal ou definitiva – ou o indivíduo pode receber o perdão real. Os estabelecimentos mais conhecidos são a "Torre de Londres", a "Bastilha de Paris", "Los Plomos" e a "Ponte dos Suspiros" – porão do Palácio Ducal de Veneza (JOHNSTON, 2000; BITENCOURT, 2000).

A queda de Constantinopla, no século XV, impede o acesso por mar e terra às Índias e à Ásia, incentivando a expansão marítima e fazendo com que o mundo se abra para Europa.

Renascimento e Humanismo

A Igreja vai perdendo poder e territórios, e para manter seus custos – que se elevam bastante com a Inquisição – passa a estabelecer cotas de pagamento para a salvação. A partir do século XVI a reforma protestante ganha força, com a frase tema “só a fé salva”, busca retomar os valores cristãos e Lutero afirma que "Deus não é um juiz severo, mas um pai compassivo" (DULEMEAU, 1973: 12). Os monarcas, pressionados pela população, investem em serviços públicos, como calçamento das ruas, limpeza das cidades evitando as pestes, construção de equipamentos urbanos como hospitais, asilos e prisões; é a consolidação dos Estados Nacionais e do Absolutismo. Conforme Munford (1998: 408), alteram-se definitivamente os valores e as relações de poder, como mostram

as inscrições nas portadas da Abadia de Telema e o complemento nos portões do palácio: “Faze o que quiseres” “Enquanto agradar o príncipe”.

A abertura das universidades medievais permite a difusão do conhecimento, antes detido pela Igreja, em diversas áreas como nas artes, na medicina, na matemática e na filosofia, abrindo uma nova visão do mundo (MUNFORD, 1998: 377). Os novos conhecimentos se fixam nos estudos da natureza e do homem e abrem as portas para o humanismo, que faz do homem, enquanto um ser natural, o centro das atenções intelectuais, criando uma posição antropocêntrica em reação ao teocentrismo, que tem o homem como um ser vindo de Deus. A crença na razão traz a contestação dos dogmas da Igreja, afirmando que verdades precisam ser testadas e avaliadas, não são uma questão de fé (MOUSNER, 1957).

Buscando essa forma de testar e avaliar os fenômenos para uma melhor compreensão dos fatos da vida e entendimento do mundo é que, a partir do século XVII, se desenvolvem os métodos científicos e seus procedimentos (MUNFORD, 1998: 377). O método científico, proposto por Descartes (1637), vem a ser uma forma de analisar o objeto fundamentado na forma de perceber o mundo; nesse contexto, uma forma lógica e racionalista: o método deve orientar a razão do homem para que se encontre a verdade. Seus procedimentos são a observação, a análise, a formulação de hipóteses explicativas, a verificação das hipóteses e a conclusão. A ciência observa e descreve o mundo constatando pelo método, leis universais aplicadas a situações diversas, por serem verdades comprovadas e, por isso, indiscutíveis (PEDRO, 1996).

A Reforma protestante se espalha dando origem a diversas organizações religiosas, entre elas o Calvinismo. Acredita-se que a pena privativa de liberdade surge em uma sociedade desenvolvida com o pensamento calvinista cristão, tanto que a prisão privativa de liberdade usada nesta época é a prisão canônica. Tais espaços penais atendem ao propósito da clausura, porém ainda se utiliza a fustigação corporal, o isolamento, a escuridão, etc. O Direito Canônico contribui para o estabelecimento dos primeiros conceitos modernos de recuperação do delinqüente dando origem ao termo “penitenciária”, por sua vez originado da palavra penitência (BITENCOURT, 2000: 404). Como o crime é um pecado contra os homens e contra Deus, é necessário se penitenciar para se redimir e receber o perdão.

Durante os séculos XVI e XVII a Europa empobrece com as guerras religiosas; as cidades são destruídas, os núcleos urbanos se estendem e os miseráveis são obrigados a viver de esmolas, roubos e assassinatos. A delinqüência cresce rapidamente, os presos - principalmente mendigos – realizam trabalhos forçados de ordem pública e cumprem

penas já conhecidas. Em 1554 são expulsos da cidade pela primeira vez, enviados para as províncias (BITENCOURT, 2000: 408). O número de presos, porém, é tão grande que não é possível utilizar as antigas penas – que também já não se justificam diante de tantas mudanças sociais, culturais e ideológicas – não é possível matar tanta gente. O humanismo traz menos violência na execução das penas e a crise traz a necessidade da força de trabalho do preso e sua produção.

A partir da segunda metade do século XVI, começam a ser construídas prisões que buscam a correção e recuperação do preso pelo isolamento e trabalho. Essa mudança no pensamento penal leva ao desenvolvimento das penas restritivas de liberdade, no futuro. Na Inglaterra, uma minoria do clero, preocupada em se defender da criminalidade, cria a primeira instituição penal de correção, implantada no castelo de Bridwell, cedido pelo rei. Baseia-se no trabalho e na disciplina para recuperar o recluso, em geral pequenos delinqüentes, e tem como principal objetivo a prevenção. É o primeiro caso da aplicação da pena restritiva de liberdade. O seu sucesso traz, em pouco tempo, a construção das *houses of correction* ou *Bridwells* em vários lugares da Inglaterra. Em 1575, já existe uma lei definindo a sanção para os vagabundos e o alívio para os pobres, fato que determina a construção de pelo menos um estabelecimento por condado. Esses estabelecimentos têm como finalidade regenerar, em muitos casos dar uma chance a esses indivíduos, amparar e não castigar. Em 1697 surge a primeira *workhouse,* seguindo os princípios dos *Bridwells* em Bristol e em 1707 uma em Woncester e outra em Dublin (JOHNSTON, 2000; SENNA, 1996; VAZ, 2005; MADGE, 1962).

Em 1596 criam-se as *Rasphuis* – casas de correção – em Amsterdã. As casas de correção de Amsterdã possuem arquitetura própria, sendo construídas para este fim, pela primeira vez. A eficiência de seu modelo faz com que ele seja copiado em vários países. Por outro lado, os grandes delinqüentes continuam a receber as antigas penas. É nessa época também criada a pena de galés[81], prisão flutuante[82], que consiste em destinar grandes delinqüentes e prisioneiros de guerra a trabalhar nas galés militares, constituindo-se em uma das mais cruéis penas (JOHNSTON, 2000; SENNA, 1996; VAZ, 2005; MADGE, 1962).

.A partir de meados do século XVI muitas propostas e escritos se fazem sobre a prisão, asilos, manicômios e reformatórios, em relação às suas condições humanas e à sua organização. O advogado Credán Tallada publica em 1574 o livro *Visita de La Cárcel y*

[81] Consiste em manter os presos com calcetas presas a correntes nos pés e submetidos a trabalhos forçados ou a esmolar o seu sustento em áreas públicas.
[82] Semelhante a pena de galés, tinha o trabalho forçado e o uso da força bruta dos presos como motor para navios.

los Presos, que defende a classificação dos presos por sexo, gravidade do delito e classe social, para a diferenciação do tratamento – níveis de vigilância e configuração física das celas – além de propor outros locais, como salas para tortura, oração e banho de sol. Também propõe que todas as celas, mesmo as que abrigariam os delinqüentes mais perigosos, não devem ser privadas de luz e ventilação (JOHNSTON, 2000: 40).

Em meados do século XVII, se institui em Florença o Hospício de San Felipe Néri que, baseado na idéia de Hipólito Francini, destina-se ao tratamento de crianças e jovens rebeldes. Utiliza o regime celular, com isolamento absoluto em atividades coletivas, de modo que o interno usa um capuz para que os outros não possam ver o seu rosto. Na mesma época, Jean Mabillon, monge beneditino francês, escreve um livro sobre a experiência do Direito Penal Canônico que traz considerações sobre questões discutidas, mais tarde, com o iluminismo. Defende a reintegração do condenado à comunidade, a pena proporcional ao delito cometido e a condição mental do condenado (JOHNSTON, 2000; SENNA, 1996; VAZ: 2005; MADGE, 1962).

O arquiteto alemão Joseph Furtttenbach publica em seu livro *Architectura Universalis* (1635), dois projetos de prisão (Figs. 07 e 08), onde ele propõe que a severidade do tratamento do preso deveria variar com a gravidade do crime cometido (JOHNSTON, 2000: 30). Como grande parte dos pensadores e dos projetos, propõe ainda um local de tortura para os presos que cometam crimes mais graves ou que ofereçam maior perigo. Utiliza dois pavimentos para possibilitar a separação dos presos. Apesar das muitas reflexões e propostas, poucas instituições foram construídas de acordo com as novas recomendações e o tratamento penal ainda se assemelhava muito ao da idade média, em algumas instituições. Porém, essas propostas foram a base para a reforma carcerária que se seguiu, no final do século XVIII.

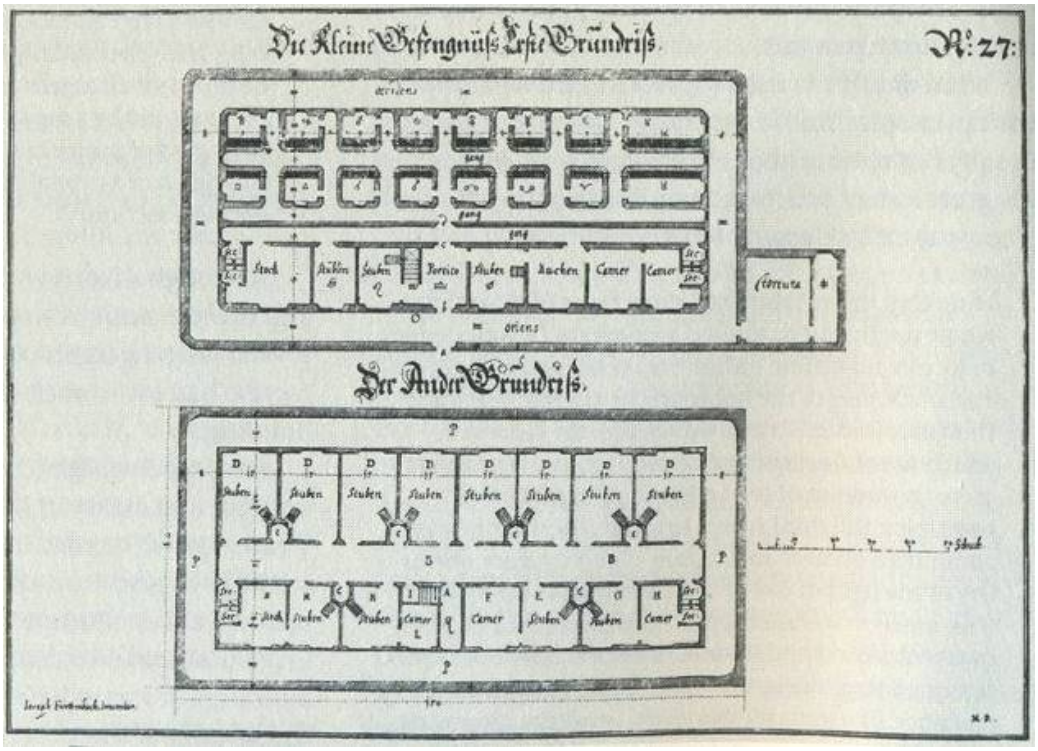


Fig. 07 – planta da pequena prisão do arquiteto Joseph Furttenbach,1635.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 30

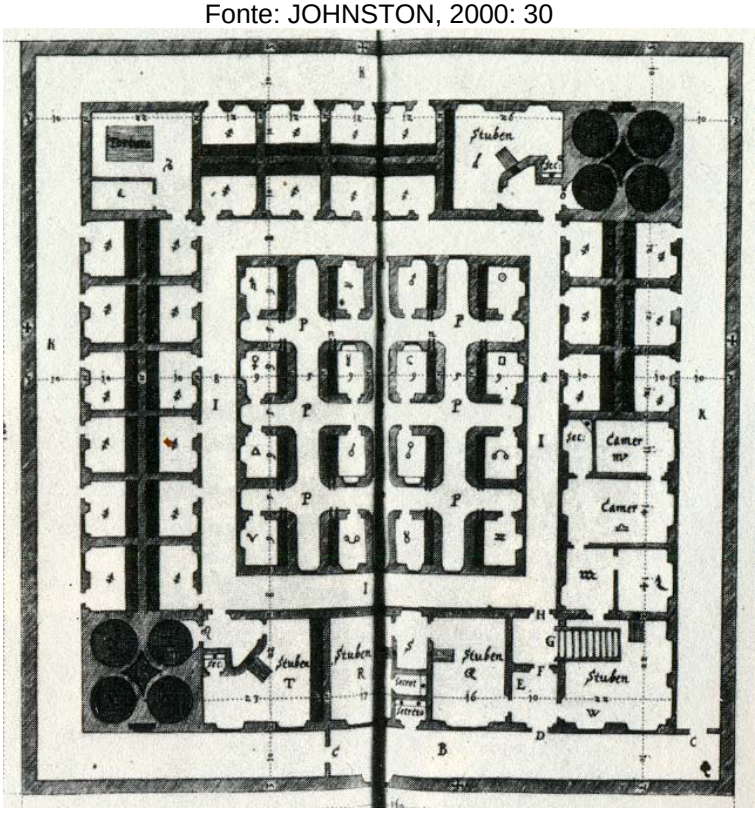


Fig. 08 – planta da grande prisão do arquiteto Joseph Furttenbach,1635.
Fonte: PEVSNER, 1997: 160

Iluminismo

O desenvolvimento da ciência e a posição do homem na nova visão de mundo que se estabelece, traz uma idéia mecanicista do mundo e uma fé no progresso contínuo da humanidade, que se dá através dos feitos racionais do homem. O mundo agora está em movimento e todo movimento apresenta direção: o futuro. A Revolução Industrial, no final do século XVIII, traz a intensificação de uma percepção mecanicista do mundo, a partir da transformação nas atividades produtivas, e transforma artesãos em operários. Pensamentos e instituições do passado são contestados e busca-se uma nova organização social e ideológica (BENÉVOLO 1998: 158). As antigas estruturas feudais se chocam com as ambições do capitalismo emergente e a nova classe burguesa. O grande número de pessoas "letradas" tem conhecimento suficiente para contestar e propor mudanças baseadas na liberdade do homem e seus direitos civis (MOUSNIER; LABROUSSE, 1958).

O poder absoluto, concentrado em uma só instância, é fortemente contestado. Rousseau (1762; 1978)[83] aborda as relações sociais e os direitos individuais e defende os direitos igualitários dentro de um grupo social. Montesquieu (1777; 1995)[84] elabora a "doutrina dos três poderes" defendendo a divisão da autoridade em três instâncias: o poder legislativo, executivo e judiciário, buscando assim que um limitasse os poderes do outro. Defende, também que, as leis não devem ser arbitrárias, mas se relacionar com a realidade social na qual se insere. Locke (1689; 1998)[85] afirma que o homem é, por natureza, livre e dotado de razão, e abdica de sua liberdade individual para viver na sociedade civil, esse pacto deve garantir os direitos naturais do homem e não restringir.

> É uma verdade eterna: qualquer pessoa que tenha o poder tende a abusar dele. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. (MONTESQUIEU, 1777: 1995: 34)

> (...) é preciso encontrar uma forma de associação que defenda e proteja as pessoas e os bens de cada associação, de qualquer força comum, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça senão a si mesmo, ficando assim tão livre como antes. Tal é problema que o contrato social soluciona (ROUSSEAU, 1762: 1978: 30)

As mudanças alteram a visão e a forma de julgar o crime. Os julgamentos passam a ser baseados em verdades "claras e distintas", alcançadas pela razão e as leis consideradas

[83] Data da publicação original do livro "O Contrato Social", publicado no Brasil em 1978, pela EditoraAbril Cultural, São Paulo.
[84] Data da publicação original do livro "O Espírito das Leis", publicado no Brasil em 1995, pela Editora Brasília, Brasília.
[85] Data da publicação original do livro "Dois Trabalhos sobre o Governo Civil", publicado no Brasil em 1998, pela Editora Martins fontes, São Paulo.

integralmente, não permitindo interpretações ou distorções. O juiz tem poder somente para classificar o crime, dentre as leis, e dar a sentença de execução já prescrita. Essa realidade é também questionada e a discussão sobre o tema trará os fundamentos para o estabelecimento do Positivismo Jurídico. Diversas instituições passam por reformas, buscando implantar uma nova concepção de gestão que muitas vezes demandava alterações físicas nos edifícios sem, porém, estabelecer um novo modelo. "O espírito da renascença pode ser compreendido na direção da comodidade do corpo" (PEVSNER, 1997: 160) [86]

A Casa de Correção de San Michele (Roma, 1701), idealizada pelo Papa Clemente XI, é a adaptação de um antigo hospício, (Fig. 09). Ela é destinada a abrigar jovens delinqüentes, órfãos, pobres e idosos (JOHNSTON, 2000: 36; MADGE, 1962: 05). O regime adotado é o misto: trabalho em comum durante o dia e isolamento noturno, sempre em silêncio absoluto. Acredita-se na religião associada ao trabalho para a reabilitação do preso. Suas celas individuais são dotadas de latrinas, um colchão, luz e ventilação natural, além de apresentar locais comuns para o trabalho. É a primeira instituição a aplicar os novos conceitos da filosofia penal.

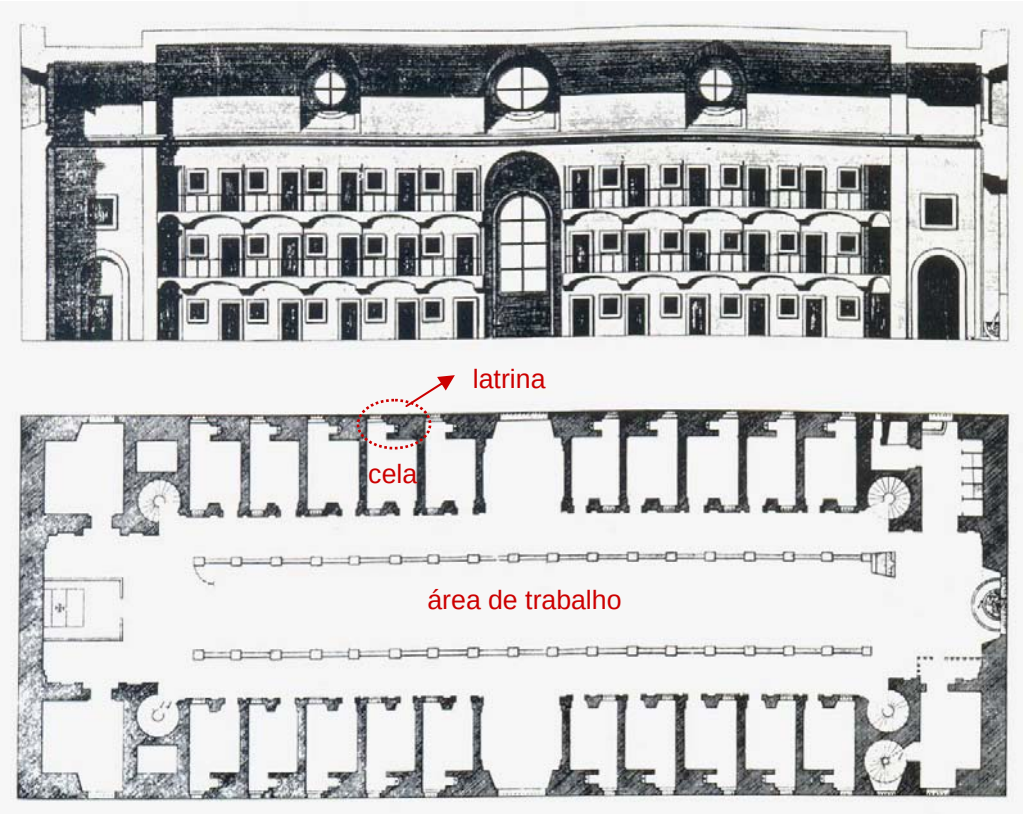


Fig. 09 – Casa de Correção San Michele, 1705.
Fonte: MADGE, 1962: 05

[86] Tradução livre da autora (The spirit of Renasssance can be sensed in the way the "comodita del corpo")

Já a Casa de Correção de Milão (entre 1750 e 1778), projetada por Francesco Croce, apesar de apresentar um projeto mais elaborado – utilizando a planta em "T" ou cruz[87] – e abrangente (Fig. 10) – com alas femininas e de menores – apresenta poucos avanços em relação à Casa de Correção de San Michele (JOHNSTON, 2000: 37). Adota o mesmo regime e apresenta as mesmas condições de conforto – latrinas nas celas, iluminação e ventilação natural.

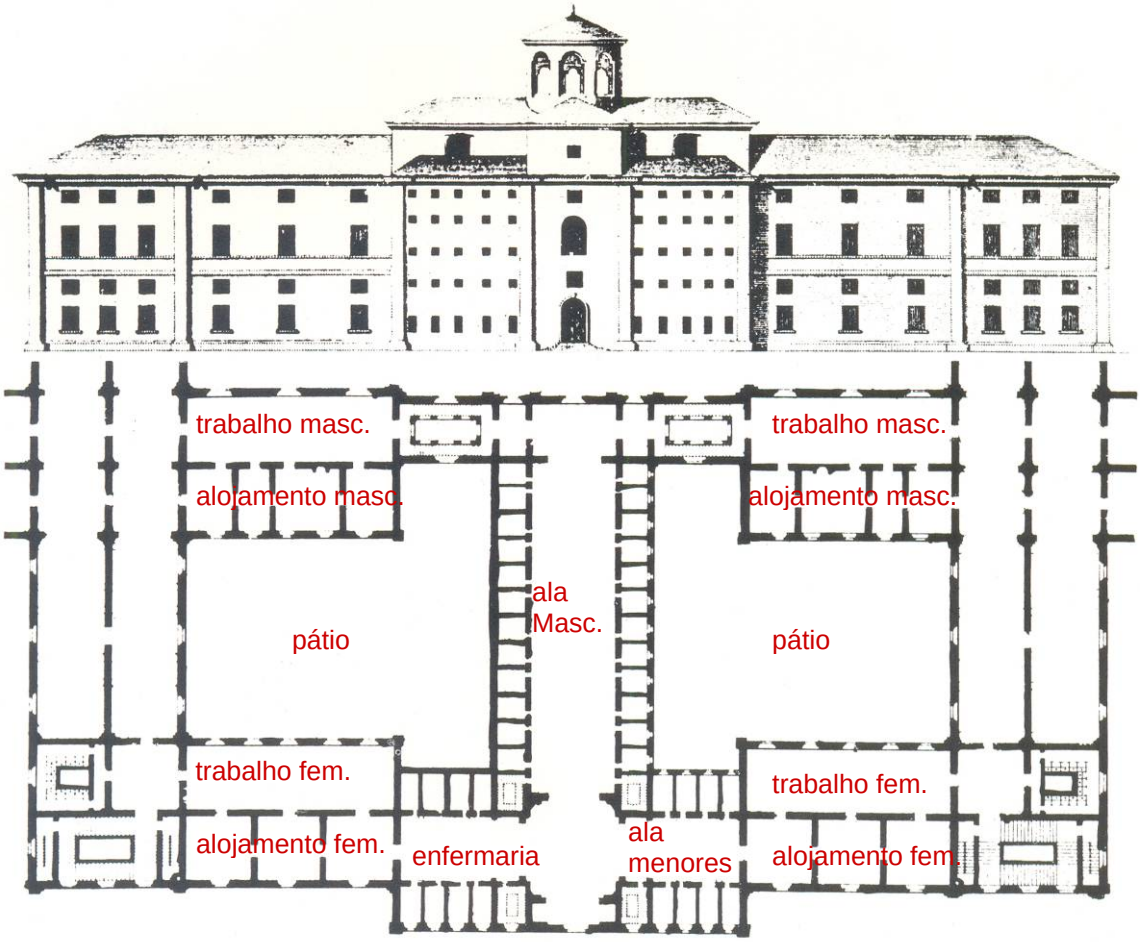


Fig. 10 – Casa de Correção de Milão, 1775.
Fonte: MADGE, 1962: 07

A Casa de Força de Ghent. (Bélgica, 1772), projetada pelo arquiteto Malfaison e pelo padre Kluchman, não utiliza princípios inovadores, mas é a primeira a reunir todos os princípios defendidos na época, na mesma gestão (Fig. 11). Os delinqüentes eram separados por sexo, idade, grau de criminalidade e duração da pena. Usava o trabalho comum durante o dia e o isolamento noturno. Segundo Johnson (2000: 39), essa é a primeira edificação penal de larga escala a ser construída, assim como, a primeira contribuição da arquitetura na concepção do espaço penal. A concepção desta edificação

[87] Já utilizados na época em hospitais e outros programas.

permite a separação dos presos segundo as categorias da época, permite as condições de conforto desejadas,além de apresentar uma organização funcional do espaço.

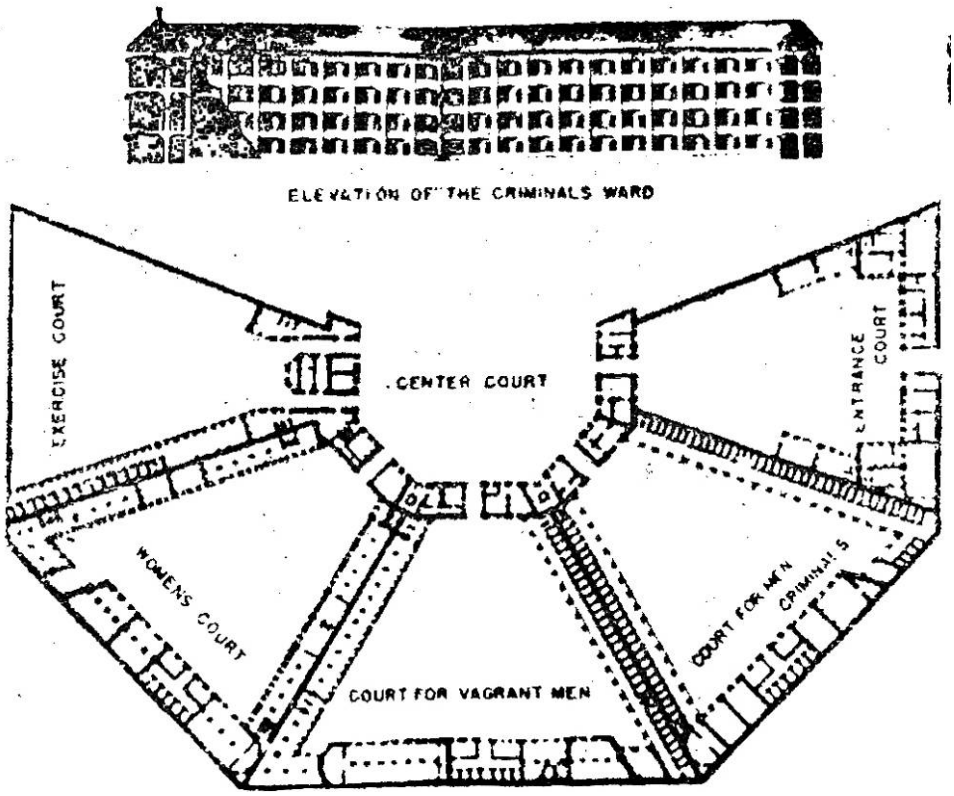


Fig. 11 – Casa de Força Ghent, 1772.
Fonte: MADGE, 1962: 06

Tais edificações ainda tiram pouco partido da arquitetura como um instrumento de concepção específico para as instituições penais, mas apresentam modelos de gestão avançados para a época e melhorias bastante consideráveis quanto à questão sanitária e ao conforto. Características específicas desse tipo de projeto, como a observação do preso pelo guarda a uma distância segura, ainda não são contemplados.

3.2. Instituição da Pena Privativa de Liberdade

A defesa em favor da aplicação de penas mais humanas aumenta consideravelmente o número de presos,devido à diminuição da aplicação da pena de morte, enquanto os avanços científicos fazem crescer o interesse pelas causas do crime. Novas prisões são solicitadas e diversos estudos são realizados, concluindo que o comportamento criminoso estava,geralmente,associado a fatores externos ao indivíduo. A visão racionalista e progressista tende a excluir tudo que não se encaixa nesse modelo e as instituições sociais como hospitais, manicômios e prisões se multiplicam para abrigar o grande

número de indivíduos e isolá-los segundo suas classificações, já que se pensava que o "vicio" era contagioso (VAZ, 2005: 48).

Destaca-se a pesquisa do reformador John Howard, *The State of the Prison*, publicada em dois volumes em 1777 e 1792, que relatavam suas observações após 17 anos visitando instituições penais em diversos países. Sua pesquisa atesta o péssimo estado das instituições, seu abandono e sua ineficácia, dando início à reforma prisional. Era necessária uma mudança, já que as antigas prisões aumentavam a delinqüência e a reincidência. "Alguns grandes erros em gerenciá-los: os rostos (ou as expressões) das imagens a seguir declaram, sem palavras, que são muito miseráveis: muitos que foram saudáveis mudaram em poucos meses para objetos emaciados e abatidos". (HOWARD, 1777: 07)[88]

Em 1779 o Parlamento inglês estabelece o Ato Penitenciário, que determina que o governo constitua dois estabelecimentos prisionais – feminino e masculino – que usem os seguintes princípios: graduação da pena por bom comportamento, isolamento noturno, dieta suficiente, trabalhos pesados de dia, limpeza e atendimento religioso (VAZ, 2005). Essas normas são baseadas nos hábitos e na rotina das indústrias. Outros reformadores abordam questões como a educação, a vigilância e a melhoria das condições.

Neste contexto, a descoberta do corpo como "objeto e alvo de poder" traz a sua manipulação fortemente influenciada pela lógica militarista. O corpo passa a ser visto como uma máquina composta de engrenagens que, se bem operadas, funcionam com perfeição. E, para que um grupo de corpos funcione corretamente, é necessária a correta organização do grupo – alcançada pela disciplina. Segundo Foucault (1983:125), "... o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa uniforme, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrijam-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo".

O espaço começa assim a se codificar, recebendo divisões e subdivisões altamente organizadas. Isso acontece em todas as instituições: escolas, quartéis, hospitais, entre outros. "A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui". (FOUCAULT, 1983: 133). Pensa-se no espaço do indivíduo, no conjunto de espaços dos espaços individuais sob o mesmo uso, o conjunto de espaços de diversos usos e finalmente na organização hierárquica desses espaços que resultavam na

[88] "Some great errors in management of them: the follow images countenances declare, without words that they are very miserable: many who went in healthy are in few months changed to emaciated dejected objects."

arquitetura: a geometria que dá forma ao conjunto. Acredita-se que a correta distribuição dos indivíduos no espaço é essencial para se obter a disciplina – conformadora dos "bons modelos" de homens. Busca- se decompor os grupos, atuando sobre a individualidade, e ainda fixar os indivíduos em seus lugares específicos, facilitando a sua localização e vigilância. A posição do indivíduo dá a sua posição em relação ao todo, e desse modo, o classifica.

> Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas... O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir (FOUCAULT, 1983: 131).

A racionalização passa a fazer parte de diversas instituições e espaços de modo geral, do zoológico à prisão. O Panóptico – que vê tudo – é um modelo de prisão, criado em 1791 por Jeremy Bentham, filósofo social inglês que acredita que uma prisão possa ser observada de um só ponto (Figs. 12 e 13). Aborda pela primeira vez a noção de observação direta do preso sem que este saiba que está sendo observado, assim como a idéia da observação distante, que mantém em segurança o guarda (JOHNSTON, 2000: 49). Tal fato, não só facilita a vigilância, como torna-a mais eficiente e reduz bastante seus custos.

> Na periferia a construção de um anel; no centro uma torre, esta é vazada por janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra para o exterior, que permite que a luz atravesse a cela lado a lado. Basta então um vigia na torre central para observar todas as celas. (...) A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1983: 177).

O projeto de Bentham não é construído, apesar de ser amplamente utilizado, o que possibilita a exploração de diversas formas de apresentação – circular, semicircular, em cruz, estrela, hexagonal, formas que apresentam uma centralidade: o ponto de observação – e variações que seguem o mesmo tema (Figs.12 e 13). Seus princípios são, ainda hoje, usados em algumas penitenciárias, apesar desse modelo apresentar problemas como a inflexibilidade da sua forma, que não permite ampliações. Este modelo não só atende funcionalmente à filosofia penal da época – regimes de rigorosa disciplina – mas principalmente, é a concretização dos princípios que norteavam essas instituições: a máquina de vigilância disciplinadora dos homens imperfeitos.

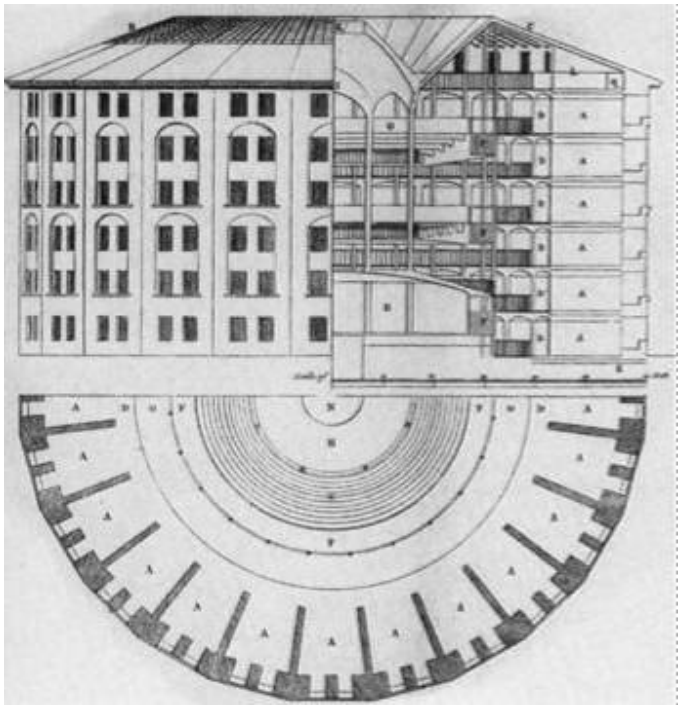


Fig. 12 – prisão panóptica de Bentham
Fonte: JOHNSTON, 2000: 51

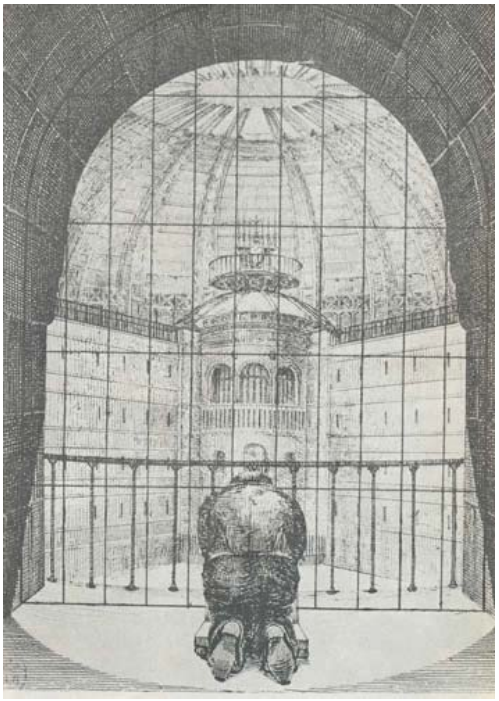


Fig. 13 – interior de uma prisão panóptica
Fonte: FOUCAULT, 1983: 21

No início do século XIX, a pena restritiva de liberdade é vista como a solução para a reforma do delinqüente. Acredita-se na sua reabilitação e na capacidade da prisão de cumprir todas as finalidades da pena.

Aproximadamente na mesma época, em outro continente, surge nos Estados Unidos, no final do século XVIII, o primeiro sistema penitenciário estabelecido pelo governo americano, tendo como principal referência os estabelecimentos de Amsterdam e os *Bridwells* ingleses. É introduzido um novo caráter à pena de prisão, antes usada como um meio de custódia e, posteriormente, uma pena privativa de liberdade: o *Sistema Pensilvânico, Filadélfico ou Celular.*

Este sistema penitenciário é criado sob influência dos quakers[89], os responsáveis pela construção da primeira prisão americana (1776) – Walnut Street (Figs.14 e 15). O sistema tem como objetivo reformar as prisões, baseadas nas idéias de Howard, de Beccaria e de Bentham, principalmente em relação ao isolamento do preso, sua principal característica. O sistema é também baseado nos conceitos religiosos do Direito Canônico.

[89] Membros de seita religiosa fundada no século XVII (EUA e Inglaterra). Não admitem nenhum sacramento, não prestam juramento à justiça, têm como principal característica o desvio do puritanismo.

Fig. 14 – prisão Walnut Street, EUA.
Fonte: MADGE, 1962: 08

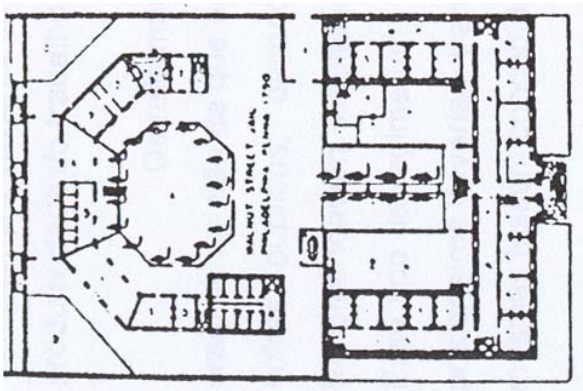


Fig. 15 – planta da prisão Walnut Street, EUA.
Fonte: MADGE, 1962: 08

O sistema é estabelecido em 1790 – ano em que é construído um novo bloco na prisão com celas individuais – pelo governo, que acredita que o isolamento do delinqüente, a crença em Deus e o afastamento total do álcool trazem a reflexão em tais indivíduos, criando assim meios e dando os caminhos para sua “salvação”. O sistema, porém, não é estabelecido por completo e o isolamento é destinado, somente, aos condenados mais perigosos, ficando os outros em celas comuns, trabalhando em conjunto durante o dia e sendo a lei do silêncio obrigatória para todos (MADGE, 1962).

Com o crescimento da população penal, o sistema fracassa em poucos anos. É solicitada então, a construção de duas novas prisões: a ocidental, concluída em 1818, adota o isolamento absoluto sem ao menos permitir o trabalho nas celas, tornando o regime impraticável; a prisão oriental, concluída em 1829 que, em função dos problemas com a prisão ocidental, passa a afrouxar o regime e permitir o trabalho na própria cela (FOUCAULT, 1983; BITENCOURT, 2000).

O emprego do isolamento e do silêncio reduz bastante os gastos com a vigilância e impede o emprego de trabalhos realizados em grupo como, por exemplo, o trabalho industrial que se estabelece nesse período. Apesar de ser um sistema economicamente muito eficiente e, sua organização institucional manter uma dominação extremamente eficaz sobre os presos, contradiz o seu principal objetivo: recuperar os condenados. O Sistema Pensilvânico é, principalmente, adotado na Europa, já que o número de trabalhadores livres é suficiente para a sua produção e consumo, não necessitando assim da mão de obra dos presos – o emprego do trabalho na prisão poderia colocar em risco o trabalho de homens livres.

As instituições que utilizam esse sistema, em geral, adotam um modelo arquitetônico semelhante ao de Cherry Hill (Fig. 16) nos Estados Unidos – formulado por John Haviland (1829) e considerado a síntese do sistema celular –; e Pentonville (Fig. 17) em

Londres – fundamentada nas idéias de Elizabeth Fry (1842). São grandes unidades para os padrões da época, com capacidade para 400 e 450 presos respectivamente, utilizam pavilhões que permitem fácil ampliação, assim como sua construção por etapas – pavilhão por pavilhão. São muito eficientes na separação dos presos chegando a utilizar espaços para banho de sol individual – no primeiro caso cubículos contíguos às celas e no segundo em construções circulares entre os blocos. É interessante notar que, no centro dessas edificações radiais localiza-se sempre o posto de vigilância, ponto nodal do sistema aplicado.

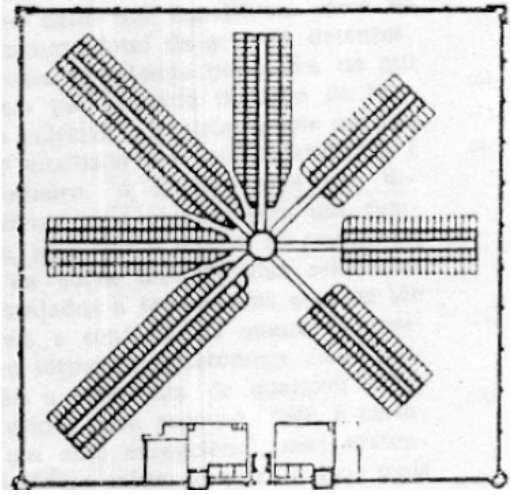


Fig. 16 – prisão de Cherry Hill, EUA
Fonte: ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 89

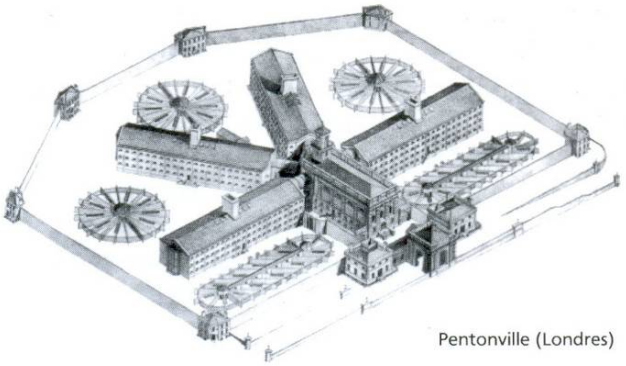


Fig. 17 – prisão de Pentonville, Londres
Fonte : ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 89

A partir de uma análise do sistema Pensilvânico, feita por uma expedição enviada pelo governador de Nova York em 1796, é criado o *Sistema Auburniano*, que fica mais conhecido como *silent system,* por adotar o sistema do silêncio absoluto entre os presos. A partir da análise feita, substitui a pena de morte e os castigos corporais pela pena de prisão. A prisão de Auburn (Fig. 18), porém, só é construída em 1816. Seguindo uma ordem de 1821, os presos são classificados em três categorias: (1) delinqüentes reincidentes, que necessitam de isolamento contínuo em celas individuais; (2) os menos corrigíveis, que necessitam de celas individuais somente três dias da semana e têm permissão para trabalhar; (3) delinqüentes primários possivelmente "corrigíveis", que só necessitam de celas individuais em um dia da semana e têm permissão para trabalhar em conjunto (BITENCOURT, 2000: 93).

Fig. 18– galeria de celas de Auburn
Fonte:www.prisonsociety.org/about/history.shtml

As celas pequenas e escuras impossibilitam o trabalho impedindo a única distração que lhes é permitida, tornando o isolamento absoluto desastroso. Em três anos, ao invés de uma reabilitação, tem-se como resultado mortos e loucos, com exceção de 2 presos em um universo de 80. Em 1824, é então abolido o isolamento absoluto, permite-se o trabalho coletivo em silêncio e o isolamento se destina somente ao período noturno (FOUCAULT, 1983; BITENCOURT, 2000: 93).

"O modelo auburniano pretende servir de modelo ideal à sociedade, um microssomo de uma sociedade perfeita onde indivíduos se encontrem isolados em sua existência moral, mas são reunidos sob um enquadramento hierárquico estrito, com o fim de resultarem produtivos ao sistema" (BITENCOURT, 2000: 95), ou seja, muito eficaz para o governo, para a imposição do seu poder, mas de pouca eficácia na correção e reabilitação do preso, que é tratado como uma máquina, seguindo as regras de um rigoroso sistema, que já traz as influências da revolução industrial.

Como nas fábricas e nos estabelecimentos de trabalho coletivo da época, a disciplina é a base principal do sistema. No caso da prisão, ela é ainda mais acentuada, em função da necessidade de controlar um grande número de pessoas que, de alguma forma, oferecem perigo à sociedade, e que precisam ficar confinadas dividindo um mesmo espaço. Essa disciplina tem como base os quartéis e a vida militar em seu interior, que pregava a obediência sem questionamentos ou reflexões, tornando a relação uma simples questão de subserviência do delinqüente ao poder das autoridades. Analisando a instituição pelo seu regime e suas regras, pode-se concluir que a disciplina de um preso, muitas vezes mantida por meio de severos castigos corporais, não se deve à sua reflexão

e ao seu arrependimento por tal ato, bem como à sua reabilitação, mas ao seu medo, à sua capacidade de seguir regras e de obedecer.

O sistema utiliza o silêncio como forma de reflexão e meditação, influência do modelo monástico, mas como no sistema Pensilvânico, o silêncio é uma forma eficaz e econômica de manter o poder sobre os presos, garantindo a disciplina, facilitando e custeando a vigilância. O trabalho, por sua vez, é um modo eficaz de educar o preso, ensinando-lhe um ofício, e de trazer a sua reabilitação, capacitando-o a se reintegrar à sociedade com uma nova opção de vida. O trabalho na prisão gera bons produtos, além de disponibilizar mão de obra barata sendo, assim, bastante lucrativo. Porém, todas as facilidades dessa produção colocam em risco o emprego dos trabalhadores livres, que se opõem a esse sistema através de seus sindicatos. A pressão é tanta que leva as autoridades a suspender essa atividade, sendo responsável pelo fracasso do sistema (BITENCOURT, 2000: 98).

O sistema Auburniano é, principalmente, adotado nos Estados Unidos por ser economicamente mais vantajoso, já que as celas coletivas possibilitam abrigar um maior número de pessoas em um espaço menor, além de gerar uma produção maior, importante para o desenvolvimento do país, naquele momento.

Com o passar do tempo, a pena de morte vai sendo abandonada e a pena privativa de liberdade se estabelece. Os sistemas penais vão sofrendo reformas regularmente, diante de análises entre erros e acertos. O sistema progressivo surge como uma reformulação dos sistemas anteriores com base no sistema Auburniano e nas suas reformas. Além da função social e econômica, o novo estabelecimento apresenta uma função científica. A adoção do sistema progressivo torna a pena mais individualizada, sendo então necessária a observação constante do preso, assim como estudos criminológicos e psicológicos para aplicação de penas adequadas a cada indivíduo de acordo com seu histórico, personalidade e tipo de crime cometido, a fim de que seja feita a passagem de cada indivíduo de um estágio para o outro da pena.

A principal característica deste sistema é o ganho progressivo de regalias, baseado na boa conduta do preso e no progresso de sua reabilitação, podendo até ser reintegrado à sociedade antes do final da pena. Outra característica do sistema progressivo é a classificação dos presos quanto à gravidade do seu delito e a diminuição do rigor em relação à disciplina, valorizando mais a vontade do preso (BITENCOURT, 2000: 99).

O Sistema Progressivo Inglês é desenvolvido pelo capitão Alexander Maconochie, governador da ilha Norfolk, em 1840. Para essa ilha australiana são mandados os presos

reincidentes da pena de *transportation*, onde o trabalho e a boa conduta podem diminuir a pena. Todos os presos, ao serem condenados, recebem uma cota de marcas ou vales que devem adquirir ao longo da pena, de acordo com a gravidade do seu delito. Todos os dias são avaliadas a sua produtividade e a sua conduta - quanto maior a sua produtividade e melhor sua conduta, mais vales ou marcas são recebidas. O mau comportamento, a desobediência e baixa produtividade são punidas com multas, em vales diminuídos dos já adquiridos. Quando se alcança a cota estabelecida passa-se à fase seguinte, a liberdade condicional (BITENCOURT, 2000: 100).

O sistema é dividido em três fases: (1) Isolamento celular diurno e noturno: chamado de período de provas, que tem como objetivo a reflexão do preso sobre o seu delito. Nessa fase, o trabalho é obrigatório e a alimentação reduzida. (2) Trabalho em comum sob a regra do silêncio: nesta fase o preso é transferido de estabelecimento para o *public workhouse* sob o regime de trabalho coletivo, em absoluto silêncio e isolamento noturno (BITENCOURT, 2000: 100). Nesta fase o preso é mantido, até conseguir os vales necessários para receber o *ticket leave* que lhe dá a liberdade condicional. (3) Liberdade condicional: nesta fase, o preso obtém uma restrita liberdade, que deve ser cumprida por certo período com obediência; após esse período, o condenado recebe sua liberdade definitiva.

O Sistema Progressivo Irlandês, por sua vez, é concebido por Walter Crofton a partir do sistema de Maconochie. A principal diferença entre os sistemas é a implantação das "prisões intermediárias", com o objetivo de uma melhor preparação do condenado para a sua reintegração à sociedade (BITENCOURT, 2000: 102). As "prisões intermediárias" são uma prova de aptidão, uma quarta fase entre a segunda fase (reclusão) e a liberdade condicional.

Assim, o sistema é dividido em quatro fases: (1) Reclusão diurna e noturna: segue o mesmo regime do sistema progressivo inglês e é cumprido em prisões centrais e locais. (2) Reclusão celular noturna e trabalho coletivo diurno: segue o mesmo regime do sistema progressivo inglês, mas desta fase ainda não alcança a liberdade condicional. (3) Período intermediário: essa fase é cumprida em prisões especiais, sem muros ou trancas com menos rigor, e os trabalhos são realizados no seu exterior. (4) Liberdade condicional: com as mesmas características do sistema anterior (BITENCOURT, 2000: 103).

Diversos países seguem as alterações do sistema progressivo, criando estabelecimentos penais com finalidades diferentes, a partir do final do século XIX, cada um atendendo a uma fase do sistema. Assim se estabelecem os presídios ou casa de correção – que

abrigam presos provisórios; as prisões de segurança máxima – muito usadas nos Estados Unidos, conhecidas como *supermax;* e as prisões de regime aberto e semiaberto – que atendem aos últimos estágios da pena.

No final do século XIX, o sentimento nacionalista surge como afirmação dos princípios liberais aplicados à nação. Esta deve então ser entendida como um grupo de indivíduos dotados de liberdades "naturais" que dividem um território – o Estado – interesses e a língua (BENÉVOLO, 1998: 372). As colônias européias ganham independência e governos republicanos se estabelecem. O Estado passa a ter vital importância na vida social: o controle e a ordem, da mesma forma, seus equipamentos como: escolas, hospitais, entre outros, já que o governo é o representante da nação. Suas obras são em geral grandiosas, enaltecendo sua soberania, a identidade nacional e a constante necessidade de controle da ordem pública.

Neste contexto, a primeira instituição construída para presos provisórios especificamente é a prisão de Fresnes (Fig. 19), na França, projetada por Francisque Henri-Poussin em 1898. Assume um partido novo, que fica conhecido como *telephone-pole-plan*, espinha de peixe ou blocos paralelos. Adota uma distribuição pavilhonar com blocos paralelos, que facilitam a ventilação e a iluminação natural que são ligados por um corredor perpendicular. Seus blocos apresentam equipamentos comuns, como locais de trabalho e postos médicos no pavimento térreo. Os espaços entre os blocos são usados para banho de sol e exercícios. Esse modelo se difunde amplamente pelo mundo, apresentando diversas variações (JOHNSTON, 2000: 117).

O Estado moderno e suas instituições têm grande papel social. O crescimento acelerado e desordenado devido à industrialização das cidades traz condições de insalubridade, miséria e o aumento da criminalidade e da desordem pública – crescendo o número de roubos, "vagabundos", manifestações públicas, etc. É necessário restabelecer a ordem pública e coletiva e o Estado – maior poder social – assume esta responsabilidade. "A atração hipnótica da grande cidade deriva-se da sua posição original, como instrumento do Estado nacional e símbolo de seu poder soberano: nas mais remotas dentre todas as funções urbanas" (MUNFORD, 1998: 575)

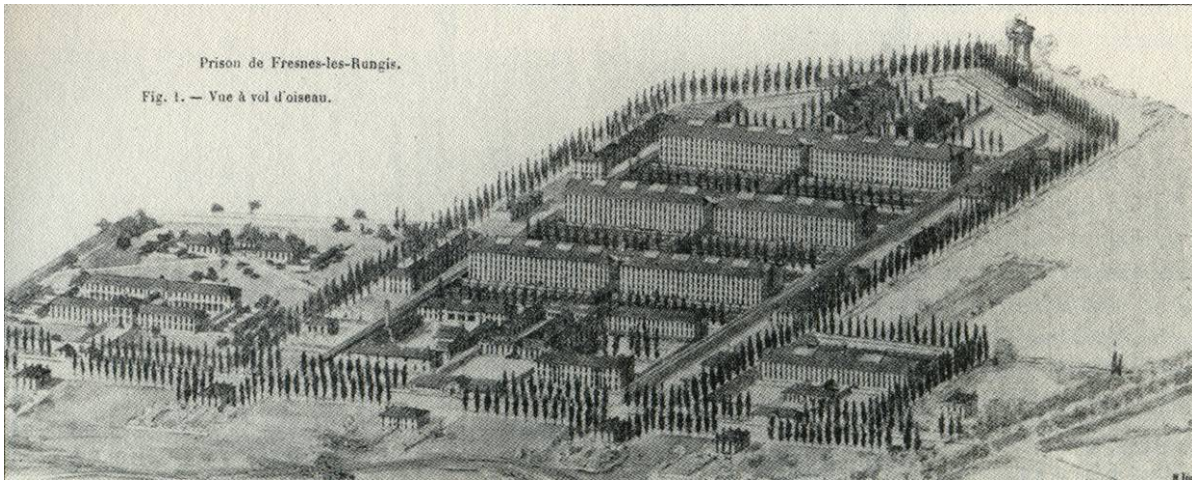


Fig. 19 – Prisão de Fresnes
Fonte: JOHNSTON, 2000: 117

A modernidade e os Estados Totais têm como papel principal o crescimento do coletivo, através da urbanização das cidades, fornecimento de infra-estrutura, habitação social e estabelecimento de instituições públicas como hospitais, prisões, escolas e manicômios. Desse modo, a criminalidade e seus estudos passam a ter grande importância perante a função social e disciplinar do Estado.

A Filosofia Penal Moderna[90], adotada em vários países ocidentais se baseia na verdade universal através da ciência positivista – fundamentada no evolucionismo – e busca funcionar como tal. Os estudos científicos e biológicos ditam a verdade sobre a normalidade, de modo que anomalias físicas, mentais, ou comportamentais são vistas como problemas que se dão em nível biológico – seja como herança (genótipo) ou por efeitos do meio (fenótipo) na sua base biológica – devendo, portanto, ser tratados através dos métodos científicos. Assim, como nos laboratórios, esses indivíduos ditos "anormais" devem permanecer isolados, para que em um ambiente neutro, possam ser estudados e analisados e, distante de interferências externas que possam ter motivado a infração, possam ser tratados e avaliados. Segundo Baratta, "a infração foi prorrogada pela escola como uma positiva concepção determinista da realidade em que o homem está inserido, e que, no final, todo o seu comportamento é uma expressão" (2004:32) [91].

[90] Considera-se a filosofia penal moderna como a aplicação dos sistemas restritivos de liberdade com fim de ressocialização – sistema progressivo – fundamentados em métodos científicos que se configuraram a partir do fim do século XIX.
[91] Tradução livre da autora (El delito era así reconducido por la escuela positiva a una concepción determinista de la realidad en la que el hombre resulta inserto y de la cual, en fin de cuentas, es expresión todo su comportamiento).

O regime penal utilizado é o progressivo e acredita-se na evolução do indivíduo direcionada a um fim pré-determinado – a ressocialização. A administração e o gerenciamento do progresso do preso trazem a necessidade de observação constante, assim como estudos criminológicos e psicológicos freqüentes. Esses estudos buscam estabelecer a relação causal-explicativa do delito, delinqüente e as causas para os fatos. Desse modo, ao longo do período moderno, diversas instituições são construídas em grandes proporções buscando abrigar todas as fases do tratamento penal, abrigando a idéia de conjunto presente no período.

> ... todas as bem sucedidas instituições da metrópole repetem, em sua própria organização, o gigantismo sem meta do todo. Ao reagir contra as antigas condições de escassez e penúria, a economia metropolitana chegou assim ao outro extremo e concentrou-se na quantidade, sem prestar atenção à necessidade de regular o ritmo, a distribuir a quantidade ou assimilar a novidade. (MUNFORD, 1998: 573)

A partir do final da década de 1920, enormes prisões são construídas. A grandiosidade dos projetos busca abrigar as diversas fases do sistema penal em uma só edificação, evitando a transferência do preso. Estes modelos também visam a economia de gastos, utilizando alguns equipamentos comuns como o hospital, áreas de trabalho e cozinha para todas as instituições contidas em seu interior, como é o caso da Penitenciária Estadual de Michigan nos Estados Unidos (1924), do Carandiru em São Paulo (1954), da francesa Fleury-Mérogis (1968) e Youth Prison nos Estados Unidos (Fig. 20). Esses modelos não são bem sucedidos devido a suas proporções exageradas e por utilizarem grandes equipamentos comuns que obrigavam o preso a circular pela unidade, impedindo o controle necessário.

O sistema progressivo vai sendo substituído por uma individualização de cunho científico, onde pessoas especializadas tratam de diversas etapas do processo penal, julgando e avaliando o preso, sem conhecimentos criminológicos. O próprio sistema progressivo se torna questionável, já que a avaliação feita aos presos quanto à sua reabilitação é feita sob constante observação, em condições muito diferentes da realidade do mundo exterior. A boa conduta também é questionável, podendo ser aparente ou mal avaliada (BITENCOURT: 2000: 104).

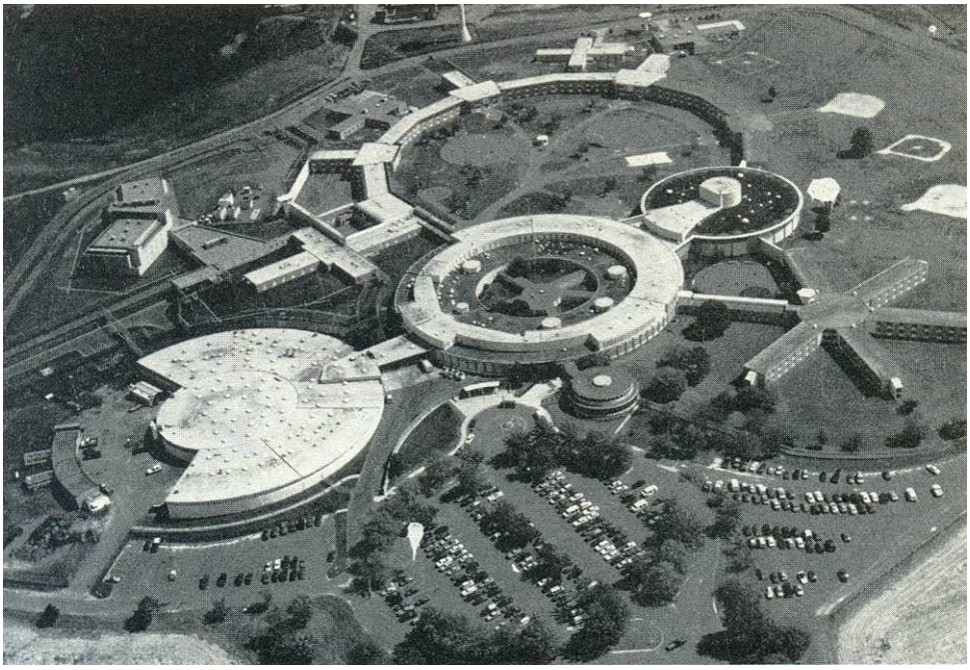


Fig. 20 – Youth Prison, EUA, 1968
Fonte : JOHNSTON, 2000 : 150

Desse modo, a partir da década de 50 são propostos modelos de prisões de menores proporções com capacidade máxima de 1200 presos, na Europa e Estados Unidos – as unidades do período moderno abrigam de 4000 a 6000 presos[92]. Da mesma forma, busca-se desmembrar o complexo – que abriga os vários tipos de unidades – em unidades independentes e mais direcionadas – como as unidades para tratamento de menores e doentes mentais (GILL, 1967: 07).

3.3. Transformações e ajustes

A exacerbação do nacionalismo e o estabelecimento dos governos totalitários em todo o mundo levam ao extremo os poderes governamentais em nome do bem-estar da nação, culminando no nazismo. A busca do estabelecimento de uma verdade única, da purificação – de raças, sociedades, cultura – e sua evolução e progresso para o estabelecimento de uma grande nação, justificavam legalmente os meios utilizados para tanto. O combate às “anomalias” gera o isolamento e a execução de um enorme número de pessoas, além de se tornarem comuns as práticas de tortura.

[92] C.f. Gill (1965: 07) “A Penitenciária Estadual de Stateville, tipo panopticon, em Illinois, e a nova prisão Joliet State sua associada, têm acomodações para 4600 detentos; a prisão do estado de Michigan, em Jackson, abriga 5800 prisioneiros”.

> … Na era do Nacional Socialismo o Professor Edmund Mezger, que naturalmente já aceitou a existência de duas leis penais, um para o cidadão normal - a validade dos princípios básicos do direito penal - e outro para os cidadãos "especiais" – com a legítima redução das garantias - em favor de um idealismo. (RODRIGUEZ, 2007: 05)[93]

O fim da segunda guerra e a extinção gradual dos governos totalitários traz grande reflexão acerca do poder do Estado e suas práticas, assim como dos diretos humanos. Na Inglaterra, o Ato Penitenciário de 1948 defende que o objetivo da prisão é a reforma do condenado (VAZ, 2005; BRODIE et al, 1999). Em 10 de dezembro de 1948 é adotada pela Assembléia das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos, fixando os direitos de todo e qualquer indivíduo, à dignidade independente de diferenças – entre raças, classes sociais, sexo, etc. Desse modo, busca-se que a diversidade seja vista como natural, seja aceita e respeitada, apesar de ainda buscar ser uma verdade universal. Tornam-se comuns manifestações e organizações contra o abuso de poder e a tortura em todo o mundo, inclusive quanto às condições dos estabelecimentos penais, também abordadas no documento:

> Artigo II: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
> Artigo IX: Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
> Artigo X: Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
> Artigo XI: 1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso. (NAÇÔES UNIDAS, 1948: não paginado)

O estabelecimento dos direitos humanos, o número crescente de estudos de culturas particulares e seu reconhecimento, aliados à descentralização dos Estados, trazem a particularidade para as práticas públicas e, conseqüentemente, para a filosofia penal e os estudos criminológicos. Entende-se que as leis – ou contratos sociais – variam de acordo com os valores e regras sócio-culturais que não são unânimes. "O fim do absoluto e o desenvolvimento de uma cultura mais pluralista" (GARLAND, 2001: 88)[94].

---

[93] Tradução livre da autora (… en la época de nacionalsocialismo el profesor Edmund MEZGER, quien desde luego aceptaba ya existencia de dos derechos penales, uno para el ciudadano normal – con vigencia de los principios básicos del derecho penal –, y otro para los ciudadanos "especiales" - con la legitimada reducción de garantías - a favor de un idealismo).

[94] Tradução livre da autora (The endings of absolutes and the development of a more pluralistic culture).

Observa-se assim a diferenciação da legislação e do tratamento penal em diferentes países e, dentro dos países, fragmentado entre os estados. Nessa situação encontram-se Brasil e Cuba, admitindo diferentes sistemas estaduais, os Estados Unidos, onde alguns estados adotam a pena de morte e outros não, o Canadá, onde casos de pequenas penas são gerenciados por estados e penas maiores pelo país ou o México, que apresenta um sistema federal admitindo ainda algumas particularidades entre estados. "Não pode reduzir-se o direito apresentando-o puramente como norma, mas a partir da teoria crítica que lhe define como prática discursiva, social e produtora de sentidos diferentes aos sentidos construídos de outros discursos". (ZAIKOSKI, 2007: 03)[95].

Além da admissão de diferentes sistemas penais nos países, algumas Constituições e Códigos Penais passam a apresentar tratamento diferenciado para grupos culturais, como na Bolívia, onde o tratamento dado aos povos indígenas é diferenciado (VITOR, 2003). De qualquer modo, a questão é amplamente discutida em diversos países, resultando, em geral, não em uma mudança de paradigma, mas em pequenos ajustes, como novas leis e emendas constitucionais, normatizando algumas questões que buscam a individualização. Admite-se assim, a diferença não só no tipo de delito enquanto ato – ação materializada –, mas também no autor – personalidade e história do delinqüente.

Segundo Garland (2001), nesse período de crescimento econômico, o Estado se fixa em ações sociais, buscando dar suporte à população mais necessitada. Na Inglaterra, em 1959, o *White Paper Penal Pratice in a State Society*, uma espécie de relatório, estabelece que: "as presentes edificações se mantêm como uma negação monumental dos princípios com os quais nos comprometemos" [96] (BRODIE et al, 1999: 29). Desse modo, o *Development Group for Design of Prisons*, estabelecido desde 1958, desenvolve novos projetos para 40 novas unidades, que ficaram conhecidas como geração "*New Wave*", que têm como objetivo gerar possibilidades de recuperação e educação para os detentos e reduzir os custos com as construções das prisões (BRODIE et al, 1999: 29).

A primeira unidade a ser construída, a partir deste novo princípio, foi a prisão de Blundeston (Fig. 21) que utiliza blocos de celas em "T" (Fig. 22) com proporções bem menores ligados aos blocos centrais de uso comum. É a primeira unidade (1963) a adotar a idéia de complexo penal, que ainda hoje é utilizada, que consta em um grupo de

[95] Tradução livre da autora (No puede reducirse el derecho a lo presentado como puramente norma, sino que desde la teoría crítica se lo define como práctica discursiva, social y productora de sentidos diferentes a los sentidos construidos desde otros discursos).
[96] Tradução livre da autora (the present buildings stand as a monumental denial of the principles to wich we are committed).

unidades de pequeno porte – em relação às unidades modernas – que utilizam alguns equipamentos de uso em comum. As edificações apresentam certa autonomia e utilizam o centro das unidades de vivencia, como áreas de vivencia comum. Cada pavimento apresenta duas galerias de celas e um alojamento comum, além de instalações sanitárias e uma área de vivencia no primeiro pavimento, permitindo também uma certa autonomia (MADGE, 1967: 11).

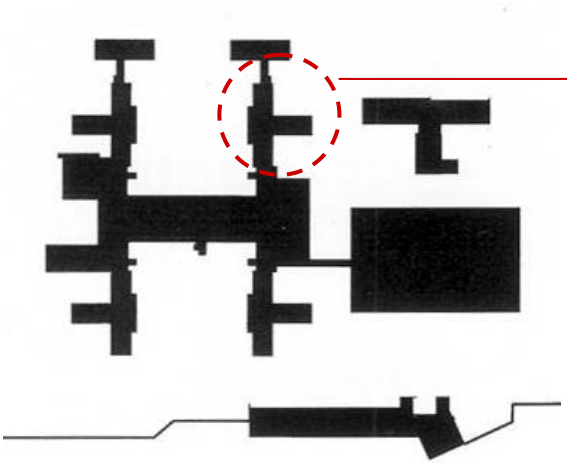


Fig. 21 – prisão de Blundeston, Inglaterra
Fonte: BRODIE et al, 1999: 30

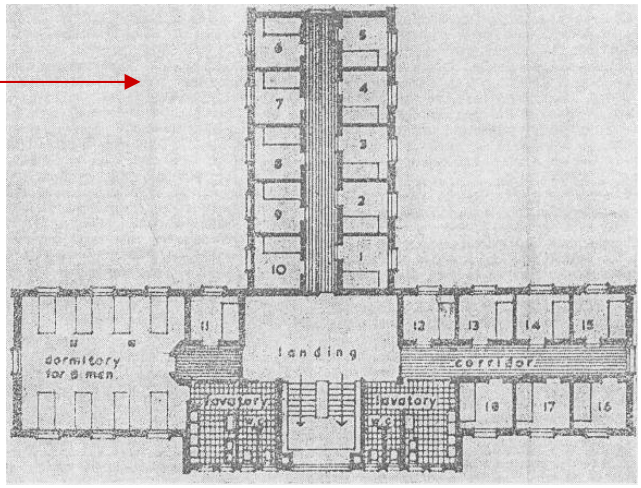


Fig. 22 – bloco de vivência da prisão de Blundeston, Inglaterra
Fonte: MADGE, 1967: 10

As grandes unidades já existentes são subdivididas em unidades menores, que permitem maior aproximação de funcionários e presos, melhor acompanhamento e controle do preso: "deveremos pensar em termos de um grande número de pequenas prisões e não de um pequeno número de grandes prisões" (MADGE, 1965: 07). Essa mudança na concepção do espaço penal também facilita as divisões extra-oficiais – negros, judeus, estrangeiros, asiáticos – evitando comuns atritos entre grupos de presos que, em grandes unidades, obrigatoriamente dividem espaços comuns e enormes galerias de celas. Segundo Johnston (2000: 153), esse princípio também tinha como objetivo estabelecer um espaço mais pessoal para o preso, incentivando o convívio social.

Esse conceito também se difunde nos Estados Unidos na década de 60, a partir das chamadas *unit team management*: "... uma instituição era dividida em uma série de pequenas unidades de vivência, independentes, operando de forma semi-autônoma, cada uma com sua equipe de segurança e profissional". (JOHNSTON, 2000: 153)[97] Esta

[97] Tradução livre da autora (an institution was divided into a series of small, self-contained inmate living units operating semiautonomously, each with its own Custodial and Professional staff)

idéia é muito aplicada e a partir da década de 70 [98], adota-se principalmente formas triangulares apresentando celas e/ou alojamentos na borda e a área comum no centro (Figs. 23 e 25) – que fica conhecida como *dayroom*. (JOHNSTON, 2000: 153; VAZ, 2005: 89) O modelo é usado originalmente nos Estados Unidos em unidades de segurança média, que priorizam o tratamento do preso e sua ressocialização, mas posteriormente é aplicado a diversos sistemas e países (Fig. 24).

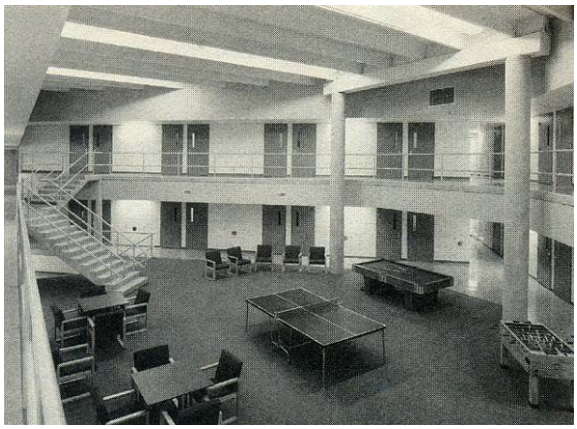


Fig. 23 – *Dayroom*, prisão no Arizona, EUA
Fonte: JOHNSTON, 2000: 156

Fig. 24 – ADX Supermax, EUA, 1994
Fonte: http://abcnews.go.com/TheLaw/story?id 3435989

A partir do fim da década de 1960, diversos países, além de adotar diferentes estabelecimentos penais, passam a diferenciar e direcionar o tratamento penal segundo: idade – diferenciando o tratamento aos jovens – sexo, grau de instrução e reincidência, buscando direcionar as atividades de ressocialização. Os órgãos responsáveis pela gestão penal passam também a ser responsáveis pela fiscalização das condições dos estabelecimentos e sua gestão: alimentação, atividades, etc., buscando atender as regras da ONU. Nos Estados Unidos (1969), a Convenção Americana de Direitos Humanos estabelece a distinção para o tratamento de jovens menores de idade e a segregação entre os presos já sentenciados e os que aguardam julgamento (CURE, 2006). Na Alemanha, o Projeto Alternativo do Código Penal Alemão, de 1966, adotado como lei em 1975, busca relativizar a penalidade, estudando caso a caso as condições do delito e do delinqüente.

[98] Segundo Johnston (2000) a primeira unidade a ser construída segundo essa tipologia é a prisão de Chicago, em 1975.

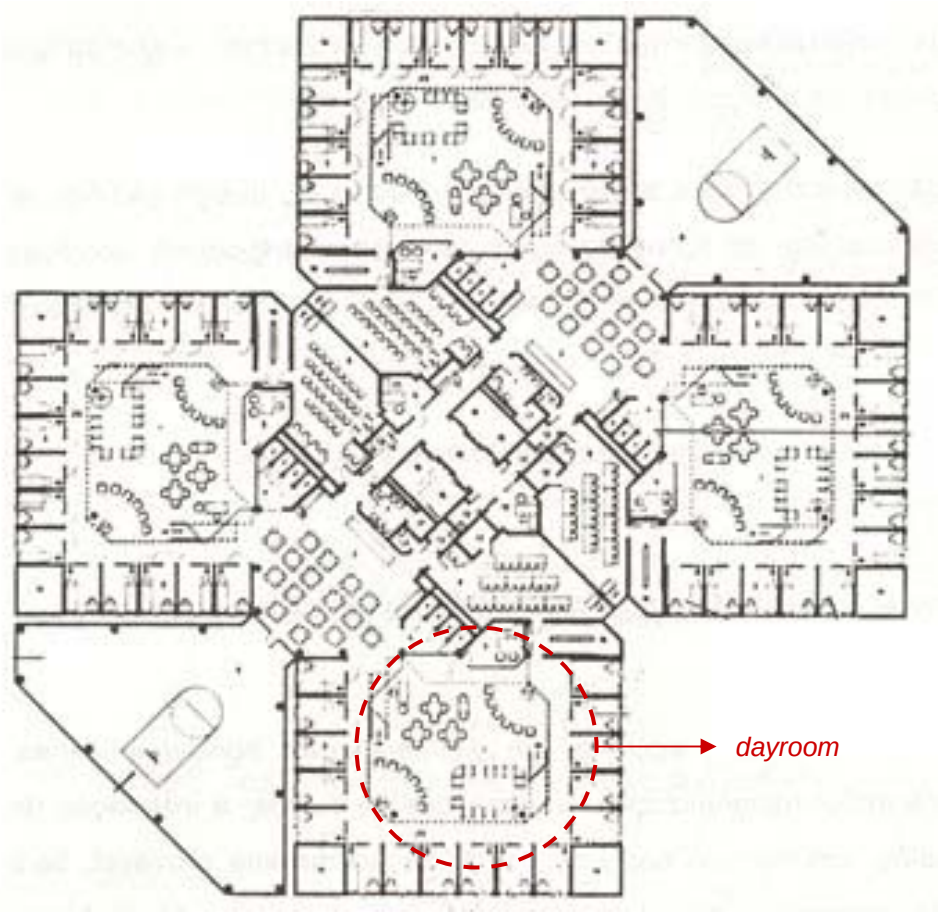


Fig. 25 – Penitenciária de Orange, EUA, 1991
Fonte: SENNA, 1996: 230

O relatório do *American Friends Service Committee*[99] (1971) faz duras críticas ao modelo penal corrente: "o ideal através do qual, reformadores vêm nos encorajando há pelo menos um século, é, teoricamente, falho, sistematicamente discriminatório na administração e inconsistente em alguns de nossos conceitos mais básicos de justiça" (apud GARLAND, 2001: 54)[100]. O sistema progressivo e a crença de que o criminoso tem uma patologia social é considerada discriminatória por entender como normais os indivíduos que apresentavam o comportamento de indivíduos de classe média – de brancos – e por permitir distorções e abusos. "Esse período de mudança foi anunciado pela crítica da prática correcional e do ataque centralizado na sentença indeterminada e no tratamento individualizado". (GARLAND, 2001: 53) [101]

[99] O *American Friends Service Committee* é uma organização não-governamental engajada na luta pelos direitos humanos, pela justiça e dignidade humana. Foi fundada em 1917 com base nos princípios desenvolvidos pelos Quakers.
[100] Tradução livre da autora (the individualized treatment model, the ideal toward which reformers have been urging us for at least a century, is theoretically faulty, systematically discriminatory in administration, and inconsistent with some of our most basic concepts of justice).
[101] Tradução livre da autora (This period of change was heralded by the critique of correctionalism and the concerted attack upon indeterminate sentencing and individualized treatment).

A crise energética da década de 70, o alto nível de desemprego e o corte de ações sociais associados às longas jornadas de trabalho e ao crescimento do consumo, facilitam a entrada de jovens para a criminalidade (GARLAND, 2001: 91). Diversos países já podem constatar um alto crescimento da criminalidade e violência urbana, que se dá também a partir do estabelecimento da criminalidade organizada, modificando o caráter do crime. Desse modo, as políticas penais se tornam mais duras e surgem os modelos *supermax-security* (Fig. 26) na Inglaterra e Estados Unidos. Caracterizam-se pelo alto nível de segurança – alcançado principalmente pela implantação de aparatos de segurança de alta tecnologia – isolamento completo – muitas unidades apresentam pátios para banho de sol individual (Figs. 27 e 28) – e ausência de atividades de ressocialização.

Fig. 26 – supermax, Califórnia
Fonte: www.califcity.com/prison.html

Fig. 27 – pátio individual, Pelican Bay
Fonte: http://www.sfbappa.org/Awards/picturestory/picstory28.ex2.html

Essas unidades não apresentam um modelo específico, apenas adéquam a edificação ao alto nível de segurança, a partir da utilização de equipamentos de segurança e monitoramento (VAZ, 2005: 84). Muitas vezes, essas unidades fazem parte de um complexo ou são alas de unidades que abrigam outros níveis de segurança, como é o caso da prisão de Minnesota (1982, Fig. 29) e Pelican Bay (1989, Fig. 30). Desse modo apresentam-se duas direções: o desenvolvimento das unidades com alto nível de segurança – para presos reincidentes, considerados mais perigosos – e unidades de "tratamento direto" com menores proporções para os presos considerados "reabilitáveis" (JOHNSTON, 2000: 160; GARLAND, 2001: VAZ, 2005: 88).

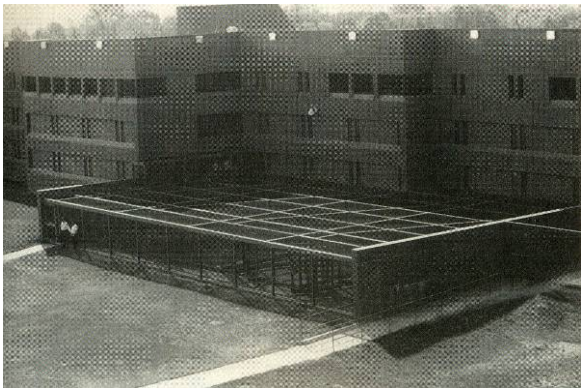


Fig. 28 – prisão de Minnesota, EUA, pátios para banho de sol individual
Fonte: JOHNSTON, 2000: 157

Fig. 29 – prisão de Pelican Bay, EUA
Fonte: Fonte: www.npr.org/ templates/story/story.php?storyId=5584254

A instabilidade econômica da década de 1980 traz a decadência do poder dos Estados Nacionalistas, sofrendo forte influência da política neoliberal, que marcou esta década, diminuindo a intervenção estatal e fortalecendo a iniciativa privada. "Como memória coletiva da depressão, desemprego em massa e privação começam a desaparecer, o Estado se mostra mais como um problema do que como solução". (GARLAND, 2001: 94)[102] Cresce o pessimismo e a idéia de que nada funciona – *nothing works* – somente o tratamento penal não é suficiente. Prática corrente, a privatização foi rapidamente adotada no sistema penal em diversos países como Austrália, França, Canadá e principalmente nos Estados Unidos, justificada pela superlotação e os altos custos de construção e manutenção dos estabelecimentos penais (VAZ, 2005: 84).

> ... nos EUA o preso enquanto está nas mãos do Estado custa, por dia, 50 dólares, e quando esse mesmo preso é transferido para as mãos da iniciativa privada custa 25 dólares/dia, em iguais ou melhores condições, pelo simples fato do empresário saber gerir melhor seu dinheiro, ao contrário dos agentes do Estado que gerem o 'dinheiro de ninguém' (D'URSO, 2007: não paginado).

Apresentam-se quatro tipos de privatização: (1) Privatização Total: a empresa constrói a instituição, sendo completamente responsável pela direção, gerenciamento, segurança e administração; (2) Construção privatizada: a empresa é responsável pela construção da edificação penal e o Estado paga por um período pré-determinado pela sua locação. Após o término deste período a edificação passa a ser propriedade do Estado. O Estado é responsável pela gestão; (3) Prisões indústria: a construção pode ficar a cargo do Estado ou ser privatizada. O Estado estabelece um contrato com a empresa que utiliza a mão de obra dos presos e em troca fornece todas as suas necessidades: alimentação,

[102] Tradução livre da autora (As collective memories of depression, mass unemployment and destitution began to fade, the state appeared to many to be the problem rather than solution).

vestimenta, saúde e segurança; (3) Terceirização: as empresas são contratadas para fornecimento de serviços como segurança, saúde, educação, alimentação. A responsabilidade estatal não é alterada. (D'URSO, 2007: não paginado).

A gestão privatizada das unidades penais, a princípio, não traz nenhuma modificação na concepção de seu espaço físico. Antigos modelos continuam a ser utilizados neste tipo de gestão, porém a parceria com a iniciativa privada permite um maior investimento nas edificações e suas condições de conforto e manutenção (Fig. 30). Com o tempo são elaborados modelos de grandes proporções (Fig. 31), formados por grandes blocos monolíticos (BRODIE et al, 1999: 51).

> Se considerarmos a prisão como um lugar de enquadramento social, a privatização representa, forçosamente, uma perversão. As prisões passam a ser objeto de grandes mercados de projetos que privilegiam os modos de aprisionamento simples que adulam, sobretudo, as veleidades de segurança, e os menores custos de entreterimento e de gestão: não correr risco... (ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 42) [103]

Fig. 30 – prisão privatizada americana
Fonte: http://pessoas.hsw.uol.com.br/presidios.html

Fig. 31 – prisão privatizada na Inglaterra, 1997
Fonte: BRODIE et al, 1999: 51

A década de 1990 é marcada pela disseminação das redes de comunicação e informação que dão origem à utilização da monitoração eletrônica ativa, ou seja, o uso de equipamentos eletrônicos, como coleiras, tornozeleiras, bem como *chips* fixados ao corpo do condenado, que monitoram sua movimentação e até mesmo suas condições fisiológicas – teor de álcool ou drogas no organismo (VAZ, 2005: 93). A utilização de tais aparatos colocam em xeque o papel da arquitetura no aprisionamento. O uso de câmeras para monitoramento e sitemas de segurança como: detectores de metais, de substâncias ilícitas, leitores óticos, de digitais, de voz são cada vez mais comuns, assim como o uso do celular pelos presos para atividades ilegais.

[103] Tradução livre da autora (Si l'on considère la prison comme um lieu d'encadrement social, la privatisation represénte forcement une perversion. Les prisons à venir font l'objet de grands marchés de projets qui privilégient les modes d'incarcération simples qui flattent avant tout les velléités sécuritaired, et les moindres coûts d'entretein et de gestion: ne pas pendre de risque...)

Outro movimento comum na década de 90 é a adaptação de antigos edificios penais na Inglaterra (Fig. 32) e Holanda. O número de presos vem crescendo desde a década de 80 e a adaptação de edificações antigas se mostra economicamente eficiente. As antigas unidades recebem equipamentos como cozinha e novas instalações sanitárias, tratamento das coberturas para melhor iluminação e ventilação, assim como adaptações para os novos sistemas de segurança (BRODIE et al, 1999: 44).

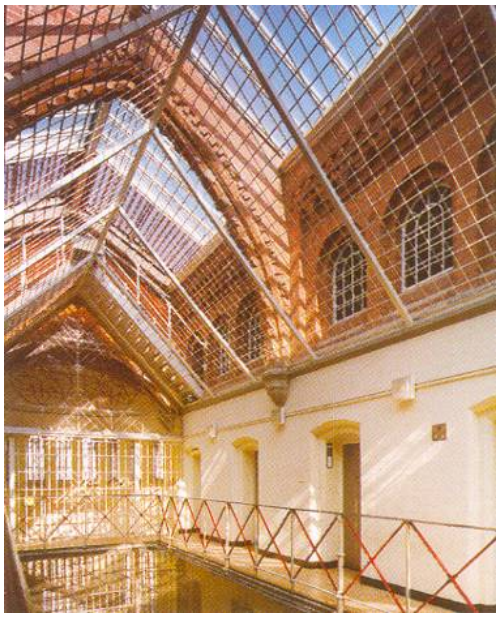


Fig. 32 – prisão de Manchester, 1993
Fonte: BRODIE et al, 1999: 44

Na Argentina, a lei contra o uso e porte de armas de fogo (2004) também mostra a importância dada ao autor e à sua personalidade, sendo um agravante da pena. Tal fato, é recorrente em diversos países e vem alterando o princípio fundamental do direito penal moderno – fundamento no ato, puramente e na sentença indeterminada – gerando a crítica de diversos profissionais da área, como mostra a critica de Tropea (2007:03): "Nosso sistema adota um direito penal de ato e não de autor, ficando absolutamente proibido qualquer tentativa de sancionar "personalidades", "formas de ser", ou "estados perigosos" sem que tenham se materializado em ações [104]. De um modo geral, é possível considerar que existe uma valorização do método tópico em detrimento do método sistemático e a imputação objetiva, ou seja, calcada no fato em si, excluindo o conjunto dos acontecimentos que o gerou.

[104] Tradução livre da autora (Nuestro sistema adopta un derecho penal de acto y no de autor, resultando absolutamente prohibido cualquier intento de sancionar 'personalidades', 'formas de ser' o 'estados peligrosos' sin que se hayan materializado en acciones).

> Podemos desta forma, estabelecer um conceito para a ação, como elemento do ilícito, como a exteriorização do mundo da vida do agente num determinado grupo social, em dissenso com os valores reconhecidos pelo mesmo grupo social, que decorrem da interpretação das normas vigentes que dão validade à expectativa de comportamento exigido como preferenciais pelas regras deste grupo. (CAMARGO, 2001: 93)

Observa-se, portanto, uma tendência à fragmentação e à descentralização do papel do Estado, individualização, localização e direcionamento do tratamento penal, além da abordagem interdisciplinar da criminologia, dependendo das áreas de psicologia e sociologia, principalmente. A legitimação do delito e sua qualificação passam a se relacionar não a um único fato causal, mas a uma conjunção de acontecimentos de ordem diversa que inclui não só a natureza e o caráter do crime, mas também do autor, sua personalidade e história de vida, da situação. De certo modo a exploração da violência pela mídia reconstituindo casos, mostrando a vida do delinqüente, e a constatação da ineficiência do Estado, traz a idéia de insegurança e a banalidade da violência.

> Cada vez mais, a criminalidade contemporânea vê o crime como normal, rotina, lugar-comum, cometido por indivíduos que são, para todas as intenções e propostas, perfeitamente normais. No ambiente penal, essa linha de pensamento tende a reforçar políticas retributivas e dissuasivas, na medida que se afirma que ofensores são atores racionais que são responsáveis por desincentivos e inteiramente responsáveis por seus atos criminais. (GARLAND, 2001: 15)[105]

Na filosofia penal nota-se que não há uma direção única, mas um abrandamento da pena – até mesmo com as penas alternativas - para casos pequenos e, na direção oposta, o endurecimento das penas de casos considerados graves. O modelo penal adotado não tem tido bons resultados, mas ainda não foi apresentado um novo modelo que substitua a prisão. O papel da vítima ganha forte importância, seu relato, seu sentimento passa a ser considerado no julgamento do réu, assim como a opinião pública tende a ter grande peso e influenciar através da participação e acompanhamento pela mídia. Detalhes dos crimes acompanhados em tempo real e o sofrimento de vítimas e suas famílias acompanhados dia-a-dia, fazem com que o público se coloque no lugar da vítima.

> A vítima é agora, de certo modo, uma figura muito mais representativa, sua experiência é tida como comum e coletiva em vez de individual e atípica. (...) Imagens publicadas de vítimas atuais funcionam para personalizar, vida-real, podia ter sido você, metônimo do

[105] Tradução livre da autora (Contemporary criminology increasingly views crime as a normal, routine, commonplace aspect of modern society, committed by individuals who are, to all intents and purposes, perfectly normal. In the penal setting, this way of thinking has tended to reinforce retributive and deterrent policies insofar as it affirms that offenders are rational actors who are responsive to disincentives and fully responsible for their criminal acts).

> problema de segurança que vem a definir traços da cultura contemporânea. (GARLAND, 2001: 13)[106]

Podemos dizer que o traço comum da mudança causada pelo pensamento pós-moderno é a relatividade, responsável pela particularização e conseqüente fragmentação, presentes nas questões sociais, políticas, científicas e artísticas, gerando a pluralidade. A consciência da constante transformação do mundo permite essa coexistência de idéias e tipos e a efemeridade das idéias e pensamentos, que impossibilitam o estabelecimento de um modelo único. Desse modo, justifica-se a permanência de antigos paradigmas, sob pequenos ajustes: não há o estabelecimento de novos códigos sociais, ou um movimento artístico dominante que invalide, ou substitua os anteriores, mas pequenas alterações em pontos contextuais.

Na arquitetura penal é possível estabelecer dois principais caminhos: (1) utilização de tipologias, releituras de antigos modelos adaptados ao seu contexto; (2) tendência à fragmentação e, de certo modo, à desconstrução da edificação penal. Desse modo, as grandes unidades prisionais vão tomando nova forma, através de aglomerados de unidades de menor porte que apresentam uma certa autonomia, permitindo que o preso realize grande parte de suas atividades em sua pequena unidade. Os elementos que constituem essas novas unidades são os mesmos do passado, mas organizados de forma diferente. Desse modo não há alterações nos sistemas implantados, mas uma tendência a um tratamento penal mais personalizado.

> Atualmente, as respostas arquitetônicas mais interessantes, relativas aos programas de prisão, resumem-se geralmente a um reflexo das tendências ligadas ao desenho; a contribuição principalmente atendida pelos arquitetos é de “atualizar” a “caixa-prisão”. Mas, alguma mutação dos esquemas arquitetônicos e sociais que governam os projetos de prisões, depois de mais de dois séculos, não é verdadeiramente perceptível (ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 39) [107].

Para proceder de forma mais detalhada a análise de alguns tipos arquitetônicos existentes, no próximo capítulo será abordada a relação entre as tipologias, modelos e arquitetura penal e suas relações com as concepções de mundo presentes no pensamento penal.

---

[106] Tradução livre da autora (The victim is now, in a certain sense, a much more representative character, whose experience is taken to be common and collective, rather than individual and atypical. (…) Publicized images of actual victims serve as personalized, real-life, it-could-be-you metonym for a problem of security that has become a defining feature of contemporary culture).

[107] Tradução livre da autora (Aujord’hui, lês réponses architecturales lês plus interessantes concernent lês programmes de prison se résument Le plus souvent à um reflet des tendances liées au design ; l’apport principalement attendu des architectes est d’ «actualiser» la boîte-prison. Mais aucune mutation des schémas architecturaux et sociaux qui governent les plans de prisons depuis de deux siècles n’est véritablement perceptible.)

CAPÍTULO 4

Arquitetura Penal: Tipologias e Modelos

4. ARQUITETURA PENAL: TIPOLOGIAS E MODELOS

O capítulo anterior abordou o surgimento dos modelos e tipos penais associados à visão de mundo; neste capítulo, pretende-se estudar a sua aplicação e transformações decorrentes, a partir da linguagem e teoria de arquitetura possibilitadas pelas visões de mundo, presentes em cada período estudado. Dessa forma, este capítulo relaciona a arquitetura penal – seus tipos e modelos – com a arquitetura e suas teorias, investigando se aparecem na arquitetura penal vestígios da linguagem geral da arquitetura e, se existem, de que forma contribuem para a configuração do espaço penal. Pretende-se, a partir dessas análises comparativas, identificar as características que associam os tipos e modelos penais aos demais, aplicados a outros programas, assim como a sua interpretação e aplicação na arquitetura penal. Desse modo, pretende-se identificar as especificidades que dão caráter à arquitetura penal, ao longo do tempo.

> A arquitetura abrange o exame de todo o ambiente físico que circunda a vida humana; não podemos subtrair-nos a ela, até que façamos parte da sociedade urbana, porque a arquitetura é o conjunto das modificações e das alterações introduzidas sobre a superfície terrestre, em vista das necessidades humanas, excetuado somente o puro deserto. (MORRIS apud BENÉVOLO: 1998: 12)

Como já explicitado no *Capítulo I – Fundamentos Teóricos*, entendemos como ***modelo***, a idéia de algo estático, repetível que busca ser ideal, funcionando como uma regra; e como ***tipo***, a idéia de um conjunto de objetos de uma mesma família, diferentes entre si – variando com o contexto, necessidades práticas e experiências –, mas que apresentam características comuns ou laços que os associam. Cabe ressaltar que em muitas situações estudadas, projetos que emergem como modelos, pensados para tanto, reagem com as situações práticas e contextuais se transformando em tipos – como os projetos de blocos paralelos – assim como, alguns projetos pensados como modelos nunca chegam a se apresentar como tal, se configurando como tipos.

Almejando a compreensão do percurso pelo qual as tipologias e modelos penais vêm passando através de suas transformações, do seu papel dentro de diversos contextos e dos respectivos pensamentos e teorias arquitetônicas, este capítulo foi organizado em quatro partes, onde se pretende abordar: (1) as primeiras experiências; (2) a instituição dos modelos penais e sua relação com as teorias da arquitetura e outros programas; (3) os modelos penais e suas variações; (4) estudo das tipologias penais pós-modernas e as releituras de antigos modelos.

4.1. Primeiras Experiências

Até meados do século XVIII a arquitetura se fixa no estudo de relações formais e geométricas para a concepção do espaço arquitetônico, a partir de interpretações de questões externas a si. A partir de então, a arquitetura passa também a se relacionar mais fortemente com as questões sociais e construtivas sem, contudo, invalidar as formas antigas. (BENÉVOLO, 1998) Desse modo, a arquitetura passa a atender a programas – tais como hospitais, fábricas, prisões, escolas – que constituem a nova estrutura sócia,l a partir de princípios iluministas – mentalidade analítica – utilizando ainda antigos valores formais.

Alberti (1495) propõe que se pense na configuração do espaço a partir de "razões corretas" entre relações das massas e acumulação dos corpos, ou seja, ideais de beleza clássicos adaptados à escala do homem, ao aspecto social e à conveniência (PATETTA, 1997; BIERMANN et al, 2003). Perrault (1673) questiona as proporções Vitruvianas e a teoria clássica, propondo a *beleza positiva* – fundamentada na normatização e padronização – e a *beleza arbitrária* – que surge de uma situação ou circunstância (FRAMPTOM, 2003; BIERMANN et al, 2003). François Blondel (1675) defende que a estética depende também da técnica construtiva e da funcionalidade prática, a obra deve gerar conforto ao homem (BIERMANN et al, 2003). Em 1706 o Abade Cordemoy estabelece o *Novo Tratado de toda a Arquitetura*, substituindo a tríade Vitruviana – *utilitas, firmitas* e *venustas* [141] – por *ordonnance, distribution e bienséance* [142] (FRAMPTOM, 2003: 05; BIERMANN et al, 2003: 274).

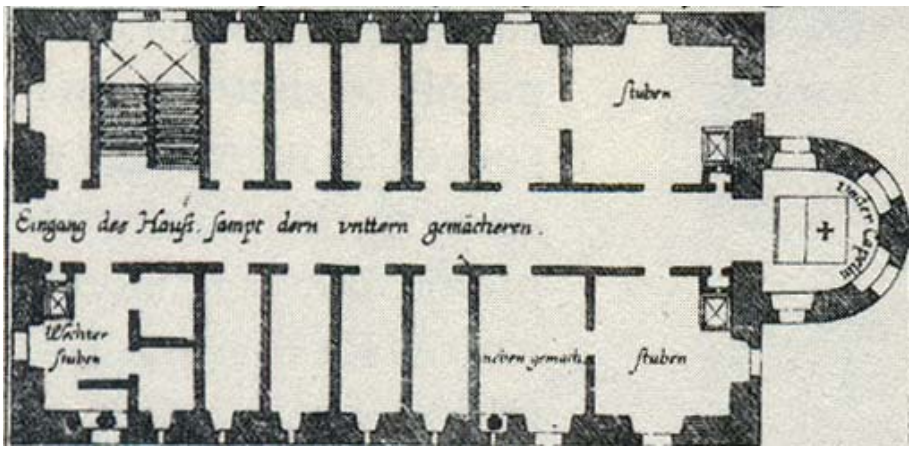
Como já abordado no Capítulo III, ao longo do século XVII muitos tratados de arquitetura mencionam a prisão fazendo duras críticas aos espaços penais e ao tratamento dos presos, propondo melhores condições sanitárias, uma organização mais racional do espaço e a participação efetiva da arquitetura. As primeiras prisões concebidas, a partir desse contexto, apresentavam ainda tímidas soluções retangulares (Malefizhaus, Kassel, San Michelle) que, porém, já definiam melhor o espaço a partir de uma organização mais racional que permitia a separação dos presos – em geral por pavimento – segundo algumas categorias – em geral de sexo e idade – assim como as condições sanitárias desejadas e locais para o trabalho.

Um dos exemplos inovadores é a prisão Malefizhaus, na Alemanha, construída em 1627 em local administrado pela Igreja (Fig. 33). Esta prisão se direciona à punição e reabilitação de "bruxos, bruxas e pecadores" (JOHNSTON, 2000: 35) – utiliza a pena

[141] Utilidade, solidez e beleza
[142] Ordem, distribuição e conveniência

corporal, assim como o tratamento para a reabilitação do preso, ainda muito associado às práticas religiosas. Apresenta dois pavimentos: o primeiro, de alojamentos coletivos, abriga também a sala de guardas e o segundo com celas individuais que abrem para o corredor central – em cada pavimento encontram-se ainda um altar e salas de convívio comum para presos. Todas as celas e alojamentos têm janelas abrindo para o exterior e são equipados por um sistema de aquecimento.

Pavimento térreo



Primeiro pavimento

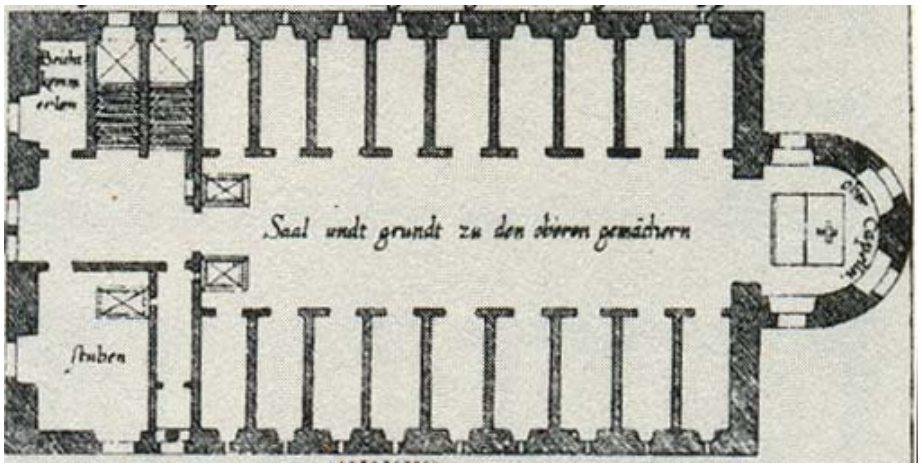
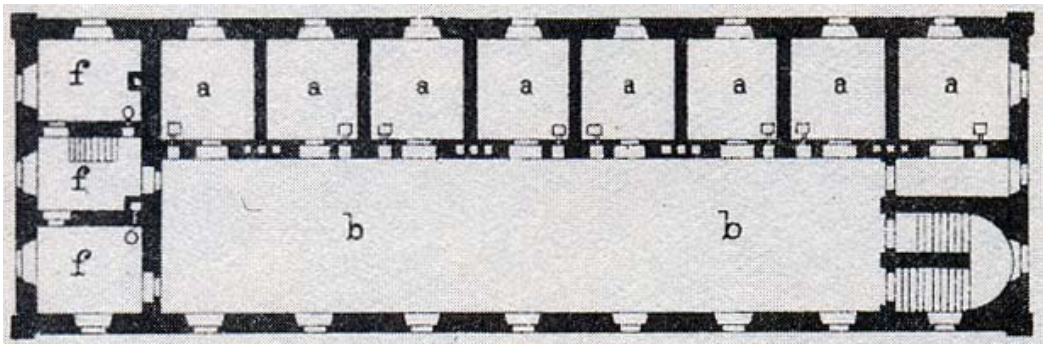


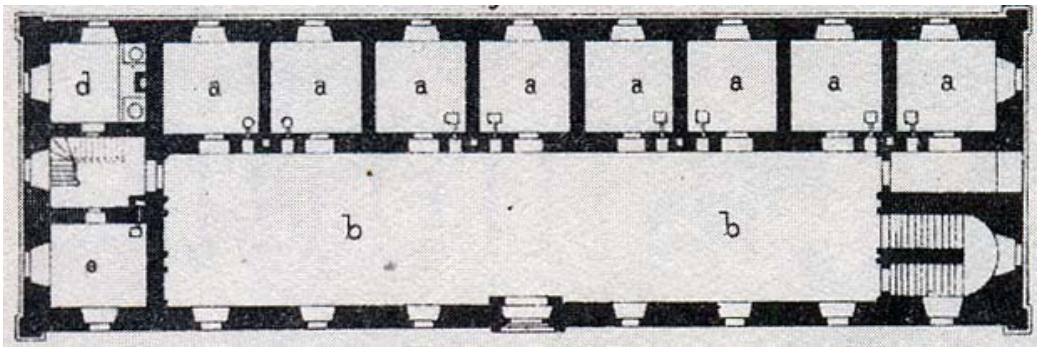
Fig. 33 – Malefizhaus, Alemanha, 1627.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 36

Outro importante projeto é o da prisão de Kassel (Fig. 34) na Alemanha (1720). Utiliza três pavimentos, o que permite a separação dos presos – abrigados em alojamentos coletivos com capacidade para quatro indivíduos. Apresenta ainda uma sala para o recebimento e encaminhamento do preso, uma área destinada à disciplina, além de uma mansarda para o banho de sol (JOHNSTON, 2000: 35). O primeiro pavimento se destina à prisão feminina e o grande hall de circulação é utilizado também como área de trabalho.

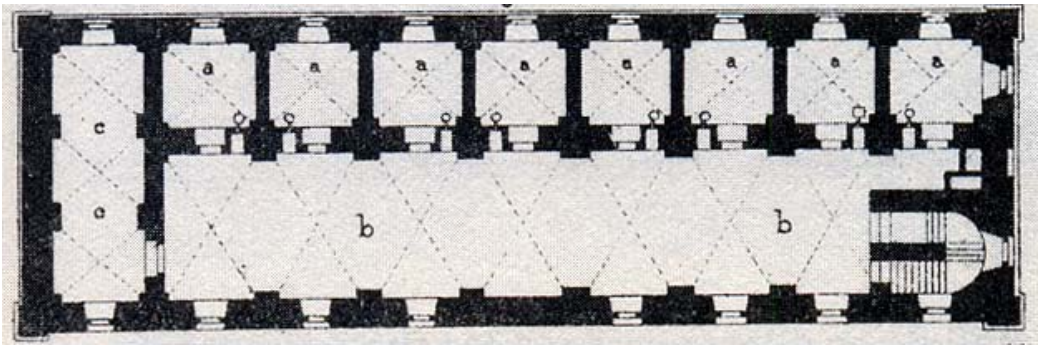
Primeiro pavimento



Pavimento térreo



Subsolo



Legenda: a. cela b. hall/corredor c. despensa d. cozinha e. depósito f. sala de disciplina

Fig. 34 – planta do primeiro pavimento, térreo e subsolo da prisão de Kassel, Alemanha, 1720.
Fonte: JOHNSTON: 2000: 35

Boffrand (1745) é o primeiro arquiteto a afirmar que a forma do edifício deve se associar ao caráter próprio da obra: “A arquitetura é fruto de uma longa evolução de homens inteligentes que prestaram atenção não só às ordens de colunas (...) como também ao bem-estar, à comodidade, à segurança, à higiene e ao ’bom senso’” (BIERMANN et al, 2003: 290). Jacques-François Blondel (1750) estabelece conceitos associados à idéia do tipo, caráter e composição, com o objetivo de fazer da arquitetura uma “poesia muda” (FRAMPTON, 2003: 06; BIERMANN et al, 2003: 298). Boulée (1780) sustenta que a ciência da arquitetura consiste em conceber, ou seja, é necessário antes de construir,

idealizar e instituir meios de concretizar, relacionando o tipo de construção à sua configuração e aparência. As novas propostas e críticas ao antigo ideal clássico de beleza e composição inserem a idéia de adequação dos antigos elementos às situações específicas, ao caráter da arquitetura, à utilidade (PATETTA, 1997).

Apesar da significativa melhora no tratamento penal, a arquitetura ainda contribui pouco para a execução da pena, pois ainda não há tipologias especificamente direcionadas a este programa. Outros programas de arquitetura, como o museu (Fig. 38), a biblioteca (Fig. 37) e o hospital – que nessa época se assemelhava bastante com a prisão –, já utilizam plantas em cruz (PEVSNER, 1997).

> No décimo oitavo-século os edifícios que servem às necessidades da comunidade eram poucos e distantes entre si e havia pouco para distingui-los em sua tipologia. Com o Iluminismo, a idéia da ação cívica comum começou a alvorecer nas cidades e nos seus ambientes. Com a propagação das idéias liberais, uma rede sempre mais densa de edifícios públicos veio ser estabelecida... As especificações para eles mostram um crescimento complexo, mas também repetitivo e estandardizado. (MIGNOT, 1983: 213) [143].

A utilização da *planta cruciforme* (Fig. 35), ou da *organização em bloco* (Fig. 36), permite uma segregação de pacientes – no caso do hospital (Figs. 35 e 36) – e presos configurando alas mais independentes, cada um com seu pátio interno. Os pátios internos permitem ampla iluminação e ventilação do espaço – fundamental em um período em que se acredita que as doenças e são disseminadas por miasmas que se espalham pelo ar –, além do isolamento da respectiva ala (PEVSNER, 1997: 143; TOLEDO, 2002: 40). Como o vício é considerado contagioso, os presos são classificados e separados por categorias – que se fixam na origem social dos presos e sexo – e se tornam fundamentais. Além disso, as condições precárias dos espaços penais e a superlotação tornam comum a disseminação de pestes nas prisões.

> Largamente [a prisão] inspirou-se junto à evolução higienista dos hospitais que preconizava na época dormitórios cujas duplas aberturas permitem aos germes e vermes evacuarem-se "pelos ares"; propõe o uso deste princípio para afastar, graças às correntes de ar, os vícios e o ócio dos errantes por estes mesmos orifícios. (ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 70) [144]

[143] Tradução livre da autora (In the eighteenth-century buildings serving the needs of the community were few and far between and there was little to distinguish them in their typology. With the Enlightenment the idea of joint civic began to dawn in towns and their environments. As liberal ideas spread, an ever denser network of public buildings came to be established… The specifications became increasingly complex, but also repetitive and standardized).

[144] Tradução livre da autora (Il s'est largement inspire de l'evolution hygieniste dês hôpitaux qui prônait à l'époque dês dortoirs dont lês doublés ouvertures permettent aux germes et vermines de s'évacuer « par les airs » ; il propose l'usage de ce principe pour écarter, grâce aux corants d'air, les vices et l'oisiveté des malfrats par ces mêmes oifices)

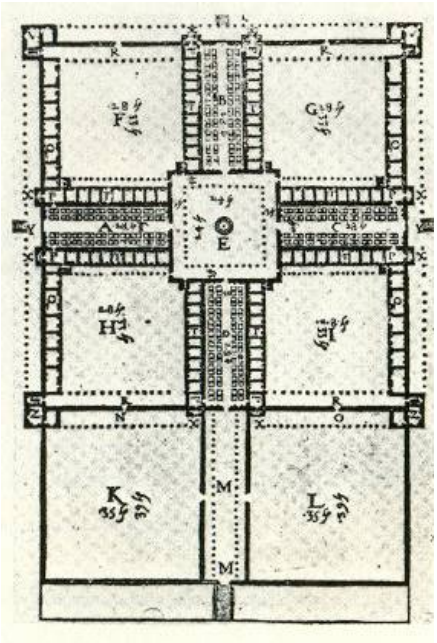


Fig. 35 – projeto de hospital, 1626
Fonte: PEVSNER, 1997: 145

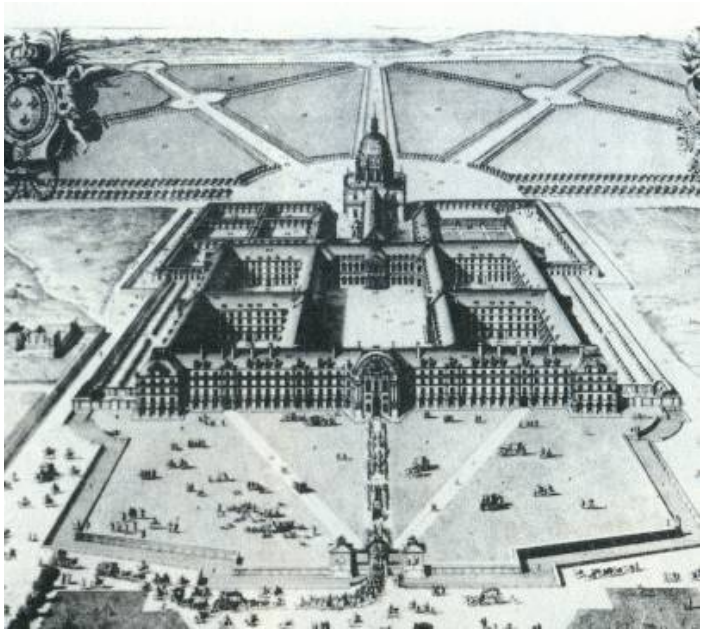


Fig. 36 – hospital dos inválidos, 1670.
Fonte: PEVSNER, 1997: 146

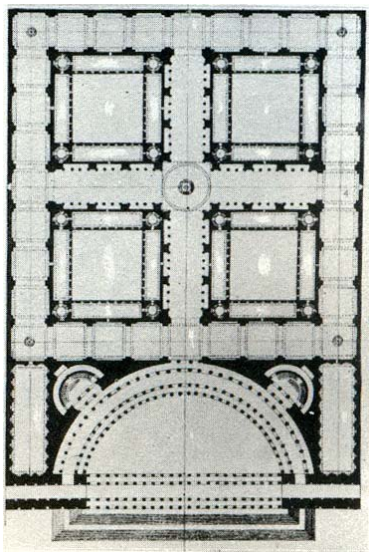


Fig. 37 – biblioteca de Boulée, 1784.
Fonte: PEVSNER, 1997: 103

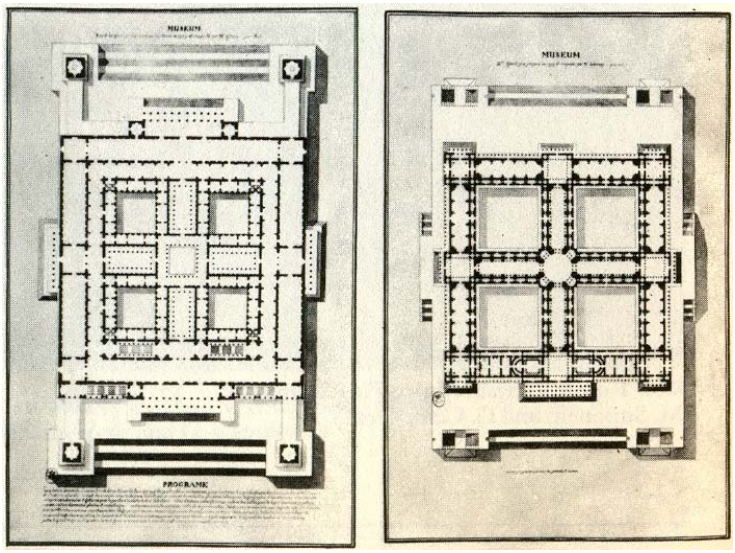


Fig. 38 – projetos de museus, 1778, 1779.
Fonte: PEVSNER, 1997: 118

A prisão de Newgate, na Inglaterra, reconstruída segundo um novo projeto (Fig. 39), do arquiteto George Dance em 1769, é um dos primeiros tipos de prisão derivados do modelo de planta cruciforme. Apresenta um bloco central de acesso e três alas que se configuram ao redor de pátios centrais: masculina, feminina e de devedores, além de dois alojamentos para turcos. Utiliza alojamentos coletivos e cinco celas individuais para os presos “menos submissos”, além de salas para os castigos corporais nas alas masculinas (JOHNSTON, 2000: 34; HOWARD, 1788). Apesar da utilização dos pátios internos, os

alojamentos e celas só apresentam aberturas para o interior da edificação impedindo a ventilação cruzada e uma melhor iluminação do espaço (BRODIE, 1999). Segundo Howard (1777), apesar do novo projeto suprir diversos problemas do anterior, na prática o rígido regime e falta de atividades tornavam difícil a reforma do condenado.

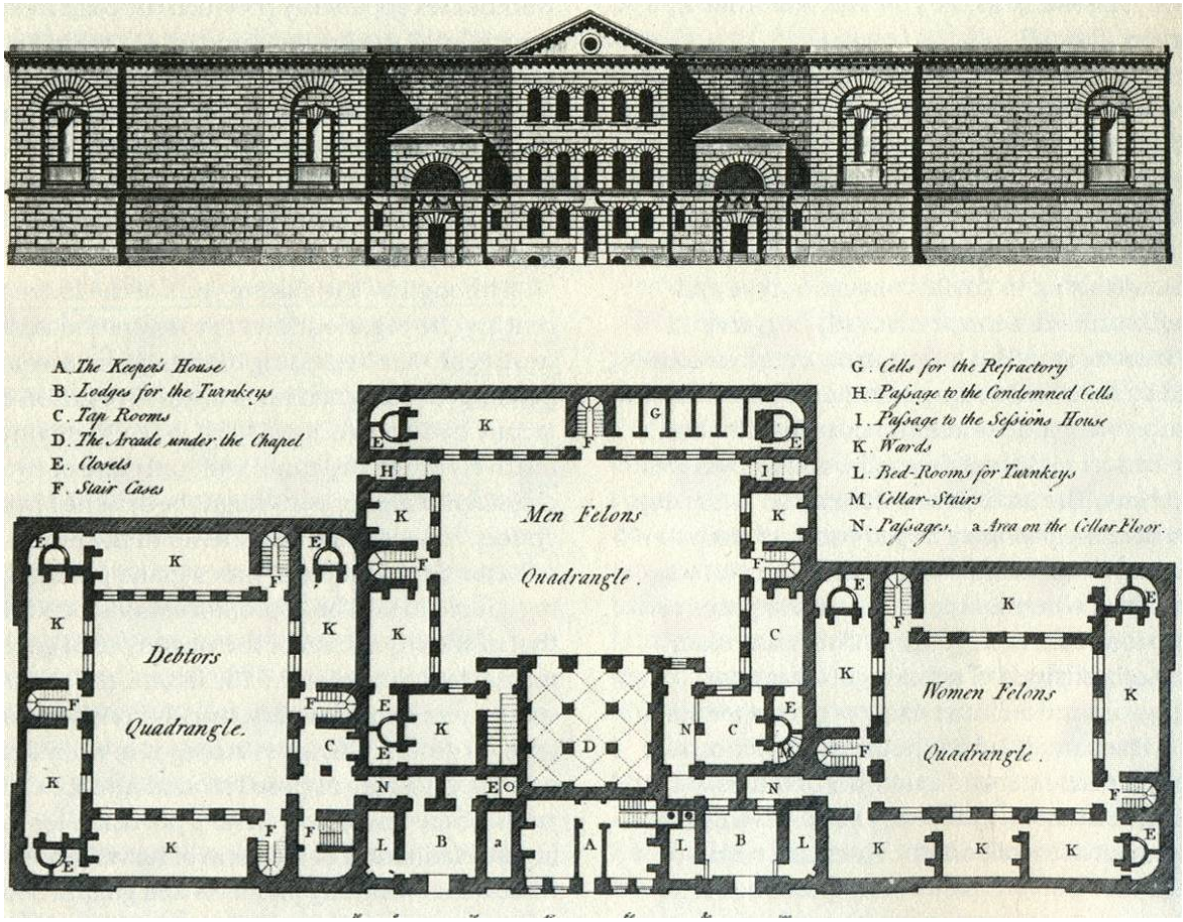


Fig. 39 – Terceiro projeto de Newgate, Inglaterra, 1769.
Fonte: JOHNSTON: 2000: 34

Ao longo da reforma prisional do final do século XVIII, muitos arquitetos e engenheiros buscam um novo modelo para a prisão que se remeta às mudanças pelas quais passa a arquitetura e suas teorias. Segundo Johnston (2000: 48), as concepções retangulares simbolizam a inércia, contrariando a idéia de movimento presente neste contexto. Outros programas de arquitetura, como hospitais, bibliotecas, teatros, entre outros, já empregam referências de modelos mais antigos, utilizando formas radiocêntricas, circulares e radiais, que vão se aplicando à arquitetura penal.

Os tipos *radiocêntricos* se caracterizam pelo uso de formas poligonais agrupadas a partir de uma forma central – ou ala. O acesso à unidade se faz a partir da ala central, onde se localizam: a capela, todos os equipamentos comuns e o acesso aos pavilhões de vivência. No centro de cada pavilhão, uma torre de observação. A estrutura dessa

tipologia apresenta uma lógica semelhante a dos modelos pavilhonares cruciformes amplamente utilizados – provavelmente é uma derivação do mesmo. Porém, ao adequar a tipologia para a prisão, sua forma geométrica básica é modificada para formas geométricas que apresentavam uma centralidade – em geral o hexágono e o pentágono – localizando, em seus centros, pontos de vigilância e capelas.

O primeiro projeto radiocêntrico é a Casa de Força de Ghent (já abordada no Capítulo III). Seu modelo é conhecido como "roda de carroça" (Fig. 40), por apresentar uma forma poligonal de octógono que contém, no seu centro, um pátio de mesma forma e suas diagonais preenchidas com alojamentos conformando oito pátios – um para cada pavilhão (Fig. 41). O pavilhão central dá acesso a todos os pavilhões diretamente pelo pátio, possibilitando ampla visão da ala, a partir de sua entrada – observação segura e distanciada das celas e compartimentos – evitando pontos cegos formados por longos corredores angulosos. Os presos são classificados sob duas categorias, em relação ao tratamento penal: (1) irrecuperáveis – devido à idade ou à gravidade do crime, ou como vagabundos, que são obrigados a trabalhar na instituição; (2) recuperáveis – que podem trabalhar no comércio e têm direito a parte do salário para si próprios. Quanto ao alojamento dos presos, é separado por: sexo, idade, histórico criminal, e gravidade do delito cometido. A unidade, na verdade, se configura de várias instituições com propósitos diferentes: prisão – para criminosos e vagabundos – asilo de mendicância e orfanato. Desse modo, as celas são organizadas fundo contra fundo, voltadas para os pátios, impedindo o contato entre presos das diferentes categorias e prejudicando a ventilação dessas áreas.

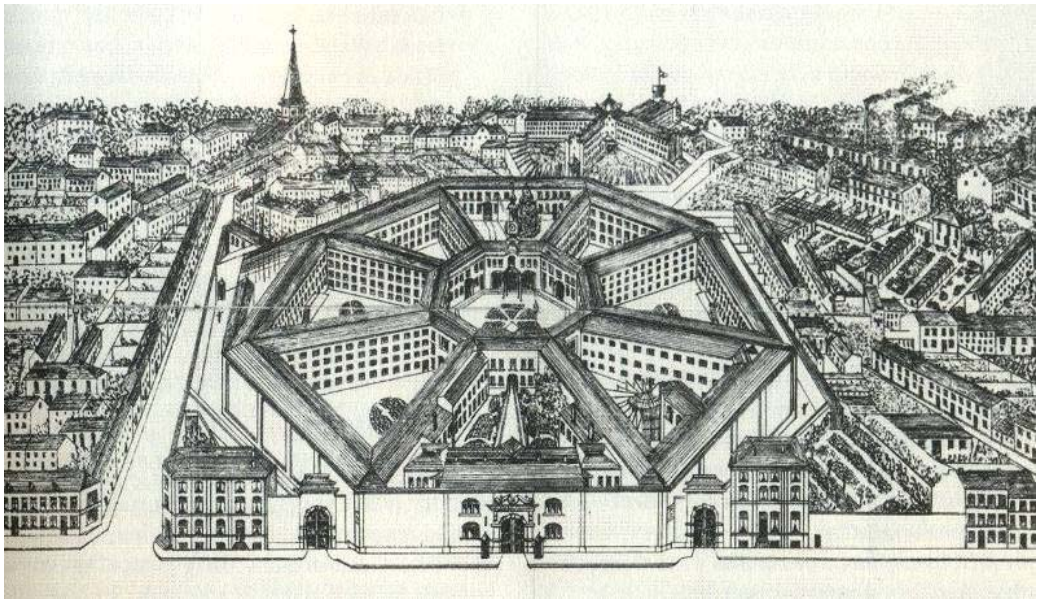


Fig. 40 – Casa de Força Ghent, 1772.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 41

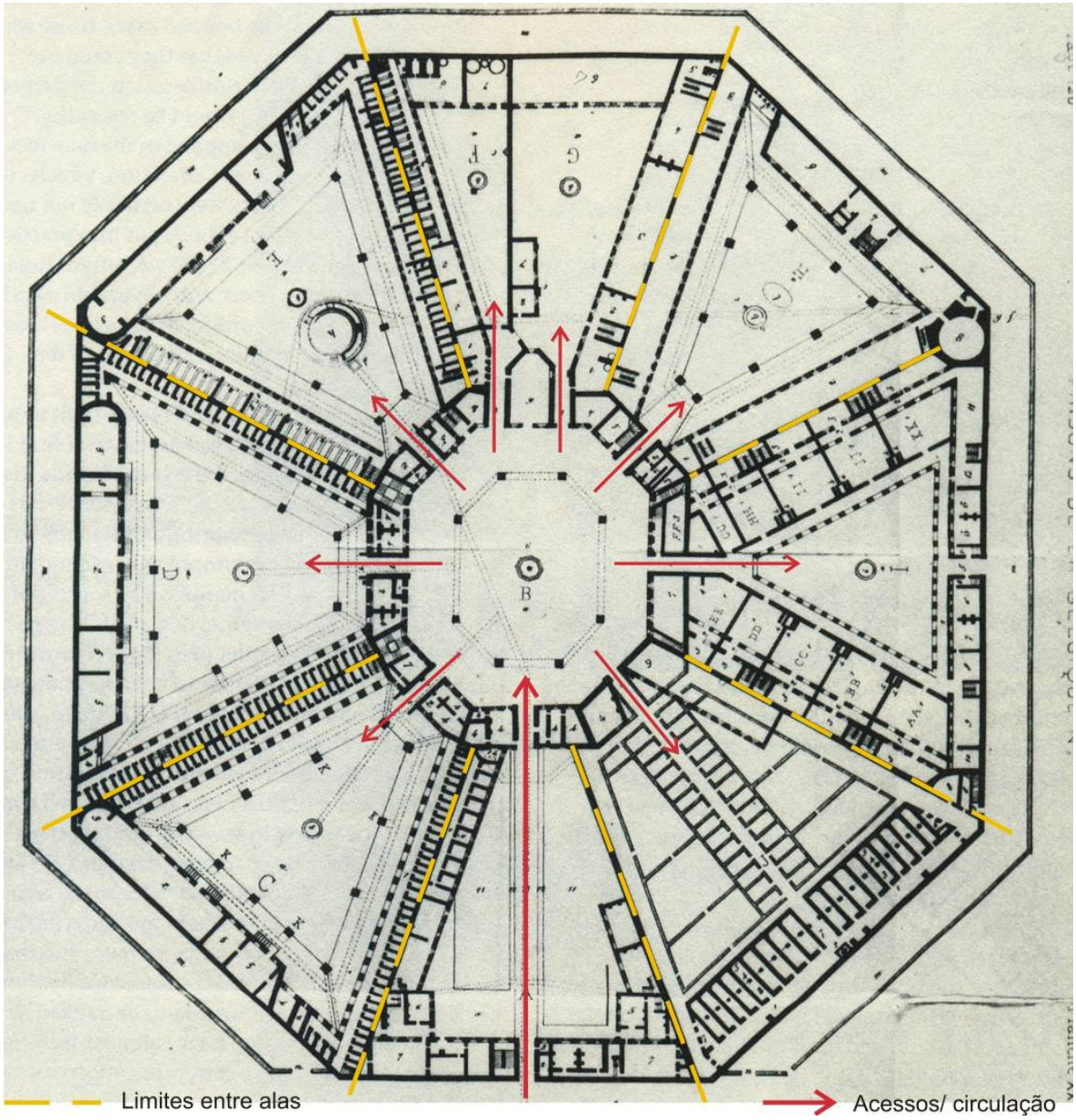


Fig. 41 – Casa de Força Ghent, 1772.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 40

Um dos poucos exemplos desta tipologia é a prisão de Milbank, na Inglaterra, projetada por Thomas Hardwick, em 1812, para abrigar presos de Londres e Middlesex, que posteriormente se tornou uma prisão nacional – a partir de uma requisição feita em 1790 (JOHNSTON, 2000). É a primeira grande unidade prisional a ser construída na Inglaterra, assim como a mais cara na época (BRODIE et al: 1999). A unidade se compõe de seis pavilhões de vivência – cada um formado por um pentágono – que se organizam a partir dos lados de um hexágono central (Fig. 42). No centro se localizam todos os equipamentos de apoio da prisão: uma capela redonda central e nas faces do hexágono,

enfermaria, despensa, administração, lavanderia, entre outros. Cada pentágono apresenta um pátio e 36 celas voltadas para o pátio interno, distribuídas em três pavimentos, além de celas comuns que abrigavam presos mais perigosos ou no início da pena. Na entrada de cada ala há também celas para receber visitas e um guarda-volumes. Os sanitários são coletivos e algumas áreas de vivência são dotadas de um sistema de aquecimento.

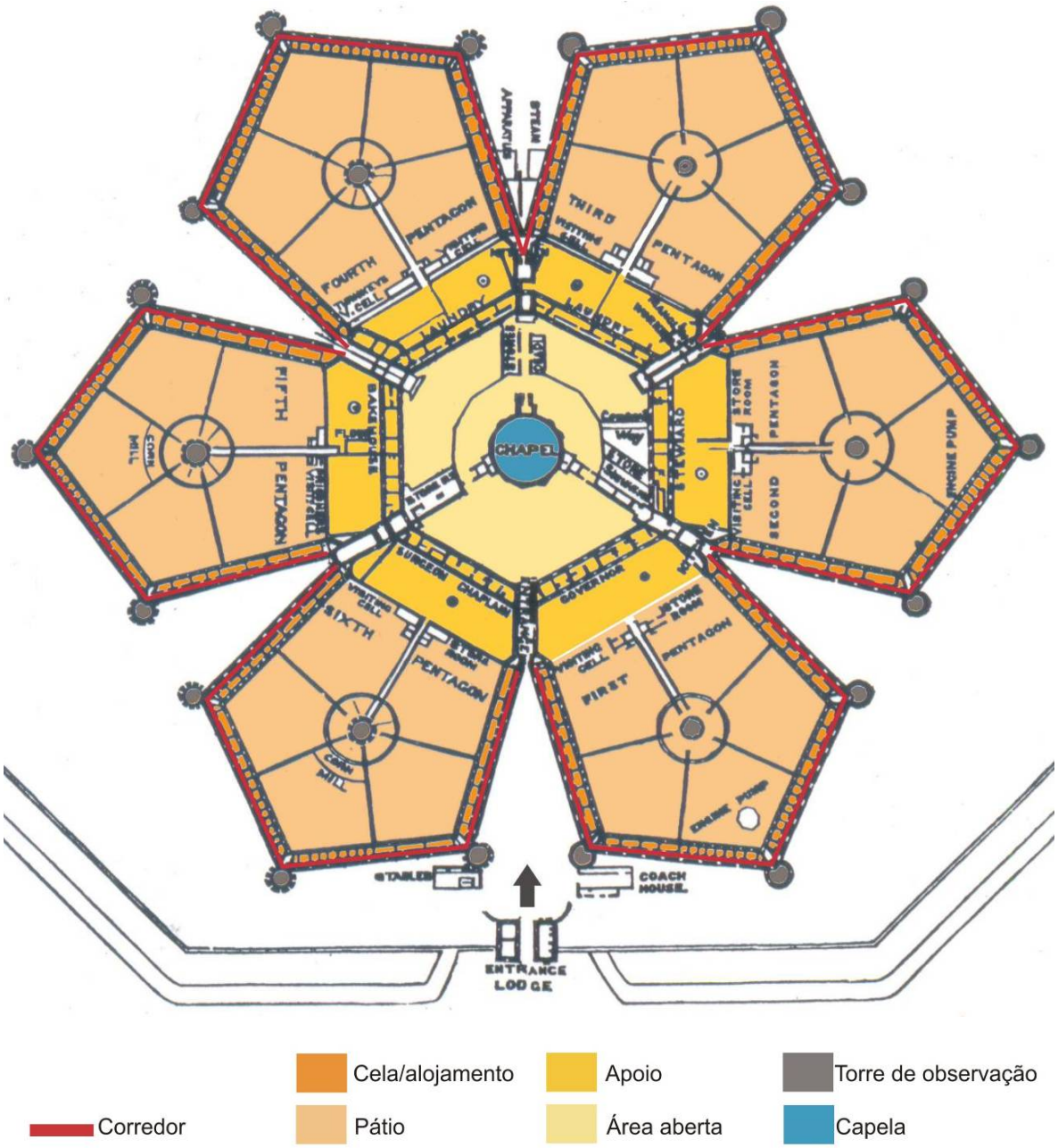


Fig. 42 – projeto da prisão de Milbank, Inglaterra, 1812.
Fonte: BRODIE et al, 1999: 12

O uso de equipamentos comuns prejudica a aplicação do regime celular – que depende de um isolamento completo – forçando a circulação dos presos para seu uso. A enorme extensão de corredores angulosos – junto à face externa, invisíveis da torre principal no centro do pátio –prejudica a vigilância, fazendo necessária a presença de guardas nas torres dos corredores e conseqüentemente, um contato muito próximo com o preso. Na prisão de Ghent o acesso feito pelos pátios permite a redução do número de guardas e uma visibilidade segura das galerias a partir de seu portão de acesso, sem que o guarda tenha contato com o preso. Possivelmente os corredores de Milbank se configuram dessa forma buscando melhorar as condições de aeração das galerias. O posicionamento do corredor junto à parede externa permite que se façam aberturas – não recomendadas quando as celas estão nessa posição –, permitindo a ventilação cruzada.

4.2. Modelos Penais e Arquitetura

A morfologia *circular* é amplamente utilizada e difundida sob o fechamento de cúpulas, na Renascença. Está presente em igrejas, universidades (Fig. 43), teatros (Fig. 44), entre outros, utilizando a borda do círculo para as áreas de estar, de onde se direcionavam os olhares para o centro: altar, palco, tablado do professor. Os primeiros projetos de hospitais circulares (Fig. 45 e 46) e prisões semicirculares já contêm a semente do modelo prisional panóptico – posterior – bastante aplicado e difundido (Fig. 47 e 48). Utiliza o centro como ponto de observação, onde se localizam o vigia e a capela, e a periferia para abrigar as celas ou dormitórios – invertendo o princípio utilizado em outros programas: o direcionamento do olhar passa a ser feito do centro para a periferia.

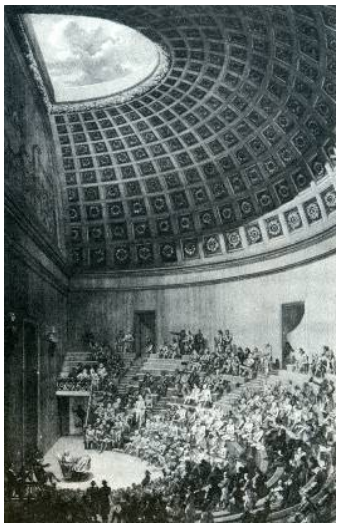


Fig. 43 – Escola de medicina, Paris, 1771
Fonte: PEVSNER, 1997: 38

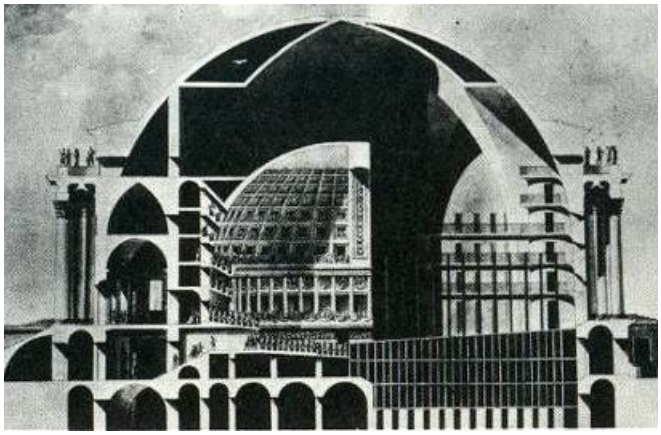


Fig. 44 – Concert Hall, 1770
Fonte: PEVSNER, 1997: 79

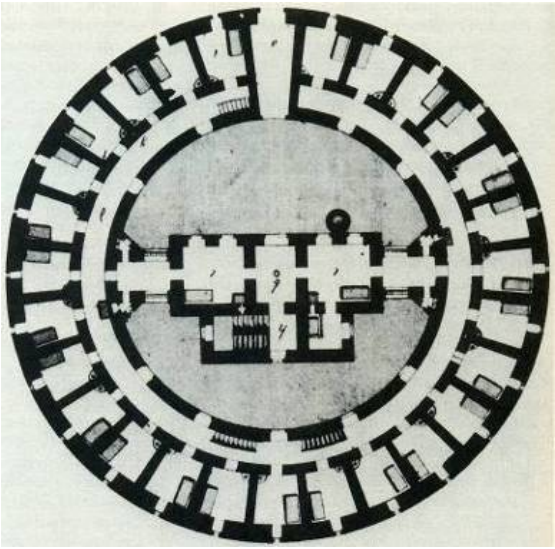


Fig. 45 – “Lunatic Tower”, Viena, 1784
Fonte: JOHNSTON, 2000: 49

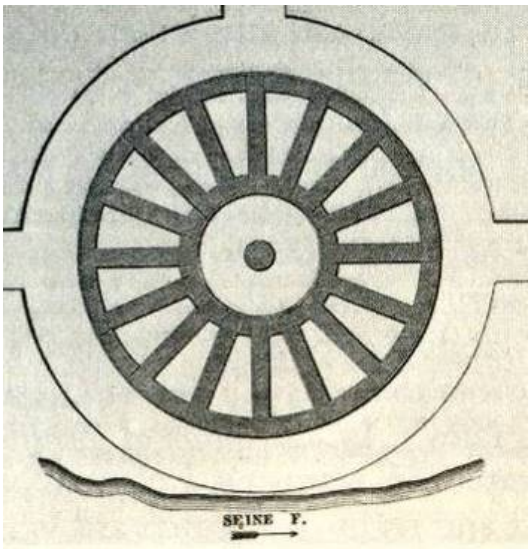


Fig. 46 – Hotel-Dieu, França, 1785
Fonte: PEVSNER, 1997: 152

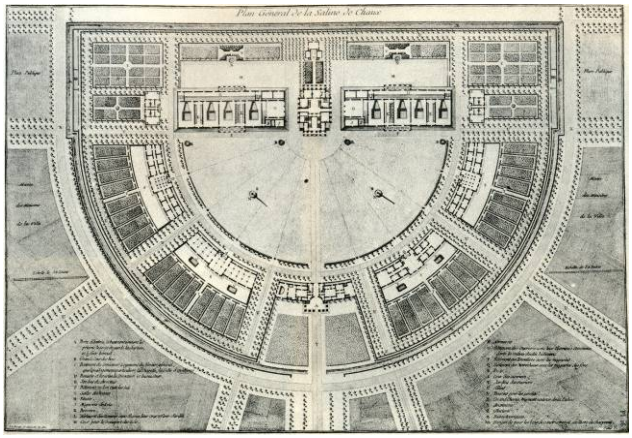


Fig. 47 – projeto de Ledoux, fábrica, 1808.
Fonte: PEVSNER: 1997: 283

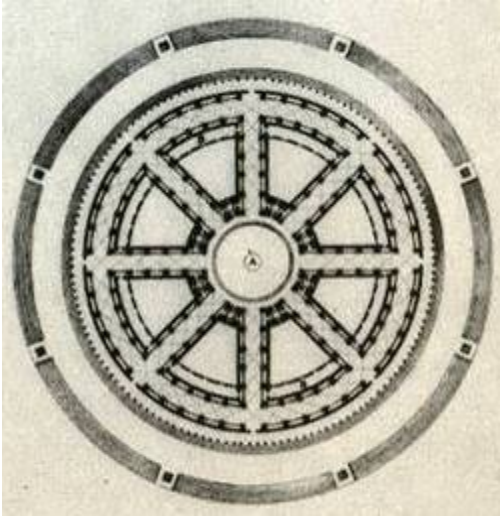


Fig. 48 – Projeto de Durand, biblioteca, 1809.
Fonte: PEVSNER: 1997: 103

Segundo Johnston (2000) a primeira prisão semicircular a ser construída foi a Gloucester House, em 1789, projetada por Wiliam Blackburn, antes da publicação do panóptico de Bentham (Fig. 49). Constitui-se de cinco blocos de celas individuais com dois pavimentos e uma edificação central com dois pavimentos que abrigam o posto de vigilância e a administração no térreo e a capela no pavimento superior. A maior parte das celas tem acesso pelo pátio ou por balcões voltados para o pátio e janelas para o exterior, possibilitando a ventilação cruzada e fácil observação. O acesso à unidade é feito pela edificação central, atravessando-a tem-se acesso ao pátio que distribui o fluxo para as galerias de celas, através de três corredores que dividem o pátio em quatros áreas,

permitindo a separação dos presos. Esse projeto ainda mostra o princípio dos projetos radiocêntricos, que usam a subdivisão por pavilhões e concentram na área central toda a distribuição da circulação da unidade.

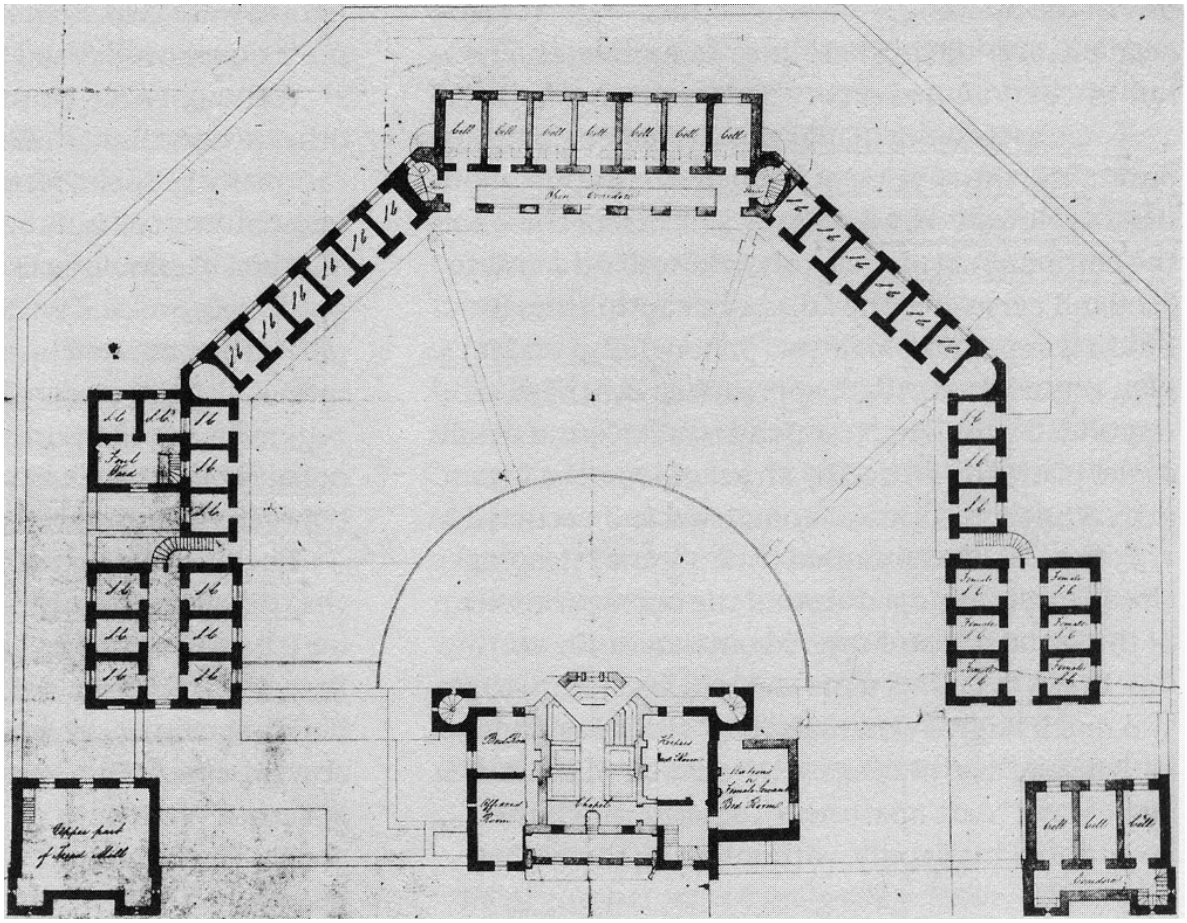


Fig. 49 – Gloucester house, 1789. Planta do segundo pavimento.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 54

A primeira prisão semicircular a ser projetada – apesar de não ter sido construída – é a Penitenciária da Virgínia, EUA, elaborada inicialmente por Pierre-Gabriel Bugniet em 1765 (Fig. 50), com base nos modelos celulares ingleses. Apresenta um grande bloco em semicírculo abobadado, dotado de celas com sanitários, alojamentos coletivos e áreas de trabalho, considerado de grande porte e abandonado (PEVSNER, 1997). Somente em 1796 é autorizada a construção da unidade e Benjamin Latrobe desenvolve seu projeto (Fig. 51). Utilizava três pavimentos: o térreo com áreas de trabalho e celas e os dois superiores com alojamentos coletivos – para 3, 5 e 7 presos – e o hospital. Apresentava ainda 10 celas de castigo dotadas de pouca luz e 14 celas desprovidas de qualquer iluminação, localizadas no subsolo. O centro da unidade abrigava o alojamento dos vigilantes e a entrada. Posteriormente, foi adicionado mais um pavimento. A utilização de

portas maciças prejudicava a observação e a renovação do ar nas celas, dificultando a observação e facilitando a disseminação de doenças (JOHNSTON, 2000).

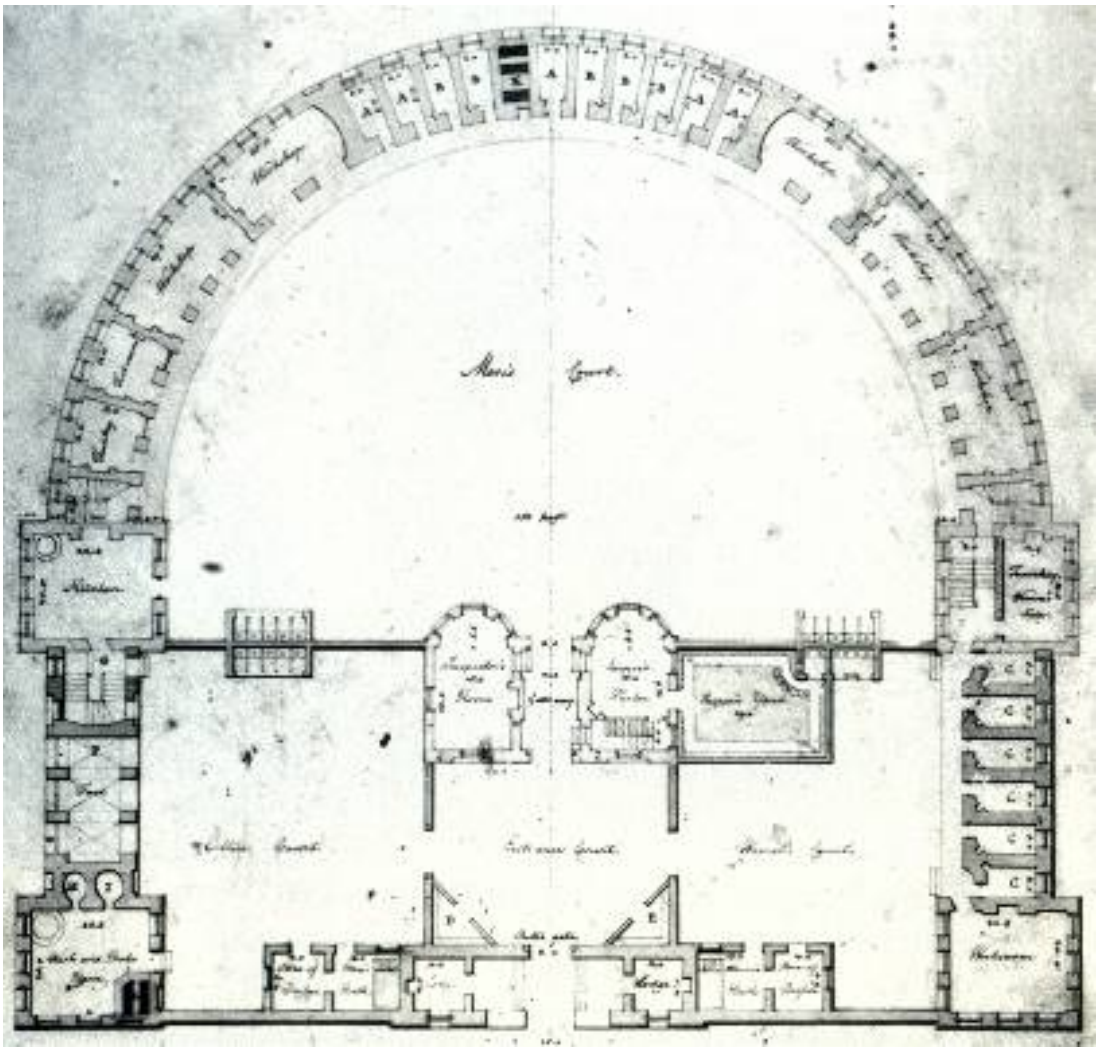


Fig. 50 – Penitenciária de Virgínia. Planta original de Bugniet, 1765.
Fonte: PEVSNER, 1997: 164

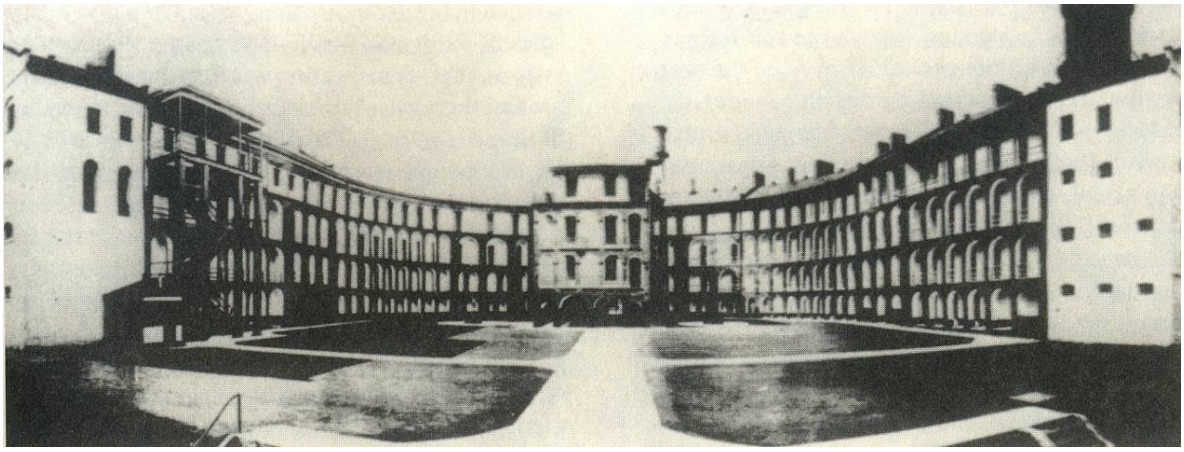


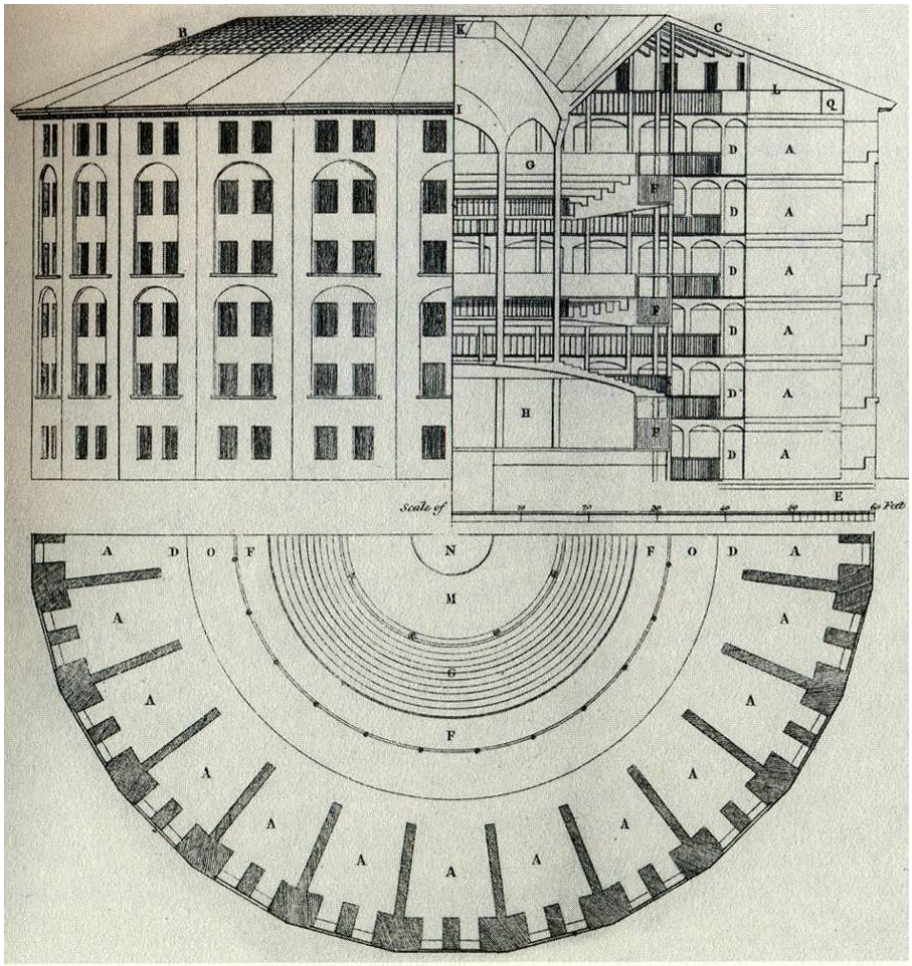
Fig. 51 – Penitenciária de Virgínia, Richamond, 1803.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 83

Entretanto, é em 1791 que Jeremy Bentham, importante arquiteto e reformador inglês, desenvolve um projeto de prisão – pensado para ser efetivamente um modelo a se repetir, como um projeto ideal – baseado nessa inversão de princípios dos modelos circulares (Fig. 52). Seu modelo vai além de um simples projeto, mas institui um complexo e detalhado mecanismo de vigilância e observação do preso a partir de um anel de celas vigiadas por uma torre central (FOULCAULT, 1983). "Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: o olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem" (FOUCAULT, 1983: 156). É a idéia do edifício-máquina, a máquina de disciplinar e reformar pessoas e que pode se estender para outras finalidades como a escola, o hospital, etc. – é um modelo, tem finalidade normativa (CHOAY, 1985).

> Para introduzir uma reforma completa nas prisões, para assegurar a boa conduta atual dos prisioneiros e a correção de suas falhas, para estabelecer a saúde, a limpeza, a ordem e a indústria nestes lugares, contaminados até então pela corrupção moral e física… por uma *idéia arquitetônica simples* (BENTHAM, 1791 apud MIGNOT, 1983: 213). [145]

O projeto apresenta um complexo sistema de comunicação a partir de tubos que permitem a comunicação do vigilante com cada cela além de permitir que os visitantes possam escutá-la a fim de inspecionar possíveis abusos de poder. Os sistemas de comunicação e observação criam no prisioneiro a sensação de estar constantemente sendo observado, pois os sistemas não permitem que o preso observe o vigilante dentro da torre de observação. Um sistema de ventilação também é elaborado a partir de tubos que atravessam as celas e fazem a passagem do ar entre os pisos e paredes, proporcionando também o aquecimento e resfriamento do ar, quando necessário. Os pátios permitem a separação dos presos sob diversas categorias. Os projetos de Bentham nunca foram construídos, principalmente pela difícil execução de alguns dos sistemas por ele elaborados, porém diversos de seus princípios foram largamente aplicados em diversos países sob diversas configurações formais, como veremos mais à frente.

[145] Tradução livre da autora ("To introduce a complete reform in prisons, to ensure the present good conducer of the prisoners and the correction of their faults, to establish heath, cleanliness, order and industry in these places, hitherto infected by moral and physical corruption… *by a simple architectural idea!")*



Legenda:

a. celas
b. grande clarabóia
c. grande clarabóia
d. galeria de celas
e. entrada
f. galerias de inspeção
g. galerias da capela
h. torre do inspetor
i. domo da capela
k. clarabóia da galeria (d)
l. sótão
m. pavimento da capela
n. abertura circular que ilumina a torre do inspetor
o. parede anelar que permite a passagem de ar e luz e separa a ala de presos da área da vigilância

Fig. 52 – Panóptico de Bentham, 1791
Fonte: JOHNSTON, 2000: 51

A primeira prisão a ser construída depois das publicações de Howard (1777) e Bentham (1791) foi o Bridewell de Endinburgh, projetado por Robert Adam's e construído em 1795 (Fig. 53). Este projeto foi considerado por Bentham a melhor aplicação de sua proposta. (PEVSNER, 1997). A edificação semicircular é dotada de celas individuais na face externa do anel – abrindo para um corredor interno – e áreas de trabalho na face interna que é voltada para o pátio – fechadas por barras de ferro, dando visibilidade às celas a partir da torre de vigilância central (JOHNSTON, 2000: 53). Todos os equipamentos de apoio e a administração se localizam no bloco retangular, que dá acesso a unidade (Figs. 53 e 54) e o pátio – ao fundo da edificação – é separado em três partes.

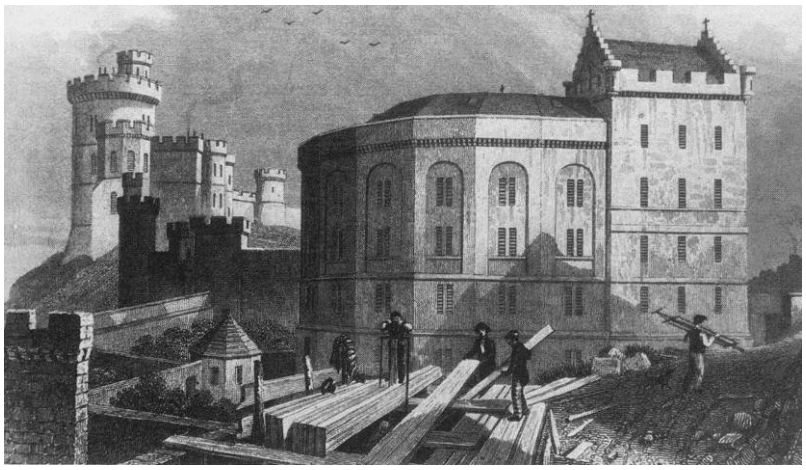
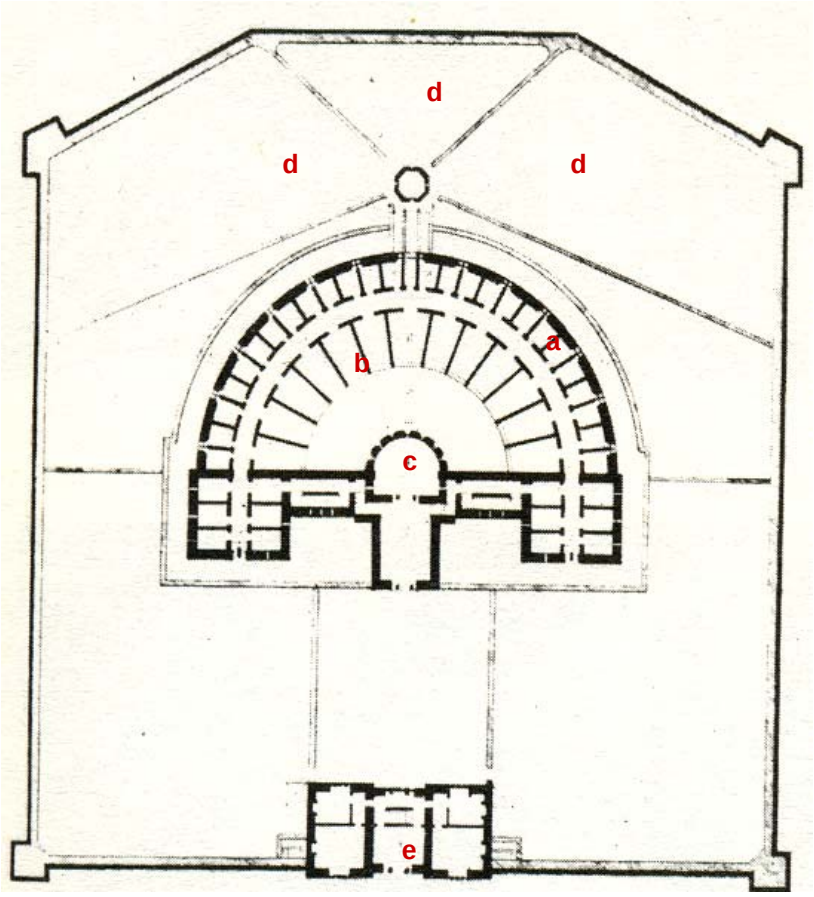


Fig. 53 – Edinburgh Bridewell, 1791
Fonte: JOHNSTON, 2000: 49



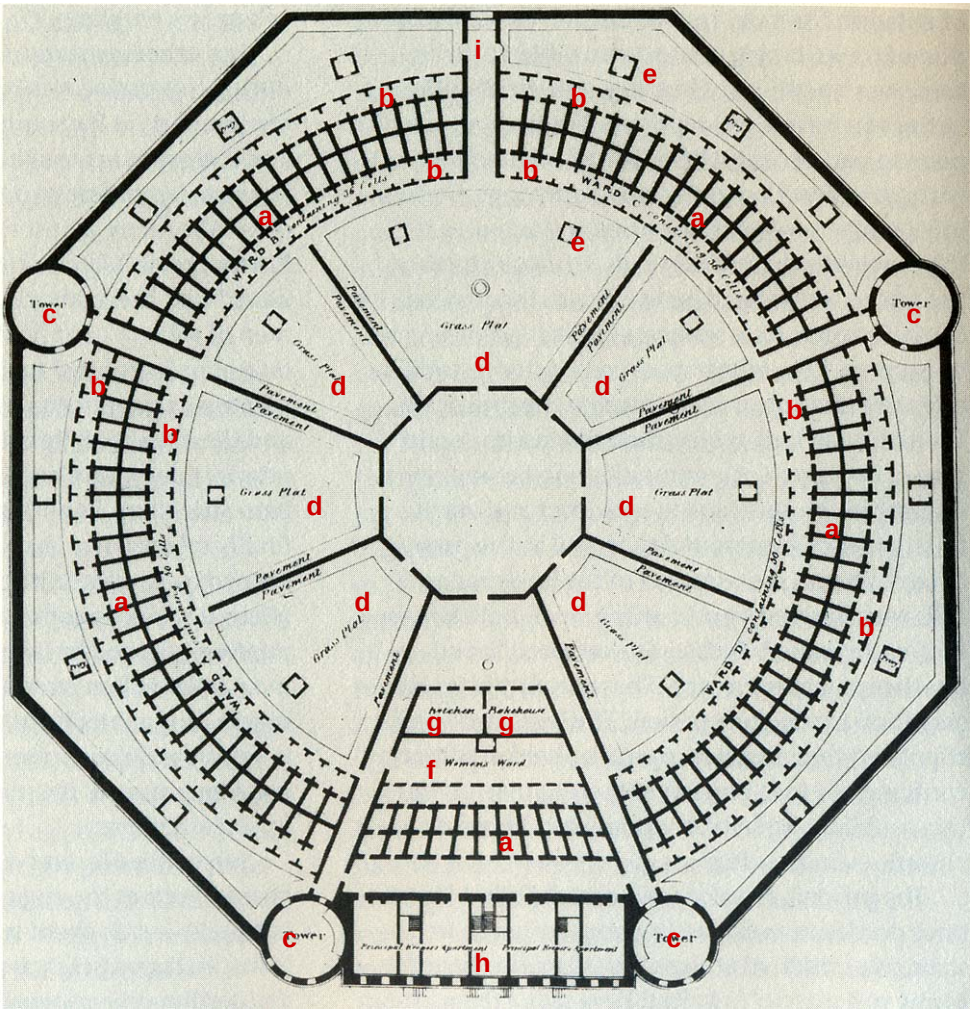
Legenda:

a. celas
b. área de trabalho
c. torre de vigilância
d. pátio
e. entrada

Fig. 54 – Edinburgh Bridewell, 1791
Fonte: PEVSNER, 1997: 105

A primeira penitenciária do ocidente dos Estados Unidos é projetada em 1820 por Strickland, um discípulo de Latrobe. Apesar de usar a configuração circular, funcionalmente não pode ser considerado um modelo panóptico. Apresenta duas fileiras de celas, organizadas fundo contra fundo, voltadas para o pátio e para o exterior (Fig. 55). A ausência de sanitários nas celas, assim como os vestíbulos em frente a elas,

prejudicam a vigilância, a entrada de luz e a circulação do ar. As torres de vigilância se localizam junto ao muro que circunda a edificação mas, a sua proximidade com ela e a ausência de um ponto central de observação, prejudicam profundamente a vigilância – que só pode ser feita pela circulação da galeria de celas. A ausência de locais para trabalho e enfermaria, trouxe a reforma da unidade elaborada por John Haviland, que constava da eliminação da fileira interna de celas, dando lugar aos locais de trabalho – facilitando também a observação (JOHNSTON, 2000).



Legenda:

- **a.** celas
- **b.** vestíbulo
- **c.** torre de vigilância
- **d.** pátio
- **e.** banheiro
- **f.** ala feminina
- **g.** cozinha
- **h.** área da guarda
- **i.** entrada

Fig. 55 – Penitenciária do Ocidente, EUA, 1833
Fonte: JOHNSTON, 2000: 84

A forma de ver e conceber a arquitetura vai se modificando e é a partir da visão dos engenheiros formados pela *École Polytechnique* de Paris (fundada em 1796) que se inicia a busca por normatizar a concepção e execução da arquitetura a partir de princípios associados as suas temáticas – construção e funcionamento – e ao homem – seu usuário. Desse modo, diversos arquitetos buscam desenvolver uma sistematização das regras clássicas a partir de uma interpretação racional da arquitetura como construção.

As leis de composição clássicas são postas em xeque frente às normas racionais da métrica e da escala humana – virtudes da civilização, a beleza deveria ser algo derivado da utilidade da obra, a decoração seria resultado da funcionalidade (BENÉVOLO, 1998).

É a partir dos estudos de Durand (1802) que surge a proposta de que, a arquitetura deve se fundamentar nos conceitos de conveniência e economia e ter, como principal objetivo, a utilidade pública e particular (BIERMANN et al, 2003). Fundamenta-se na esquematização do projeto de modo a formular uma metodologia universal (FRAMPTOM, 2003). Desse modo, em 1823 é estabelecido um método normativo de conceber a arquitetura que compreende três etapas: (1) descrição dos materiais e elementos; (2) estabelecimento dos métodos para a associação dos elementos; (3) estudo dos tipos de edificação associados à utilidade (programa).

> Estão já claros todos os caracteres: O modo de composição por justaposição mecânica, a independência do aparelho estrutural do acabamento dos elementos, a predileção pela cota em números redondos e pelas formas elementares, que reduzem ao mínimo o arbítrio do projetista (BENÉVOLO; 1998: 68).

Ledoux (1804) propõe que a arquitetura deve exprimir as atividades que ela comporta – seu caráter – e não a condição social de seus proprietários, abolindo qualquer excesso ornamental em concepções utilitaristas (BIERMANN et al, 2003). Ruskin (1854; 1971)[146], por sua vez, propõe que a arquitetura deve contribuir à saúde do homem e ao prazer de seu espírito através de suas regras próprias, que se dão através da prática. Desse modo, é preciso conhecê-las para concebê-la, assim como é necessário conhecer a gramática para desenvolver a escrita. Para Viollet-Le-Duc (1864), a arquitetura consta de teoria e prática: a teoria funda-se no conhecimento das regras da arquitetura a partir de suas tradições e a prática fundamenta-se na ciência aplicada aos materiais e às necessidades – costumes, época, materiais, programa (PATETTA, 1997). Morris (1884) sustenta que não é possível reproduzir a arquitetura do passado, já que ela é constituída pelas condições sociais do passado e suas técnicas, que já não existem; a arquitetura deve se relacionar à sua realidade, às condições e regras do seu tempo.

O modelo panóptico de Bentham apresenta grandes dificuldades em sua aplicação, principalmente na América, por dificultar o trabalho nas unidades e por necessitar de grande aplicação do ferro fundido. Desse modo é desenvolvido outro modelo penal, denominado *radial,* que consta em um número de blocos que irradiam de um bloco central abrigando o posto de vigilância. Os primeiros modelos surgem no início do século

[146] Data da publicação original do livro “The Seven Lamps of Architecture”, publicado nos Estados Unidos em 1971, pela The Noonday Press, Nova York.

XIX, apresentam plantas em cruz remetendo aos antigos modelos de hospitais (Figs. 56 e 57), assim como plantas em "T". "Como 'radial', quero dizer qualquer arranjo de um edifício de celas que convirja a um centro, junto ou separado" (JOHNSTON: 2000: 55) [147]. Esse modelo tem ampla aplicação, de fato, se repete pelo mundo, principalmente nos Estados Unidos, por conseguir abrigar um grande número de detentos e permitir uma eficiente separação dos presos.

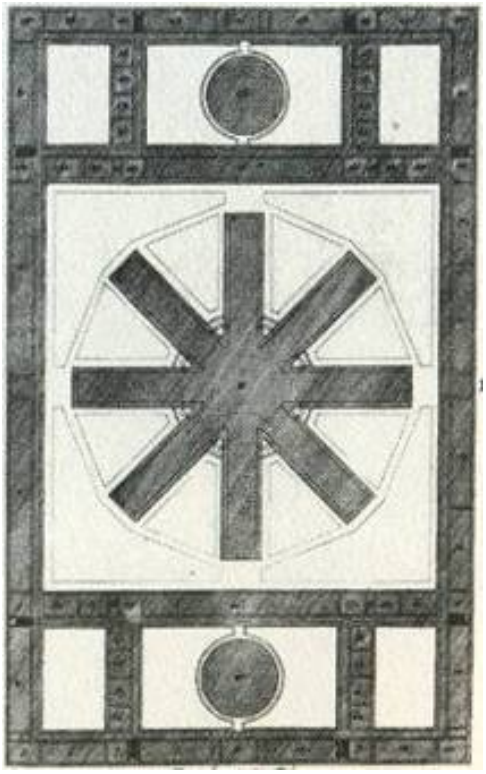


Fig. 56 – projeto para hospital, 1720.
Fonte: PEVSNER, 1997: 146

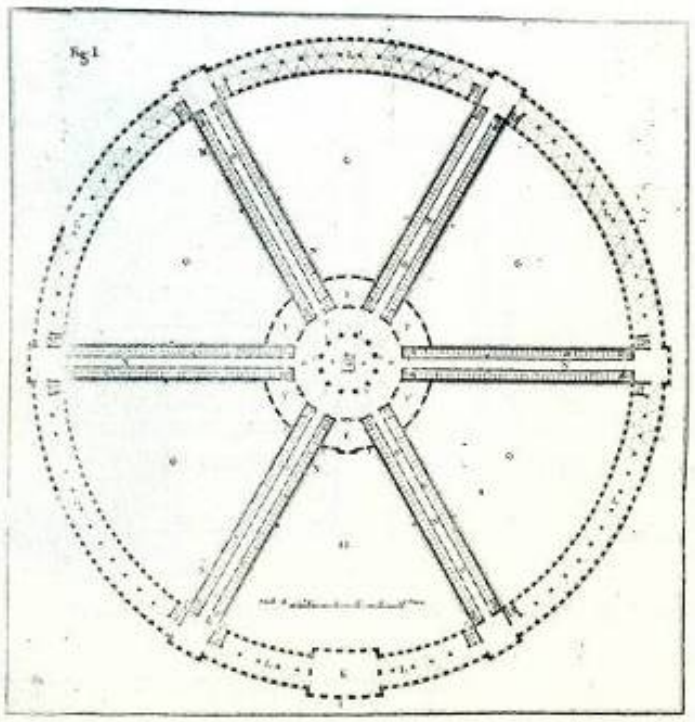


Fig. 57 – projeto para Hotel-Dieu, 1774.
Fonte: PEVSNER, 1997: 152

Uma comissão de profissionais da área busca estabelecer um novo modelo penal fundamentado na saúde, no trabalho e na orientação religiosa e o governo estabelece um concurso de projetos de edifícios para prisão na Pensilvânia. O projeto vencedor, de John Haviland, apresenta sete blocos de celas que irradiam de um bloco central onde se localiza a vigilância (Figs. 58 e 59). A Penitenciária de Cherry Hill tem enorme capacidade, e suas galerias de cela contêm pátios individuais para o banho de sol (Fig. 58) – até então nunca utilizados (JOHNSTON, 2000: 70).

A entrada da unidade se faz por uma edificação de dois pavimentos que abriga a guarda, administração e equipamentos de apoio. As portas das celas – voltadas para o corredor – são dotadas de uma espécie de "olho-mágico" que permite que os guardas observem

[147] Tradução livre da autora (By 'radial' I mean any arrangement of cell buildings that converge on a center, attached or separate).

dentro das celas, sem serem observados, além de um “passa-prato” que permite passar os alimentos e materiais de trabalho, sem que a porta da cela precise ser aberta. As portas voltadas para os pátios individuais eram de ferro possibilitando a passagem de luz e ar – a cela era ainda dotada de uma pequena clarabóia. O projeto original utilizava somente um pavimento e corredores somente para vigilância – presos acessavam as celas pelo pátio individual. Posteriormente, dois blocos receberam mais um pavimento, forçando o acesso pelos corredores e o uso de algumas celas como locais de trabalho e banho de sol.

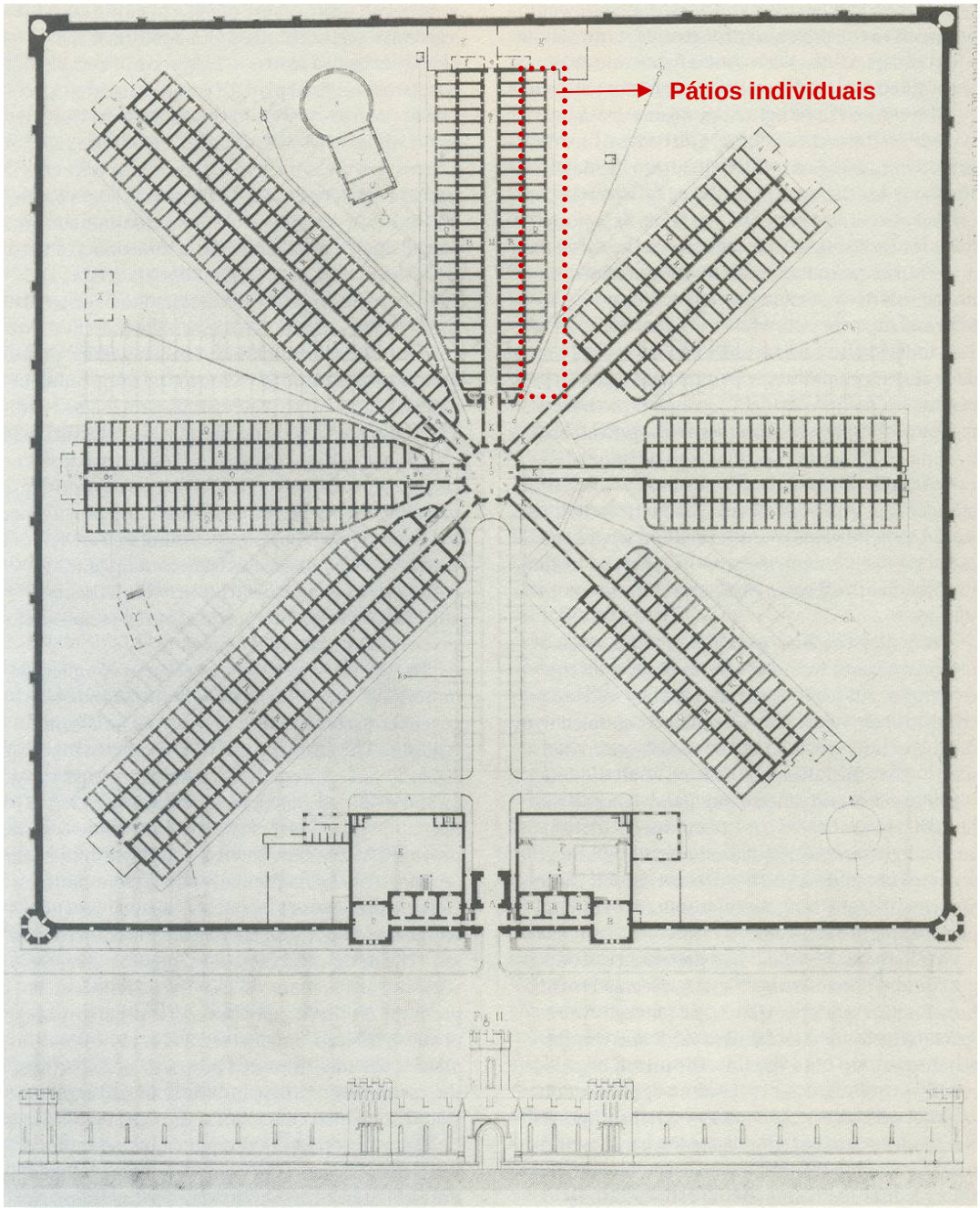


Fig. 58 – planta da penitenciária de Cherry Hill, 1822.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 72

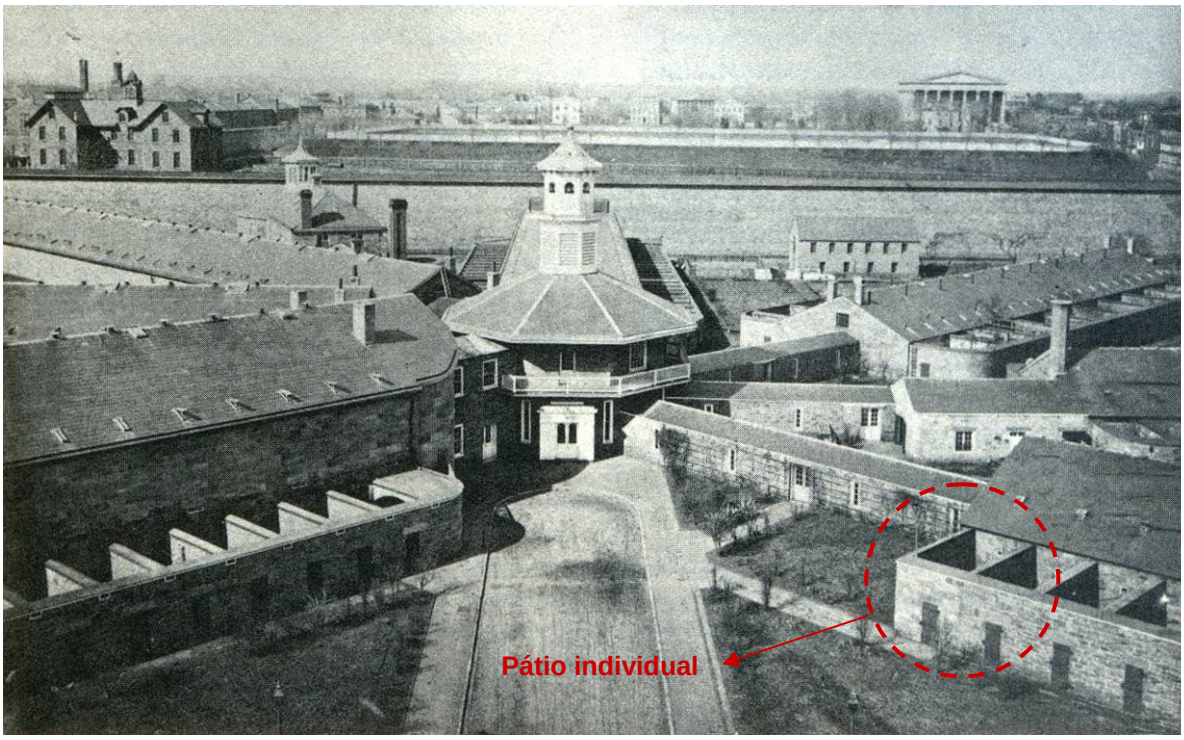
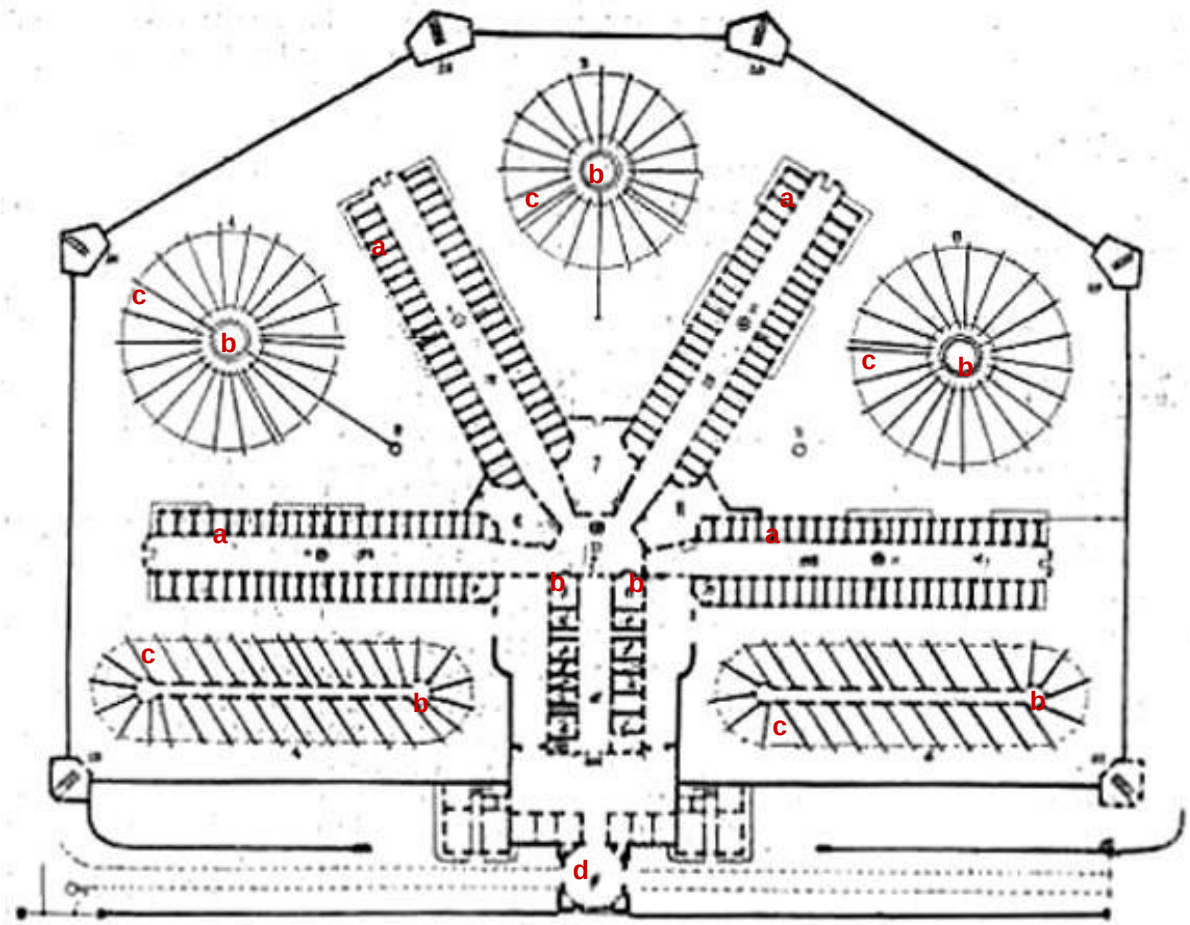


Fig. 59 – penitenciária de Cherry Hill, 1822.
Fonte: JOHNTSON, 2000: 73

Na Inglaterra, os problemas encontrados com a prisão de Milbank trazem questionamentos sobre o método de classificação dos presos e a utilização dos modelos pavilhonares. William Crawford é enviado para os Estados Unidos a fim de conhecer o sistema celular e a penitenciária de Cherry Hill. Logo o sistema é implantado na Inglaterra e é solicitada uma *prisão-modelo* baseada nos princípios do modelo americano: a prisão de Pentonville, construída em 1840. Todo projeto foi elaborado pelo engenheiro militar Joshua Jebb, exceto a fachada, projetada por Charles Barry (JOHNSTON, 2000: 92). Consta de quatro blocos de celas individuais de três pavimentos, uma edificação central com equipamentos de apoio e pátios individuais entre os blocos (Fig. 60) – a mesma forma de organizar e distribuir o fluxo de Cherry Hill.



Legenda: a. celas; b. posto de vigilância; c. pátio individual; d. entrada

Fig. 60 – prisão de Pentonville, Londres
Fonte: ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 123

A idéia de isolamento foi levada ao extremo neste projeto, que também utiliza sistemas hidráulicos, de esgoto e ventilação baseados em mecanismos que impedem a comunicação dos presos através dos seus dutos (Fig. 61), além de cubículos nas áreas comuns, como na capela (Fig. 63). As portas das celas eram como as de Cherry Hill e as janelas altas, de modo que o exterior não pudesse ser visto pelos presos. Os corredores das galerias se configuravam por balcões de ferro fundido e podiam ser observados do posto de vigilância e de todo o hall da edificação central (Fig. 62). Esse modelo foi amplamente difundido, não só pela Inglaterra e Estados Unidos, onde era considerado um modelo, mas por todo mundo: Itália, Alemanha, Espanha, Dinamarca, China, Japão, América do Sul, entre outros. (JOHNSTON, 2000: 93).

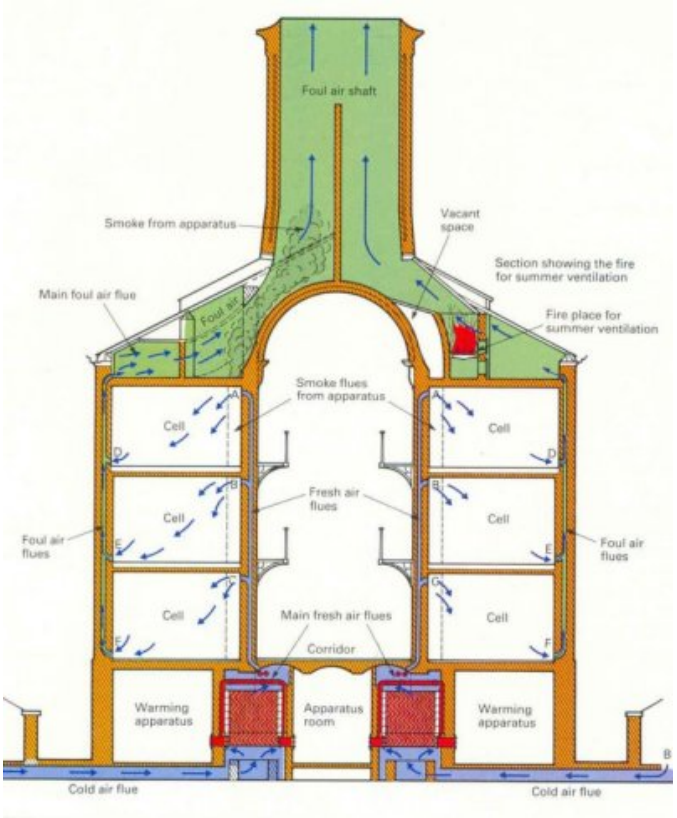


Fig.61 – Corte da galeria de celas de Pentonville.
Fonte: http://www.hevac-heritage.org/landmark_buildings/institutional/institutional.htm

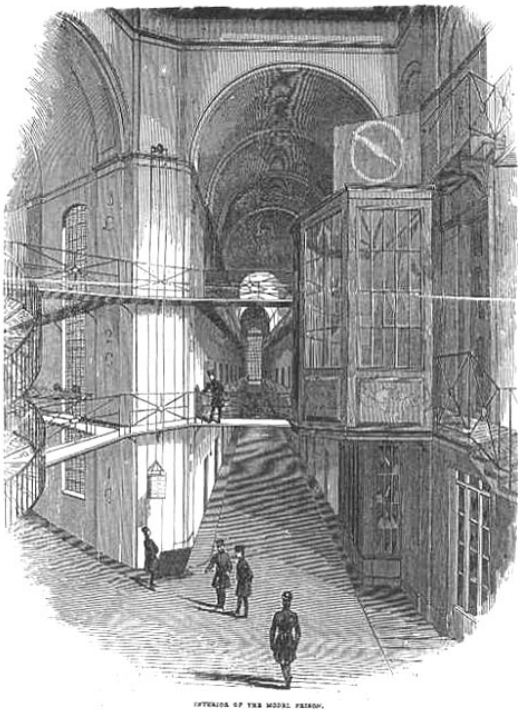


Fig.62 – Ponto central de Pentonville.
Fonte: http://www.victorianlondon.org/prisons/pentonvilleprison.htm

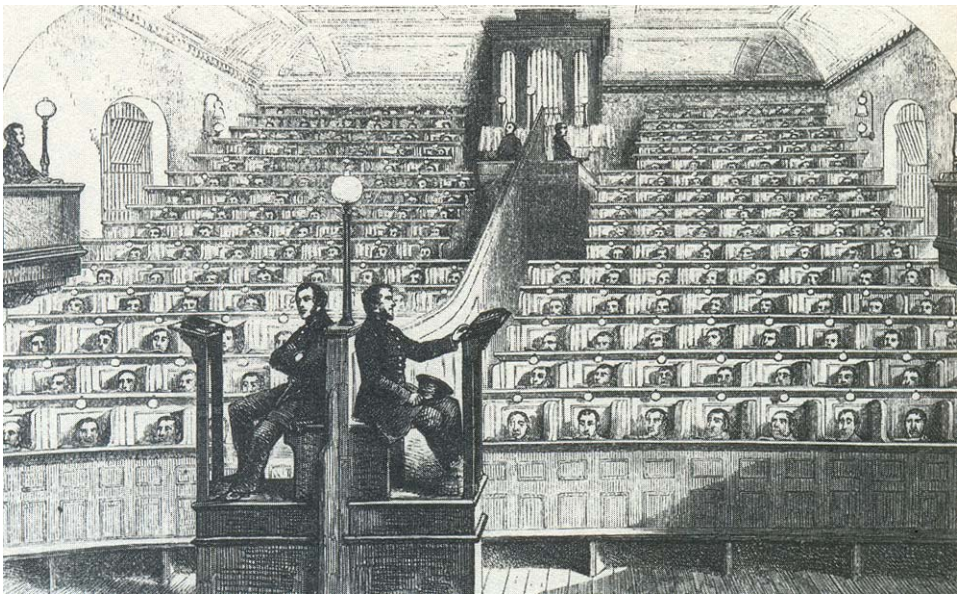
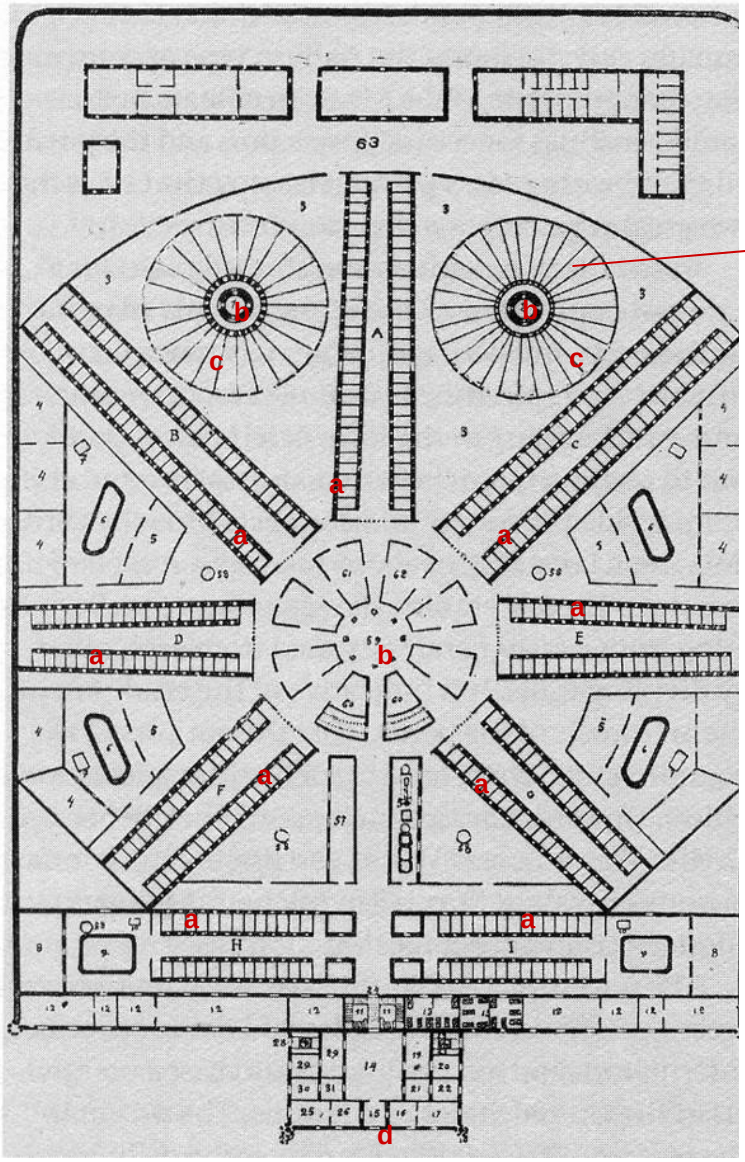


Fig. 63 – capela da penitenciária de Pentonville.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 92

A Penitenciária Nacional do México, projetada por Antonio Torres Torija, começa a ser construída em 1885, seguindo o modelo radial já difundido (Fig. 64), com capacidade

para 800 homens, 180 mulheres e 400 menores de idade (JOHNSTON, 2000). Adota o sistema progressivo e, apesar de seguir a mesma organização espacial dos demais exemplos – pátio individual (Fig. 65), equipamentos e torre no centro (fig. 66), etc. – não utiliza mecanismos hidráulicos ou de ventilação – é uma versão simplificada.



Legenda: **a**. celas; **b.** posto de vigilância; **c.** pátio individual; **d**. entrada

Fig. 64 – planta da penitenciária nacional do México.

Fonte: JOHNSTON, 2000: 136

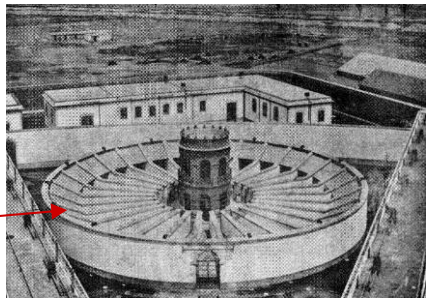


Fig. 65 – pátios individuais da penitenciária nacional do México.

Fonte: JOHNSTON, 2000: 136

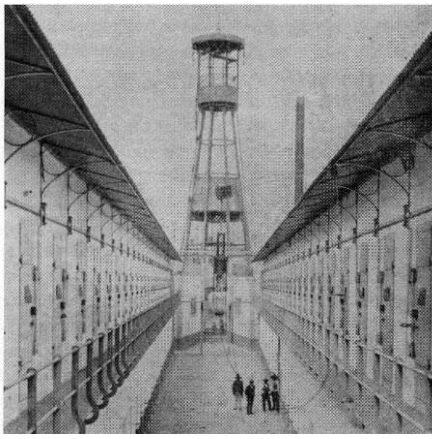


Fig. 66 – galeria de celas e torre central (ao fundo) da penitenciária nacional do México.

Fonte: JOHNSTON, 2000: 136

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1820, o modelo de Auburn (abordado no Capítulo III) também é bastante difundido e fica conhecido como *Skylight* por não apresentar janelas nas celas, mas somente iluminação a partir de clarabóias na cobertura ou na parede oposta à galeria (JOHNSTON, 2000). Construída por Wiliam Brittim, em 1816, não apresenta inovações na organização do espaço – utiliza a forma em "U" – mas

uma nova configuração para a galeria de celas (Fig. 67). As fileiras de celas são justapostas no centro da galeria – fundo contra fundo –, apresentando somente a abertura da porta. As celas abrem para um amplo espaço no térreo e balcões, afastados da parede que criavam um grande espaço aberto do piso à cobertura (Fig. 68). Inicialmente apresenta somente alojamentos coletivos, posteriormente são construídas algumas celas individuais. A falta de aberturas nas celas traz graves problemas de ventilação, mesmo com pequenas aberturas nas portas maciças e utilização do difundido sistema de dutos (JOHNSTON, 2000: 75).

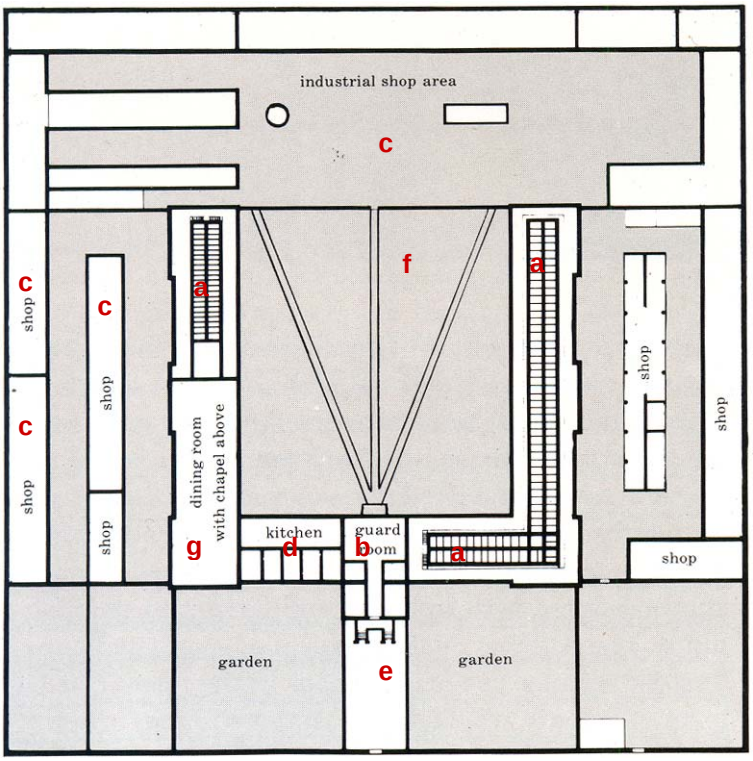


Fig. 67 – planta da prisão de Auburn
Fonte: JOHNSTON, 1973: 38

Legenda:

- **a.** celas
- **b.** posto de vigilância
- **c.** área de trabalho
- **d.** cozinha
- **e.** entrada
- **f.** pátio
- **g.** refeitório (1º pavimento) / capela (2º pavimento)

Fig. 68 – galeria de celas da prisão de Auburn
Fonte: JOHNSTON, 1973: 39

Apesar dos problemas e da simplicidade do modelo, as atividades de recuperação vinham trazendo bons resultados, se comparados ao regime celular, trazendo sua aplicação a diversas unidades novas, como a prisão de Sing Sing. Construída em 1826, apresenta modelo similar ao de Auburn. Para amenizar o problema da ventilação nas celas, as portas desta unidade apresentam uma parte maciça e toda a parte superior gradeada (Fig. 70), além de estreitas seteiras na parede em frente às celas (Fig. 69 e 70), contudo não resolvem o problema (JOHNSTON, 2000).

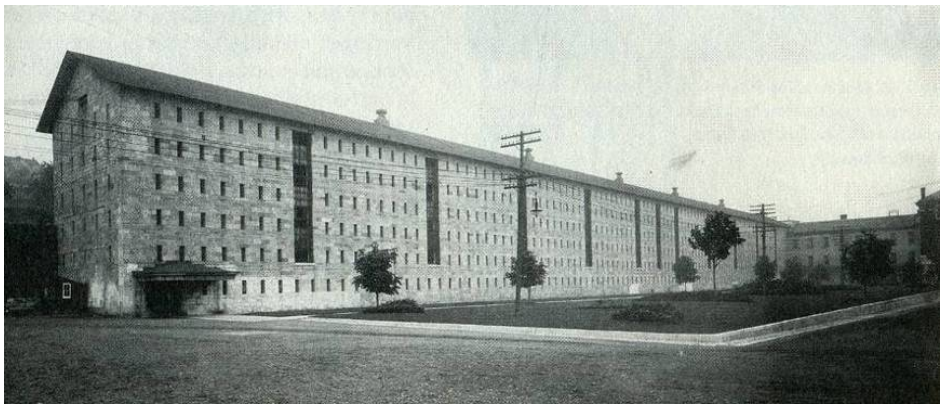


Fig. 69 – prisão de Sing Sing, EUA, 1826
Fonte: JOHNSTON: 2000: 77

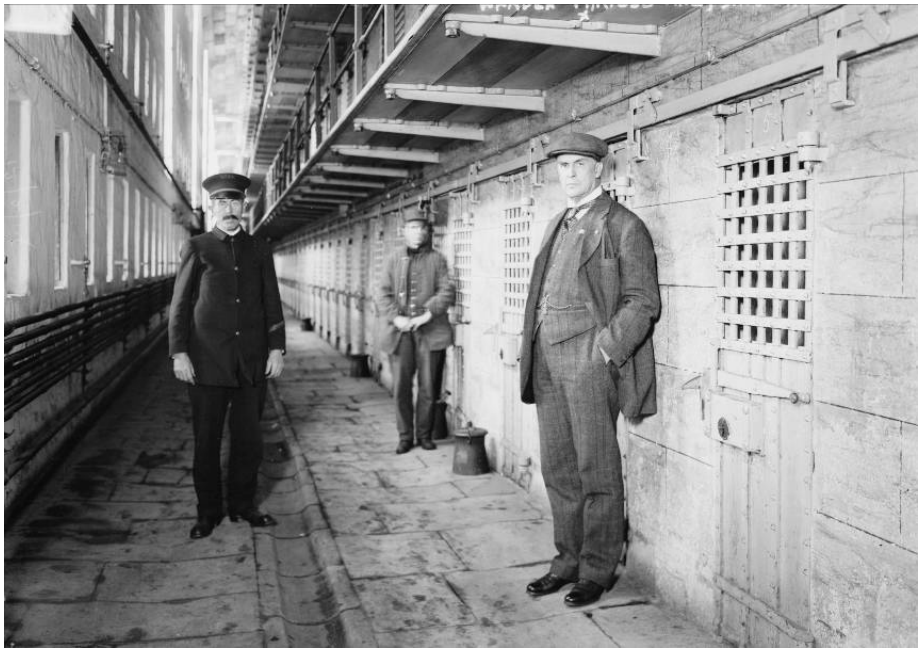
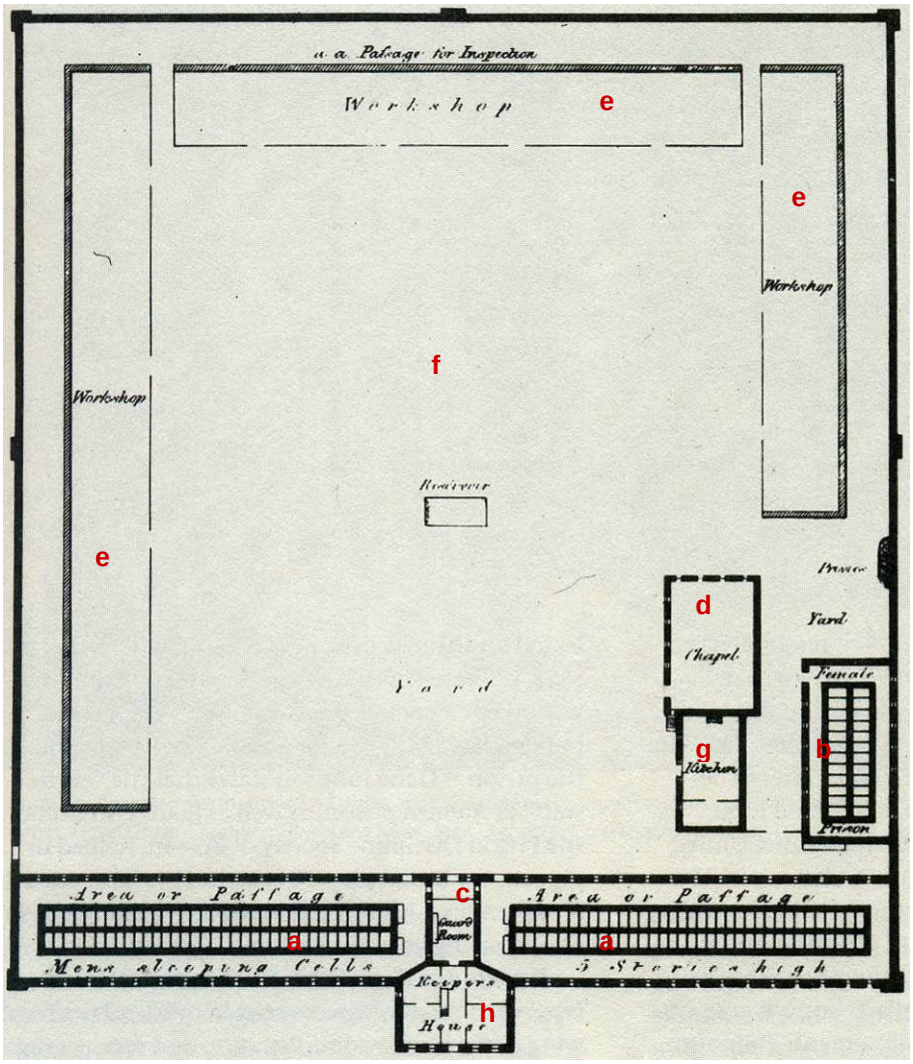


Fig. 70 – galeria de celas da prisão de Sing Sing, EUA, 1826.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/6/67/Sing_Sing_(prison)_with_warden.jpg

Outra prisão a utilizar o modelo *Skylight* é a Penitenciária de Ohio (Fig. 71), construída em 1834, seu projeto foi amplamente reproduzido em unidades americanas. Apresenta o modelo típico, a planta conhecida como quadrado oco, composta de um bloco linear de celas e os três blocos de trabalho, além de um bloco para a prisão feminina, conformando um pátio central. Esse modelo tem como foco, mais a gestão e a própria execução da pena, do que a utilização do espaço como mecanismo de controle, por isso são escassas as imagens sobre essa unidade. A aplicação do sistema Auburniano se dava mais através de uma rígida rotina, do controle do preso através de suas ações direcionadas à rotina industrial, mecanizada.

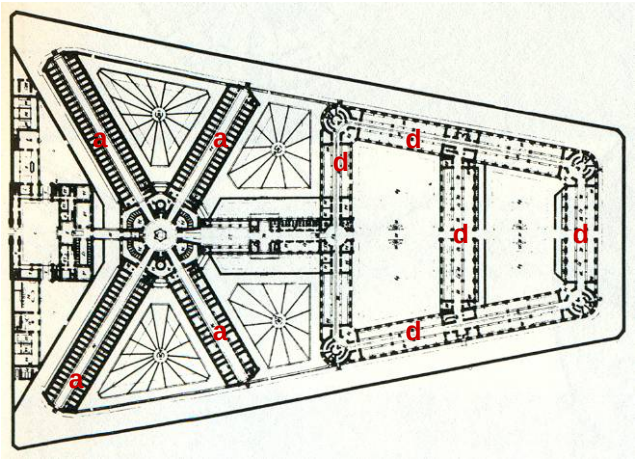


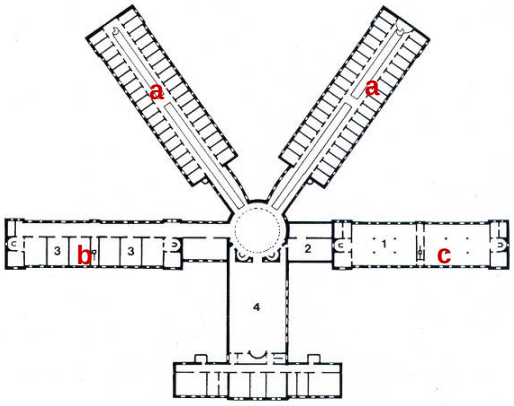
Legenda:

- **a.** celas
- **b.** ala feminina
- **c.** posto de vigilância
- **d.** capela
- **e.** área de trabalho
- **f.** pátio
- **g.** cozinha
- **h.** entrada

Fig. 71 – planta da Penitenciária de Ohio, EUA, 1834.
Fonte: JOHNSON: 2000: 79

O fracasso do sistema celular, devido ao excessivo isolamento, traz o afrouxamento do regime, seguindo alguns princípios do sistema progressivo estabelecido em 1840. Desse modo, a partir de 1850 as unidades penais passam a adotar alas com diferentes características – parte para o isolamento e parte para alojamento coletivo, além de áreas para presos que aguardam julgamento e para os condenados –, apesar de ainda usarem os modelos correntes (MIGNOT, 1983). As prisões La Santé (1862, Fig. 72), Rendsburg (1870, Fig. 73), Holloway (1849) e Lyon, são exemplos dessas prisões que utilizam o modelo radial, com alas diferenciadas. Adotam-se ainda diferentes unidades relacionadas aos diferentes estágios da pena: (1) as de isolamento total; (2) as que são voltadas para o trabalho e (3) as colônias penais, com foco no trabalho agrícola.





Legenda: a. celas b. alojamentos coletivos c. área de trabalho d. área de trabalho no pavimento térreo e alojamentos nos demais

Fig. 72 – prisão La Santé, França, 1862.
Fonte: PEVSNER; 1997: 166

Fig. 73 – prisão Rendsburg, Alemanha, 1870.
Fonte: MIGNOT, 1983: 223

Um dos modelos mais difundidos no mundo é o modelo de *blocos paralelos*, que se apresenta sob duas variações, ambas originadas nos projetos de hospitais. Segundo Pevsner (1997), o primeiro projeto a usar esse modelo foi o Greenwich Hospital, na Inglaterra (Fig. 74 e 75). O projeto utiliza pequenos blocos paralelos de enfermarias que se abrem para um pátio retangular alongado, ortogonal aos blocos, além de blocos administrativos à frente, uma capela central ao fundo do pátio, áreas de trabalho e apoio. No fim do século XVIII, Durand, Poyet e Tenon elaboram projetos – nunca executados – de hospitais segundo esse modelo, buscando uma solução para o fracasso dos modelos circulares e radiais (PEVSNER; 1997). Somente em 1839 é construído o Hospital Lairiboisière e o modelo se difunde por seu caráter funcional, originando a segunda variação.

Fig. 74 – fachada do Greenwich Hospital, Inglaterra, 1696
Fonte: PEVSNER, 1997: 147

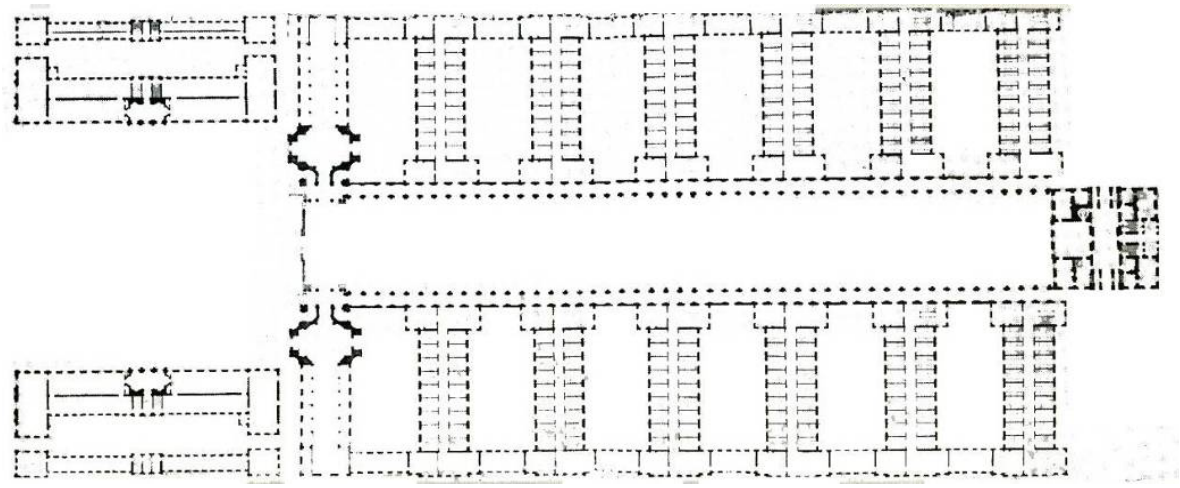


Fig. 75 – planta do Greenwich Hospital, Inglaterra, 1694
Fonte: PEVSNER, 1997: 147

Esse modelo é aplicado ao programa prisional em 1839, na colônia prisional Mettray (Figs. 76 e 77), posteriormente, em 1910, no reformatório Lorton, seguindo a mesma organização espacial – usando em lugar das enfermarias, as galerias de celas. A colônia Mettray atende a jovens infratores, se baseia no trabalho agrícola e na educação e não utiliza muros ou grades, é uma unidade aberta. A capela, as áreas de trabalho, apoio, escola e a ala de isolamento ficam no fundo da unidade. Esse modelo foi posteriormente aplicado ao Dormitório Lorton (1916), EUA, e em muitas unidades direcionadas a jovens e mulheres – em geral unidades de baixa segurança – no início do século XX. Ainda hoje é utilizado, inclusive no panorama brasileiro.

Fig. 76 – perspectiva da colônia Mettray, França, 1840
Fonte: JOHNSTON, 2000: 116

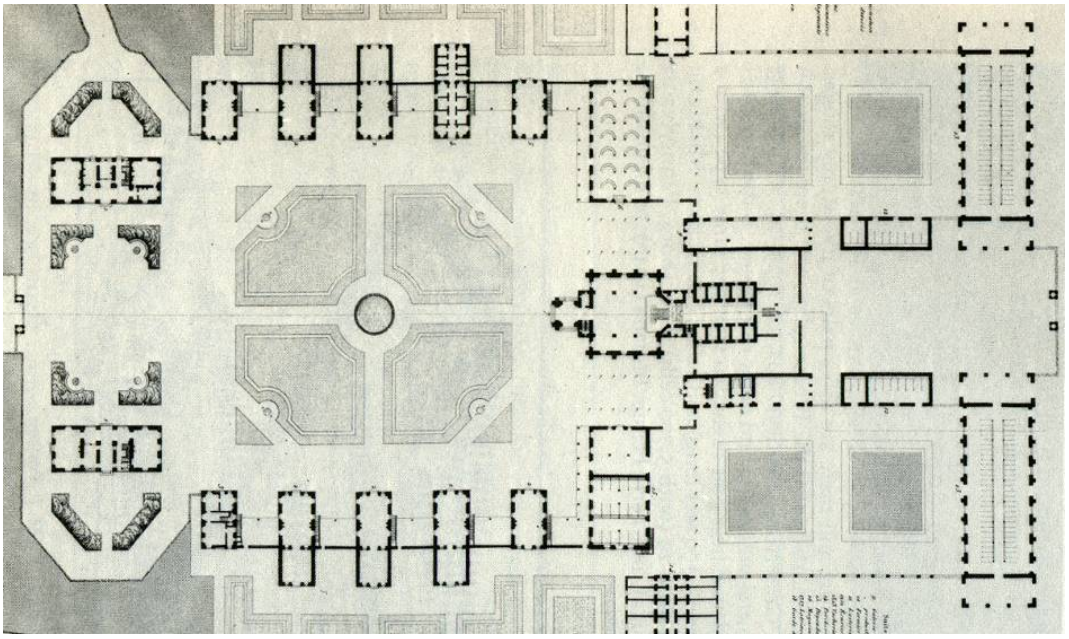


Fig. 77 – planta da colônia Mettray, França, 1840
Fonte: PEVSNER, 1997: 167

Um dos modelos prisionais mais difundidos no mundo é a segunda variação do modelo de blocos paralelos: o modelo *telephone-pole plan* ou espinha de peixe — que se caracteriza por usar blocos de celas paralelos ligados por um corredor central perpendicular – a espinha dorsal da edificação (PEVSNER, 1997). Pode apresentar um bloco central, na entrada, para abrigar a administração e blocos ao fundo, para apoio. Também tem origem no projeto hospitalar (Figs. 78 e 79). A configuração da edificação permite melhor ventilação e iluminação dos blocos, assim como a separação entre as alas – pela eliminação da configuração de blocos em ângulos fechados (JOHNSTON, 2000). A aplicação do sistema progressivo traz a necessidade de alas diferenciadas, que possam abrigar os diferentes estágios da pena, evitando o deslocamento do preso de uma unidade para outra.

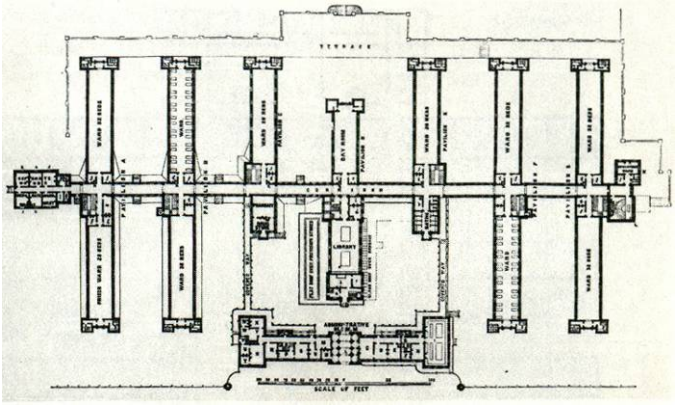


Fig. 78 – Herbert Hospital, 1860.
Fonte: PEVSNER; 1997: 156

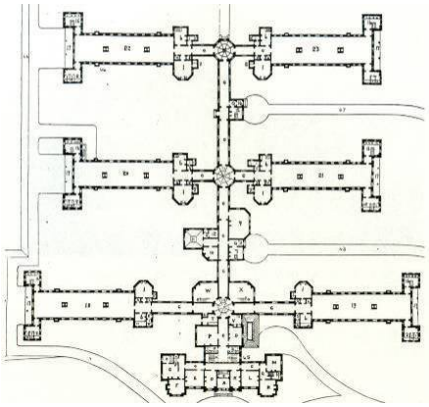
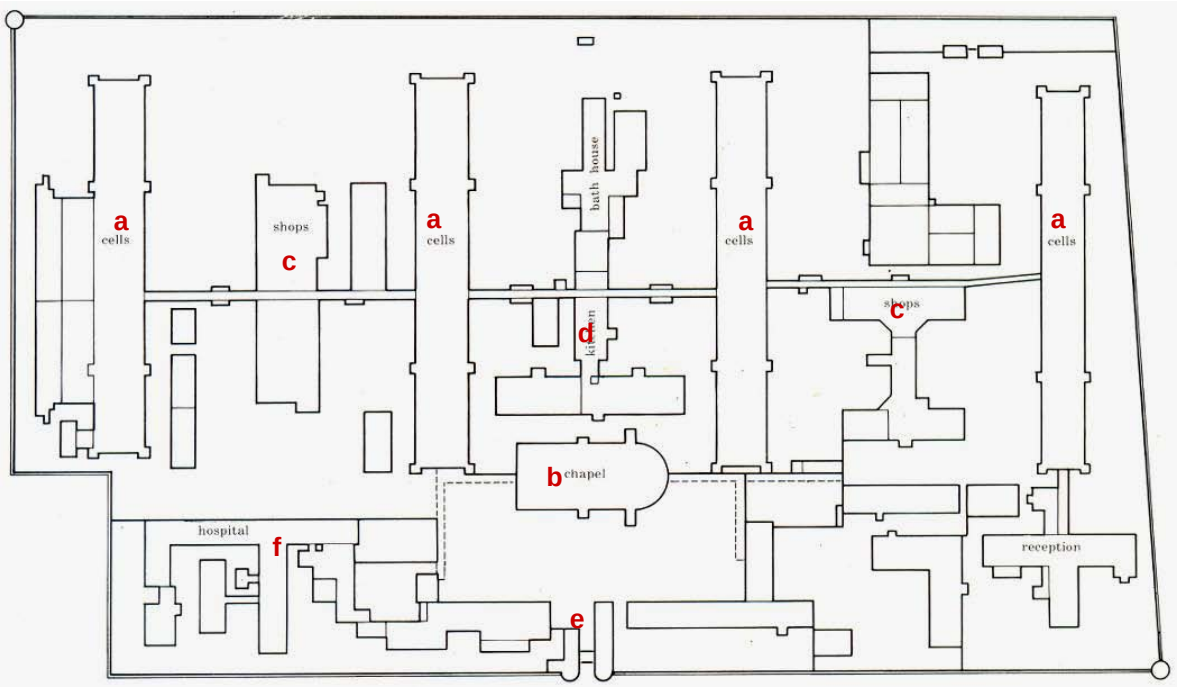


Fig. 79 – Hospital para crianças, 1872.
Fonte: PEVSNER; 1997: 156

A primeira unidade prisional a usar o modelo *telephone-pole plan* é Wormwood Scrub Prison, na Inglaterra, em 1874. Apresenta quatro blocos de celas paralelos e lineares e edificações de apoio (com diversas configurações) entre os blocos, como áreas de trabalho, cozinha e vestiário, ligadas por um corredor único (Fig. 80). Com capacidade para 1244 celas, é por muito tempo a maior unidade prisional européia.



Legenda: a. celas; b. capela; c. área de trabalho; d. cozinha; e. entrada; f. hospital; g. vestiários

Fig. 80 – Wormwood Scrub Prison, Inglaterra, 1874
Fonte: PEVSNER, 1997: 167

Esse modelo é difundido a partir da prisão de Fresnes na França (1898), projetada por Francisque-Henri Poussin. A unidade é composta por três blocos paralelos de cinco pavimentos – com capacidade para 506 celas individuais – que abrigam áreas de trabalho no térreo e as celas nos demais andares (Fig. 81). Na frente dos blocos encontra-se o bloco administrativo, ladeado pelo hospital e a unidade prisional onde ficam os presos que serão transferidos para outras unidades. A unidade apresenta blocos de isolamento total e alojamentos coletivos e pátios individuais para banho de sol que se localizam entre os blocos de celas (Fig. 82). Nas áreas de uso comum o isolamento é sempre aplicado, de modo que a capela apresenta 550 cubículos com pequenas aberturas para a observação, onde os presos ficam confinados durante as missas, aulas e palestras (Fig. 83).

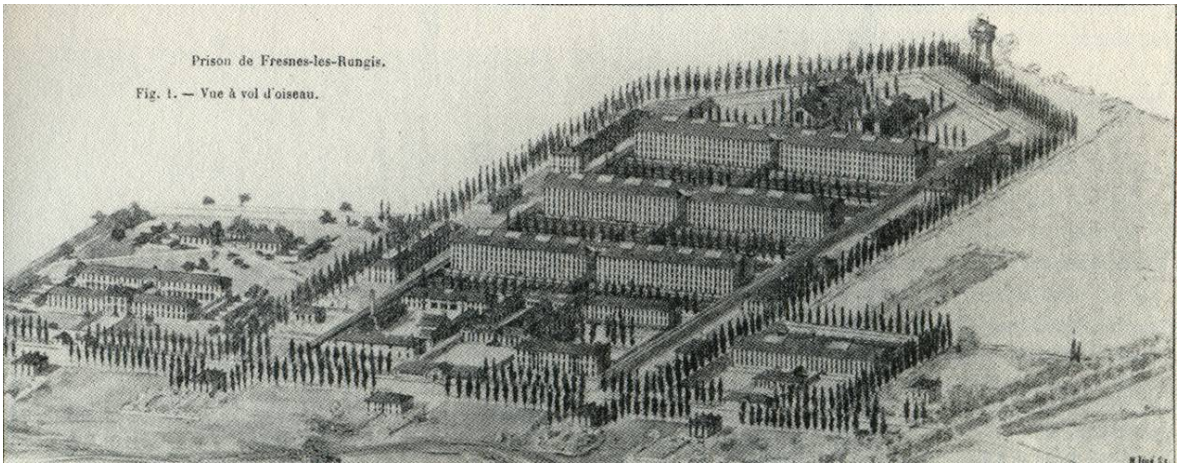
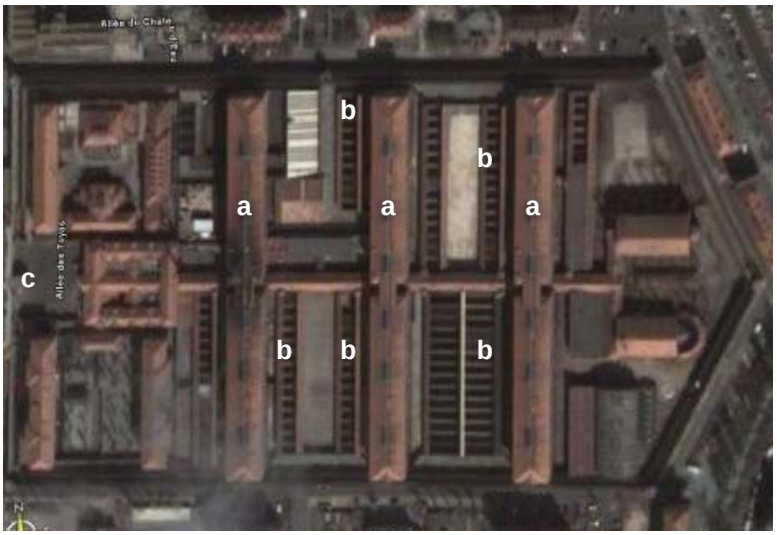


Fig. 81 – prisão de Fresnes, França, 1898
Fonte: JOHNSTON, 2000: 177



Legenda: a. galeria de celas; b. pátio individual; c. entrada

Fig. 82 – prisão de Fresnes, França, 1898
Fonte: Google Earth

Fig. 83 – capela da prisão de Fresnes, França, 1898
Fonte: FOUCAULT, 1983: 27

As prisões que usam o modelo de blocos paralelos já contêm o germe da mudança de caráter que se apresentará mais fortemente nas prisões do século XX. Aos poucos, o controle e a vigilância excessiva vão dando lugar a capacitação do preso por atividades profissionais e educativas e a observação do seu comportamento. A visão *higienista* vai sendo substituída pela idéia de *progressão* do indivíduo, a partir de suas aptidões (GARLAND, 1990). A história de vida do indivíduo é levantada, assim como suas ações e comportamento na prisão, o preso é acompanhado de perto, passo a passo, e sua evolução passa a ser avaliada (FOULCAULT, 1983).

4.3. Modelos Penais e suas Variações

O início do século XX é marcado por um forte movimento nacionalista mundial derivado do estabelecimento da república em vários países. O Estado, enquanto representante da nação, passa a ter grande responsabilidade na formação, bem-estar e manutenção dos seus indivíduos, desenvolvendo um senso de coletividade dentro de suas nações. Buscando se reafirmar e evidenciar sua soberania, almeja romper com os vestígios do passado e seus valores e estabelecer uma nova ordem (BENÉVOLO, 1998). Nesse contexto, se estabelecem diversas instituições públicas que visam realizar essa manutenção. Se no passado as prisões buscavam isolar, controlar e adestrar o indivíduo, nesse momento elas buscam também dar assistência e reformar (GARLAND, 1990). A arquitetura passa ter importante papel neste contexto, sendo usada muitas vezes como representação do poder do Estado através das instituições, dentre elas a prisão (BRUAND, 2003).

> Na arquitetura, como em um espelho, encontramos refletido o progresso que nosso próprio período efetuou, assim como tomamos maior consciência de sua personalidade, suas limitações peculiares e possibilidades a respeito de suas obras e suas finalidades. A arquitetura pode nos ajudar a compreender a evolução deste processo precisamente porque se acha intimamente relacionada com a vida de uma época, considerada em toda a sua complexidade (GIEDION, 1935 apud PATETTA, 1997: 75).

O desenvolvimento das ciências sociais e psicológicas e seus métodos científicos trazem ao programa arquitetônico da prisão diversos equipamentos novos, como o centro de observação, locais para atendimento médico, psicológico e social, além de estabelecimentos prisionais de natureza diversa (FOUCAULT, 1983). Desse modo, o programa prisional cresce a partir da ampliação de sua infra-estrutura, tornando-se também mais complexo (GARLAND, 1990). A idéia de unidade coletiva pretendida pelo Estado – presente em diversas obras de habitação do período: cidades universitárias, grandes hospitais, etc. – gera a disseminação de grandes unidades prisionais que buscam dar total assistência aos indivíduos, englobando todas as fases do tratamento penal (JOHNSTON, 2000).

O desenvolvimento da tecnologia traz para o cotidiano do homem as máquinas, assim como o desenvolvimento das técnicas construtivas possibilita a construção de pontes e grandes obras de arquitetura. O desenvolvimento do concreto armado possibilita a construção de grandes vãos, até então impossíveis de alcançar (BENÉVOLO, 1998; FRAMPTON, 1997; STRIKE, 2004). A arquitetura, no entanto, continua utilizando a linguagem de seus antigos modelos em muitas de suas obras. Buscando romper com os valores e conceitos do passado, o movimento moderno tenta estabelecer uma arquitetura

coerente com o seu tempo, a partir de novas formas funcionais, utilitárias e mais limpas, a partir da metáfora da máquina. "A realidade do nosso século é tecnologia: a invenção, a construção e manutenção da máquina. Ser um usuário da máquina é ser do espírito desse século." (MOHOLY apud FICH, 1960: 15)[148]. Diversos manifestos são escritos em defesa da atualização da arquitetura, evocando a sua funcionalização:

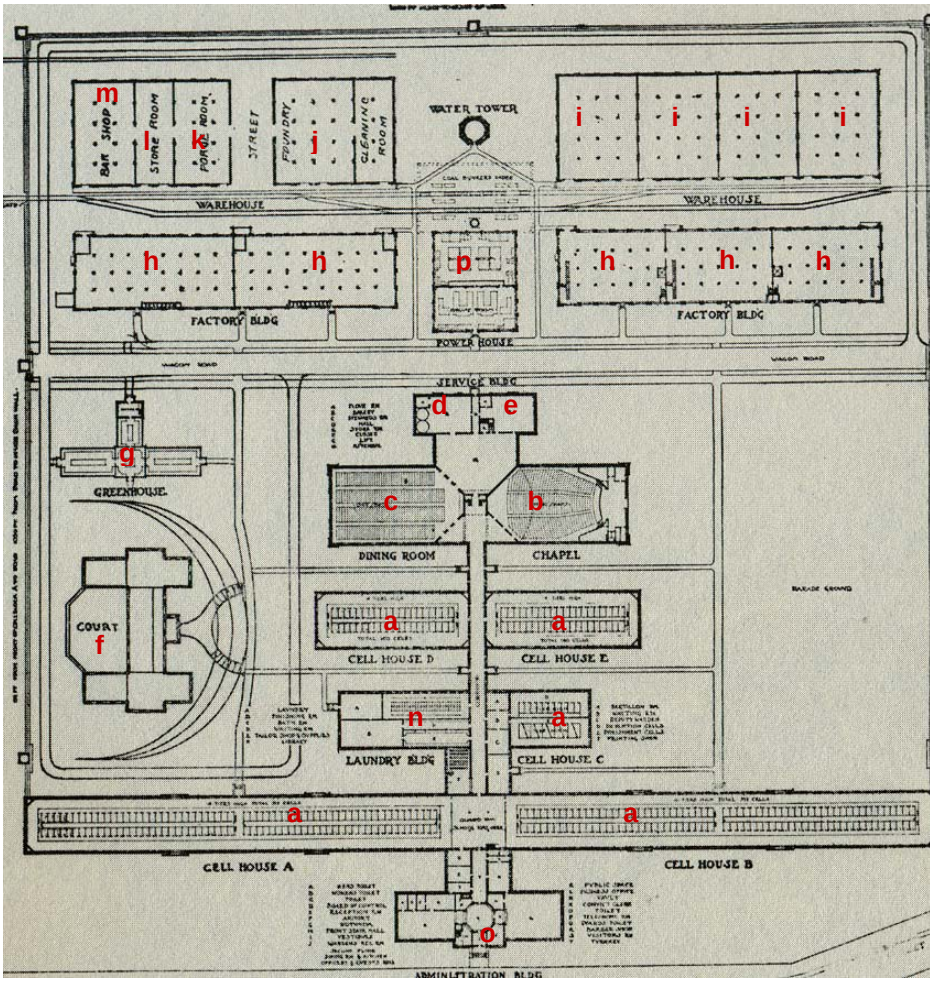
> Para que a nossa arquitetura tenha seu cunho original, como o têm as nossas máquinas, o arquiteto moderno deve não somente deixar de copiar os velhos estilos, como também deixar de pensar no estilo. O caráter da nossa arquitetura como das outras artes, não pode ser propriamente um estilo para nós, os contemporâneos, mas sim para as gerações que nos sucederão. (WARCHAVCHIK, 1927: não paginado)

> Toda arte contém a mensagem da sua época. Quando vejo uma obra da Renascença só posso compreendê-la totalmente se levo em conta o espírito da época em que foi feita. As gerações futuras compreenderão, também, a mensagem que a arte concreta encerra, e, através desta mensagem, entenderão melhor a nossa época. (MAX BILL, 1953: 34)

> Para alcançar a verdade e sentir a arquitetura como uma missão social é necessário transcender o gosto decorativo e penetrar na substância das tradições que forçam a vaidade, e considerar o problema do gosto como um problema de conteúdo. (PAGANO, 1935 apud PATETTA, 1997: 75)

Adolf Loos (1908) propõe uma arquitetura de forma simples, configurada funcionalmente, sem qualquer ornamentação – a arquitetura deve refletir a sua função. (BIERMANN et al, 2003; FRAMPTOM, 2003); Le Corbusier (1923)[149] defende a estética utilitária por formas geométricas simples e claramente perceptíveis; Mies van der Rohe (apud FRAMPTOM, 2003: 195), propõe que a arquitetura deve ter "o máximo de efeito com o mínimo de dispêndio", a idéia de que menos é mais. Essa tendência à simplificação da forma e à funcionalização do edifício é rapidamente aplicada às unidades penais. O *modelo* de blocos paralelos – especificamente o *telephone-plole plan* – é o mais significativo desse período e sofre alterações derivadas de mudanças da prática penal, dando origem a novas *tipologias.* Apresentam-se sob diversas variações, aplicando os blocos lineares organizados paralela e perpendicularmente que, com raras exceções, usam em menor parte da edificação, blocos na diagonal. A prisão de Minnesota (1914), projetada por Clarence Johnston, é um exemplo da aplicação do modelo clássico (Fig. 84).

[148] Tradução livre da autora (The reality of our century is technology: the invention, construction and maintenance of the machine.To be user of the machine is to be of the spirit of this century).
[149] Data da publicação original do livro *Por uma Arquitetura*, publicado no Brasil em 2000 pela editora Perspectiva, São Paulo.



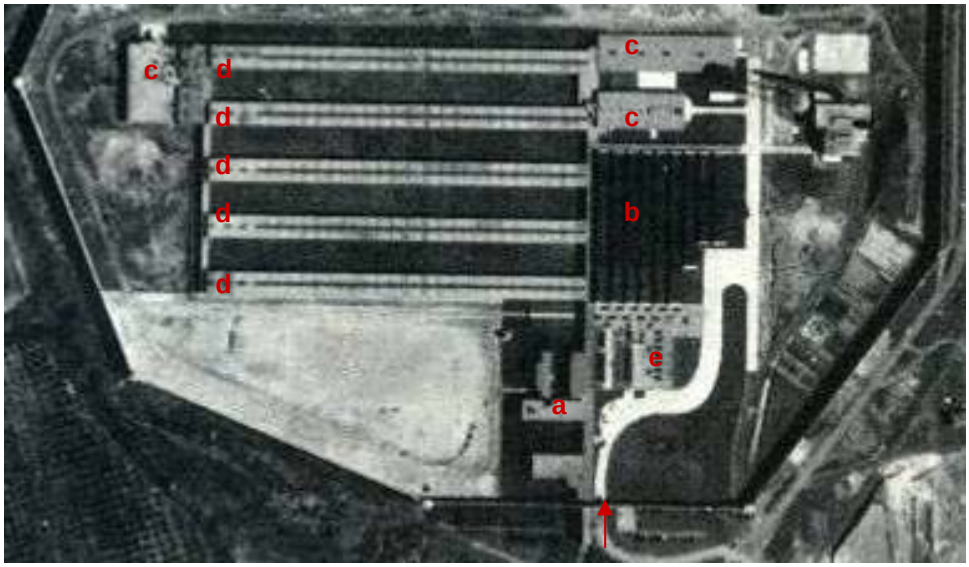
Legenda:

- **a.** celas
- **b.** capela
- **c.** refeitório
- **d.** cozinha
- **e.** dispensa
- **f.** pátio
- **g.** estufa
- **h.** área de trabalho
- **i.** depósito para produção
- **j.** fundição
- **k.** quarto de força
- **l.** depósito
- **m.** fábrica de barras de ferro
- **n.** lavanderia
- **o.** administração
- **p.** casa de força

Fig. 84 – prisão de Minnesota, 1914
Fonte: JOHNSTON, 2000: 141

Nos Estados Unidos, a partir do fim da década de 1920, diversas penitenciárias são construídas com enormes proporções (JOHNSTON, 2000) – sendo esse fato quase uma norma – usando variações da tipologia *de blocos paralelos*. Uma delas é a Eastern State Penitentiary em Graterford, Pensilvânia (Fig. 85). Apresenta cinco blocos de celas térreos – com capacidade para 2144 presos – ligados por um corredor nas extremidades dos blocos que dá acesso a todos os equipamentos da unidade – cozinha, refeitório, área de trabalho, etc. – e à administração. As únicas edificações que não se conectam ao corredor são a casa de força e uma ala com celas especiais de dois pavimentos (JOHNSTON, 2000). Poucas são as informações sobre essa unidade[150].

[150] Por motivo de segurança, é difícil encontrar informações sobre as unidades mais recentes, pelo fato de muitas delas estarem atualmente em uso.

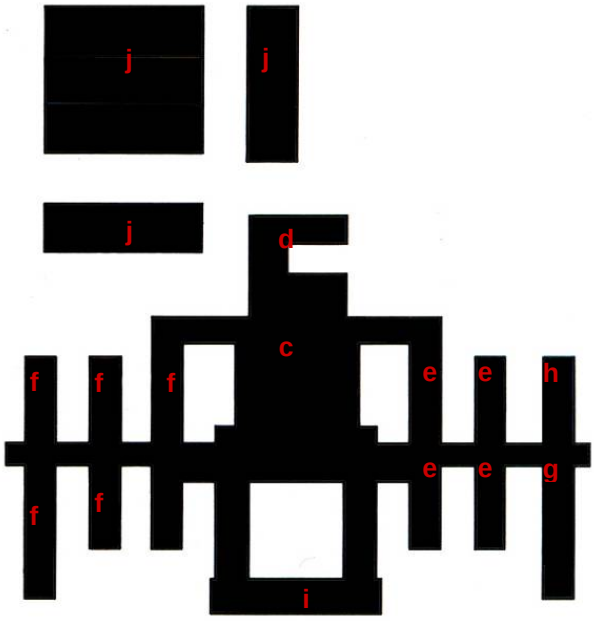


Legenda:

a. bloco de celas especiais
b. área de trabalho
c. apoio
d. blocos de celas
e. administração

Fig. 85 – Eastern State Penitentiary da Pensilvânia, 1927
Fonte: JOHNSTON, 2000: 142

Na década de 1930 surgem também as primeiras unidades americanas com as novas categorias de tratamento penal: (1) baixa segurança; (2) média segurança; (3) segurança máxima, além de uma ala especial. Essa nova categoria para o tratamento penal também se fundamenta na constatação de que menos de 75% dos presos precisam do isolamento total (JOHNSTON, 1973: 45). A primeira unidade construída (1932) a partir dessa configuração foi Lewisburg (Fig. 86) na Pensilvânia, projetada pelo arquiteto Alfred Holpkins.

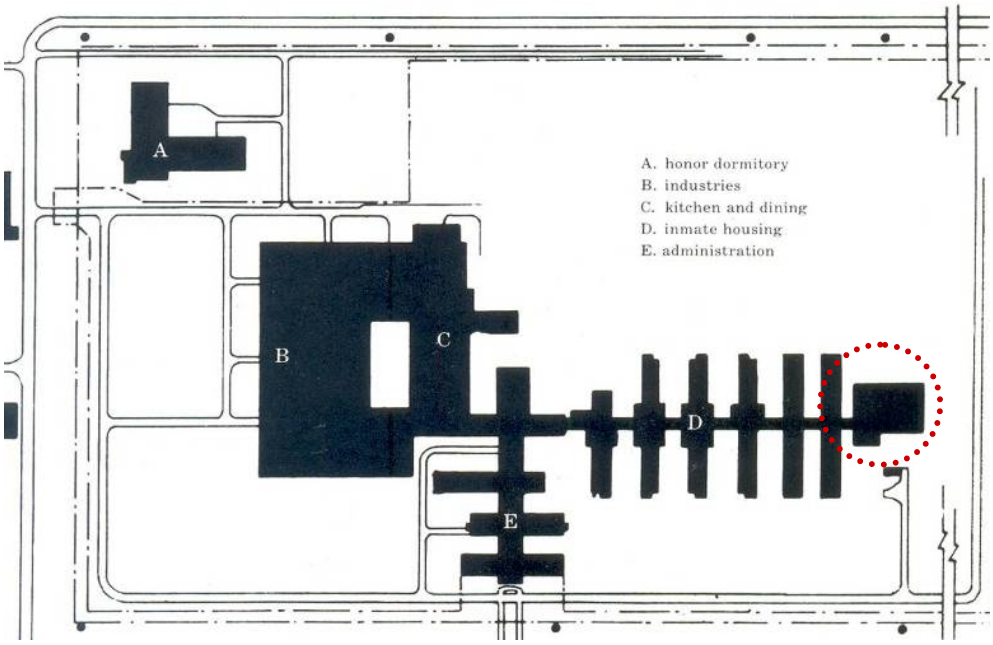


Legenda:

a. dormitórios especiais
b. área de trabalho
c. refeitório
d. cozinha
e. blocos de celas
f. dormitórios
g. hospital
h. ala para presos novos
i. administração
j. área de trabalho e apoio

Fig. 86 – prisão Lewisburg, EUA, 1927
Fonte: JOHNSTON, 1973: 45

A idéia de unidades totais, que abrigam todas as fases da pena – principalmente nos Estados Unidos – gera unidades de grandes proporções, com grandes extensões de corredores, facilmente ampliadas a partir dessa tipologia. Desse modo, algumas unidades passam a adotar no fim do corredor central edificações (Fig. 87) ou corredores em "V" (Fig. 88), dificultando as ampliações. "Em Terre Haute, Indiana, a Penitenciária Federal, inaugurada em 1940, também sem muros, continha um arranjo de bloco de celas em "V" no fim de cada corredor central, que efetivamente preveniam a expansão em excesso de unidades de vivência no futuro" (JOHNSTON, 1973: 46)[151]. A utilização de um corredor único de acesso a todos os blocos dificulta a separação dos setores e ação de guardas em situações críticas por terem que percorrem grandes extensões de corredores. Desse modo passa-se a adotar "gaiolas" – subdivisões com grades – ou mesmo a utilização de corredores diferentes e menores – cada um para um setor – ligados ao corredor principal (Fig. 85). As unidades penais vão se fragmentando, no entanto ainda compõem uma edificação única, onde os diferentes pavilhões são ainda interdependes.

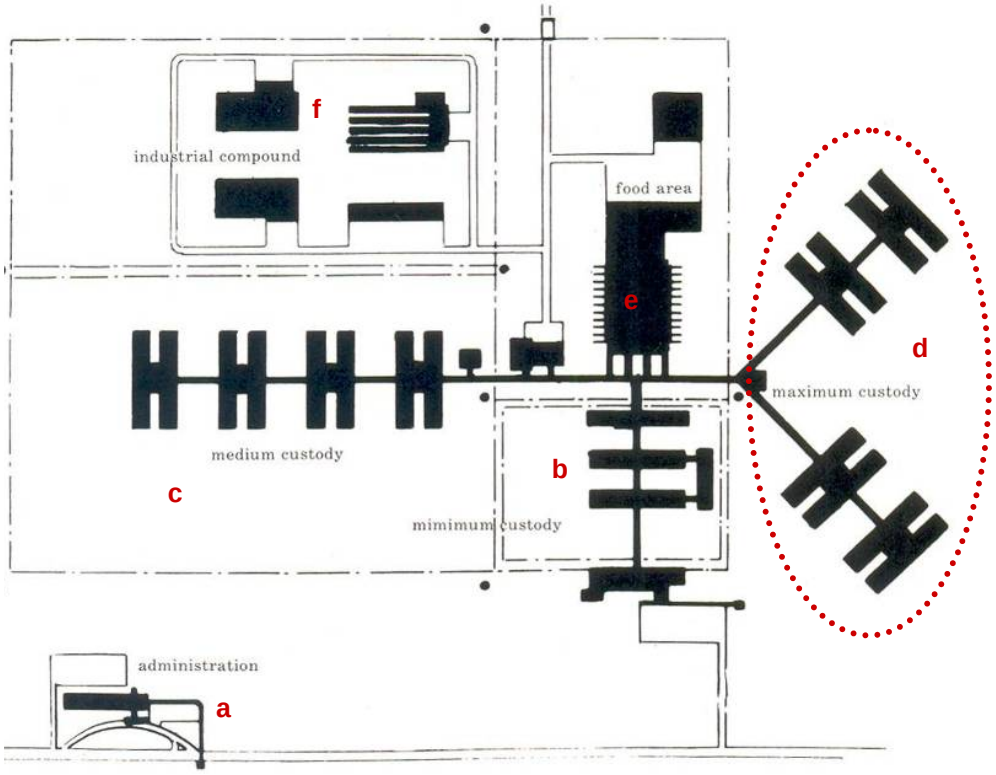


Legenda:

a. dormitórios especiais
b. área de trabalho
c. refeitório e cozinha
d. blocos de celas
e. administração

Fig. 87 – Instituição Correcional de Ohio, EUA, 1955
Fonte: JOHNSTON, 1973: 46

[151] Tradução livre da autora (At Terre Haute, Indiana, the Federal Penitentiary oponed in 1940, also without a wall, contained V-like arrangement of cellblocks at each end of central corridor, thus effectively preventing overexpansion of housing units in the future).



Legenda:

a. administração
b. blocos de celas, segurança baixa
c. blocos de celas, segurança média
d. blocos de celas, segurança máxima
e. refeitório e cozinha
f. área de trabalho

Fig. 88 – prisão na Angola, 1955
Fonte: JOHNSTON, 1973: 48

Aos poucos vão sendo inseridos diferentes blocos de celas em lugar dos blocos lineares – depois da segunda metade da década de 50 – como blocos em “H” – prisão de Angola ou Wisconsin, EUA –, blocos em “T” – em Blundeston – e mesmo pavilhões voltados para dentro, como o “quadrado oco” – prisões americanas das décadas de 20 a 40 – ou os circulares (JOHNSTON, 1973: 49). As novas configurações dos setores de vivência criam blocos mais compactos, reduzindo a extensão das áreas de circulação e possibilitando subdivisões (Figs. 89 e 90) que reduzem o número de presos por setor. Os novos blocos também contém algum equipamento de apoio – criando uma certa autonomia para os blocos – e pequenas áreas de vivência – que possibilitam um convívio mais restrito entre presos de seu pavilhão, não dependendo tanto dos grandes pátios. Nas prisões americanas muitas vezes as áreas de serviço aparecem concentradas em blocos únicos centrais e, na Europa, o corredor central é freqüentemente substituído pelo bloco de serviços.

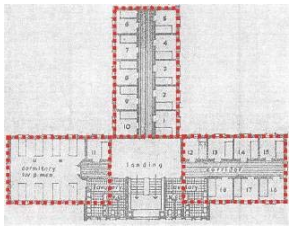


Fig. 89 – bloco em “T”, Blundeston
Fonte: MADGE, 1967: 10

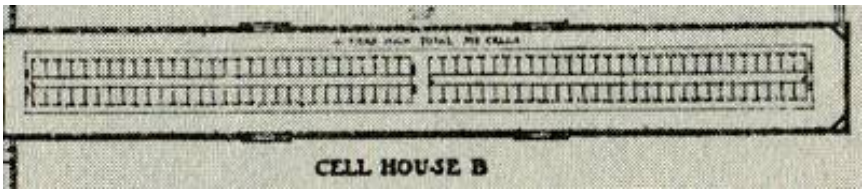


Fig. 90 – bloco linear, prisão de Minnesota
Fonte: JOHNSTON, 2000: 141

Um exemplo de uso dos blocos circulares é a penitenciária estadual de Illinois, mais conhecida como Stateville (Figs. 89 e 90), construída em 1916. Segue o modelo panóptico de Bentham em alguns de seus blocos de celas. O projeto original prevê a construção de oito blocos e um bloco central para refeitório e auditório, no entanto foram construídos somente quatro blocos, cada um com capacidade para 248 presos em celas individuais. Posteriormente, foi adicionado mais um bloco que segue o modelo de Auburn (JOHNSTON, 2000). O acesso à unidade se dá pelo prédio administrativo, de onde se tem acesso ao corredor principal que se conecta com as demais edificações. A edificação central apresenta uma circulação em toda a sua periferia, dando acesso aos corredores de cada bloco de celas e à área de trabalho ao fundo.

Fig. 91 – foto aérea de Stateville, EUA, 1916
Fonte: JOHNSTON, 2000: 145

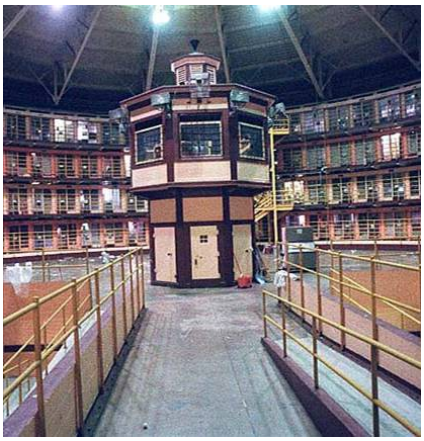


Fig. 92 – bloco de celas de Stateville, EUA, 1916
Fonte: http://www.iresist.org/prison.html

A partir da década de 60, diversos modelos vão sendo adaptados a partir das experiências consolidadas, criando novas tipologias que serão apresentadas a seguir.

4.4. Tipologias e releituras na Arquitetura Penal

> *... os conceitos unificadores do modernismo foram substituídos por uma pluralidade de tendências e seria tolo esperar uma única idéia orientadora na prática pós-moderna. Por outro lado podem-se discernir certas tendências dominantes... (COLQUHOUN, 2004: 229).*

> *A principal razão deste híbrido tem claramente a ver com as pressões contrárias exercidas sobre o movimento. Os arquitetos que quiseram superar o impasse moderno ou o fracasso da sua interação com o usuário deviam utilizar uma linguagem parcialmente compreensível, um simbolismo local e tradicional (JENCKS, 1980: 06).*[152]

Como em tantas outras áreas, a arquitetura prisional, de modo geral, se apresenta de forma pluralista e fragmentária, pretendendo ser mais particular em suas intervenções e propostas, admitindo e ressaltando a diferença. O historicismo é um tema amplamente abordado e discutido de forma crítica na arquitetura pós-moderna, sendo também aplicado à arquitetura penal. Muitos autores estudam a história como meio de apreender a essência da arquitetura em seus diversos momentos através do estudo da tipologia, concluindo que é a forma e não a função a essência da arquitetura, como já mencionado no Capítulo 1. Essa dissociação entre forma e função traz a importância da experiência no lugar, uma funcionalidade associada à forma do indivíduo utilizar o espaço rotineiramente. Não mais o espaço rígido com o qual o indivíduo deve se adaptar, mas o espaço que surge da própria prática de usar o espaço – associada ao tempo, ao lugar, à cultura, ao propósito, etc.

Até meados do século XX, o tratamento penal é direcionado a dar assistência ao bem-estar, no rigor do método científico, acreditando que a neutralidade e a disciplina poderiam retirar do preso todas as referências da sua vida extramuros e, a partir desse indivíduo neutralizado, construir um novo indivíduo. A forma de ressocializar, hoje, se mostra mais associada às experiências do indivíduo e à sua forma de atuar, estando, portanto, focada nas atividades oferecidas nas unidades, no direcionamento do tratamento para diferentes perfis de presos. Desse modo, a arquitetura vai perdendo a metáfora da máquina e sendo vista, muitas vezes, como elemento secundário na prática penal, principalmente após a utilização de aparatos tecnológicos de controle e monitoramento dos presos. Essa liberdade da forma traz a utilização de antigos modelos, livres de seu significado e princípios originais.

[152] Tradução livre da autora (La principal razón de este hibrido tiene claramente que ver con las presiones contrarias ejercidas sobre el movimiento, Los arquitectos que quisieran superar el impase moderno, o el fracaso de su comulación con el usuario, debían utilizar un lenguaje parcialmente comprensible, un simbolismo local y tradicional)

> A arquitetura é uma forma de conhecimento pela experiência. Mas é precisamente esse elemento interno de experiência e conhecimento que está faltando hoje. (...) Quando hoje ressuscitamos o passado, geralmente exprimimos suas conotações mais genéricas e triviais, meramente evocamos a "condição de passado" do passado (COLQUHOUN; 2004: 35).

Na arquitetura penal a utilização de tipologias a partir de releituras de antigos modelos adaptados ao seu contexto é bastante comum. Como na arquitetura geral, o tipo é adotado quanto à configuração formal do edifício e implantação, livre de questões estéticas ou simbólicas. Muitos edifícios novos apresentam uma configuração formal semelhante aos antigos modelos com pequenos ajustes às questões contextuais, como materiais de construção e acabamento (Fig. 91), questões de conforto ambiental e aparatos tecnológicos associados à questão da segurança. Aborda-se a questão formal e a configuração morfológica do edifício, dissociadas de valores ou significados, mas adaptados às novas necessidades do seu funcionamento, dentro dos princípios penais adotados (Fig. 92).

> Como operação estética, a intervenção é a proposta livre, arbitrária e imaginativa pela qual se procura não só reconhecer as estruturas significativas do material histórico existente, como também usá-las como marcos analógicos para a nova construção. (SOLÁ-MORALES: 1985 In NESBITT: 2006: 262)

Fig. 93 – entrada do módulo de vivência, Pelican Bay *supermax*

Fonte:http://www.sfbappa.org/Awards/picturestory/picstory28.ex2.html

Fig. 94 – posto de observação do módulo de vivência, Pelican Bay *supermax*

Fonte: http://www.sfbappa.org/Awards/picturestory/picstory28.ex2.html

Grande parte dos tipos de edificações penais pós-modernos – como as unidades de Bangu III e IV, as penitenciárias industriais do Paraná, o projeto modelo do DEPEN, bem como algumas unidades penais americanas e européias –, se originam das tipologias apresentadas na Figura 93, assim como nos modelos apresentados anteriormente, como

veremos. “Antigas formas de prisão persistiram, mas com significativas modificações, e novas formas emergiram, especialmente nas últimas três décadas do século vinte”. (JOHNSTON, 2000: 148)[153]

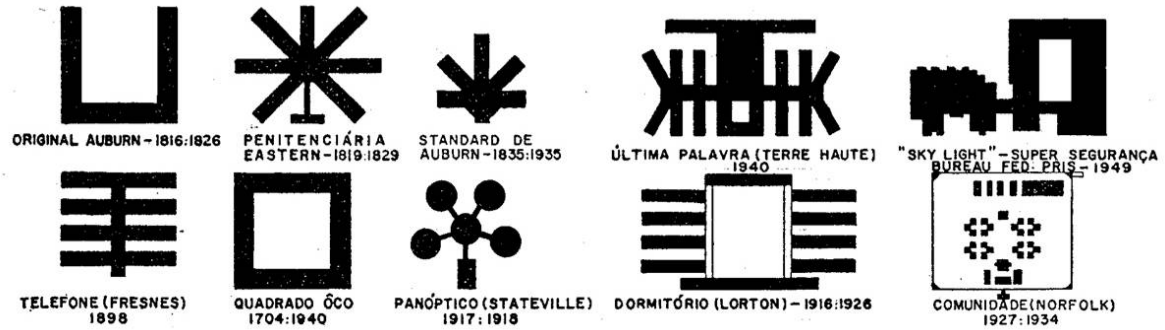
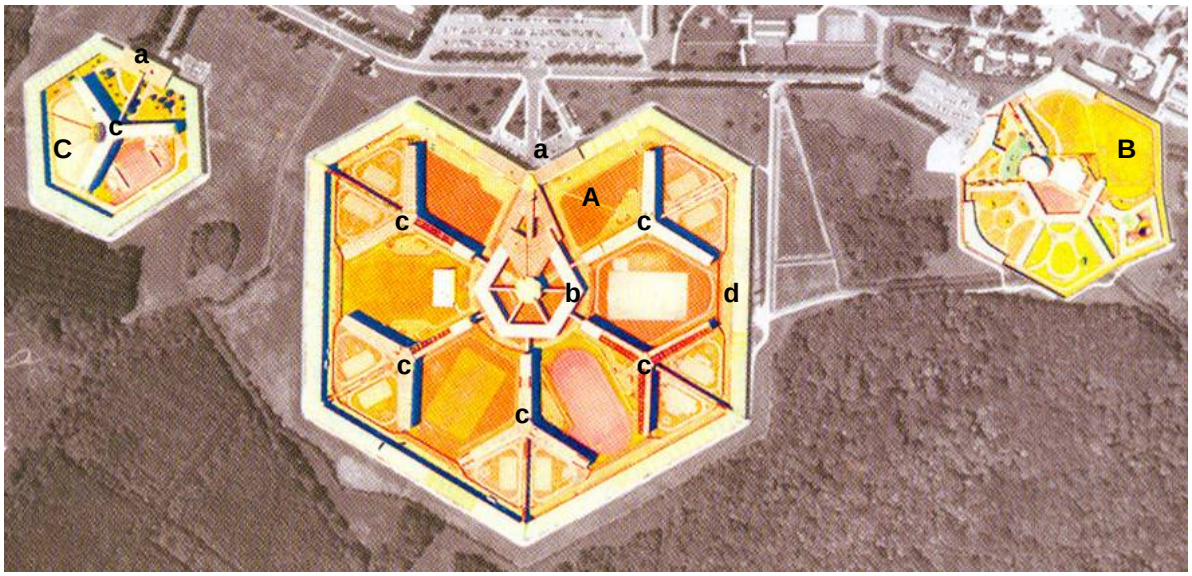


Fig. 95 – tipologias de estabelecimentos penais
Fonte: GILL, 1967: 22

O tipo de blocos paralelos continua a ser amplamente utilizado na América Latina, Japão, alguns estados americanos e no Canadá. Da mesma forma, as unidades voltadas para pátio interno, especialmente o “quadrado oco”, em unidades americanas e brasileiras. As tipologias radiais são pouco aplicadas, principalmente devido ao alto custo de sua construção, além de resultarem em unidades de grande porte que dificultam a aplicação de penas diferenciadas, assim como a segurança, por concentrar um grande número de presos – de categorias diferentes – em grandes espaços comuns (JOHNSTON, 2000). Poucas unidades de grande porte são construídas.

Uma das mais significativas é penitenciária Fleury-Mérogis na França, construída em 1967 segundo o projeto de Guillaume Gillet. É um conjunto de unidades – masculina, feminina e juvenil (Figs. 94 e 95) – construído com a intenção de ser um modelo a se repetir, fato que não aconteceu. A unidade feminina nunca foi concluída e a unidade juvenil segue o modelo da masculina, contendo somente um bloco de celas (Fig. 96).

[153] Tradução livre da autora (Older forms of prison layouts persisted but with significant modifications, and new forms emerged, especially in the last three decades of the twenty centuries)



Legenda: a. entrada; **b.** bloco central; **c.** blocos de celas; **d.** oficinas de trabalho
A. masculina; **B.** feminina; **C.** juvenil

Fig 96 – Unidades Fleury Mérogis, França, 1967
Fonte: ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 19

A unidade masculina se caracteriza com base em um conjunto de blocos – as oficinas de trabalho – que configuram parte de um hexágono (Fig. 94 e 95). Um recuo em um dos lados conforma a entrada que dá acesso ao bloco central – também um hexágono – que abriga a administração, parlatórios, serviços e a ala dos agentes. Do bloco central irradiam corredores suspensos que dão acesso a cinco blocos de celas radiais (Fig. 96) com capacidade para 3200 presos. É hoje a maior unidade penal da Europa. Cada bloco radial – com cinco pavimentos – é configurado por três galerias de celas individuais (Fig. 97), de 80 metros de comprimento afuniladas, permitindo melhor observação a partir do centro (como da penitenciária de Cuba).

Fig. 97 – Fleury Mérogis, França, 1967
Fonte: ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 123

Fig. 98 – bloco de oficinas e bloco de celas ligado ao corredor, Fleury Mérogis, França, 1967
Fonte: ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 31

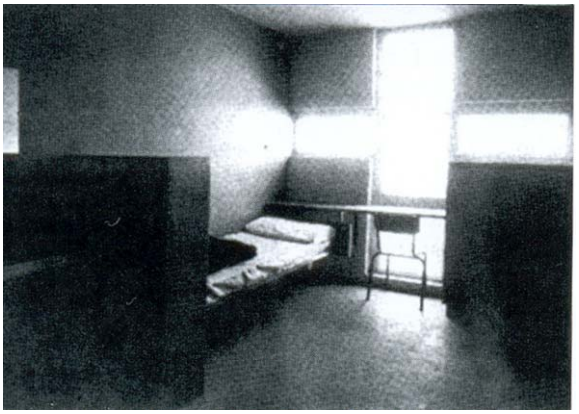


Fig. 99 – cela, Fleury Mérogis, França, 1967
Fonte: ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 61

A principal diferença entre as edificações antigas e as mais recentes é a forte tendência à fragmentação destas últimas. Se, no período da modernidade, eram comuns enormes unidades penais, na pós-modernidade passa a prevalecer o que se chamou de complexo penal[154]. Nas unidades modernas, equipamentos como a cozinha, áreas de trabalho, enfermarias, etc. costumavam ser de grande porte e atender a todo o estabelecimento. Mesmo quando adotavam partidos pavilhonares, os equipamentos eram de uso comum, eram únicos para toda a unidade. Na pós-modernidade as unidades tendem a ser menores e independentes, apresentando cada uma, os mesmos equipamentos, mas a maioria fragmentada em pequenas unidades – cada uma para um tipo de tratamento penal – além de cada uma ter acesso próprio, o que permite a autonomia de cada pavilhão.

> Como um comentador colocou, nessas instituições de "nova geração", "arquitetura e estilo de administração do preso configuram o ambiente de forma que o preso crítico precisa de segurança, privacidade, espaço personalizado, atividade, relações sociais, etc., o que pode ser alcançado através de bom comportamento (JOHNSTON, 2000: 153). [155]

Por questões de segurança, muitas das novas edificações apresentam ainda uma alteração na estrutura de seus setores: passam a ter áreas extra e intra-muros (como as novas unidades do Complexo de Bangu – Capítulos 5 e 6). A parte extra-muros se destina à administração e ao alojamento da polícia militar (ou corpo da guarda externa), e a parte intra-muros apresenta dois setores: um de apoio – atendimento médico, serviço

[154] Conjunto de unidades penais independentes.
[155] Tradução livre da autora (As one commentator put it, in these "new generation" institutions, "architecture and inmate management style shapes the environment in such a way that critical inmate needs for safety, privacy, personal space, activity, social relations, etc, can be achieved through compliant behavior)

social, etc. – e administrativo, em geral localizados próximos ao acesso da unidade e o setor de vivência, com as galerias de celas, áreas de trabalho e educação, que costumam ficar situados mais ao fundo das edificações, tendo acesso restrito a presos e funcionários internos.

A fragmentação das edificações penais se mostra ainda mais acentuada a partir do final dos anos setenta. Os complexos penais se tornam cada vez maiores e mais fragmentados, ou seja, abrigam um número maior de unidades – ou unidades de vivência (Figs. 98 e 99) –, compartimentadas em pequenas edificações, em geral térreas. Essa linha se estabeleceu principalmente nos Estados Unidos, sendo hoje comum em diversos países, como por exemplo, Inglaterra, Alemanha e Cuba. "O resultado é um plano modificado de campus, uma série de conjuntos, ou pequenas unidades de vivência e outras facilidades (serviços de apoio) conectadas por corredores ou passarelas abertas" (JOHNSTON, 2000: 153) [156].

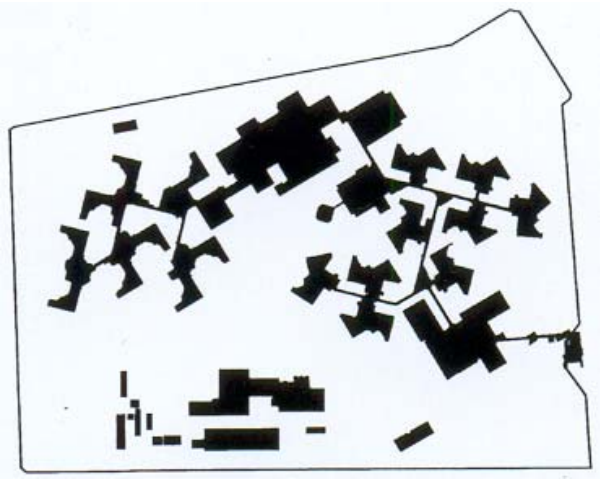


Fig. 100 – prisão de Feltham, Inglaterra, 1975
Fonte: BRODIE et al, 1999: 38

Fig. 101 – prisão de Feltham, Inglaterra, 1975
Fonte: BRODIE et al, 1999: 38

A idéia de usar blocos de vivência agrupados não é nova, a primeira instituição a utilizar esse partido foi a Comunidade Norfolk, EUA, em 1927, (MADGE, 1967), utilizando pequenos blocos de base retangular, agrupados três a três. Esse modelo, associado à distribuição por corredores separados das variações do tipo *telephone-pole plan*, que desconstrói a unidade moderna reconstruindo-a a partir de pequenas unidades, dá origem a essa nova tipologia, que se apresenta sob diversas formas (Fig. 100, 101 e 102) – até mesmo unidades mais compactas subdivididas, utilizando os mesmos elementos de

[156] Tradução livre da autora (the result is a modified campus plan, a series of pods, or small housing units, and other facilities connected by secure passageways or open walkways)

programa com equipamentos de serviço e apoio em geral, ampliados. A fragmentação em pequenos edifícios parte, principalmente, de questões funcionais e de segurança, além de permitir o estabelecimento do complexo penal e um tratamento mais individualizado ao preso.

> O projeto da Prisão do Condado de York incorpora conjuntos que separam a grande instituição em áreas menores, assim os prisioneiros podem ser segregados de acordo com o nível apropriado de segurança e confinamento. Esse conceito é agora o modelo para modernas prisões e York é reconhecido através dos EUA por sua disposição, layout físico superior. (Buchart-Horn Inc./Basco Associates – escritório responsável pela ampliação da unidade: s/d) [157]

Fig. 102 – prisão em Malmesbury, África do Sul

Fonte: http://www.velavke.co.za /portals/14/vasp/pdf/Discipline% 20sheets/Prisons%20&%20 Justice%20Centres.pdf

Fig. 103 – supermax, Africa do Sul

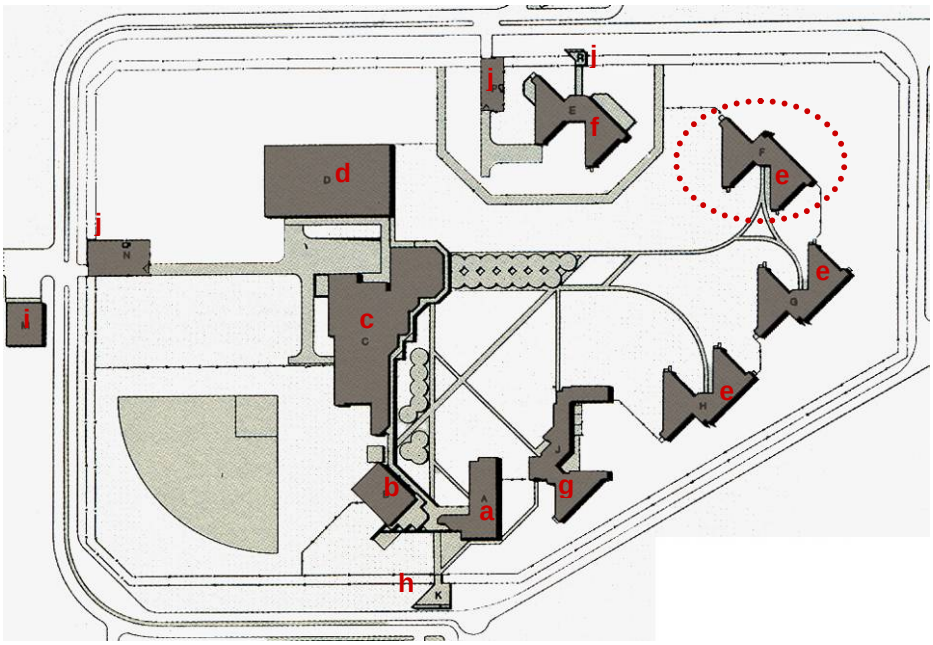
Fonte: http://www.velavke.co.za /portals/14/vasp/pdf/Discipline% 20sheets/Prisons%20&%20 Justice%20Centres.pdf

Fig. 104 – York County prison, 2006

Fonte: www.califcity. com/prison.html

Dentro dessa nova tipologia, vem se desenvolvendo nos Estados Unidos – originalmente – e na Inglaterra – principalmente – uma tipologia de unidades de vivência, originalmente aplicada às unidades de tratamento “direto”, que se configura por formas triangulares ocas que criam unidades de convívio cobertas – o *dayroom* (fig. 104) – ou pátios abertos. Esse espaço de vivência facilita a observação do preso, por se configurar como um espaço mais amplo do que os estreitos corredores, possibilitando a observação das celas de pontos estratégicos. Uma das unidades de segurança média a aplicar essa tipologia é a Instituição Correcional Federal de Phoenix (Fig. 103), EUA, construído em 1985 com capacidade para 528 presos, em blocos de dois pavimentos – cada um com capacidade para 33 presos.

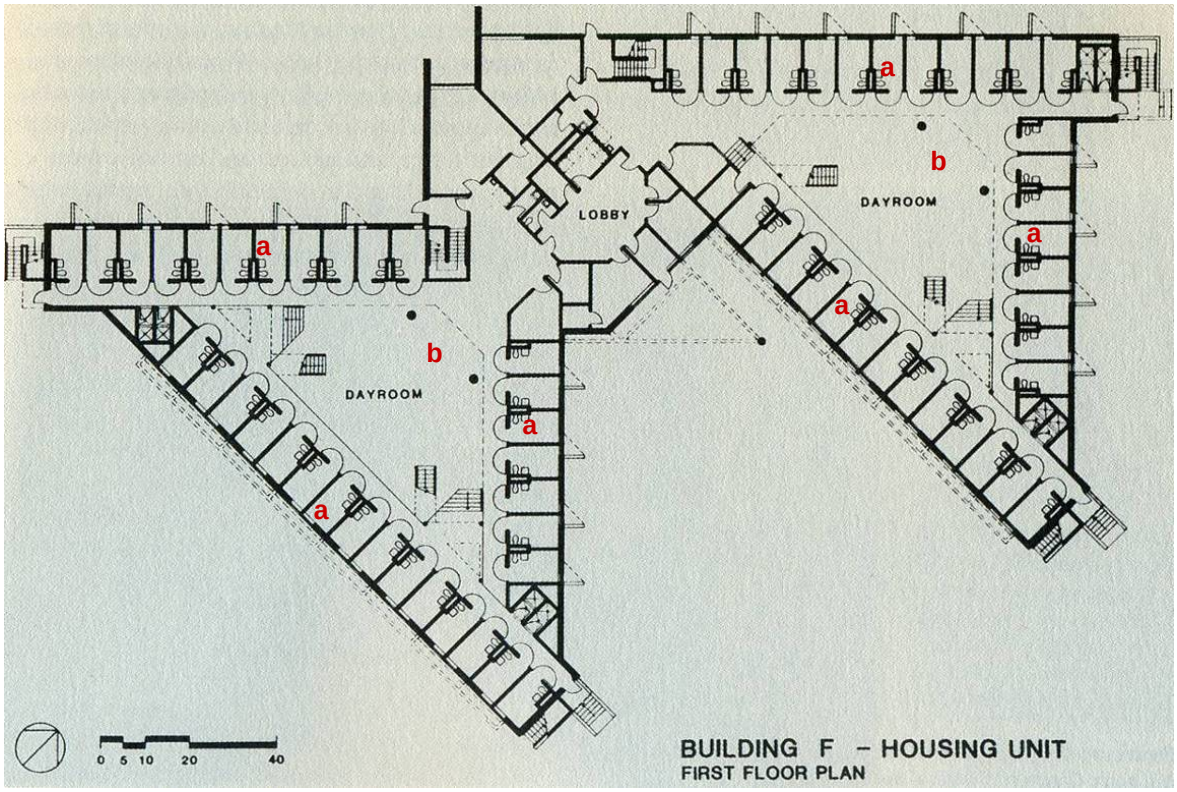
[157] Tradução livre da autora (The design of York County Prison incorporates "pods" that separate the very large institution into smaller areas so prisoners can be segregated according to the appropriate level of security and confinement. That concept is now the model for modern prisons and York is recognized across the USA for it's superior physical layout) Disponível em: http://www.bh-ba.com/york_county_prison.html. Consulta realizada em : 23/10/2007



Legenda:

a. administração
b. visitas
c. educação, recreação, refeitório
d. oficinas de trabalho
e. bloco de celas
f. bloco especial
g. isolamento
h. recepção
i. depósito
j. posto de guarda

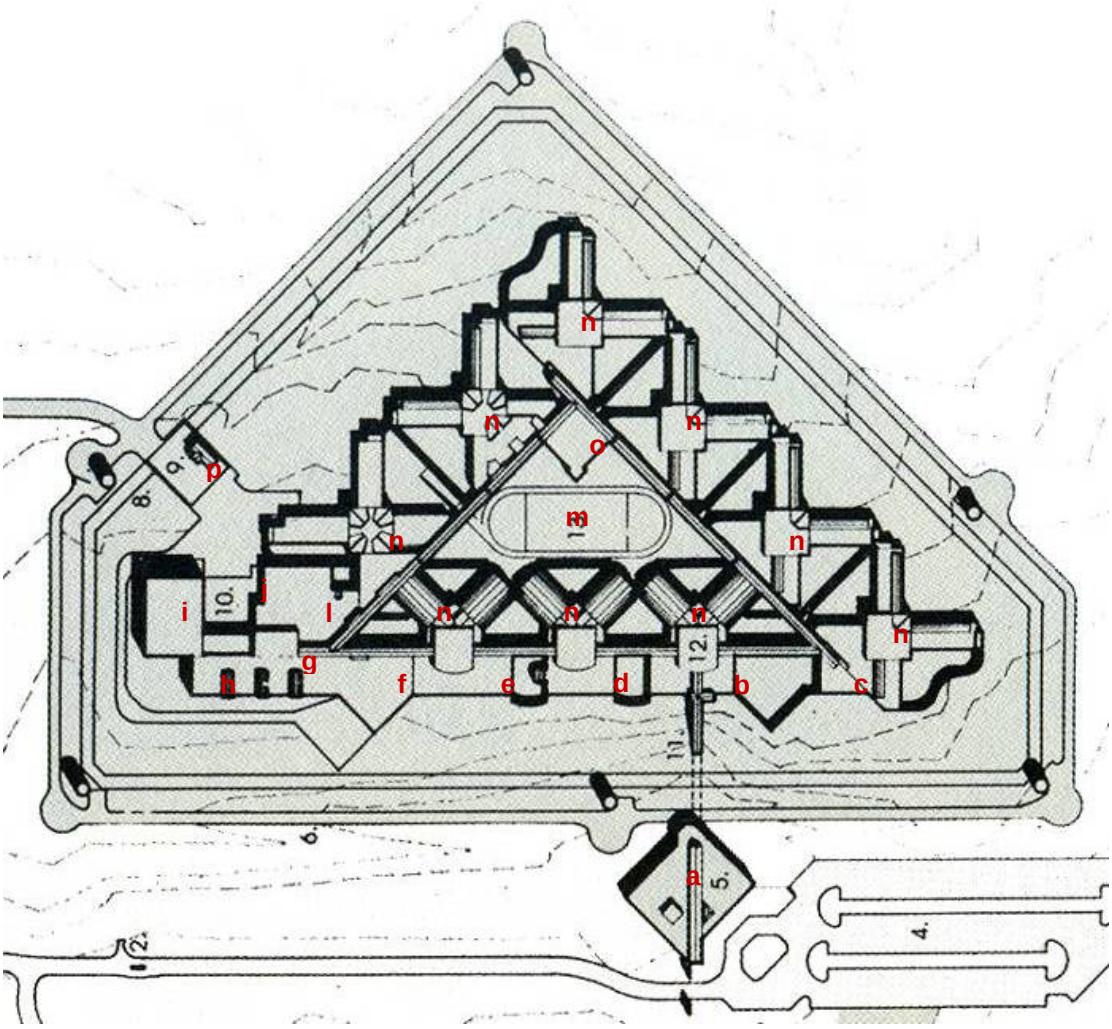
Fig. 105 – Instituição Correcional Federal, EUA, 1985
Fonte: JOHNSTON, 2000: 155



Legenda: a. cela b.área de vivência

Fig. 106 – bloco de celas, Instituição Correcional Federal, EUA, 1985
Fonte: JOHNSTON, 2000: 155

A Penitenciária dos Estados Unidos – Florence (Fig. 105) é uma unidade que funciona como complexo penal (JOHNSTON, 2000: 47). Construída em 1994, apresenta nove unidades de vivência, sendo seis configuradas em cruz. Cada um desses módulos contém quatro blocos lineares de dois pavimentos, sendo três de vivência e um para atividades profissionais. A unidade tem capacidade para 575 presos no mais alto nível de segurança, *supermax.* As galerias apresentam celas individuais com portas duplas – maciça e gradeada – somente em um dos lados do corredor (Fig. 106). Cada bloco tem um pátio de banho de sol próprio – entre os blocos.



Legenda: a. administração b. adm. interna c. visitas d. educação/espaço ecumênico e. saúde f. chegada e saída de presos g. cantina h. lavanderia i. depósito j. carga e descarga l. cozinha m. pátio n. blocos de vivência o. ginásio p. posto de guarda

Fig. 107 – Penitenciária dos Estados Unidos – Florence, EUA. 1994
Fonte: JOHNSTON, 2000: 159

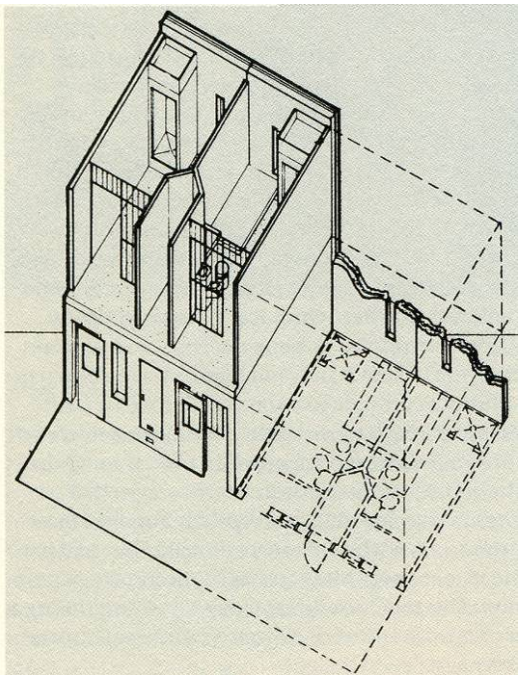


Fig. 108 – detalhe da cela, Penitenciária dos Estados Unidos - Florence, EUA. 1994
Fonte: JOHNSTON, 2000: 159

A unidade penal moderna tinha como foco principal a disciplina e o isolamento. Essa era a sua função e, para tal, a arquitetura penal se direcionava. Na pós-modernidade, a ênfase é dada à experiência e às atividades que a edificação abriga. A disposição das edificações, mais fragmentada, permite a inserção ou ampliação desses equipamentos, a utilização de áreas de convívio, além de criar uma certa flexibilidade que favorece possíveis ampliações futuras. Na arquitetura penal é possível estabelecer dois principais caminhos: (1) utilização de tipologias, releituras de antigos modelos adaptados ao seu contexto; (2) tendência à fragmentação e, de certo modo, a desconstrução da edificação penal.

Nota-se claramente a dissociação entre forma e função na arquitetura penal – grande parte dos modelos utilizados foi e ainda é aplicado a diversos programas arquitetônicos. Também não há modelos direcionados ao tipo de regime penal aplicado – fechado, semi-aberto e aberto – sendo utilizado o mesmo tipo de edificação para regimes de diferente caráter. A diferenciação e a funcionalidade do edifício, quanto ao seu nível de segurança, é feito a partir de aparatos tecnológicos – câmeras de monitoramento, detectores de metais, leitores óticos – além da aplicação de materiais – piso anti-túnel, paredes que impedem a passagem do som – e do nível de isolamento.

Nota-se também, principalmente em unidades de baixo nível de segurança, uma tendência à humanização do espaço através da utilização de cores nas fachadas e a

presença da vegetação nos pátios internos – dentro do possível em relação à segurança. O projeto na arquitetura penal em geral ainda é muito condicionado à funcionalidade e à segurança. De modo geral, a releitura dos modelos penais antigos tem sido feita superficialmente, como na arquitetura em geral. A falta do conhecimento da experiência, além da dissociação da forma com a função e o caráter tem se configurado muitas vezes, como leituras superficiais do passado.

Apresentados modelos e tipologias, sua evolução, variação e transformação, no próximo Capitulo – *Evolução da Arquitetura Penal no Brasil* – serão apresentados a evolução da arquitetura penal brasileira e os fatos que direcionaram seus caminhos até a atualidade, assim como o atual sistema penitenciário brasileiro, suas normas e a definição de seus estabelecimentos.

CAPÍTULO 5

Evolução da Arquitetura Penal no Brasil

5. EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA PENAL NO BRASIL

Este capítulo apresenta a evolução da arquitetura prisional no Brasil a partir da relação entre a organização do espaço e sistema penal, e as idéias e pensamentos correntes de cada momento histórico estudado no Brasil, enfatizando o caso da cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, apresenta a evolução histórica do espaço penal relacionada: (1) às transformações na visão de mundo e no pensamento penal; (2) às tipologias arquitetônicas e penais já apresentadas nos capítulos anteriores – 3 e 4 – com o objetivo de contextualizar o caso brasileiro frente às principais questões e tendências correntes no mundo.

São analisados os projetos de algumas unidades penais, que por motivos diversos, apresentam relevância na história da arquitetura penal brasileira, sendo significativos dentro do pensamento corrente daquele período. São unidades que apresentam inovações – na sua gestão ou tipologia arquitetônica – relacionadas especificamente com suas questões contemporâneas. Com vistas à atualização do tema, algumas unidades recentes são enfatizadas a fim de identificar as novas temáticas que vêm se inserindo na execução penal e a forma como a arquitetura vem respondendo a novas realidades. A revisão e a atualização dos paradigmas do sistema prisional são necessárias para aprimorar a relação arquitetura penal (ambiente) X sistema prisional (homem, sociedade).

Depois de apresentada a evolução da arquitetura penal brasileira, é apresentada uma linha do tempo, relacionando alguns importantes acontecimentos no Brasil com o desenvolvimento das edificações penais em território nacional e por fim o atual sistema penal brasileiro, suas normas, os tipos de estabelecimento em uso atualmente e algumas recomendações projetuais definidas pelo DEPEN. Almejando a compreensão do percurso, pelo qual o espaço penal brasileiro vem se desenvolvendo, e sua realidade atual, este capítulo está organizado em seis partes, abordando: (1) Período Colonial; (2) Império; (3) República; (4) Transformações Recentes; (5) Linha do Tempo; (6) O Atual Sistema Penal Brasileiro.

5.1. Período Colonial: Precedentes

E qualquer pessoa que o contrário fizer morra por isso morte natural e perca todos os seus bens, a metade para os cativos e a outra metade para quem o acusar. (Tomé de Souza apud BITTAR et al, 2001: 58)

No período colonial, o Brasil ainda apresenta primitiva forma de ocupação, bastante semelhante às das cidades européias medievo-renacentistas, distante ainda de constituir cidades propriamente ditas. A arquitetura, do mesmo modo, segue esses padrões, apresentando casas de lotes estreitos com construções coladas às divisas de terreno. Pequenas praças, que, em geral, abrigam uma Igreja, uma Casa de Câmara e Cadeia e, muitas vezes, o pelourinho logo à frente (Figs. 109 e 110), constituem o centro cívico das cidades. "Uma câmara administrará o município, o pelourinho simbolizará sua autonomia" (MARX, 1991: 79).

Fig. 109 – casa de câmara e cadeia de Ouro Preto e Pelourinho
Fonte: arquivo pessoal do professor William Bittar

Fig. 110 – Pelourinho e as Igrejas ao fundo, Ouro Preto
Fonte: arquivo pessoal do professor William Bittar

A Casa de Câmara e Cadeia – "instrumento centralizador de poder, que acumulava funções administrativas, judiciárias e penitenciárias, eventualmente comerciais" (BITTAR et al, 2001: 59) – é o órgão representativo do poder real e ocupa posição estratégica, junto da Igreja, reforçando a sua importância (Figs. 111 e 112). Longe de apresentar leis próprias, o Brasil segue as "leis" da sua metrópole: as Ordenações Afonsinas – um apanhado de leis criadas sob o reinado de D. Afonso V – o primeiro código europeu completo (BITENCOURT, 2000: 41). A ausência de um meio social consolidado e a dificuldade de Portugal controlar à distância, o que ocorre na colônia, criam uma realidade bastante particular.

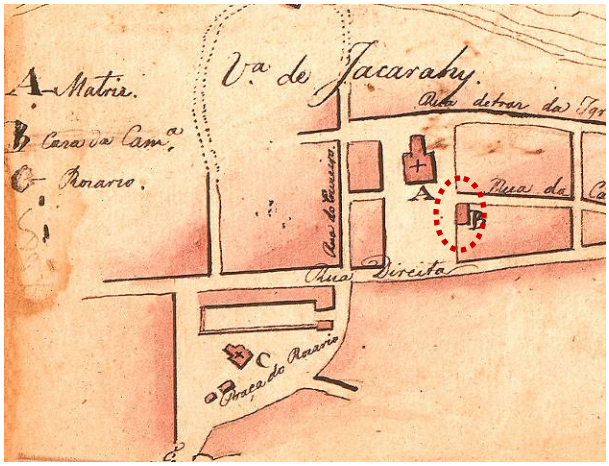


Fig. 111 – planta de Jacareí, SP com a casa de câmara e cadeia marcada.
Fonte: REIS FILHO, 2000a: sem paginação

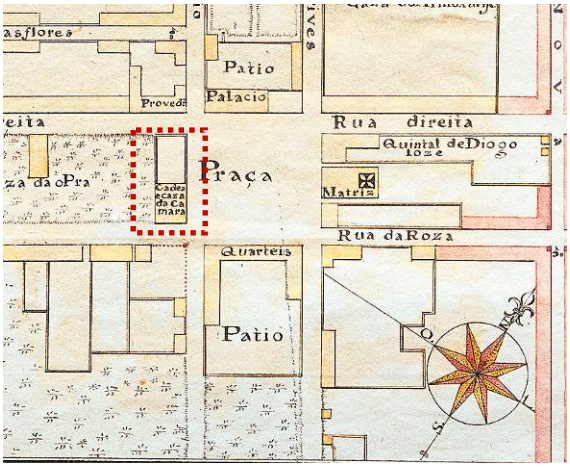


Fig. 112 – planta de uma Vila em mato Grosso com a casa de câmara e cadeia marcada.
Fonte: REIS FILHO, 2000a: sem paginação

Em alguns casos, a casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho se localizam em uma praça próxima, como mostra a figura 113:

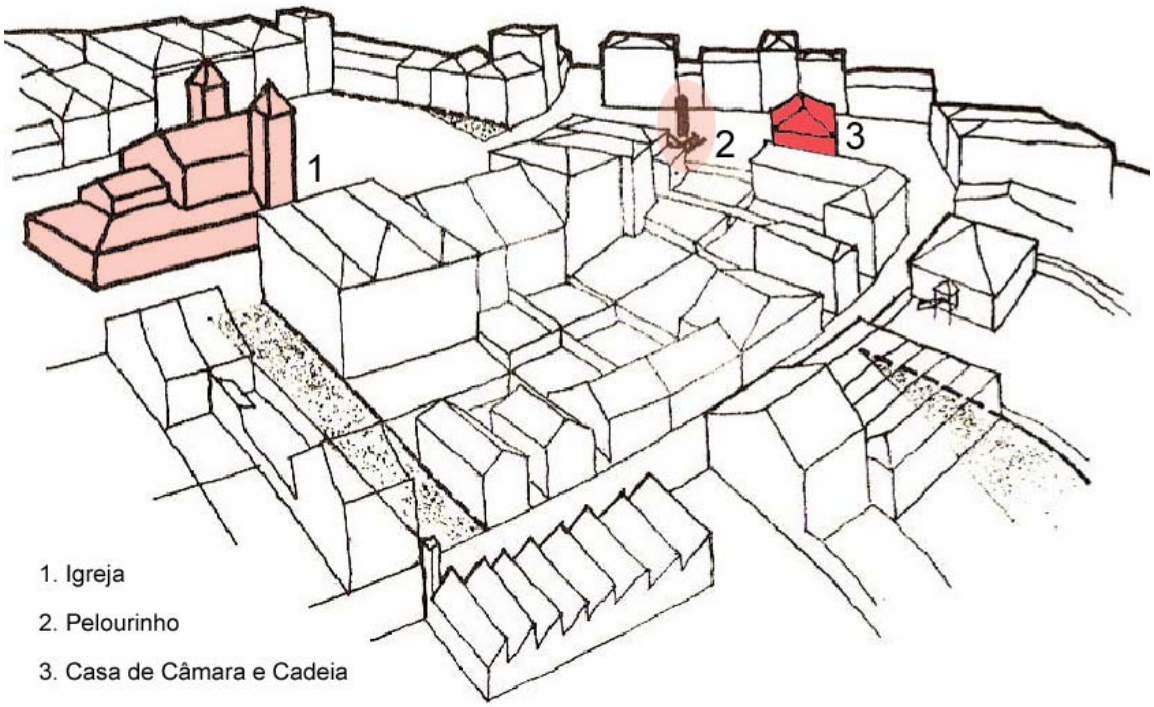


Fig. 113 – desenho de uma cidade colonial
Fonte: MARX, 1991: 79

O sistema de sesmarias, implantado em 1530, acelera a ocupação do Brasil (REIS, 1995a: 09; BITTAR *et al*, 2007: 24), mas traz uma realidade múltipla, onde cada capitania

cria o seu próprio código de lei, legislado por dois juízes ordinários, que instituem as leis, julgam e as executam. O juiz é eleito por um grupo de seis senhores de terras – um conselho – eleitos pelos proprietários das vilas ou "cavalheiros vilões". Situações de abuso de poder são habituais. Em situações extremas é chamado o "juiz de fora" ou "juiz letrado", nomeado pelo rei, que pode tomar as funções do juiz temporária ou definitivamente (BARRETO, 1955: 112). A estrutura "jurídica" deste período se assemelha bastante ao utilizado na Europa, no período feudal, a partir de conselhos, no entanto o foco se voltava para a segurança do território e possíveis invasões.

Segundo Barreto (1955: 111), na metade do século XIV o Brasil já estava dividido em conselhos que utilizavam as cartas de foral – uma espécie de código escrito. O estabelecimento penal do período colonial é a casa de Câmara e Cadeia – e ou Cadeia Pública (Figs. 114 a 117) –, que abrigam no primeiro pavimento a cadeia e no segundo, a câmara. Em muitas dessas edificações não há qualquer separação entre os presos, que se abrigam em um grande espaço livre com pequenas janelas altas gradeadas. Algumas unidades são exclusivas para homens, mulheres ou escravos. O juiz, responsável por tudo isso, acumula as funções de juiz, delegado e administrador, formula as leis, julga e executa as penas. A sanção predominante é a morte, porém também se aplicam penas corporais como o açoite, a amputação de membro; degredo; trabalhos forçados em obras públicas, além dos presos muitas vezes precisarem esmolar seu alimento e recursos para a cadeia (BITENCOURT, 2000: 40). Havia ainda, em muitos casos, a possibilidade de conversão em penas pecuniárias, aumentando a arrecadação do município. A sanção que o preso recebe é escolhida pelo juiz por seu livre arbítrio, não estando esta prevista em um "Código de Leis", já que o código criminal ainda não existe.

A partir de 1603, sob o reinado de Filipe II, são escritas as Ordenações Filipinas, "ampla e generalizada criminalização com severas punições" (BITENCOURT, 2000: 41); foi de fato a primeira lei penal aplicada no Brasil, vigorando até 1824, quando foi elaborada a Constituição Brasileira. Em 1763 a sede do governo é transferida para o Rio de Janeiro a fim de controlar de perto os caminhos do minério brasileiro – as medidas punitivas se tornaram mais duras e foram realizadas melhorias nos locais de aprisionamento, reforçando a segurança e o poder do Estado, como mostra a sentença de Tiradentes:

> Portanto condenam ao réu Joaquim da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, (...) a que, com baraço e pregação, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da fôrca, e nela morra morte natural para sempre e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, aonde, em o lugar mais público dela, será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será divido em quatro quartos e pregados em postes, pelo caminho das Minas... (1792 apud BITTAR, 2001: 62)

Fig. 114 – casa de câmara e cadeia de Mariana
Fonte: arquivo pessoal do professor William Bittar

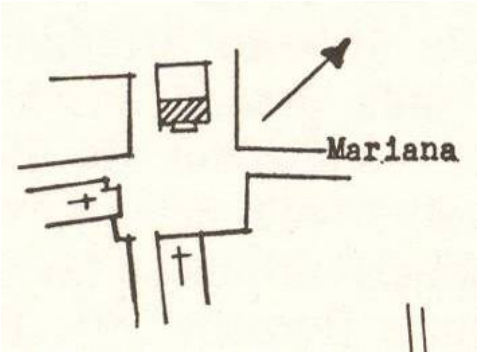


Fig. 115 – planta de situação da casa de câmara e cadeia de Mariana
Fonte: BARRETO, 1955: 220

Fig. 116 – casa de câmara e cadeia de Salvador;
Fonte: arquivo pessoal do professor William Bittar

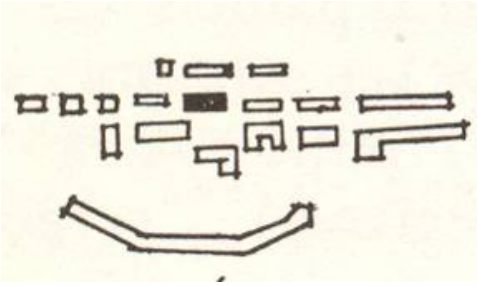


Fig. 117 – planta de situação da casa de câmara e cadeia de Salvador
Fonte: BARRETO, 1955: 220

A primeira Cadeia Pública do Rio de Janeiro data de 1567, localizava-se no Morro do Castelo e era, na verdade, uma Casa de Câmara e Cadeia. Em 1639 a metrópole autoriza a construção de uma nova edificação para abrigar os presos da cadeia pública, que se encontra em precárias condições de funcionamento, principalmente devido ao excessivo número de presos. Foi somente construída em 1747, em anexo à Sede do Conselho, onde está hoje o Palácio Tiradentes (SENNA. 1996: 116), ficando mais tarde conhecida como “Cadeia Velha” (Fig. 119) – já apresentando a ala de presos comuns ou negros e as alas de brancos, que eram separadas por sexo.

Entre 1735 e 1740 é construído o Aljube (Fig. 118), prisão administrada pela Igreja Católica para presos eclesiásticos, que ficava próxima à Ladeira da Conceição e apresentava a mesma organização das casas de Câmara e Cadeia. Mais tarde, lá se amontoaram presos de toda espécie, simples detentos, loucos agressivos, entre outros, por isso mais tarde ficou conhecido como “Cadeia da Relação” (SENNA, 1996: 117).

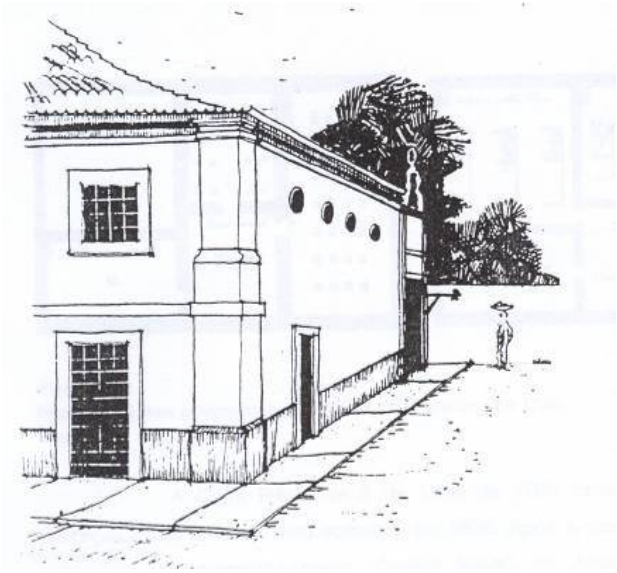


Fig. 118 – Desenho de Chamberlland da Prisão do Aljube.
Fonte: SENNA, 1996: 117

Posteriormente a Cadeia Velha passa a abrigar o Tribunal da Relação (Fig. 120) que lá funciona de 1751 a 1808, o segundo a se estabelecer no Brasil (TRIBUNAL DE JUSTIÇA RJ, s/d: sem paginação)[175]. Os presos são transferidos para as casas dos Teles, onde a cadeia se estabelece até 1790, quando um incêndio dá fim ao prédio. É então novamente ocupado o antigo prédio da Cadeia Velha. A Carta Régia de 1769 já solicita a construção de uma Casa de Correção, primeira utilização do termo no Brasil, indicando que a prisão inclui a intenção de recuperação, além do isolamento. Em 1808 a cadeia é novamente transferida, agora para o Aljube, e a cadeia passa a abrigar a criadagem da Corte.

Fig. 119 – Cadeia Velha, RJ; em 1919.
Fonte: Arquivo Nacional

Fig. 120 – Tribunal da Relação, RJ.
Fonte: http://www.tj.rj.gov.br/museujus/relac_rio_janeiro.pdf

[175] Disponível em [http://www.tj.rj.gov.br/museujus/relac_rio_janeiro.pdf]

5.2. Império: a Visão Sanitária

No início do século XIX, a maior parte das prisões que constituem o panorama brasileiro se caracteriza pelo isolamento do meio urbano, e severo tratamento ao delinqüente, geralmente associado à prática de trabalho pesado – muitas vezes a agricultura – e às precárias condições, tais como: a prisão na Ilha das Cobras, com capacidade para 1000 detentos, destinada para as galés; na Ilha Santa Bárbara, com capacidade para 100 detentas (sexo feminino), a prisão na Fortaleza São Sebastião, mais conhecida como "Calabouço" e a do Morro do Castelo, destinada aos escravos (SENNA, 1996: 118).

A chegada da família real em 1808, o rápido crescimento da cidade e a nova concepção de vida trazida pela Corte, trazem discussões sobre a dissociação dos poderes e atributos do juiz, sobre a execução penal a partir das práticas coloniais – a efetiva a dissociação dos poderes e a classificação dos presos para um tratamento direcionado. "A vinda da família real impõe ao Rio uma classe social até então praticamente inexistente" (ABREU, 1997: 35). O crescimento da população vem junto aos problemas sociais, urbanos e de saúde pública. É necessária a abertura de estradas, a melhoria nos transportes públicos, assim como a construção de prisões, hospitais, manicômios, asilos e cemitérios, que ultrapassam largamente a sua capacidade. A visão sanitarista, científica e humanista européia reforça a idéia de reabilitação de delinqüentes e loucos, que a partir de então passam a ter tratamento diferenciado com base nos modernos padrões científicos da época.

> Através de todo o período colonial, os alienados, os idiotas, os imbecis foram tratados de acordo com as suas posses. Os abastados, se relativamente tranqüilos, eram tratados em domicílio e, às vezes, enviados à Europa, quando as condições físicas do doente o permitiam, e aos parentes por si mesmos ou por conselho médico se afigurava eficaz a viagem. Se agitados, punham-nos em algum cômodo separado, soltos ou amarrados, conforme a intensidade da agitação. Os mentecaptos pobres, tranqüilos, vagueavam pelas cidades, aldeias ou pelos campos, entregues às chufas da garotada, mal nutridos pela caridade pública. Os agitados eram recolhidos às cadeias, onde barbaramente amarrados e piormente alimentados muitos faleceram mais ou menos rapidamente. (MOREIRA, 1907: sem paginação)

A incidência de doenças como varíola, febre amarela e cólera está diretamente associada à falta de higiene, de saneamento, das precárias condições de moradia. A instalação da Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina (1808) e da Academia de Belas Artes (1816) propiciou estudos conjuntos para tais edificações, resultando na qualidade sanitária – separação de compartimentos, ventilação e iluminação convenientes – e arquitetônica –, verdadeiros palácios de estilo neoclássico – que fizeram do Rio de Janeiro uma cidade digna de uma capital de Império (SANTOS, 1981; ARAUJO, 1982). No entanto, os

imigrantes e trabalhadores assalariados – que nem sempre conseguiam trabalho, configurando-se como “vadios” – se multiplicavam com os cortiços e não usufruíam desse progresso, gerando constantes manifestações públicas e o aumento no número de delinqüentes (SANTOS, 1981: 51).

O severo regime com que são mantidos os presos, loucos e vadios – misturados em prisões e hospitais – e a crueldade nos castigos aplicados são vistos pela Corte como atos selvagens frente à avançada execução européia, que já admite a pena restritiva de liberdade e a recuperação como solução para a questão prisional. Desse modo, a Constituição Brasileira de 1824 determina a elaboração de um Código Criminal baseado na "justiça e equidade" (BITENCOURT, 2000: 42). “A tendência era eliminar as práticas enraizadas nas culturas populares e impor uma versão confortadora, de cima para baixo, segundo o modelo iluminista” (BITTAR et al, 2001: 62). A primeira lei de 1º de outubro de 1828 separa os poderes, atribuindo à Câmara somente poderes judiciais, abolindo seus poderes legislativos, desse modo a câmara passa a atuar mais como um órgão administrativo dependendo ainda dos Conselhos (BARRETO, 1955: 120).

Em 1830, D. Pedro I sanciona o Código Criminal, o primeiro da América Latina. Inspirado nos modernos códigos europeus, fundamentado nas idéias de Bentham, Beccaria e Mello Freire, a partir do sistema Auburniano – que utilizava o trabalho, o silêncio e o isolamento (BITENCOURT, 2000: 42). Efetivou-se somente em 1832, ano em que se institui o Código de Processo Penal (BITENCOURT, 2000: 42; BITTAR et al, 2001: 63), e os cargos de delegado e chefe de polícia, buscando dissociar a função judiciária da executiva (BARRETO, 1955: 121). Para atender à solicitação da Carta Régia de 1769 e abrigar os presos retirados do Aljube, é inaugurada em 1835 a casa de correção, que ficou conhecida como “Cadeia Nova”. (Figs. 121 e 122) Os reflexos imediatos no espaço físico – que já se notam nesta edificação – se deram a partir da compartimentação do espaço reservado aos presos, permitindo a separação dos presos por sexo, idade, e condições de saúde, evitando a disseminação de doenças no espaço penal.

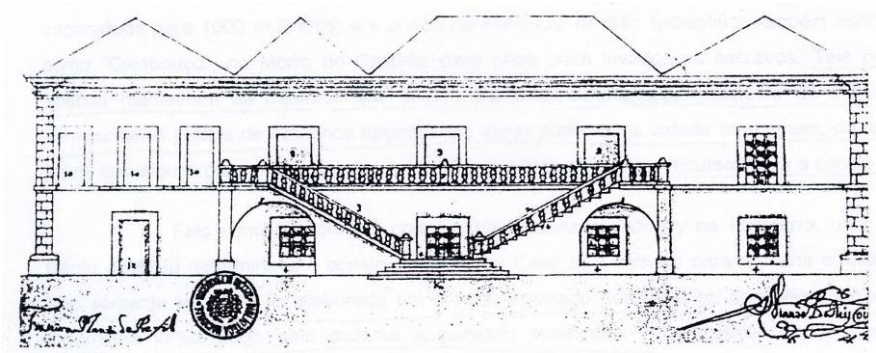


Fig. 121 – Fachada da “Cadeia Nova”, 1728
Fonte: FERREZ, 1963.

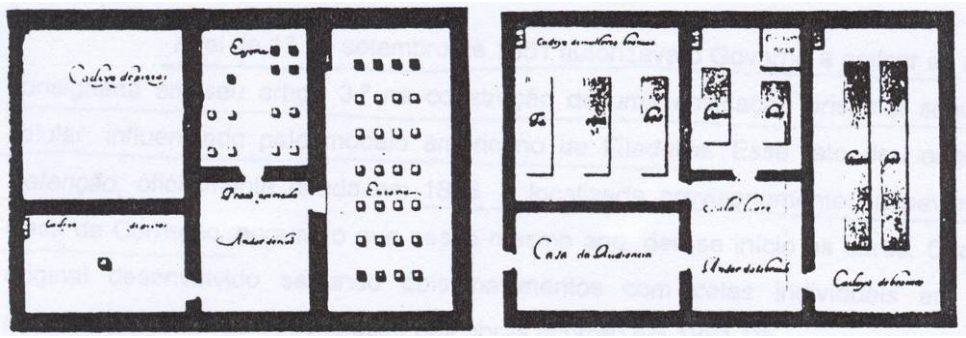


Fig. 122 – Plantas da “Cadeia Nova”, 1746
Fonte: FERREZ, 1963.

Em 1834 foi elaborado por Manoel de Oliveira um projeto de Casa de Correção para a cidade do Rio de Janeiro (JOHNSTON, 2000: 62). É o primeiro projeto na América Latina a apresentar sua concepção baseada nos primeiros modelos ingleses publicados (1820), alemães (1828) e franceses (1829). É utilizado o modelo panóptico com concepção radial. Cada um dos quatro raios abrigaria 200 celas distribuídas em quatro pavimentos em torno de uma torre central de observação (Fig. 123).

Tal estabelecimento começa a ser construído na área de uma antiga chácara no Catumbi, mas não se concretiza, sendo construído apenas o primeiro raio (SENNA, 1996: 120). Esta edificação procurava atender ao ideal de progresso e de modernidade que se pretendia na implantação das casas de correção, que buscavam, através de rígida disciplina e trabalho, recuperar o preso – que tinha seu perfil caracterizado nesta época, principalmente como inimigo da ordem, ou vagabundo – em geral negros, capoeiras, indivíduos associados ao samba ou ao jogo. Seu primeiro regulamento, de 1850, data de sua inauguração, fixava atividades permitidas e seus horários, assim como assegurava a higiene do detento (BELARMINO, 2004: 04). Em 1882 se institui o 2º regulamento e baseado no sistema Auburniano (BELARMINO, 2004: 06; THIESEN: 2006).

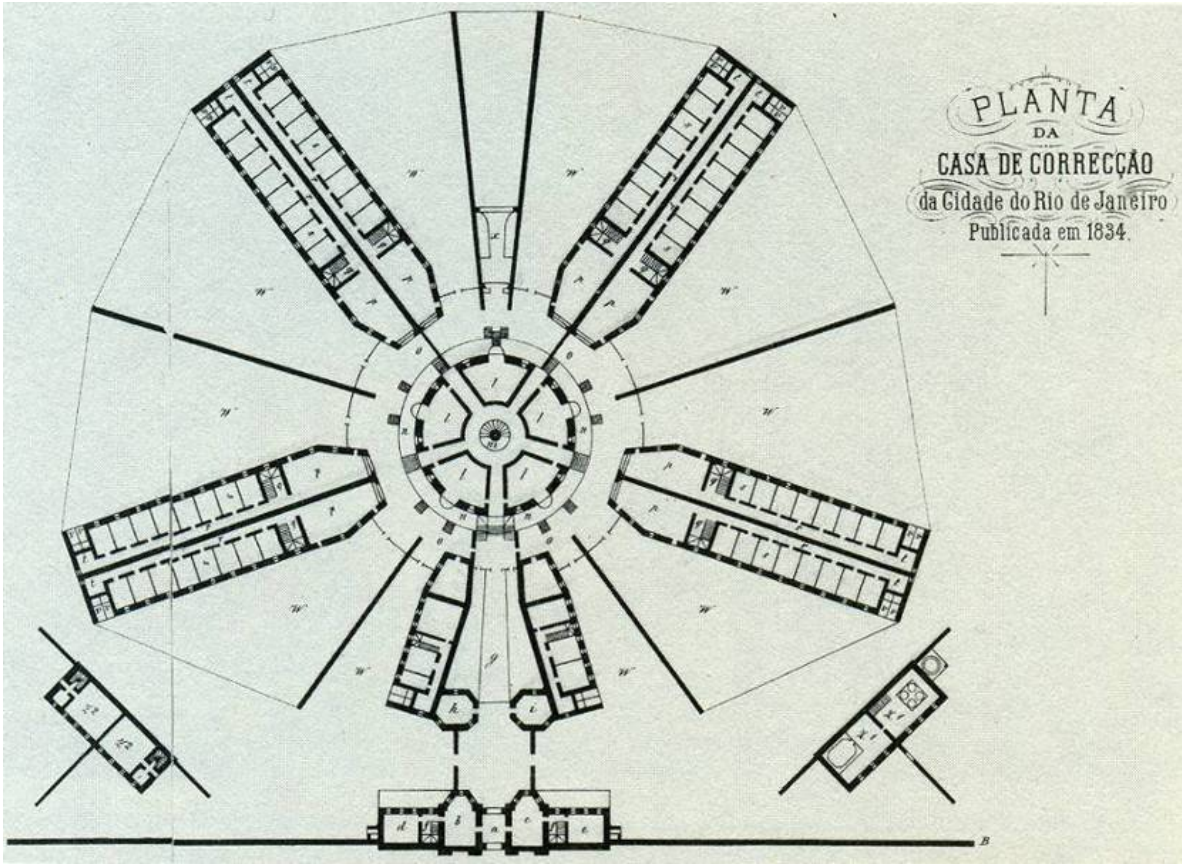


Fig. 123 – Projeto da Casa de Correção do Rio de Janeiro, 1834.
Fonte: JOHNSTON, 2000: 62

Em 1851 o governo autoriza o uso de verbas para a construção de uma edificação penal que deviria aplicar o sistema celular, influenciado pelo sistema aplicado na Filadélfia. Desse modo, uma inspeção do governo foi enviada aos Estados Unidos a fim de conhecer os modernos modelos americanos que deveriam inspirar o projeto de uma nova unidade (JOHNSTON, 2000: 133).

O primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, Hospício Pedro II, atual Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, é inaugurado em 1842 (Figs. 124 e 125). Seu projeto utiliza um partido pavilhonar – que permite a classificação e agrupamento dos doentes mentais por seu perfil. O estabelecimento se divide em duas grandes alas: feminina e masculina, além de ser dotado de pátios internos que permitem a ventilação e iluminação naturais, a planta em quadra. Também é dessa época a construção do novo edifício da Santa Casa de Misericórdia, inaugurado em 1852, ampliando as instalações originais e oferecendo melhores condições sanitárias. (Figs 126 e 127)

Fig. 124 – Hospício Pedro II, RJ
Fonte: http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=560

Fig. 125 – Hospício Pedro II, RJ
Fonte: http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=42

Fig. 126 – Santa Casa de Misericórdia, RJ
Fonte: http://www2.uol.com.br/entrelivros/noticias/img/santacasa.jpg

Fig. 127 – Santa Casa de Misericórdia, RJ
Fonte: Google Earth

O primeiro Asilo de Mendicidade (1872), atual Hospital São Francisco de Assis, (Figs. 126 e 127) é um dos poucos edifícios brasileiros a implantar o modelo panóptico, assim como, a Casa de Detenção do Recife inaugurada em 1867 (Figs. 130 e 131). O Instituto Benjamin Constant (1880) e o Instituto de Surdos e Mudos (1881), segundo Araujo (1982), têm também como foco a reabilitação de seus pacientes, de modo que, suas edificações são elaboradas em conjunto com as equipes médicas.

Fig. 128 – Asilo de Mendicidade, RJ
Fonte: http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=557

Fig. 129 – Asilo de Mendicidade, RJ
Fonte: Google Earth

Fig. 130 – Casa de Detenção do Recife, PE
Fonte: http://www.casadaculturape.com.br/aCasa.php

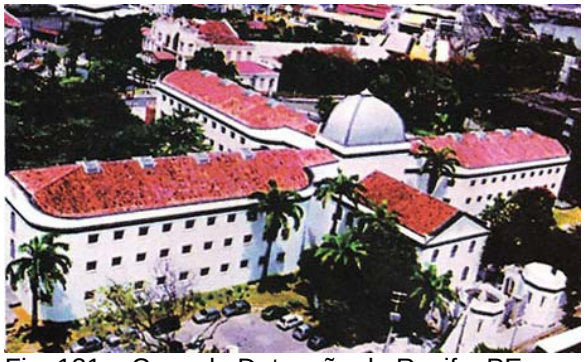


Fig. 131 – Casa de Detenção do Recife, PE
Fonte: http://www.casadaculturape.com.br/aCasa.php

5.3. Instituição da República: a Visão Progressista

Em 1889 se inicia o período republicano, a necessidade de se romper com o passado traz a solicitação de um novo Código Penal, elaborado por Batista Pereira, aprovado e publicado em 1891 (BITENCOURT, 2000: 42). Feito apressadamente, o Código mostrou-se defasado em relação ao código do Império, por não levar em conta as novas idéias influenciadas principalmente pelo positivismo. O início do século XX é marcado por um forte movimento nacionalista mundial derivado do estabelecimento da república e a arquitetura passa a ter importante papel neste contexto, sendo usada muitas vezes como representação do poder do Estado através das instituições (BRUAND, 2003), entre elas a prisão, que passou a se apresentar em enormes unidades que abrigavam todo o tratamento penal (JOHNSTON, 2000: 142).

Em São Paulo, a construção da Penitenciária do Estado de São Paulo tem como propósito suprir o déficit carcerário, bem como atender ao Código de 1890 e aderir às idéias da Escola Positiva de Direito. Em 1909 o governo do Estado de São Paulo

promove um concurso público para a escolha do seu projeto (AZEVEDO, 2005: 10). O projeto de arquitetura, de autoria de Samuel das Neves, é construído por Francisco de Paula Ramos de Azevedo. A principal referência é a Prisão Fresnes, adotando o partido tipo *telephone-pole plan* ou blocos paralelos, que consiste em um edifício com um corredor central de onde irradiam os corredores de celas perpendiculares (Figs. 132 e 133).

Fig. 132 – Penitenciária do estado de São Paulo
Fonte: Google Earth

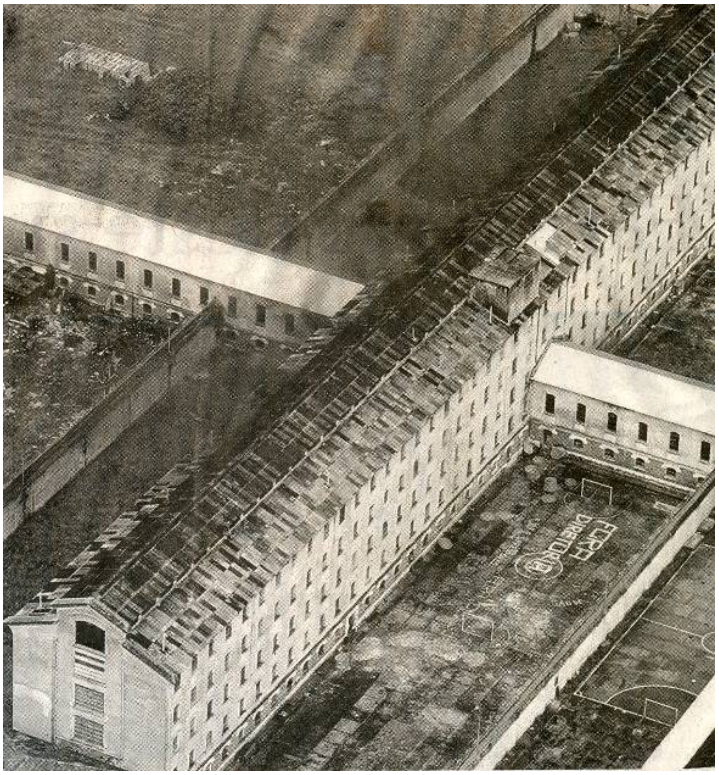


Fig. 133 – vista aérea da Penitenciária do Estado de São Paulo
Fonte:

A Penitenciária do Estado, inaugurada em 1921, busca ser um modelo, segundo os mais modernos padrões científicos da época, integrando uma nova estrutura de organização social. Adota-se a prisão celular e o regime progressivo, que acredita na regeneração do delinqüente a partir da reflexão, da disciplina e do trabalho, Como mostra a frase de Herculano de Freitas cunhada em sua entrada: "Instituto de Regeneração - Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social" (AZEVEDO, 1997: 06). Além da função social e econômica, o novo estabelecimento apresenta uma função científica. A adoção do sistema progressivo, como mencionado anteriormente, torna a pena mais individualizada, sendo então necessária a observação constante do preso, assim como estudos criminológicos e psicológicos para aplicação de penas adequadas a cada indivíduo. Tal fato incentiva o

desenvolvimento – pioneiro no Brasil – dos estudos na área, atraindo estudiosos de todo o mundo.

> ... São Paulo tinha, literalmente, como um de seus cartões postais um presídio: o Carandiru. Digno de nota no Brasil e nas Américas, a ponto de fazer parte de sua rotina o recebimento constante de visitantes (...) até mesmo de Levi Strauss, o Carandiru[176] causava tamanha impressão favorável (...) que Stefan Zweig, amigo de Sigmund Freud, escreveu em livro sobre suas impressões ... (CANCELLI: 2005: 154).

Na inauguração, o edifício apresenta dois pavilhões que seguem o projeto original. Neste ano, o número de presos não passa de 280, bem abaixo de sua capacidade. Em função do crescimento ininterrupto do número de detentos a edificação é ampliada, com a construção do terceiro pavilhão – um bloco idêntico aos anteriores –, inaugurado em 1929. Cabe mencionar que na década de 1940, o aumento populacional associado à proliferação do uso de drogas como a cocaína e a heroína e, principalmente, ao estabelecimento do Estado Novo, implicando em crescente número de presos políticos, a penitenciária chega à sua capacidade máxima – em torno de 1235 presos (NOGUEIRA, 1940:23). O elevado número da população carcerária começa então a dificultar o andamento das pesquisas, estudos e análises, por impossibilitar o tratamento mais individualizado, proposto inicialmente.

Em Ribeirão das Neves, MG, no ano de 1938, é inaugurada a Penitenciária José Maria Alkimim, segundo Vaz (2005: 173), a mais antiga do estado. A edificação apresenta a linguagem arquitetônica *Art Deco* (Fig. 135) e usa o modelo de blocos paralelos (Fig. 134), o mais característico de seu período histórico. A unidade tem capacidade para 600 presos, distribuídos em dois pavilhões de cinco andares. O projeto original apresenta equipamentos comuns como: oficinas, cinema e capela, localizados nas extremidades de cada pavilhão em blocos de 2 pavimentos – hoje desativados, funcionando somente a capela, por questões de segurança. O bloco mais próximo da entrada abriga a administração, cozinha, lavanderia, o controle de pessoal e os equipamentos de saúde da unidade. Posteriormente, foi construído ao fundo da edificação, junto ao campo de futebol, um bloco com oficinas de trabalho (Fig. 136). Os espaços entre os blocos são usados como pátios para banho de sol, permitindo a separação dos presos (Fig. 136).

[176] O Carandiru ao qual o autor se refere, neste caso, é a Penitenciária do Estado de São Paulo

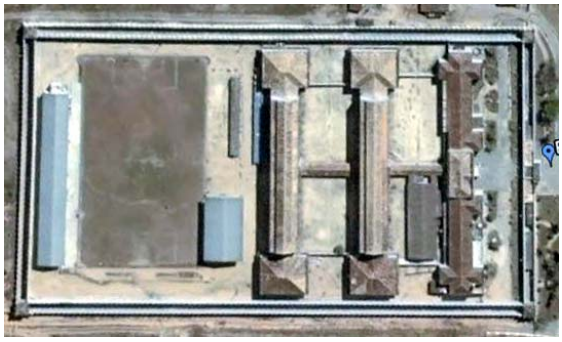


Fig. 134 – Penitenciária José Alkimim
Fonte: Google Earth

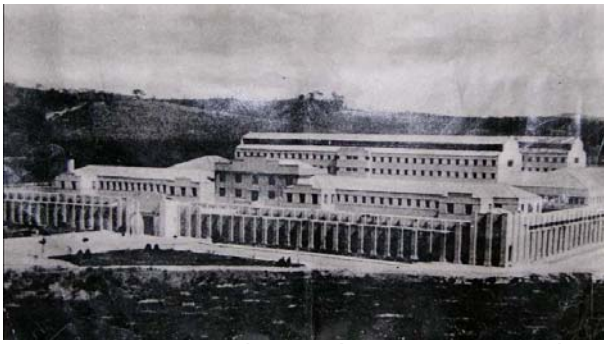


Fig. 135 – Penitenciária José Alkimim, logo após a sua inauguração
Fonte: VAZ, 2005: 173

Fig. 136 – Penitenciária José Alkimim, vista de um dos blocos de celas e o muro do pátio
Fonte: VAZ, 2005: 179

Fig. 137 – Penitenciária José Alkimim, cela.
Fonte: VAZ, 2005: 184

Durante o estado Novo é sancionado Código Penal (1940) ainda hoje utilizado no Brasil sob algumas reformas. No Rio de Janeiro, no ano de 1941, é criada a Colônia Penal Cândido Mendes que se instala – após passar por uma grande reforma – no antigo Lazareto da Ilha Grande (Fig. 138), próxima ao Porto do Abraão – também usado anteriormente como presídio militar – para abrigar o crescente número de presos políticos (SANTOS, 2007: 1191). Com a extinção da Colônia Agrícola de Fernando de Noronha (1938-1942), destinada aos presos políticos, estes são transferidos para a Colônia Penal Cândido Mendes (Fig. 139) e para o Complexo Penitenciário da Frei Caneca (SENNA, 1996: 119).

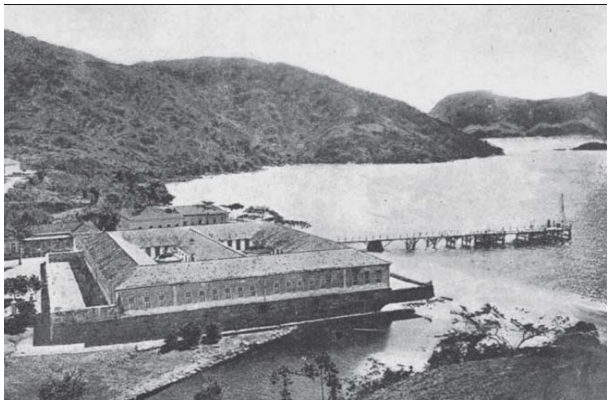


Fig. 138 – Lazareto da Ilha Grande
Fonte: SANTOS, 2007: 1180

Fig. 139 – ruína galeria de celas do Instituto Penal Candido Mendes, RJ.
Fonte: http://www.viajane.com.br/imagens/fotos/ilhagrande/prisao01m.jpg

Sobre este complexo, também construído em 1941, há poucas informações disponíveis, e segundo Johnston (2000), foi denominado, na época, de Cidade Penitenciária. Consta de oito pavilhões ligados por um corredor central com capacidade para 1650 presos. Seu modelo foi, provavelmente, inspirado no modelo de Fresnes e fazia parte do conjunto de grandes obras do governo Vargas (Figs. 140 e 141). Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP)[177], esta edificação foi construída a partir do primeiro raio da Casa de Correção (1834) ali localizada, correspondente ao bloco mais próximo à entrada do complexo, posicionado diagonalmente aos outros.

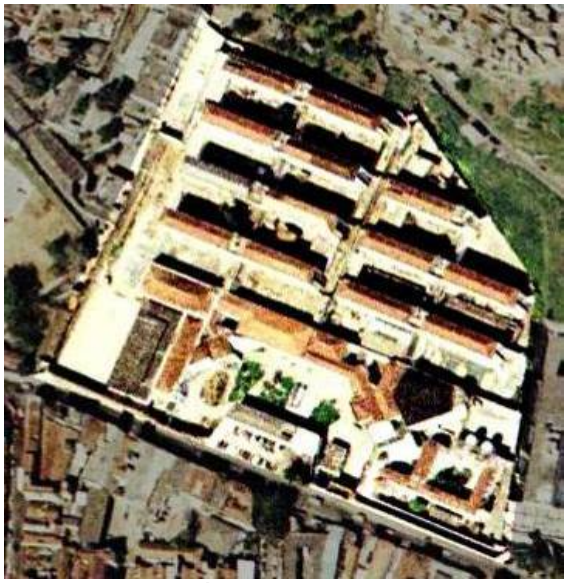


Fig. 140 – foto aérea do Complexo Penitenciário Frei Caneca
Fonte: Google Earth

Fig. 141 – Complexo Penitenciário Frei Caneca.
Fonte: Jornal do Brasil, 23/03/2003, p. C3

[177] Disponível em http://www.seap.rj.gov.br/conteudo/historico.htm, último acesso em 02/08/2008.

A década de 40 é marcada pela implantação das primeiras unidades prisionais destinadas às mulheres, buscando atender ao decreto Lei nº 3971 de 274/12/1941 que solicitava a construção de uma penitenciária exclusiva para o sexo feminino. Até então as mulheres são presas em alas de unidades masculinas, sob o mesmo regime penal. – mantendo algum contato com presos do sexo masculino, dependendo da unidade. A partir da década de 20, cresce o número de presos – inclusive do sexo feminino – e são realizados estudos e levantamentos sobre as prisões no Rio de Janeiro buscando uma fundamentação para uma reforma penitenciária. Nesse período a imagem feminina ainda é associada à idéia de moralidade, a mulher como um ser mais puro, a mulher do lar, levada a criminalidade por instintos negativos – como a neurose e a sexualidade (LIMA, 1983: 34; MOKI, 2003: 05). Os crimes mais comuns eram: a prostituição – fichado como vadiagem; aborto – crime em defesa da honra; ou infanticídio – sob influencia puerperal (QUINTINO, 2005: 46). A prisão feminina deve funcionar como um reformatório da moral que se fundamenta: (1) na prática religiosa – inclusive exorcismos; (2) ensino de atividades domésticas – bordar, pintar, lavar, passar, etc; (3) repressão dos instintos sexuais vistos como instintos negativos.

Lemos Brito (1924) afirma que a proximidade com as mulheres aumenta o fardo da abstinência sexual dos homens encarcerados, trazendo risco para a segurança das unidades;[178] propõe que as unidades femininas apresentem tratamento diferenciado a partir da natureza da mulher (SOARES; ILGENFRITZ, 2002: 54). Candido Mendes (1928) propõe que a prisão feminina ofereça atividades agrícolas compatíveis com a natureza feminina em unidades isoladas das masculinas (LIMA, 1983: 34). Em 1929 as autoridades defendem a separação das presas por tipo de crime, fato que se deve principalmente à idéia de que prostitutas eram mulheres cheias de vícios e doenças que poderiam ser transmitidos às outras presas – vistas ainda como mulheres honestas que praticaram crimes a favor da honra (QUINTINO, 2005: 46).

No Rio de Janeiro, é inaugurada em 1942 a Penitenciária Talavera Bruce, a primeira prisão feminina brasileira (SANTOS, 2006: 02). Inicialmente administrada por freiras, tinha como foco a reeducação da mulher – centrando suas atividades em tarefas do lar, como: lavar, passar, tricotar, bordar – além de usar a redenção e o exorcismo (LIMA, 1983: 34). Essa foi a primeira unidade a apresentar uma ala materno-infantil no Brasil

[178] C.f. Lemos Brito (1924 apud SOARES; ILGENFRITZ, 2002: 57) "a ciência penitenciária tem sustentado sempre que as prisões de mulheres devem ser inteiramente separadas das destinadas a homens. É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência."

(1966) e a segunda no mundo (Jornal Só Isso, agosto de 2008: 01). Em Belo Horizonte, MG, é construída em 1948, e inaugurada em 1955, a Penitenciaria Estevão Pinto (Fig. 142), primeira unidade prisional feminina do estado (VAZ, 2005: 134). A unidade se constitui de um bloco principal de acesso que abriga a administração e serviços intermediários e três blocos de celas e equipamentos internos, como: oficinas, salas, refeitório e auditório, que se voltam para o pátio interno (Fig. 143), configurando um espaço semelhante ao do modelo "quadrado oco" (VAZ, 2005: 136). Essa tipologia é muito aplicada em conventos, mosteiros e escolas.

Fig. 142 – Penitenciária Estevão Pinto
Fonte: Google Earth

Fig. 143 – Penitenciária Estevão Pinto, vista do pátio interno.
Fonte: VAZ, 2005: 138

Em São Paulo, a Casa de Detenção – popularmente conhecida como "Carandiru", por se localizar no bairro de mesmo nome, e que também abriga a Penitenciária do Estado – retratada em livros, músicas e filme, é inaugurada em 11 de setembro de 1956, durante o governo estadual de Jânio Quadros (1955-1959), pretendendo sanar o problema da superpopulação carcerária (NOGUEIRA, 1940: 24). Tem como finalidade abrigar presos que aguardam julgamento – configurando o perfil de presos políticos – com capacidade inicial para 3500 detentos. Inaugurada no primeiro ano da presidência Juscelino Kubischek, apresenta projeto anterior, integrando o conjunto dos grandes projetos institucionais da "Era Vargas", enaltecendo a soberania do governo, a identidade nacional e a constante necessidade de controle da ordem pública.

A arquitetura imponente do conjunto de edifícios de linguagem *Art Déco* é típica daquele regime ditatorial, com dimensões exageradas, de fácil linguagem, pragmática, com a organização pavilhonar (Fig. 144). A simetria de sua composição arquitetônica, valorizando os acessos centralizados, o predomínio de cheios sobre vazios, em sua volumetria, acentuada pela articulação de volumes definidos, geometrizados e

simplificados tornam fácil sua rápida associação com os edifícios públicos da época. A Casa de Detenção apresenta o modelo arquitetônico conhecido como “quadrado oco”: planta quadrada com pátio interno; apresenta um corredor central com celas (de 6 m²) voltadas para os dois lados – pátio interno e exterior.

Fig. 144 – Vista geral da Casa de Detenção, SP
Fonte: Governo Estadual de São Paulo

Com o passar do tempo, a massa carcerária aumenta consideravelmente, especialmente depois do regime militar instaurado em 1964. Os presos políticos são tantos que a população carcerária passa de 3300 presos em 1963, para 6600 em 1965, só no estado do Rio de Janeiro (SENNA, 1994: 122). Com a constante superlotação nos estabelecimentos penais o estabelecimento sofre uma reestruturação e sua capacidade aumenta para 6300 presos. Conhecido como o maior presídio da América Latina, chegou a ter uma população móvel de 9000 presos, fato que, associado à sua proximidade do meio urbano e às constantes rebeliões, trouxe a sua desativação e implosão (2002-2005).

Também representativa deste período, é a Penitenciária Lemos Brito, inaugurada em 1956 em Salvador, BA, segundo a Lei nº 832, de 10 de agosto de 1956. A edificação segue o modelo panóptico e se configura por um anel de celas com três pavimentos (Figs. 145 e 146). Poucas são as informações sobre essa unidade, que ficou conhecida recentemente por uma ação que flagrou um preso com 280 mil Reais na cela, além de

equipamentos eletrônicos. Suas proporções exageradas, e o elevado número de presos dificultam a vigilância e a manutenção da segurança.

Fig. 145 – Penitenciária Lemos Brito, BA, 1956
Fonte: Google Earth

Fig. 146 – Penitenciária Lemos Brito, BA, 1956
Fonte: http://www.picturapixel.com/blog/?s=nossa+vergonha&submit=Go

5.4. Transformações Recentes

> *... é o desesperado momento em que se descobre que este império, que nos parecia a soma de todas as maravilhas, é um esfacelo sem fim e sem forma, que a sua corrupção é gangrenosa demais para ser remediada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros de suas prolongadas ruínas (CALVINO: 1990: 11).*

Em 1970 ocorre uma reestruturação da Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE) buscando adequá-la ao Código de Execuções Penais (SENNA, 1994: 122). Seus pontos principais são: a fiscalização da alimentação dos presos, o tratamento a jovens delinqüentes e o atendimento às regras da ONU. A partir do crescente movimento para melhores condições do preso, é fundada em 1974 a Associação para Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). É uma instituição não governamental que tem por finalidade aplicar gestões alternativas de administração penitenciária com a participação comunitária, priorizando a ressocialização do preso condenado, além de fiscalizar as ações do Ministério Público. Sua principal diretriz é a participação ativa do preso através de um conselho, junto a um grupo de voluntários livres e familiares (AGOSTINI, 2002: 103).

A origem dos fatos que contribuem para a mudança de paradigma do sistema penitenciário contemporâneo se dá na década de 1970. Foi quando se estabeleceu o crime organizado, cuja origem remonta à prisão conjunta dos presos políticos com os criminosos comuns, como "castigo" aos “elementos subversivos” (AMORIM, 1994). Os criminosos comuns aprendem técnicas de guerrilhas e a organização dos grandes

comandos e falanges (Fig. 147), procedimento conhecido dos ativistas políticos na luta armada (BITTAR et al, 2001: 70). O crescimento do uso da cocaína e da maconha facilita o estabelecimento e a sistematização do narcotráfico e a formação da criminalidade organizada na década de 80.

C.V.R.L.

ESTATUTO

A ORGANIZAÇÃO "COMANDO VERMELHO" C.V.R.L

FAZ SABER QUE TODOS OS ITENS ASEGUIR SÃO RIGOROSOS E DEVERÃO SER RESPEITADOS IGUALMENTE POR CADA INTEGRANTE DESSAS FACÇÕES:

APARTIR DA OFICIALIZAÇÃO, DESTE ESTATUTO, CRIADO, EM 12/02/2002. DEIXAM CLARO A TODOS AQUELES, QUE FAZEM PARTE DO CRIME ORGANIZADO que

Fig. 147 – Estatuto do Comando Vermelho
Fonte: Jornal Extra, 09/09/2002, p.03

10 Mandamentos do CV

1 – Não negar a pátria
2 – Não cobiçar a mulher do próximo
3 – Ser humilde
4 – Fortalecer os caidinhos
5 – Eliminar nossos inimigos
6 – Não acusar sem provas
7 – Não conspirar
8 – Não cagüetar
9 – Não matar em vão
10 – Sermos coletivos

Sob o governo de José Sarney (1985-1990) é elaborada a Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7.209, de 11 de julho de 1984, estabelecida em contrapartida aos maus tratos comuns do regime ditatorial, buscando minimizar seus efeitos e individualizar a pena (BITENCOURT, 2000: 44). Seus principais pontos são a humanização das sanções penais, estabelecendo regimes diferenciados, e a instituição de um Centro de Observação para exames criminológicos a fim de separar os presos, a partir do tipo de delito cometido, tipo de pena, reincidência, além das penas alternativas e o sistema dias-multa. Estabelece-se em contrapartida aos maus tratos comuns do regime ditatorial, buscando minimizar seus efeitos e individualizar a pena (BITENCOURT, 2000: 44).

> Art. 5º - Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
>
> (...)
>
> Art. 9º - A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:
>
> I - entrevistar pessoas;
>
> II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

> III - realizar outras diligências e exames necessários. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984: não paginado)[179]

A humanização tem apoio da sociedade, em conseqüência dos maus tratos aos presos políticos cometidos na ditadura. Porém, o estabelecimento da criminalidade organizada – Falange Vermelha, Comando Vermelho, Serpentes Negras – traz novamente o endurecimento do regime. Em 1988 foram criadas as leis: n°. 8.072/90 - crimes hediondos, que proibiram a progressão de regime prisional, obrigando o condenado a cumprir sua pena em regime integralmente fechado; n°. 9034/95 - criminalidade organizada, e a lei n°. 9099/95, que criou os Juizados Especiais e a transação penal, uma tentativa de diminuir a população carcerária e trazer benfeitorias para o Estado através da pena alternativa.

Na década de 80, o sistema penitenciário brasileiro passa por um processo de humanização, que tem início com os projetos das novas unidades do Complexo Penitenciário de Bangu – Bangu I e II (Fig. 148) –, que buscam atender às aspirações da LEP (SENNA, 1996: 189). O projeto original, de Luis Figueiras de Lima – o Lelé –, previa a construção de uma penitenciária de segurança máxima com capacidade para 320 detentos e uma de segurança média com capacidade para 576 detentos, no entanto foram bastante alterados – como veremos no Capítulo 6. Os dois estabelecimentos fazem parte da expansão do complexo já existente. As novas edificações apresentam nova estrutura, se dividindo em duas zonas: intra e extramuros. A parte extramuros se destina à administração e alojamento da polícia militar. A parte intramuros contém os pavilhões das celas e apoio. A principal característica da arquitetura dessas unidades é o cuidado com o conforto ambiental e a utilização de áreas de vivência mais independentes, que tem como referência o *dayroom* americano.

[179] Disponível em http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6416.htm. Acesso em 07/11/2007

Fig. 148 – foto aérea das novas unidades de Bangu
Fonte: Google Earth

Em Belo Horizonte, é inaugurado em 1988, o Complexo Penitenciário Nelson Hungria, que apesar de ter seu projeto anterior à LEP, busca ajustar-se a ela ao longo do processo de construção (VAZ, 2005: 153). Usa o mesmo princípio do complexo penal: várias unidades de menor porte, apresentando certa independência, agrupadas (Figs. 149, 150, 151). Cada um dos doze pavilhões, que apresenta o modelo "quadrado oco", tem capacidade para 90 presos em celas individuais. A administração, cozinha, lavanderia, fábrica e o hospital se localizam em blocos separados e são comuns para todo o complexo (VAZ, 2005: 160).

A década de 90 é marcada pela difusão das organizações criminosas, que passam a travar lutas acirradas pelos pontos de comercialização de drogas nas grandes capitais. As organizações se multiplicam: Terceiro Comando, Amigos dos Amigos (ADA), e suas dissidências jovens no Rio de Janeiro. Em São Paulo, surge o Primeiro Comando da Capital (PCC), formado por presos como uma reação ao massacre de 1992 na Casa de Detenção do Carandiru, assim como o Terceiro Comando. Essa profusão de facções torna cada vez mais freqüente os massacres nas unidades penais por brigas entre

facções rivais. Desse modo, muitas unidades penais passam a se caracterizar pela facção criminosa que abrigam – cada unidade abriga presos de determinada facção, como relata Senna (1996), funcionários da SEAP e SAP e diversas matérias publicadas na mídia.

Fig. 149 – foto aérea do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, MG
Fonte: Google Earth

Fig. 150 – Muro divisor entre as unidades do complexo Nelson Hungria, MG.
Fonte: VAZ, 2005: 161

Fig. 151 – pátio interno das unidades do complexo Nelson Hungria, MG.
Fonte: VAZ, 2005: 164

Na década de 90 a Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, passa por uma ampliação. Poucas são as informações sobre essas unidades, que apresentam o modelo “quadrado oco” e usam os mesmo princípios associados à idéia de complexo de exemplares anteriormente apresentadas (Fig. 152).

Figura 152 – foto do complexo penitenciário Lemos Brito após suas ampliação
Fonte: Google Earth

Em São Paulo, são elaboradas propostas de unidades penais padrão – casa de detenção, dois modelos de penitenciária (Fig. 153), unidade de regime semi-aberto e cadeia pública –, construídas no final da década de 90 (JORGE, 2000). Os cinco projetos apresentam o mesmo princípio de algumas unidades americanas e de Bangu, concentram o setor de apoio, comum para a unidade, e subdividem as galerias em pequenas unidades de vivência, com pátios internos, ou áreas de vivência – *dayroom* – permitindo o isolamento das alas.

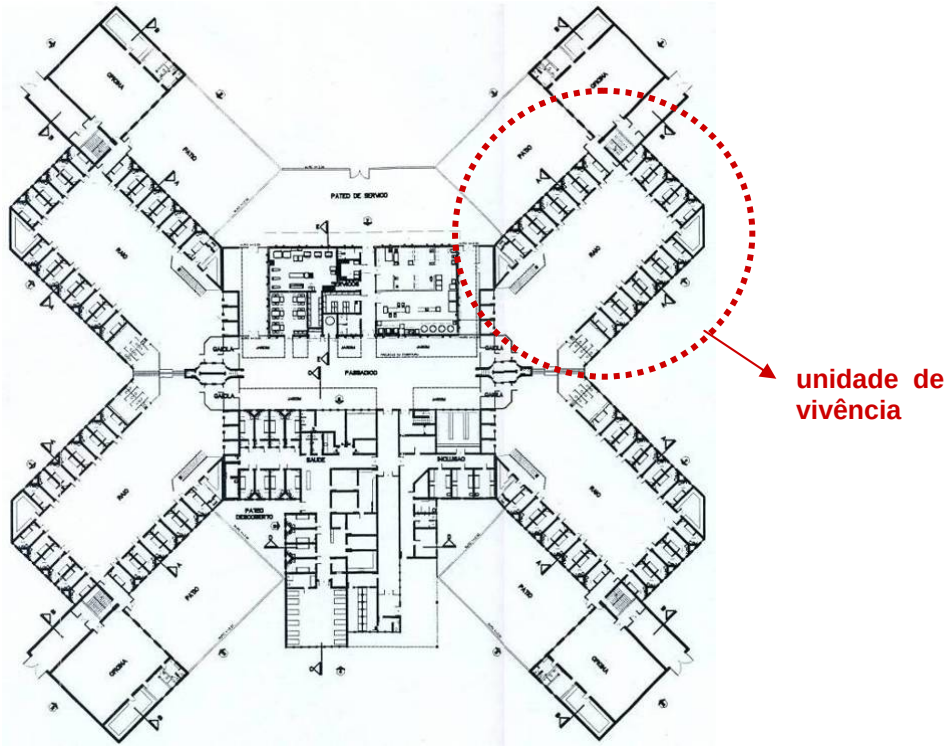


Fig. 153 – unidade padrão em São Paulo, modelo em cruz
Fonte: JORGE, 2000: não paginado

A instabilidade econômica e a decadência do poder do estado que marcam a década de 80, estabelecendo as políticas neoliberais, se aplicam no Brasil sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). Diversas empresas estatais são privatizadas sob o argumento da eficiência da iniciativa privada, assim como algumas unidades penais. São adotados somente dois tipos de privatização penal: a terceirização e a penitenciária indústria, ambas aplicam a co-gestão da iniciativa privada com o Estado. O Paraná é o estado brasileiro pioneiro na privatização, e a justifica com base na ressocialização do detento através do trabalho, propiciado pela parceria com empresas privadas. A primeira unidade privatizada (Figs. 154 e 155), em Guarapuava, foi inaugurada em 1998, apresentando um modelo semelhante aos projetos de Bangu III e IV e a segunda, em Cascavel (Fig. 156), foi inaugurada em 2002, com modelo semelhante.

Fig. 154 – Penitenciária Industrial de Guarapuava
Fonte: Google Earth

Fig. 155 – Penitenciária Industrial de Guarapuava
Fonte: VAZ, 2005: 161

Fig. 156 – Penitenciaria Industrial de Cascavel.
Fonte:
http://www.pr.gov.br/depen/pi_guarapuava.shtml

A partir do final da década de 1990 nota-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro uma reorganização dos seus estabelecimentos penais. Com o intuito de acabar com as cadeias localizadas nas delegacias, são construídas várias unidades para abrigar presos provisórios – as casas de custódia no Rio e os Centros de Detenção Provisória (CDP) em

São Paulo – assim como unidades de regime aberto e semi-aberto[180]. Em ambos os casos, a reorganização é implicada pela demolição de antigos estabelecimentos de grande porte: Complexo Penitenciário Frei Caneca no Rio e o Carandiru em São Paulo. Os modelos dessas unidades, assim como outros projetos mais recentes, são inspirados nas penitenciarias compactas americanas.

No ano de 2000 a população carcerária excede em grande quantidade a capacidade do sistema penal brasileiro[181], fruto da crença do governo de que uma vez dentro da penitenciária, o problema do preso estava resolvido, associado à postura da sociedade que apóia o não investimento no setor como uma forma de "vingança". A falta de recursos, associada a esta crença, contribui para o lento desenvolvimento do sistema penal. A superlotação e a falta de investimento criam lacunas que propiciam o fortalecimento e uma invisibilidade (inicial) na formação de organizações criminosas dentro dos estabelecimentos penais. As organizações, antes restritas a atuar dentro da prisão, ganham a comunicação extramuros com a evolução da tecnologia e o advento do telefone celular[182]. Se torna possível operar, negociar e lucrar com as atividades extramuros, operando do "escritório penal".

Em São Paulo, sob o argumento de lutar por melhores condições, foi criado o PCC arregimentando assim, facilmente, adeptos, criando uma "massa de manobra", sob o slogan "Paz, Justiça, PCC" (Fig. 157). Em 18 de dezembro de 2000 o PCC tem sua primeira grande atuação, sob o mesmo argumento de sua formação. A rebelião na Casa de Custódia de Taubaté, que destruiu completamente o seu espaço físico, foi a declaração de guerra da "facção" ao governo[183]. Há então um endurecimento do regime e dez líderes são isolados em outras unidades penais. Em resposta ao governo, em 18 de fevereiro de 2001, acontece a maior rebelião já registrada: 25 unidades penais e quatro cadeias públicas no Estado de São Paulo, simultaneamente[184] (SALLA, 2006: 274). As manifestações do PCC se mostram em ações fora das unidades: assassinato de policiais, ataques a unidades policiais e queima de ônibus (Fig. 158), que muitas vezes paralisaram a cidade de São Paulo – assim como algumas ações no Rio de Janeiro.

---

[180] C.F. Secretaria de Administração de São Paulo (SAP) e Rio de Janeiro (SEAP).
[181] Em São Paulo havia 59.867 presos em 71 unidades com capacidade para abrigar 49.059.
[182] Revista Época, 22/05/2006, p. 32; SALLA; 2007: 15.
[183] GOVERNO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, **Regime Disciplinar Diferenciado.** Disponível em
< www.mj.gov.br/depen/publicacoes/nagashi_furukawa.pdf>, acesso em 26/05/2007.
[184] Publicado no Observatório da Imprensa. Disponível em <observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ artigos/iq280220019.htm>, acesso em 15/06/2007.

> Não somos uma organização criminosa, nem muito menos uma facção, não somos uma Utopia e sim uma transformação e uma nova filosofia: Paz, Justiça e Liberdade. (...) nos rotulam como monstros, como anti-sociais (...) hoje somos fortes onde o inimigo é fraco (...) o oprimido de hoje será o opressor de amanhã, o que não se ganha com palavras se ganhará através da violência e de uma arma em punho. (AFS[185])

Fig. 157 – manifestação de presos no Carandiru
Fonte: ADORNO; SALLA; 2007: 15

Fig. 158 – ônibus queimado nas ruas de São Paulo, uma ação do PCC fora das unidades penais.
Fonte: ADORNO; SALLA; 2007: 07

Várias medidas são tomadas, inicialmente pela Secretaria de Administração penitenciária de São Paulo (SAP), entre elas a Resolução SAP-26 em maio de 2001, que institui o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), permitindo o isolamento de presos que pertençam a facções criminosas ou que cometam graves faltas disciplinares no cumprimento da pena. Pode ser aplicado por 180 a 360 dias. Proíbe o contato físico com as visitas e advogados, o contato com o exterior através do uso do celular e da televisão e a presença de objetos pessoais na cela, restringe o banho de sol a 1 hora por dia, feito de cinco em cinco presos, com a presença de dois agentes e um cão de guarda.

Posteriormente, em agosto de 2002, é instituída, pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) a Resolução SAP – 59, que estabelece o Regime Disciplinar Especial, estendendo o RDD a presos provisórios e permitindo a cela coletiva. Em outubro de 2006, através do Projeto PL 179/05, é estabelecido o Regime Disciplinar de Segurança Máxima, aplicado a presos pertencentes a facções criminosas de alta

[185] Um dos fundadores do PCC. Documento encontrado durante uma operação do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) e DEIC (Departamento de combate ao crime organizado-Polícia Civil SP). Apud CHRISTINO, Márcio S. Disponível em <www.mj.gov.br/depen/publicacoes/marcio_christino.pdf>, acesso em {dia mês ano].

periculosidade, que segue as definições dos anteriores, permitindo o isolamento por 720 dias, podendo ser estendido ou convertido para o RDD.

Desse modo, surge a necessidade de um novo estabelecimento penal para atender as particularidades e restrições desse novo regime, denominado Centro de Readaptação Penitenciária (CRP). O primeiro é construído em Presidente Bernardes (Figs. 159 e 160) em 2002, tem capacidade para 160 presos do sexo masculino e utiliza o modelo *telephone-pole-plan*, além de recursos tecnológicos de segurança de alta geração.

Fig. 159 – CRP Presidente Bernardes, SP
Fonte: revista Época, 22/05/2006, p. 32

Fig. 160 – CRP Presidente Bernardes, SP
Fonte: Fonte: http://www.sap.sp.gov.br

A LEP já solicitava uma execução penal diferenciada para a criminalidade organizada no seu artigo 86, mas somente em 2003, através da Lei n. 10.792, que o RDD é, de fato, regulamentado, através da constituição do Sistema Penitenciário Federal e da construção das penitenciárias federais. Essa ação tem por finalidade combater a criminalidade organizada por meio de uma dura execução penal que restringe as regalias da execução corrente de presos de alta periculosidade – como os chefes do narcotráfico – ou que comentem faltas graves, no cumprimento da pena, pondo em risco a vida de funcionários ou outros presos.

> As penitenciárias federais vão abrigar criminosos de alta periculosidade, que comprometam a segurança do presídio ou possam ser vítimas de atentados dentro dos presídios. O objetivo do governo é, ao mesmo tempo, garantir um isolamento maior dos chefes do crime organizado e aliviar a tensão no sistema carcerário estadual (DEPEN, s/d: não paginado).[186]

[186] Disponível em: http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDD1E958A5D2F34A0A9FA7C5E1B45F49E1PTBRNN.htm. Acesso em 15/09/2008.

O primeiro projeto é elaborado para a unidade de Brasília em 2003 (Fig 161), mas não foi executado. O projeto tinha capacidade para 104 presos, distribuídos em quatro módulos independentes – cada um com seu refeitório, pátio, local para receber visitas, oficinas, etc. Todas as celas apresentavam seu próprio solário, permitindo o isolamento do preso por longos períodos. O projeto previa também a utilização de forte aparato de segurança e controle, além do uso de chapas de aço no piso e a implantação de parlatórios que impossibilitavam o contato físico.

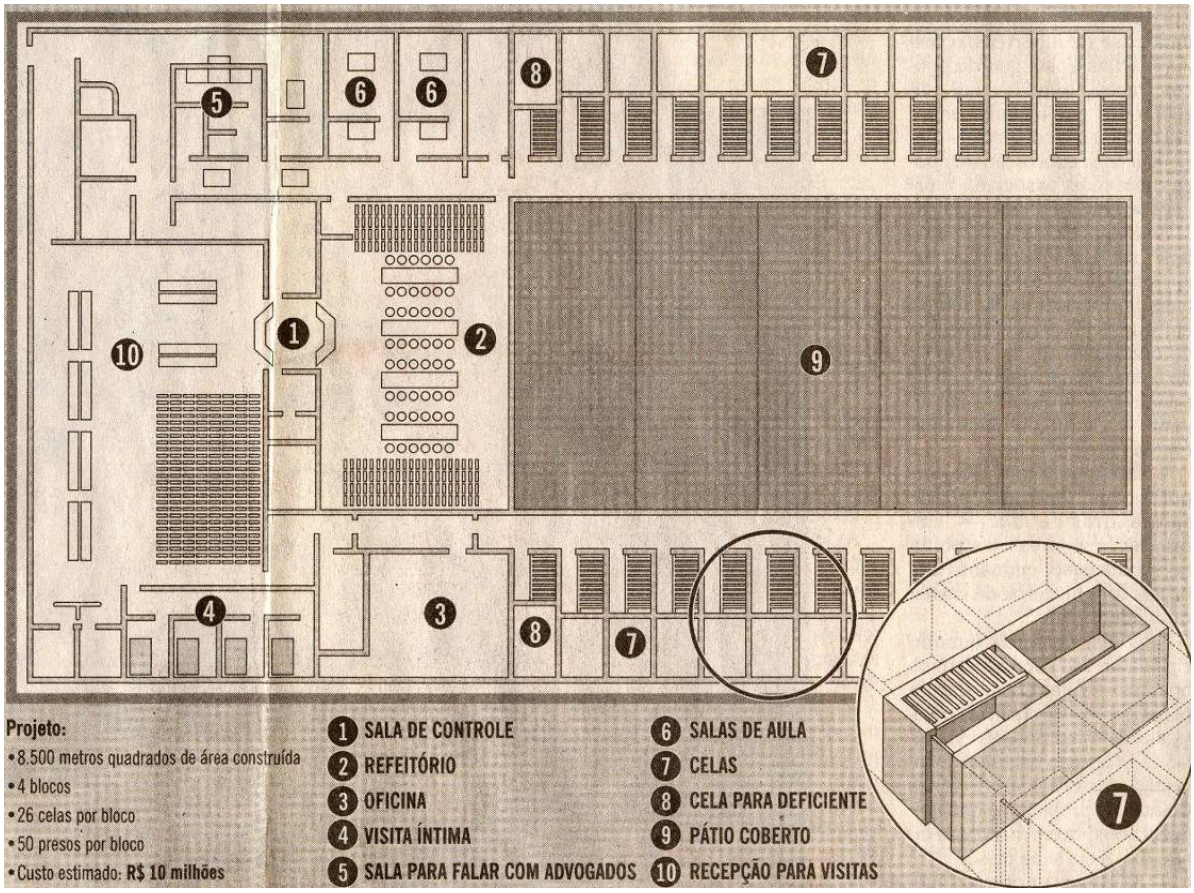


Fig. 161 – projeto da penitenciária federal de Brasília, DF
Fonte: O Globo, 23/03/2003, p.11

Atualmente, funcionam três unidades federais no Brasil: Catanduvas (junho/2006), Campo Grande (dezembro/2006) e Porto Velho (maio/2008). Todas apresentam o mesmo projeto (Fig. 162), com 208 celas comuns para presos provisórios e condenados e 12 celas especiais para o isolamento, que se distribuem em quatro módulos de um pavimento (Fig. 162). Apesar de ter sido comparada às *supermax* americanas por todo aparato de segurança empregado – câmeras com infravermelho, detectores de metais e substâncias ilícitas – a unidade de Catanduvas recebeu críticas logo após entrar em uso, principalmente a partir de denúncias feitas pela mídia sobre casos de corrupção. “A falta

de normas e o enfraquecimento da chefia fortaleceram os presos, a maioria integrantes de facções criminosas, notadamente o PCC...” (Folha de São Paulo, 16/04/2007).

Fig 162 – Penitenciária Federal de Catanduvas, PR
Fonte: http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL608860-5598,00-PRESOS+TERAO+VISITA+VIRTUAL+EM+PRESIDIOS+FEDERAIS+DE+SEGURANCA+MAXIMA.html 21/06/2008

As unidades apresentam a idéia do complexo penal, uma edificação extramuros para a guarda externa, um bloco de administração e apoio interno comum, e os quatro módulos de vivência, apresentando certa independência – pátio, parlatórios e um pequeno apoio próprio. Em cada módulo, as celas se organizam em dois blocos em torno de pátios, de modo que não possuem aberturas para o exterior. Utiliza alambrados em lugar de muros, parlatórios que impedem o contato físico e uma sala de videoconferência. Um corredor único faz a ligação entre o bloco da administração e os módulos de vivência.

O projeto não apresenta uma configuração específica direcionada ao seu propósito, sua configuração se assemelha a algumas unidades paulistas, ao projeto original de Bangu III e IV e ao modelo padrão desenvolvido pelo DEPEN (AGOSTINI, 2000:25). O alto nível de segurança é alcançado pela aplicação de aparatos tecnológicos. “Uma de suas principais falhas reside no fato de que foram desenhadas como meros depósitos sofisticados para presos de alta periculosidade” (Relatório de visita à prisão federal de Catanduvas, maio de 2007).

A unidade penal da APAC de Santa Luzia (Fig. 163) é a primeira e única edificação projetada especificamente para os fins deste tipo de gestão. O conjunto foi projetado pelo

escritório MAB (Flávio Agostini, Frederico Bernis e Juliana Myrrha) e inaugurado em 2006, abrigando uma unidade de regime fechado e uma de regime semi-aberto, com capacidade total para 200 detentos. A penitenciária de regime fechado tem capacidade para 120 detentos, que ficam alojados em quatro blocos paralelos com seis celas cada um. Nas extremidades de cada bloco se localizam a lavanderia e uma sala multi-uso, o que permite o isolamento de cada um dos blocos. A unidade de regime semi-aberto tem capacidade para 80 condenados, se constitui de quatro blocos, cada um com quatro alojamentos que abrigam cinco presos, cada. Os blocos são paralelos e dissociados, soltos no terreno, que abriga áreas livres de convivência. Destaca-se a humanização do ambiente e o uso de espaços livres descentrados, permitindo a ventilação e iluminação natural sem, contudo, deixar de atender às normas de segurança designadas pelo DEPEN.

Fig. 163 – foto aérea da APAC Santa Luzia
Fonte: http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura689.asp

Atualmente, existem no Brasil distintos caminhos para a execução penal. Por um lado o endurecimento da pena para casos mais graves; por outro, a tentativa de gestões mais humanizadas. A arquitetura penal vem aplicando antigos modelos, que em sua maioria não apresentam concepções de espaço relacionadas com as práticas, a gestão e a finalidade do estabelecimento. A seguir é apresentada uma síntese dos principais pontos apresentados organizados em ordem cronológica.

5.5. Linha do tempo

1500

1500: Ordenações Afonsinas

1521: Ordenações Manoelinas, primeiras vilas, organização por conselhos de senhores de terras

1530: Implantação do sistema de Capitânias Hereditárias

1567: primeira cadeia pública na cidade do Rio de Janeiro

1632: Ordenações Filipinas, primeira lei penal aplicada no Brasil - separação dos poderes judicial e legislativo:

Câmara: poder judicial e executivo
Conselhos: poder legislativo aplicando as Cartas de Foral

1747: construção da cadeia velha, Rio de Janeiro

1769: aparece pela primeira vez o termo Casa de Correção

Período Colonial

Cidade de Ouro Preto, praça Tiradentes
Fonte: REIS FILHO, 2000a: sem paginação

Casa de Camâra eCcadeia de Ouro Preto
Fonte: BARRETO, 1978: 132

1808

1808: Chegada da família Real, abertura dos portos

1808: Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina

1816: Academia de Belas Artes

1822: Independência do Brasil

1824: Constituição brasileira

1830: Código Criminal Brasileiro

1834: projeto da Casa de Correção do Rio de Janeiro, implantação dos Sistemas Auburniano e Celular

1842: inauguração do Hospício Pedro II, RJ

1852: inauguração da Santa Casa de Misericórdia, RJ

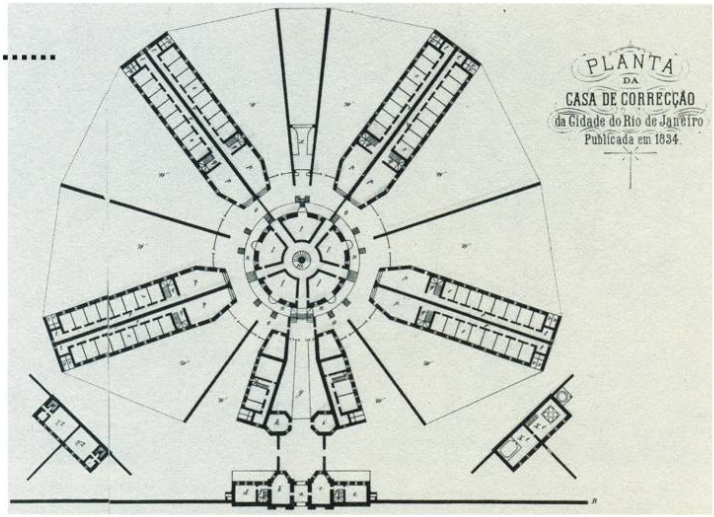
1872: inauguração do Asilo de Mendicidade, RJ

1881: inauguração do Instituto de Surdos e Mudos

1888: Abolição da escravatura

Império

Largo da Carioca, RJ
Fonte: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2000: 121



Casa de Correção, RJ
Fonte: JOHNSTON, 2000: 62

Hospício Pedro II, RJ
Fonte: http://www.imagem.ufrj.br/index.php?

1889

1891: Novo Código Penal

1900/1910: Abertura da Avenida Central

1909: Penitenciária do Estado de São Paulo, Sistema Progressivo

1922: Semana de Arte Moderna

1922: Exposição Internacional do Centenário Independência

1925: Manifesto de Warchavchik "Acerca da Arquitetura Moderna"

1927: Alfred Agache é contratado para elaborar um plano de remodelação urbana para o Rio de Janeiro

1929: Crise de 1929

1930: "Era Vargas". valorização da identidade nacional,controle da ordem pública

1937: Estado Novo

1939: Segunda Guerra Mundial

Década de 40: primeiras unidades penais femininas

1941: construção do Complexo penitenciário Frei Caneca

1942/1944: Construção da pampulha

Década de 50: grandes conjuntos habitacionais

1956: Inauguração do Carandiru

1960: Mudança da Capital Federal para Brasília e sua construção,
Década de 60: construção da cidade universitária (UFRJ e USP)

1964: golpe Militar

República

Cinelândia, RJ
Fonte: Http://www.almacarioca.com.br/cinel.htm

Penitenciária do Estado de São Paulo
Fonte: Google Earth

Complexo Penitenciário Frei Caneca, RJ
Fonte:Http://www.faperj.br/img/repositorio/penal_demolicao.jpg

Conjunto Habitacional Pedregulho, RJ
Fonte:Http://www.vitruvius.com.br/arquitexto

Carandiru, SP
Fonte: VARELA, 1999: sem paginação

Cidade Universitária, RJ
Fonte:Http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=106

Construção de Brasília
Fonte: PAPADAKI, 1960: 45

1970

1974: Associação para Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)

Década de 80: Formação das falanges, crime organizado

1984: Lei de Execuções Penais

1988: penas individualizadas: Crimes Hediondos, Crime Organizado, Juizado Especial

Fim da década de 80: Construção das novas unidades de Bangu, RJ e do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, MG

Ascenção da visão ecológica e do conforto ambiental, ampliação do campo da restauração na arquitetura, influencia pós-moderna

Início da década de 90: formação das organizações criminosas intramuros (PCC)

1995: Forte influência de políticas neoliberais - diminui a intervenção estatal e se fortalece a iniciativa privada.

1998: inauguração da primeira Penitenciária Industrial em Cascavel, PR.

Fim da década de 90: releituras, re-significação, reciclagem da arquitetura, valorização da imagem da cidade.

2000: ações do PCC fora das unidades penais

2001: Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), Investimento em sistemas de segurança

2003: regulamentação do RDD, primeiras unidades penais federais

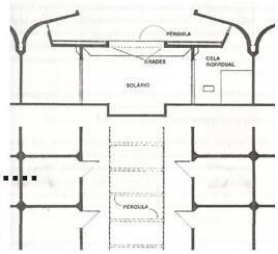
Demolição de grandes unidades penais - Carandiru e Frei caneca

Influencia da midiatização, espaço virtual, que se aplica na arquitetura penal com a implantação de salas de conferencia

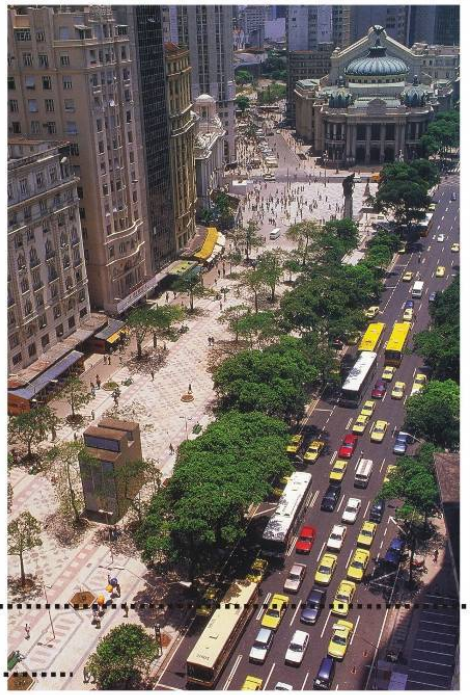
2006: primeira unidade da APAC (MG) construída segundo seus fins.

Transformações Recentes

Novas unidades de Bangu
Fonte: Google Earth



Galeria de celas de Bangu II
Fonte: SENNA, 1996: 195



Cinelândia depois do Rio Cidade
Fonte: IPLAN/Rio, 1996: 57

Pinacoteca de São Paulo
Fonte: arquivo pessoal da autora

Edifício Rio Branco 1
Fonte:http://www.pbase.com/andremendonca/image/82840193

Penitenciária Industrial de Cascavel, PR
Fonte: http://www.pr.gov.br/depen/pi_guarapuava.shtml

Implosão do Carandiru, SP
Fonte:www.prefeitura.sp.gov.br/portal/upload/implosao

Penitenciária Fedral de Catanduvas, PR
Fonte:http://www.mauriciohernandeznorambuena.com/director-catanduvas-tortura-brasil.html

Unidade da APAC, MG
Fonte:VAZ, 2005: 203

5.6. O Atual Sistema Penal Brasileiro

Apresentada a evolução da arquitetura penal brasileira até a atualidade, será explicitado, a seguir, o sistema penal brasileiro vigente atualmente, algumas de suas regras de conduta, a definição dos estabelecimentos em uso e algumas recomendações projetuais para elaboração de seus projetos. Não é intenção dessa pesquisa esgotar esse assunto, mas apresentar alguns pontos considerados relevantes para o entendimento do contexto penal brasileiro, das suas transformações mais recentes, dos seus estabelecimentos e da concepção seus ambientes, formando uma base para um melhor entendimento da experiência prática no ambiente penal, a ser tratada com ênfase no Capítulo 6.

O Código Penal Brasileiro, hoje utilizado, foi sancionado em 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, logo após a instalação do "Estado Novo" e, no que se refere à execução da pena e tratamento penal, se baseia no sistema progressivo: após ter cumprido pelo menos um sexto da pena com trabalho e bom comportamento – avaliados segundo exames e observação – o preso pode ser encaminhado para regimes menos rigorosos, até que seja posto em liberdade. Foi bastante modificado, buscando atualizar as sanções e a execução penal. A Lei 6.416 de 24/05/1977 inclui no julgamento do preso o caráter de sua personalidade, antecedentes, motivos e circunstâncias do crime, grau de perversão, assim como concede a perda de regalias e da progressão do regime no caso do preso violar as normas do estabelecimento penal no qual cumpre pena (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1977: sem paginação). [187]

A Lei de Execuções Penais – lei n.º 7210, de 11/07/84 (LEP) – aplicada hoje no Brasil, é única, assim como as diretrizes para a concepção das unidades penais, variando a gestão entre os estados e, se fundamenta em diversos princípios já propostos na Lei 6.416 de 24/05/1977. Segundo a LEP, o objetivo do sistema penitenciário brasileiro é reintegrar o preso – provisório ou condenado – à sociedade, dando-lhe condições para tanto. O Estado deve ressocializar o preso, ou seja, criar-lhe condições para que possa voltar a viver na sociedade. A execução penal passa a ter um caráter mais humano, o Estado se compromete a tratar o preso com igualdade de direitos, sem qualquer tipo de distinção, respeitando os direitos humanos, fato que nem sempre se concretiza na prática.

> Art. 5º - Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

[187] Disponível em http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6416.htm. Acesso em 07/11/2007

> Art. 9º - A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:
>
> I - entrevistar pessoas;
>
> II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;
>
> III - realizar outras diligências e exames necessários (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984: sem paginação).

A lei é um código social, se estabelece e se transforma de modo paliativo, de acordo com as necessidades das situações que se apresentam e que se configuram por transformações sociais, culturais e históricas. Dessa forma, novas leis vão se estabelecendo, de modo a complementar e atualizar a LEP. As leis de crimes hediondos – n. 8.072/90[188], modificada para n.8.930[189], em 06/09/94 – e criminalidade organizada – lei n. 9.034/95[190] modificada para n.10.217/01[191] – buscam endurecer a pena para certos tipos de crime, enquanto as transações penais e juizados especiais – n. 9.099/95[192] – criam uma alternativa para a pena de reclusão. Da mesma forma, se estabelece o RDD – lei n. 10.792[193], de 01/12/2003 – que permite o isolamento de presos que pertençam a facções criminosas ou que cometam graves faltas disciplinares no cumprimento da pena e se institui a lei n.11.466[194], de 28/03/07 – proibindo o preso do uso de telefones celulares ou aparelhos de comunicação.

Segundo a LEP, os estabelecimentos penais se destinam aos condenados, presos provisórios e ao egresso[195]. Devem os estabelecimentos prever áreas de recreação, esportes, trabalho, educação e assistência aos presos. Nos estabelecimentos penais, os presos são separados, primeiro por sexo e entre condenados e provisórios – sob custódia aguardando julgamento – depois, entre primários ou reincidentes, e de acordo com a gravidade da penalidade cometida, contendo para cada situação, um estabelecimento referente. Nenhum estabelecimento penal, independente de seu caráter, capacidade, ou nível de segurança deve ultrapassar a capacidade de 200 indivíduos por módulo de celas (BRASIL, 2005: 30).

---

[188] Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8072.htm. Acesso em 07/11/2007

[189] Disponível em http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6416.htm. Acesso em 07/11/2007

[190] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9034.htm. Acesso em 07/11/2007

[191] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.792.htm#art52. Acesso em 07/11/2007

[192] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm. Acesso em 07/11/2007

[193] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.792.htm. Acesso em 07/11/2007

[194] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11466.htm. Acesso em 07/11/2007

[195] De acordo com a LEP, um preso libertado em definitivo é considerado egresso pelo período de um ano após a sua libertação.

Para um melhor entendimento deve ficar claro que os estabelecimentos penais (Fig. 162) englobam os estabelecimentos penitenciários, presidiários e assistenciais (patronatos, conselho de comunidade ou similares). Os estabelecimentos penais podem ainda ser polivalentes, ou seja, podem possuir seções, módulos ou anexos com destinações diversas, sempre cumprindo as finalidades do estabelecimento principal. Pode também o estabelecimento constituir um conjunto – ou complexo – penal, ou seja, reunir mais de um estabelecimento penal autônomo em um mesmo lugar. Nesse caso, cada unidade deve seguir as recomendações – normas de dimensionamento, segurança, capacidade – respectivas ao seu caráter, além de serem independentes – cada uma com acesso e equipamentos de apoio individuais. Dessa forma, a capacidade para o conjunto penal é ilimitada. As unidades penais femininas devem dispor de uma ala ou seção para abrigar gestantes e parturientes, assim como uma ala ou seção para abrigar as crianças até um ano de idade (BRASIL, 2005: 45).

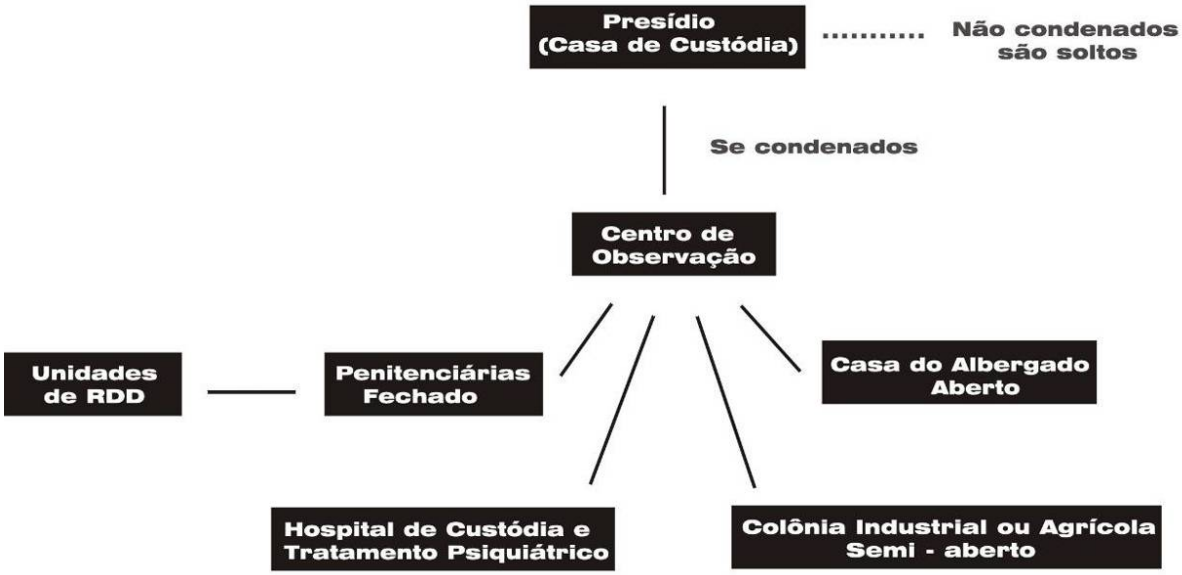


Fig. 164 – Fluxograma dos estabelecimentos penais brasileiros
Fonte: elaborado pela autora

Penitenciária

A penitenciária é o estabelecimento que abriga os presos sentenciados em regime fechado de ambos os sexos. As penitenciárias variam de caráter, de acordo com as classificações de separação de presos existentes, ou seja, existem as de segurança máxima ou média, que atendem respectivamente aos presos com penas maiores ou menores que cinco anos – adota o regime fechado – havendo uma separação entre os reincidentes e os primários, segundo a periculosidade dos detentos, separados por alas da unidade. As penitenciárias sofrem, ainda, uma adaptação à situação atual do crime

organizado no país e já são estas divididas segundo as facções criminosas (SENNA, 1996: 199) [196].

Em estabelecimentos de segurança máxima, os presos devem ser abrigados em celas coletivas – ou alojamentos – para até seis presos com uma área mínima de 2,5 m² por preso, contendo dormitórios, aparelho sanitário e lavatório, além de condições mínimas de salubridade, como por exemplo, ventilação permanente e iluminação natural indireta. Deve ser previsto, ainda, 5% de celas individuais utilizadas para isolar o preso, caso seja necessário, ou como celas especiais para ex- policiais e pessoas com nível superior. Sua capacidade pode variar entre 300 e 800 presos.

Os estabelecimentos de segurança máxima especial abrigam os condenados com pena superior a oito anos – regime fechado. Todos os presos devem ser abrigados em celas individuais com uma área mínima de 6 m², contendo um dormitório, aparelho sanitário e lavatório, além de condições mínimas de salubridade. No caso brasileiro, dificilmente se encontram tais condições em face da constante superlotação nos estabelecimentos penais. As celas que deveriam ser individuais acabam sendo coletivas sem, contudo, sofrerem ampliações. Apesar do preso ser abrigado em cela individual, pode participar de atividades coletivas ao longo do dia. Sua capacidade pode variar de 60 a 300 presos.

Colônia Agrícola, Industrial ou similar

É o estabelecimento que abriga os condenados em regime semi-aberto – alguns presos não-reincidentes com penas que variam entre 4 e 8 anos e presos em progressão de pena – que tem como principal objetivo a reabilitação do preso através do trabalho. Este estabelecimento busca a individualização da pena, e por isso deve abrigar presos devidamente selecionados, em número coerente com o objetivo do sistema. Neste estabelecimento, os presos podem ser alojados em celas coletivas. Adota o alojamento para 10 presos e o número de presos, por unidade, pode variar entre 60 e 1000.

Casa do Albergado

É o estabelecimento que abriga os condenados em regime aberto – presos não-reincidentes com pena de, até, 4 anos e presos em progressão de pena – e em limitação de fim-de- semana. Situa-se em meio urbano e deve conter alojamentos e espaços para palestras, cursos e atendimento ao preso – orientação e fiscalização. Neste estabelecimento não há grades ou muros e o preso passa pouca parte do dia, já que está

[196] Esse fato é de conhecimento de todos os funcionários entrevistados, vem sendo noticiado na mídia há muitos anos e amplamente discutido nas secretárias de administração penitenciária de vários estados brasileiros como Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

trabalhando fora do estabelecimento, voltando ao mesmo somente à noite para dormir, e nos fins-de-semana. Adota o alojamento e o número de presos varia entre 20 a 120.

Cadeia Pública

É o estabelecimento que abriga os presos provisórios ou em custódia, que aguardam julgamento. Tem caráter provisório e é um estabelecimento de segurança máxima. Apesar de ainda constar na lei de execução penal este tipo de estabelecimento penal – que costuma fazer parte das delegacias de polícia – vem sendo desativado em diversos estados. As casas de custódia ou presídios – em São Paulo, Centro de Detenção Provisória (CDP) – passam a abrigar os presos antes destinados para a cadeia pública.

Presídio ou Casa de Custódia

O presídio já é, hoje, popularmente chamado de Casa de Custódia, apesar do termo não existir legalmente. Faz parte da nova concepção que está sendo criada de sistema penitenciário. Este estabelecimento deve situar-se próximo ao meio urbano, facilitando o acesso de familiares e advogados. Apresenta as mesmas características físicas que a penitenciária, porém seu objetivo é, além de manter em reclusão os presos provisórios que aguardam julgamento, observá-los para facilitar o julgamento e no caso de uma futura condenação, facilitar a escolha do estabelecimento mais adequado para o preso. É um estabelecimento de segurança máxima, que adota o regime fechado e alojamento (para até seis presos). O número de presos pode variar entre 30e 800.

Centro de Observação

Nos centros de observação são realizados os exames criminológicos que irão ajudar a traçar o perfil do preso e uma futura classificação em relação aos estabelecimentos. Tem também como função apurar se os condenados pertencem a facções de crime organizado e separá-los segundo as penitenciárias designadas para cada uma delas. Desta forma podemos perceber a ineficiência do Estado que, já inclui em seu programa penitenciário o crime organizado, mostrando a sua incapacidade de dar segurança ao preso dentro do próprio sistema penal, além de assumir as facções criminosas como um fato. O centro de observação avalia o preso ao entrar e sair de cada fase do sistema, assim como sua evolução dentro de cada fase. Este centro deverá ser implantado em unidade autônoma ou em um anexo de estabelecimento penal. Este é um estabelecimento de segurança máxima especial, ou seja, adota o regime fechado e celas individuais. O número de presos varia entre 60 e 300.

Teoricamente, este procedimento traz uma individualidade no tratamento do preso. Segundo psicólogos da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro

(SEAP/RJ) o acompanhamento e a observação dos presos ficam bastante prejudicados devido ao reduzido número de profissionais em relação ao contingente de presos, o que dificulta um acompanhamento mais próximo e uma avaliação mais precisa.

Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

É o estabelecimento que abriga os "inimputáveis e semi-imputáveis". A pena de tais presos pode ser reduzida de um a dois terços caso seja constatado, após exames psiquiátricos, que o preso é "incapaz de entender completamente o caráter ilícito do fato" (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984: sem paginação) devido à perturbação mental ou desenvolvimento mental incompleto. O exame psiquiátrico, assim como outros, são tidos como necessários ao tratamento de tais presos e são obrigatórios para todos. Tais exames serão realizados no próprio estabelecimento ou, quando necessário, em dependência médica adequada. Este é um estabelecimento de segurança máxima, adota o regime fechado e alojamento (celas para até seis presos). O número de presos pode variar entre 20 e 120.

Patronatos

São destinados a dar assistência aos abrigados e aos egressos. Orientam os condenados à pena restritiva de liberdade, fiscalizam o cumprimento das penas de prestação de serviços, o cumprimento dos regimes abertos e semi- abertos e da liberdade condicional.

Conselho de Comunidade

Destina-se a fiscalizar os estabelecimentos penais e a solicitar recursos materiais e humanos para a assistência do preso.

Assistência

Se a execução da pena tem como dever ressocializar o condenado, o Estado tem o dever de prestar a ele assistência, segundo a LEP:

1. **Materia**l: alimentação, vestuário e habitacional, com padrões de higiene;
2. **À saúde:** médica, odontológica e farmacêutica; esta sendo tanto de prevenção como curativa, ficando a cargo da Previdência Social, custeada pela União;
3. **Jurídica:** é destinada aos presos sem recurso para tanto, sendo obrigatório este serviço dentro do estabelecimento penal;

4. **Educacional:** instrução escolar, sendo o 1º grau obrigatório, e formação profissional chegando ao aperfeiçoamento técnico. Podem ser os cursos ministrados por qualquer entidade, além de obrigatória a presença de uma biblioteca;
5. **Social:** tem como função amparar o preso e sua família, acompanhar e avaliar o comportamento do preso e sua evolução, proporcionar a recreação, providenciar documentos, sendo assim o principal responsável por sua reintegração na sociedade;
6. **Religiosa:** disponibilizar no estabelecimento penal um espaço para cultos, seja ele de qualquer religião e permitir a posse de livros religiosos. O preso não é obrigado a participar de nenhuma das atividades religiosas.

Após cumprir a pena, o egresso tem direito a receber dois meses de alojamento e alimentação do Estado, podendo este prazo se estender se for provado que o indivíduo, de fato, está buscando se empregar e se reintegrar à sociedade. Este direito também é válido para o libertado condicional.

Atividade profissional

O trabalho no interior do estabelecimento penal é, para o condenado, um dever, não uma obrigação, deve ter finalidades produtivas e, principalmente, educativas. Se o preso opta por não trabalhar, não é penalizado por isso, mas se opta por fazê-lo, é recompensado: cada três dias de trabalho reduzem um dia da sua pena, além de receber remuneração pelo trabalho. A remuneração deve, em primeiro lugar, pagar indenizações, se estas fizerem parte de sua sentença, dar assistência à família do preso, pagar suas despesas pessoais e, ainda, ressarcir os gastos que o Estado teve com a sua própria manutenção. O restante será depositado em uma poupança, entregue ao preso ao final do cumprimento de sua pena.

A atividade profissional exercida pelo preso deve estar dentro das suas aptidões, sempre no período de 6 a 8 horas por dia e voltado à lucratividade. Os produtos gerados pelo trabalho prisional podem ser comercializados com entidades do Estado ou particulares. O trabalho pode ser gerenciado pelo Estado ou por empresas e instituições externas, ficando estas responsáveis pela supervisão do trabalho, pelo pagamento dos presos e pela comercialização dos produtos gerados. Apesar de ser permitido o trabalho externo para os presos em regime fechado, as medidas de segurança contra fugas praticamente o tornam inviável.

Deveres, direitos, disciplina, sanções

O preso tem, como dever, a submissão à disciplina que lhe é imposta, o respeito e a obediência ao regime e às pessoas de sua convivência dentro do estabelecimento penal. De acordo com a LEP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984: sem paginação), "A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho". Deve ficar clara a diferença entre o dever e a obrigação: é dever do preso, por exemplo, não fugir, mas não é uma obrigação, já que este não pode ser penalizado por isso – sua pena não pode ser aumentada – pode apenas receber uma sanção, como perder os benefícios recebidos durante o cumprimento da pena, como os dias de pena compensados pelo trabalho, ou visitas.

As chamadas faltas disciplinares cometidas pelos presos (faltas não são penalidades e por isso não podem prolongar a pena do condenado) são classificadas segundo a sua gravidade. Essa classificação pode variar de acordo com o estabelecimento penal, com exceção das faltas graves – tentativa de fuga, o furto ou confecção de objetos como facas e similares, o descumprimento das regras de liberdade condicional, uso de aparelho comunicador (telefone celular, rádio, etc.) entre outras – que são únicas para qualquer estabelecimento. Ao cometer uma falta, o preso recebe uma sanção, isto é, uma sentença do estabelecimento penal, que pode ser uma advertência, repreensão, perda de regalias, suspensão de direitos ou até o isolamento, sendo as duas últimas aplicáveis por, no máximo, um mês.

As faltas graves e o envolvimento ou participação do preso em organizações criminosas podem também ser penalizadas com a transferência do preso para o RDD – adota o isolamento total, com direito a banho de sol por 2 horas ao dia e visitas semanais de, somente, 2 pessoas – no qual o preso pode permanecer por 360 dias. Esse regime pode se aplicar a qualquer categoria de preso – condenado ou provisório – em um estabelecimento ou uma ala de unidade designada para este fim. Assim como sanções, o preso pode também receber recompensas pelo bom comportamento, como a concessão de regalias e a redução da pena.

Recomendações Projetuais

Os projetos de unidades penais devem ser elaborados segundo as diretrizes determinadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)[197]. As recomendações levam em conta a facilidade de acesso à unidade, serviços básicos de

[197] BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Diretrizes básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.** - Brasília: CNPCP, 2005.

infra-estrutura, reservas disponíveis e topografia do terreno. A segurança é o principal fator determinante do partido arquitetônico adotado, de modo que as recomendações de dimensionamento, acesso, fluxos e setorização são sempre determinadas pelo aspecto da segurança.

> Deve-se ter consciência da importância que tem a definição de uma linha de projeto que poderá vir a facilitar a administração e manutenção do edifício proposto e, conseqüentemente, influir no comportamento das pessoas que dele fazem uso. É fundamental favorecer as instalações com um mínimo de conforto, procurando soluções viáveis que permitam um grau de segurança necessário. (BRASIL, 2005: 36).
>
> i) ter em conta um cuidado especial na escolha de elementos de composição e de fachada, devido à possibilidade de utilização dos mesmos como esconderijos para pessoas ou objetos. (BRASIL: 2005: 37)
>
> O muro não poderá, em hipótese alguma, possuir saliências ou reentrâncias em sua face interna. (BRASIL: 2005: 33)

Desse modo, o CNPCP recomenda o acesso único à unidade e uma organização física da unidade que evite barreiras visuais e possam formar pontos cegos que dificultem a observação, principalmente em áreas que necessitam de maior segurança. A setorização das unidades deve ser rígida, evitando a sobreposição de fluxos de presos, funcionários e visitantes e sua sobrecarga. Propõe a aplicação de três setores: (1) setor externo – fluxo de visitantes e da guarda externa (polícia militar); (2) setor intermediário – fluxo de presos, pessoal interno e visitas nos dias especificados; (3) setor interno – exclusivamente presos e funcionários internos (BRASIL, 2005: 45). No setor interno, os presos devem ser subdivididos por módulos que apresentem certa independência: celas ou alojamentos, área para refeição e lazer e pátios de banho de sol separados.

> d) considerar como unidade de vivência as alas celulares, que além das celas, devem contar com áreas para lazer diário, refeitório e pátio; esta medida, além de organizar melhor os fluxos internos no estabelecimento, permite uma melhor seleção de pessoas presas segundo sua categoria;
> e) evitar sobrecarregar e superpor fluxos nas escadas e circulações por onde transitem pessoas presas; (...)
> g) caracterizar no projeto um zoneamento geral intencional que permita a organização de cada fluxo de circulação em particular; (BRASIL: 2005: 37)

Todas as instalações devem ser cuidadosamente estudadas. Os esgotos lançados em caixa de inspeção externa, serviços de iluminação artificial, descargas e abastecimento de água podem ter controle externo com horários estabelecidos – obrigatoriamente nas unidades de segurança máxima especial. Quanto aos materiais deve-se sempre evitar a aplicação de material combustível – como alguns tipos de tinta – e materiais abrasivos, principalmente nas áreas de vivência. No interior das celas não devem ser usados elementos metálicos – como registros – azulejos ou cerâmicas ou luminárias sem grade

protetora, enfim “todo objeto que possa transformar-se em arma ou servir de apoio ao suicídio” (BRASIL, 2005: 40).

Considerando as regras de conduta no sistema penal brasileiro e suas recomendações projetuais até aqui explicitadas, serão apresentados alguns projetos e experiências de funcionários da SEAP, arquitetos e engenheiros em algumas unidades penais no Rio de Janeiro a partir do entrelaçamento das questões já levantadas ao longo da pesquisa, informações de campo, de concepção e execução do projeto, relatos e impressões no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6

Projetos, Relatos e Impressões no Rio de Janeiro

6. Projetos, Relatos e Impressões no Rio de Janeiro

> *A simplicidade das leis constitui uma simplificação arbitrária da realidade que nos confina a um horizonte mínimo para além do qual outros acontecimentos da natureza, provavelmente mais ricos e com mais interesse humano, ficam por conhecer (SANTOS, 1996: 31).*

> *Ao incorporarmos as dimensões espontâneas e reflexivas nossas emoções e sentimentos da experiência de interação com o ambiente, passamos a lidar conscientemente com elas, nós observadores deveremos produzir avaliações muito mais significantes e abrangentes, além de tornar nossa atividade mais rica e interessante (RHEINGANTZ, 2004: 08).*

Esse capítulo tem como objetivo mostrar a prática no sistema e no ambiente penal, a partir do conhecimento mais profundo de algumas unidades do Rio de Janeiro, em funcionamento atualmente, buscando obter uma apreensão mais aproximada e menos representativa e utópica da realidade penal.

A partir do conceito de *empatia* apresentado no Capítulo 1 – compreensão da experiência do outro sem que se tenha passado por ela – é possível uma maior proximidade com funcionários e presos e melhor entendimento e apreensão do ambiente penal. Da mesma forma, a experiência do pesquisador em campo e a conscientização de suas sensações ao longo da observação – observação incorporada –, fazem do observador um protagonista da experiência. O foco da observação é o papel da arquitetura e a sua contribuição na prática penal, que se apresenta aqui como um entrelaçamento de normas propostas pelo Estado, contexto, tipologia arquitetônica, relatos e impressões – do pesquisador (Anexos 3, 4 e 5), de funcionários, profissionais da área e presos – e observações em campo. Desse modo, o capítulo é subdividido em dois itens:

(1) Relatos e Impressões: apresentação do entrelaçamento de informações de projeto – elaboração e execução, tipologia, contexto – com relatos de profissionais da área sobre a sua experiência prática e o funcionamento das unidades, além de impressões do pesquisador em campo.

(2) Considerações sobre a contribuição da arquitetura

6.1. Projetos, Relatos e Impressões

Esse item apresenta algumas unidades penais no Rio de Janeiro, não só a partir do projeto de arquitetura e tipologia, mas também, do seu funcionamento na prática, a partir de relatos de profissionais da SEAP, funcionários das unidades, assim como profissionais que trabalharam na elaboração dos projetos e observações em campo. É um entrelaçamento das informações levantadas ao longo da pesquisa com o conhecimento prático e a experiência em campo – não só do pesquisador como de outros profissionais. Esse entrelaçamento tem como finalidade, detectar pontos positivos e negativos dos projetos de unidades penais a partir da experiência prática, possibilitando um aperfeiçoamento da prática projetual na área e um melhor conhecimento de certas particularidades do ambiente penal.

Cabe ressaltar que as unidades aqui apresentadas – Bangu I, II, III e IV; Talavera Bruce e Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá – foram escolhidas pelo fato de que houve possibilidade de acesso do pesquisador, não somente a elas – Bangu IV, Talavera Bruce e Unidade Materno Infantil – como a seus dados projetuais e processo de elaboração do projeto – Bangu I, II e III –, em alguns casos. Não é intenção desta dissertação fazer uma radiografia dos estabelecimentos penais fluminenses, porém, algumas unidades são aqui utilizadas como apoio para a análise de como arquitetura pode participar, positivamente ou não, de sua configuração e uso.

A partir do relato de profissionais e presos e da aproximação com a realidade penal foi possível levantar alguns problemas e intervenções em projetos em relação à aplicação do sistema penal brasileiro atual. A observação em campo permite ao pesquisador um conhecimento mais rico do ambiente estudado que se configura a partir de suas impressões, cheiros do lugar, percepção das relações estabelecidas pelos usuários, relação com o espaço físico e apreensão do uso do espaço em sua rotina. *Desse modo, busca-se evidenciar a contribuição da arquitetura e sua participação nos objetivos da gestão e na resolução de questões típicas desse programa penal.*

Complexo Penitenciário de Bangu

As primeiras unidades de Bangu são construídas na década de 1940, quando ainda não se tem a intenção de conformar um complexo penal, mas de isolar as unidades penais do centro urbano. Desse modo esses estabelecimentos se configuram como unidades autônomas – a atual Penitenciária Talavera Bruce, a Penitenciária Central e o Sanatório Penal. Com o passar dos anos outras unidades penais são construídas configurando o Complexo Penal de Bangu (Fig, 165). A “onda humanizadora” estabelecida na década de

1980 e a instituição da LEP, trazem a necessidade de novas unidades penais mais condizentes com essa nova proposta, que ficam conhecidas como as novas unidades de Bangu: Bangu I, II e II.

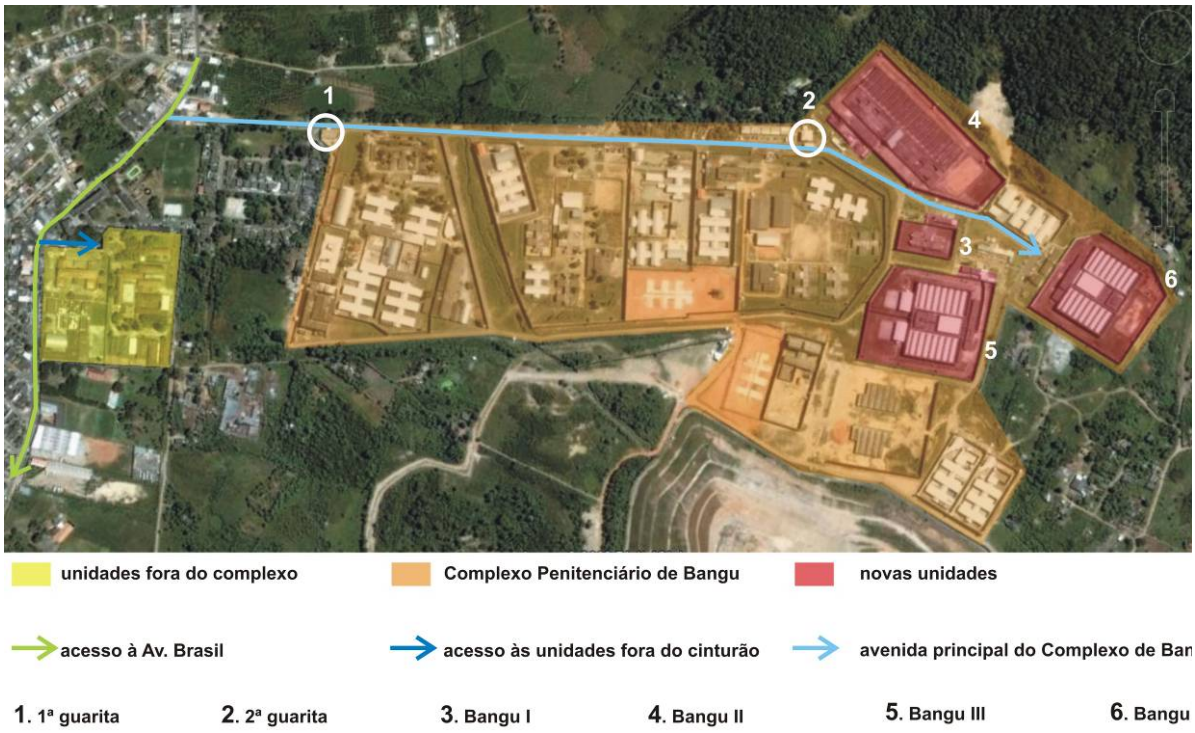


Fig. 165 – foto aérea do Complexo Penitenciário de Bangu
Fonte: Google Earth

O projeto original dessas primeiras unidades (Bangu I e II), do arquiteto João Figueiras (Lelé), do início da década de 80, prevê a construção de uma penitenciária de segurança máxima com capacidade para 320 detentos – 10 galerias cada uma com 32 celas – e uma de segurança média com capacidade para 576 detentos – 18 galerias cada uma com 32 celas. Ambas são desenvolvidas a partir de uma variação da tipologia de blocos paralelos, largamente aplicadas no mundo do início do século XX até o final da década de 1950. O bloco de celas é concebido em um só pavimento, adotando um partido horizontal que permite que cada galeria tenha seu corredor alargado e aberto, criando uma área para banho de sol e certa independência. Enquanto nos modelos originais os blocos usavam corredores centrais e eram separados por pátios que permitiam a circulação do ar – as celas se abriam para o corredor e para o exterior –, nas unidades novas de Bangu as celas apresentam a configuração “fundo contra fundo”, impossibilitando a ventilação cruzada. Os projetos são elaborados a fim de cumprir com as exigências da LEP e estabelecer uma arquitetura mais humana para as unidades prisionais.

As novas edificações (Fig. 165) apresentam, ainda, uma nova concepção em relação a sua estrutura, se dividindo em duas zonas: intra e extramuros (Fig. 166). O setor *extramuros* se destina à administração e alojamento da polícia militar – que não tem acesso ao interior das unidades, exceto em casos extremos, como rebeliões. O setor *intramuros* se subdivide em duas zonas: (1) o bloco de apoio que abriga a vigilância, administração interna, biblioteca, centro médico, cozinha, oficinas de trabalho, ginásio, lavanderia, cantina e farmácia, onde presos só circulam em situações específicas; (2) bloco de vivência que abriga as galerias de celas – dotadas de pátio e área de estar.

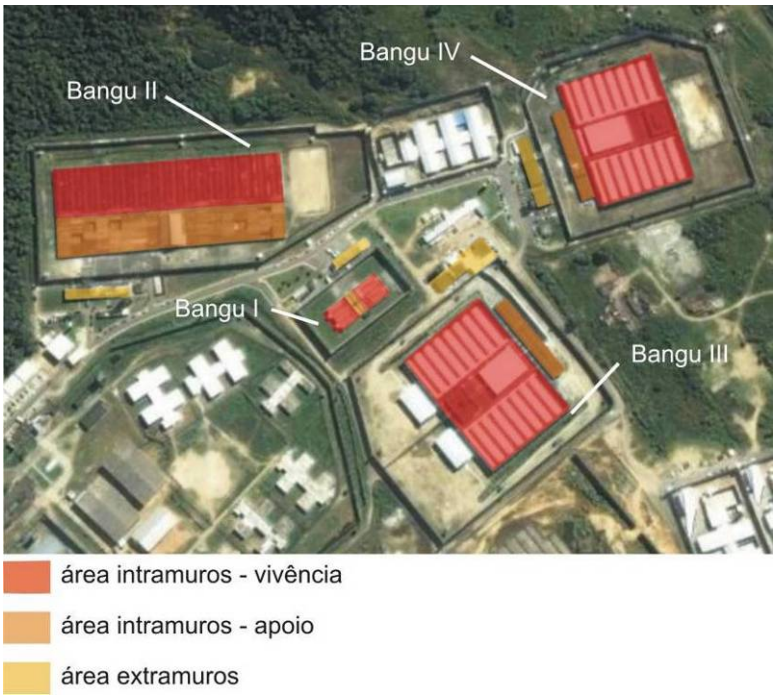


Fig. 166 – Setorização das novas unidades de Bangu
Fonte: Google Earth

Hoje, o Complexo de Bangu se configura por três tipos de unidades quanto à sua localização: (1) as externas e mais antigas que ficam fora do que os funcionários chamam de "cinturão" que é a parte murada com uma guarita na entrada; (2) as internas ao "cinturão" e (3) as que apresentam maior nível de segurança – as mais recentes, Bangu I, II, III, IV, entre outras – que estão contidas em uma área murada com acesso por uma guarita dentro do "cinturão" (Fig. 167).

> A entrada no grande "cinturão" se faz por uma guarita, onde funcionários conferem a documentação de toda e qualquer pessoa, inclusive funcionários. Logo se vê a grande via principal (Estrada General Emílio Maurell Filho) que dá acesso às unidades: uma extensa reta de terra batida[221]. Do lado esquerdo uma grade e árvores ao fundo, do lado esquerdo uma enorme muralha de concreto que não permite perceber os limites entre as unidades,

[221] Hoje todas as vias do complexo já estão asfaltadas.

somente seus portões de acesso – as unidades ficam coladas umas ás outras e a muralha se estende de forma contínua (Fig. 01 e 02).

Ao longo do percurso, nenhuma árvore e praticamente nenhuma vegetação. Também não se vê nenhum equipamento urbano, como pontos de ônibus, bancos, ou pessoas circulando[222], a visão é bastante árida, sem vida e o ambiente, extremamente quente. Parentes de presos, posteriormente relataram que mesmo nos dias de visita, a movimentação de pessoas só é vista junto às guaritas de passagem entre os setores e nas entradas das unidades É também notável o aspecto de abandono que se nota pelo mato crescendo pelos cantos, pinturas descascadas nos portões e a poeira trazida pela passagem dos carros na via de terra batida. [223]

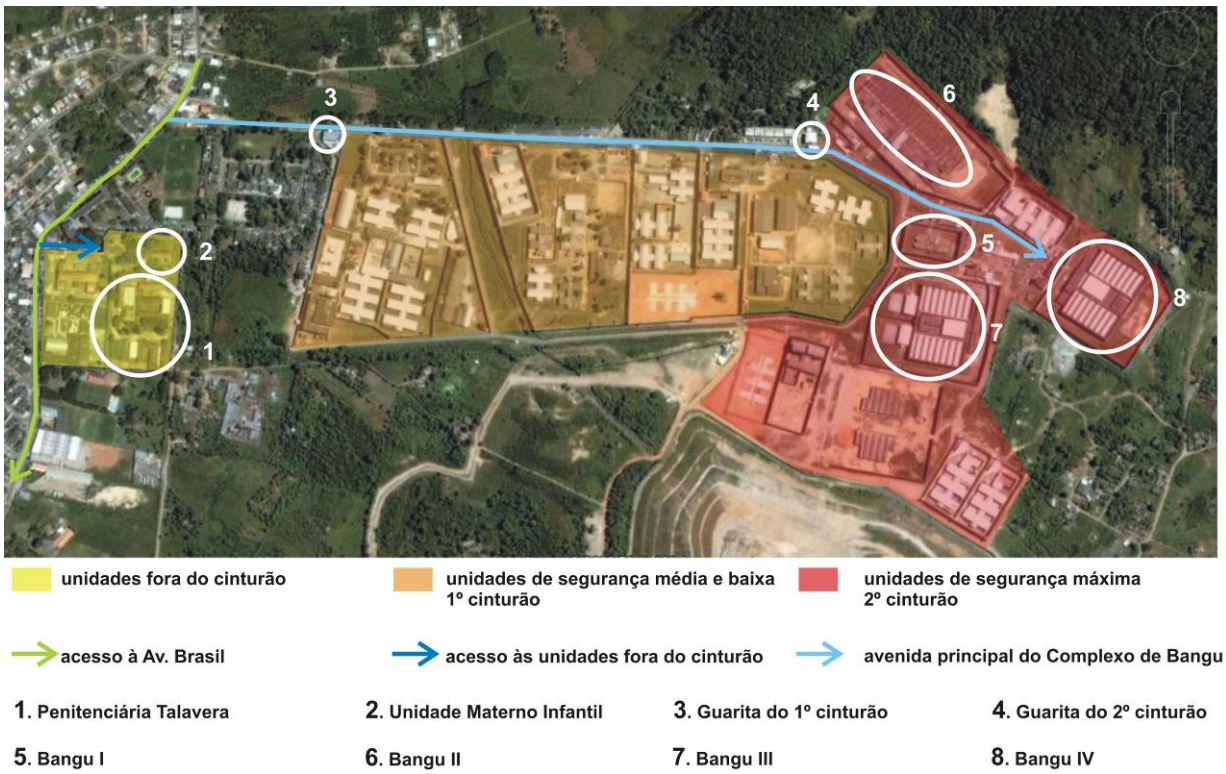


Fig. 167 – Complexo Penitenciário de Bangu.
Fonte: Google Earth

Bangu I [224]

Em 1988, a penitenciária que seria de segurança média com capacidade para 320 detentos inaugura como penitenciária de segurança máxima com capacidade para apenas 48 presos – divididos em 4 galerias (Fig. 167) – cada uma com 12 celas individuais. A unidade é construída com o objetivo de abrigar os "chefões do narcotráfico" buscando atender a lei de crimes hediondos e criminalidade organizada e, ainda hoje,

[222] Devido às grandes proporções das unidades e a conseqüente distancia entre elas, são usados ônibus internos para o deslocamento de funcionários e visitantes.
[223] Trecho retirado do Relato Experiencial de Bangu IV, disponível no Anexo 3.
[224] Essa unidade não foi visitada pelo pesquisador, devido ao seu alto grau de segurança. No entanto a análise foi realizada com base em relatos de profissionais, de alguma forma, a ela associados

apresenta essa finalidade. Na sua inauguração, já usa como critério de separação dos presos as facções criminosas a qual pertenciam e classifica as galerias em (a) Comando Vermelho; (b) Terceiro Comando; (c) Falange do Jacaré; (d) Alemães e neutros (SENNA, 1996: 199). “Bangu 1, fortaleza inexpugnável que ganhou fama como uma espécie de Alcatraz brasileira” (veja online, 13 de setembro de 2000: não paginado)[225].

O projeto original (Fig. 168 e 169), de João Fiqueiras – o Léle – foi bastante modificado, principalmente o bloco de apoio e administração interna, que segundo Senna (1996: 199), foi reduzido a um hall com salas administrativas, serviço médico e dentário e uma área de vigilância. Com a redução da unidade e a mudança de caráter, são excluídos do projeto todos os equipamentos associados ao trabalho, educação, apoio social e psicológico. Os setores de vivência seguem o projeto original com os corredores de celas alargados, configurando uma área coberta por pérgula que recebe iluminação natural, usado como pátio, apesar de apresentarem uma configuração espacial diferente.

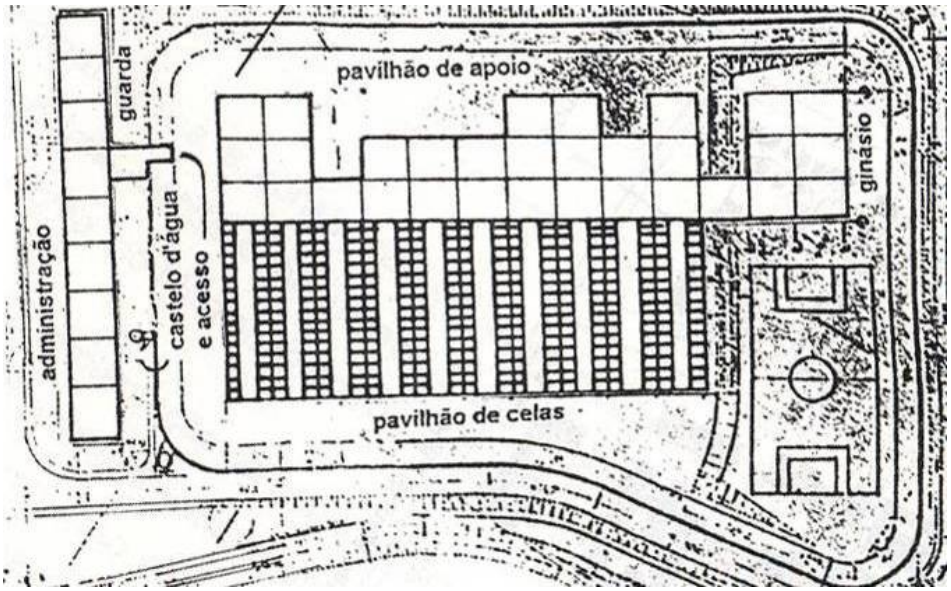


Fig. 168 – projeto original de Bangu I.
Fonte: SENNA, 1996: 192

As galerias originais são compostas de 10 blocos paralelos de celas ligados a um corredor principal de acesso que liga a ala de vivência aos blocos de apoio e serviços, já o projeto executado se constitui de apenas 4 blocos mais curtos perpendiculares ao bloco de apoio/serviço – dois de cada lado. Cada galeria apresenta, também, uma área de estar, usada como refeitório, o que permite à galeria a possibilidade de ser completamente isolada (Fig. 170 e 171). No fundo do corredor de cada galeria de celas e

[225] Disponível em http://passaporte.abril.com.br/autenticaUsuario.do?metodo=checartipoautenticacão&COD_SITE=11&COD_RECURSO=71&URL_RETORNO=http://veja.abril.com.br/130900/p_048.html

do bloco de apoio há, ainda, postos de vigilância, permitindo a observação do interior da galeria e da área entre a edificação e o muro (Fig. 172), além das guaritas da polícia militar, localizadas nos muros que fazem a vigilância do exterior e da área do campo de futebol.

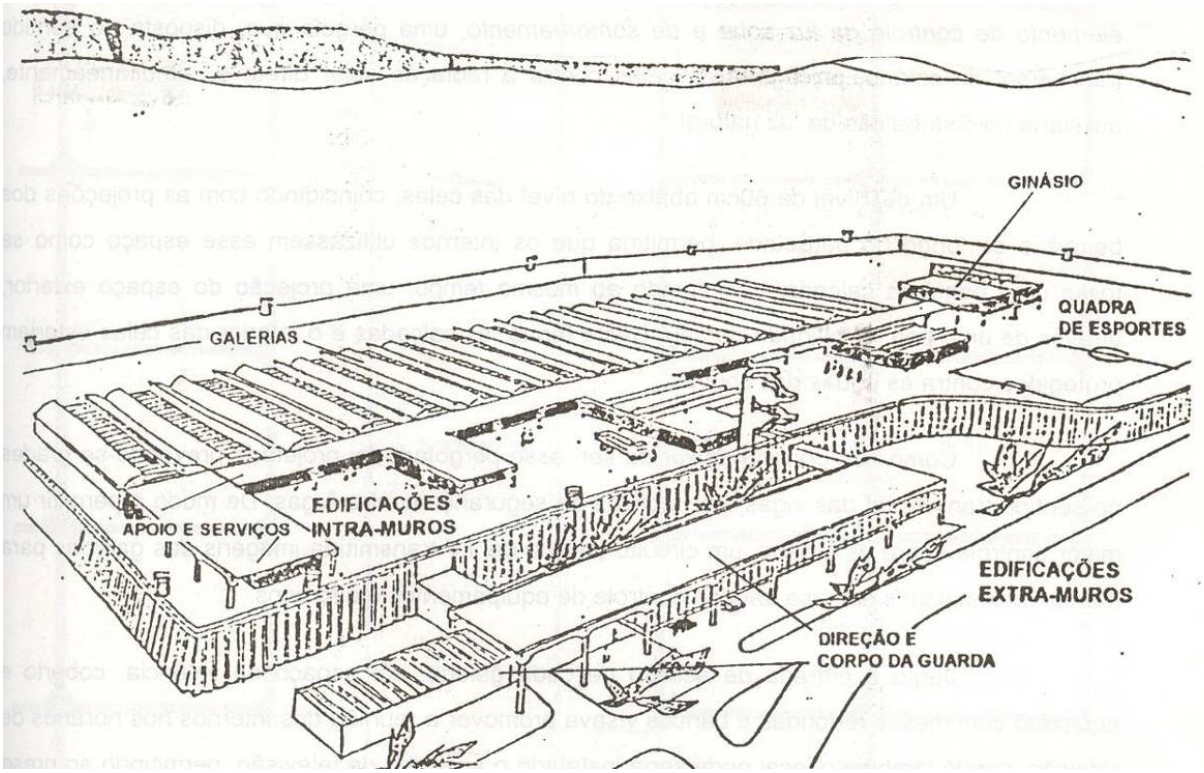
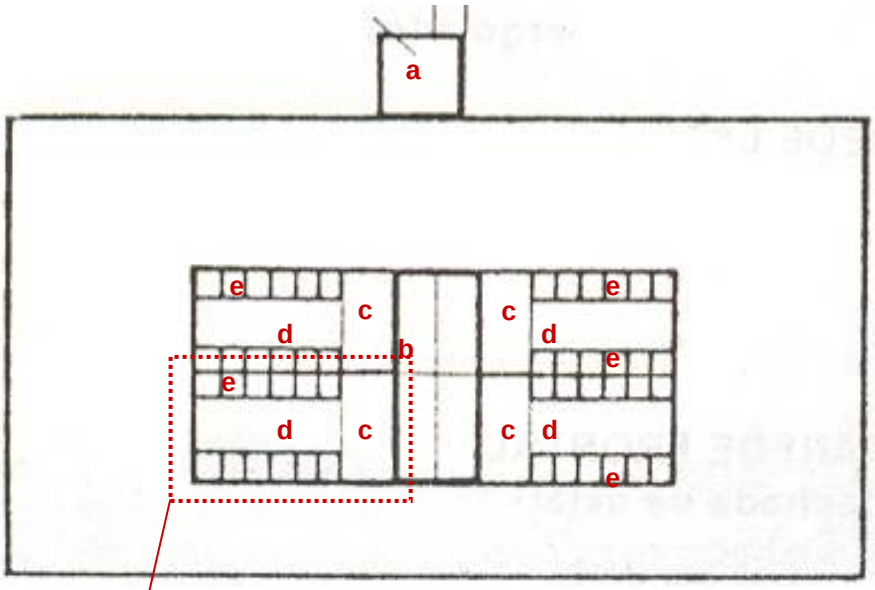


Fig. 169 – perspectiva do projeto original de Bangu I.
Fonte: SENNA, 1996: 193

Vistos como irrecuperáveis, os presos passam a maior parte do tempo confinados em sua galeria, raramente usam o espaço fora da edificação – um campo de futebol improvisado. “Em Bangu 1 não há o que fazer além de esperar o dia da liberdade. Os presos não trabalham nem estudam e passam a maior parte do tempo dentro das celas” (veja online, 13/09/2000: não paginado). A unidade foi projetada segundo os modelos das *supermax* americanas – uma unidade monolítica (Fig. 173) com todos os seus compartimentos voltados para o interior, configurando subseções semi-autônomas. Também apresenta características bastante semelhantes, como: (1) a rigidez do regime aplicado; (2) a ausência de atividades de ressocialização – que se tornam muito difíceis devido ao total isolamento; (3) uso de equipamentos eletrônicos de monitoramento e controle.



Legenda:

- **f.** bloco extramuros/acesso
- **g.** setor de administração interna e apoio
- **h.** estar/refeitório
- **i.** pátio
- **j.** celas
- **k.** posto de vigilância
- **l.** campo de futebol

Fig. 170 – planta baixa de Bangu I
Fonte: SENNA: 1996: 200

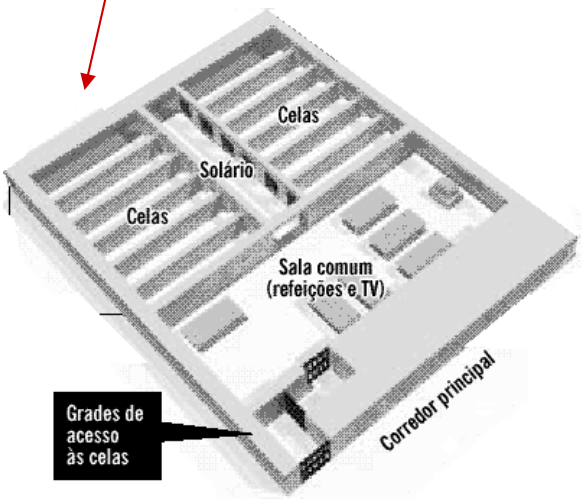


Fig. 171 – esquema volumétrico de uma galeria de celas de Bangu I
Fonte: http://epoca.globo.com/especiais_online/2002/09/16_bangu/saiba.gif

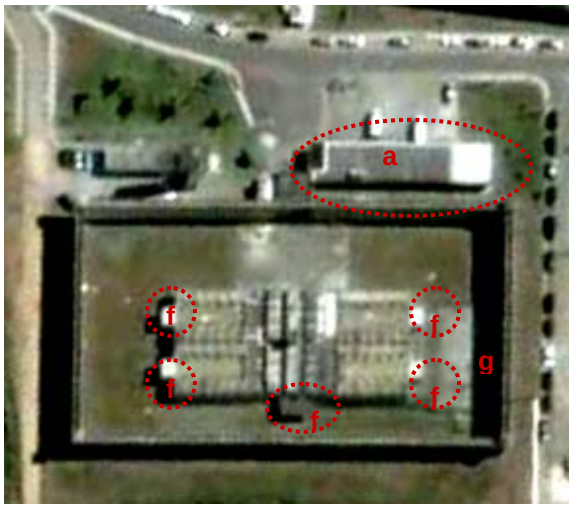


Fig. 172 – foto aérea de Bangu I
Fonte: Google Earth

Fig. 173 – Bangu I.
Fonte: http://veja.abril.com.br/130900/p_048.html

Visando atender às exigências da LEP e possibilitar um espaço mais humano, as celas apresentam como cobertura, um *shed* que permite a entrada de luz e a ventilação natural (Fig. 174 e 175), em lugar das habituais galerias escuras e enclausuradas. A parte plana da cobertura funciona, ainda, como um beiral para a fachada da galeria e funciona como base para a pérgula. O pergolado, além de possibilitar o isolamento da galeria, permite a sua observação pelos guardas nas guaritas localizadas sobre os muros – que monitoram assim, toda a movimentação dos presos. A cela também é elaborada segundo as orientações da LEP: individuais, com 6, 21m² , banheiro com chuveiro e vaso turco, uma cama e mesa para leitura (Fig. 176).

Fig. 174 – foto de uma das galerias de Bangu I ocupada pela Polícia Militar após uma rebelião.
Fonte: http://epoca.globo.com/edic/250/rio22.jpg

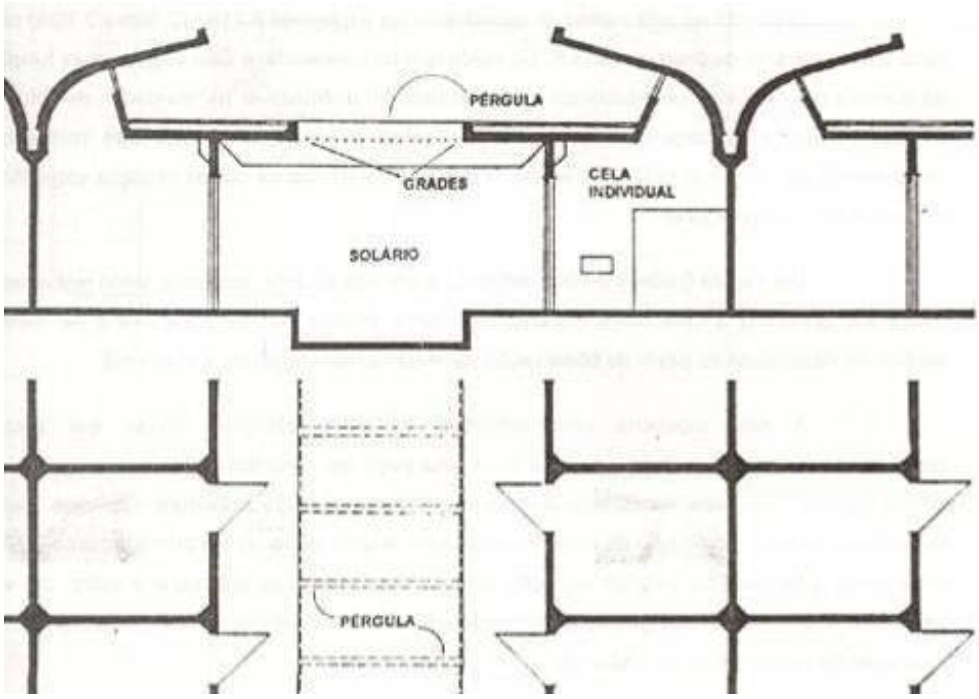


Fig. 175 – planta baixa e corte da galeria de celas de Bangu I e II.
Fonte: SENNA, 1996:195

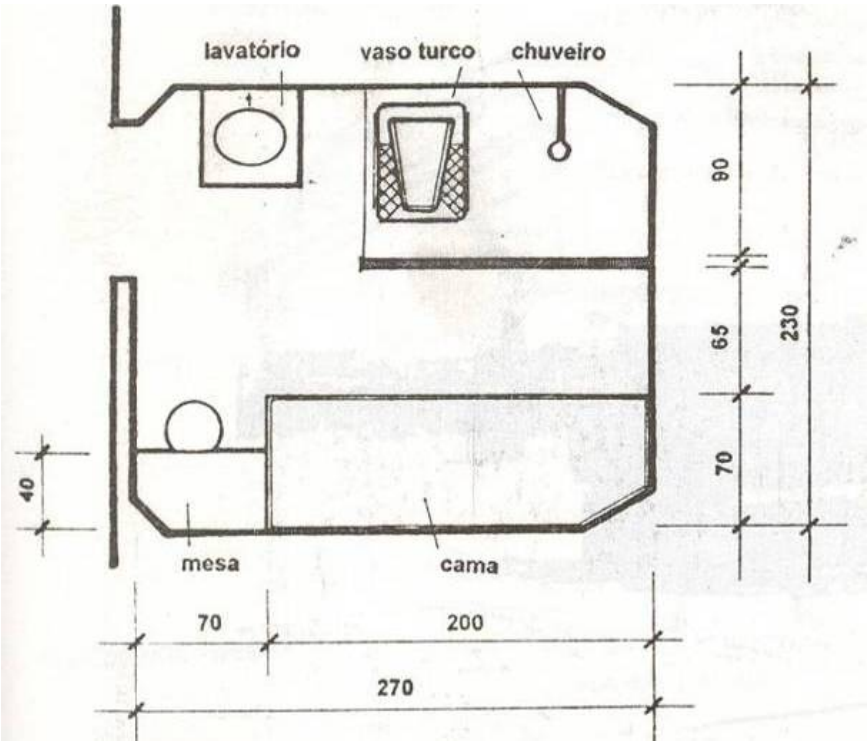


Fig. 176 – planta baixa da cela de Bangu I e II.
Fonte: SENNA, 1996:195

A construção da unidade é feita a partir de um sistema de placas pré-moldadas (Fig. 177), de modo que todos os elementos do projeto pudessem ser executados *in loco* –

esse sistema deveria ser aplicado a todo projeto de Bangu I e II, mas por seu alto custo foi somente aplicado na galeria de celas (SENNA, 1996: 197). Esse sistema permite a reutilização das formas e a repetição dos elementos adotados no projeto em outras unidades, a serem construídas futuramente, buscava assim funcionar como um modelo. As vigas, pilares e mobiliário são executados em argamassa armada, sem qualquer tipo de acabamento. Apesar de todo o cuidado na elaboração da galeria de celas, principalmente quanto à humanização e ao conforto, a solução utilizada apresenta alguns problemas.

Segundo Senna (1996: 200) quase todas as celas apresentam pedaços de plástico ou pano usados para impedir a entrada da água da chuva que respinga através da abertura do *shed* da cobertura. Segundo o relato de Eduardo König[226], o único caso de fuga bem sucedido em Bangu I, se deu pela passagem de um preso pelo vão do *shed*, após ter cerrado as grades com uma lixa de unha de metal[227]. Após esse episódio, o vão de 40 cm é reduzido para 20 cm e essa medida passa a ser padrão para as aberturas nas áreas de vivência, impossibilitando a passagem de uma pessoa.

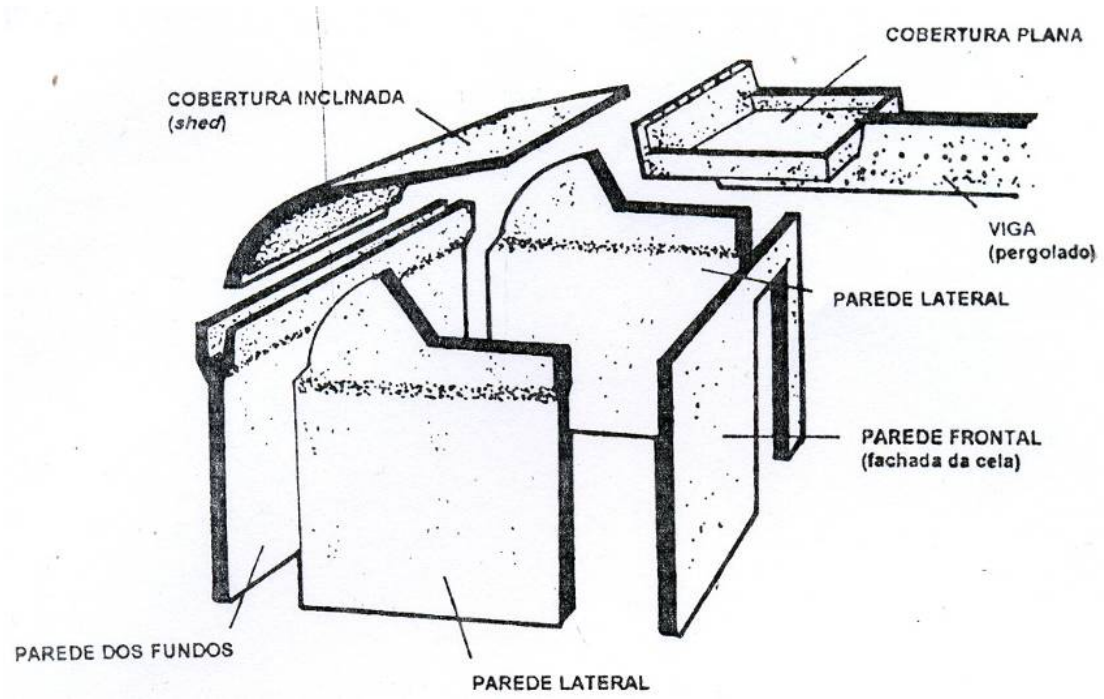


Fig. 177 – esquema de montagem dos elementos pré-moldados das celas de Bangu I e II
Fonte: SENNA: 1996: 199

[226] Ex-diretor do setor de engenharia do antigo Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE), hoje SEAP. Entrevista realizada em 09/06/2008.
[227] Por esse fato é proibida a entrada de qualquer utensílio de metal, pois qualquer material que apresente dureza maior do a das grades pode facilmente cortá-las.

Ainda segundo o relato do engenheiro Eduardo König[228], a unidade apresenta uma camada de 80 cm de pedras de mão – suficientemente grandes para não passarem pela tubulação de esgoto – abaixo da galeria de celas para evitar a escavação de túneis. Em geral, as unidades vinham substituindo a pedra de mão – muito utilizada nas casas de câmara – por camadas de concreto, que facilitam a passagem de instalações hidráulicas e de esgoto. No entanto, o concreto pode ser facilmente corroído pela urina, e as pequenas pedras acabam eliminadas pela tubulação de esgoto, tornando fácil para os presos driblar essa dificuldade, sem deixar vestígios. Desse modo a pedra de mão é novamente adotada e são instaladas caixas de inspeção fora da edificação, junto às galerias, que permitem a observação de tudo que pode ser eliminado por presos pelo esgoto.

Além da elaboração dos aspectos construtivos visando a segurança, já citados, e uma rigorosa rotina de isolamento, são também utilizados modernos sistemas eletrônicos. Sensores eletrônicos acionam alarmes contra fuga, o muro é coroado por concertinas, toda a unidade é monitorada por sistemas de câmeras, as portas das celas e galerias são acionadas por sistema eletrônico (SENNA, 1996: 201). Após um trágico motim em 11 de setembro de 2002, comandado por Fernandinho Beira-Mar, é regulamentada a aplicação do Regime Disciplinar Especial de Segurança (RDES), que funciona da mesma forma que o RDD aplicado em São Paulo (CALDEIRA, 2004: 91). Os presos enquadrados nesse regime devem cumprir pena em Bangu I, a unidade passa por uma reforma e são instalados parlatórios com vidro blindado e o bloqueador de celular.

Segundo agentes penitenciários entrevistados[229], a organização espacial da unidade de Bangu I é funcional, facilita bastante a vigilância, permitindo fácil e ampla observação do preso a uma distância segura. Tal fato, segundo esses funcionários, se deve principalmente à configuração da galeria de celas: larga – permitindo um ângulo de visão bastante aberto – e curto – permitindo a visão da frente ao fundo da galeria com exatidão (Figs. 178 e 179). Ainda segundo alguns funcionários – agentes, diretores, psicólogos – a entrada de armas, celulares e drogas está geralmente associado à corrupção de funcionários de sistema penal, como afirmou Roberto Aguiar, logo após a rebelião: “Bangu 1 é muito seguro. Seguras não eram as cabeças que estavam lá dentro. Nem a melhor segurança arquitetônica funciona quando a corrupção e a imoralidade estão instaladas” (CALDEIRA, 2004: 91).

[228] Ex-diretor do setor de engenharia do antigo DESIPE, hoje SEAP. Entrevista realizada em 09/06/2008.
[229] Entrevistas realizadas em 07/12/2004 e 17/07/2008.

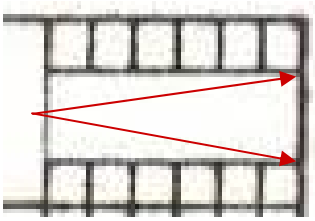


Fig. 178 – Galeria de celas de Bangu I
Fonte: esquema gráfico da autora

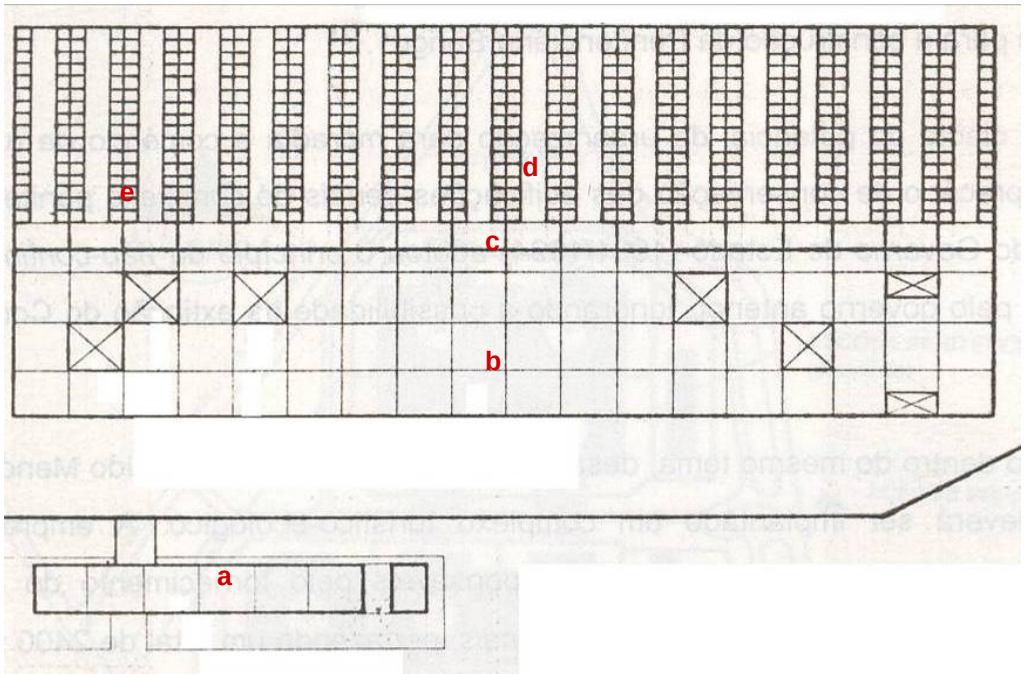
Fig. 179 – esquema de uma galeria de celas mais tradicional
Fonte: esquema gráfico da autora

Essa unidade abriga os presos de maior periculosidade no Estado do Rio de Janeiro, sendo hoje a unidade do Estado com o mais alto nível de segurança. Segundo funcionários[230], a unidade apresenta por isso um caráter diferente das demais. Enquanto na maior parte das unidades se nota uma rotina de atividades e é normal a circulação de muitos dos presos durante o dia e aquele murmurinho, em Bangu I o mesmo não acontece, apenas cochichos escondidos entre presos que tentam se comunicar de uma cela para outra. A vigilância excessiva cria um clima tenso e desconfiado, onde qualquer pequeno movimento fora do habitual pode ser indício de uma ameaça.

Bangu II [231]

Esta unidade começa a ser construída em 1986 para ser uma Penitenciária de Segurança Máxima e, a essência de sua concepção original, ao contrário de Bangu I, se mantém, (Figs. 175 e 176), assim como sua capacidade – 576 detentos (SENNA, 1996: 201). Este estabelecimento não recebe qualquer diferenciação física ou arquitetônica do estabelecimento de segurança máxima original, apesar de ser inaugurado como uma unidade de segurança média. A diferença está relacionada somente ao sistema de segurança e ao tipo de preso que recebe. Bangu II, também projetada por João Figueiras (Lelé), utiliza o mesmo método construtivo empregado em Bangu I.

[230] Entrevistas realizadas em 07/12/2004.
[231] Essa unidade não foi visitada pelo pesquisador, devido aos freqüentes problemas. No entanto a análise foi realizada com base em relatos de profissionais, de alguma forma, a ela associados



Legenda:

a. bloco extramuro /acesso
b. setor adm. interna e apoio
c. estar/ refeitório
d. pátio/ galeria alargada
e. celas

Fig. 180 – planta baixa de Bangu II, já modificada
Fonte: SENNA, 1996: 203

f. campo de futebol

Fig. 181 – foto aérea de Bangu II.
Fonte: Google Earth

A edificação segue a tipologia de blocos paralelos (Capítulo IV) e apresenta a mesma organização de blocos e funções do projeto original de Bangu I. O bloco de celas é construído segundo o projeto original: 18 galerias de celas paralelas pergoladas – como em Bangu I – e subseqüentes, cada uma com 36 celas. As celas apresentam uma configuração semelhante às celas de Bangu I: a mesma configuração interna, utilizando *sheds* na cobertura, construídas inclusive com as mesmas formas utilizadas em Bangu I

(Figs. 180 e 181). O bloco de apoio foi construído segundo um novo projeto, elaborado a partir da estrutura de concreto armado, mais econômica. O projeto original utilizava blocos separados, que foram substituídos por um grande bloco englobando os equipamentos de apoio e administração, sob uma cobertura contínua, evitando o tratamento de muitas fachadas e o alto custo da obra. Muitos dos detalhes foram simplificados para reduzir o custo da obra e a manutenção.

A galeria de celas, como já foi dito, apresenta a mesma concepção de Bangu I, como se pode observar nas figuras 182 e 183. As figuras 183, 184 e 185 permitem melhor compreensão do sistema construtivo empregado, o encaixe das peças pré-moldadas e o estudo de *shafts* para a passagem das instalações de água, esgoto, assim como o estudo para iluminação. A passagem das instalações é cuidadosamente estudada, evitando que o preso tenha acesso a elas, como especifica a LEP.

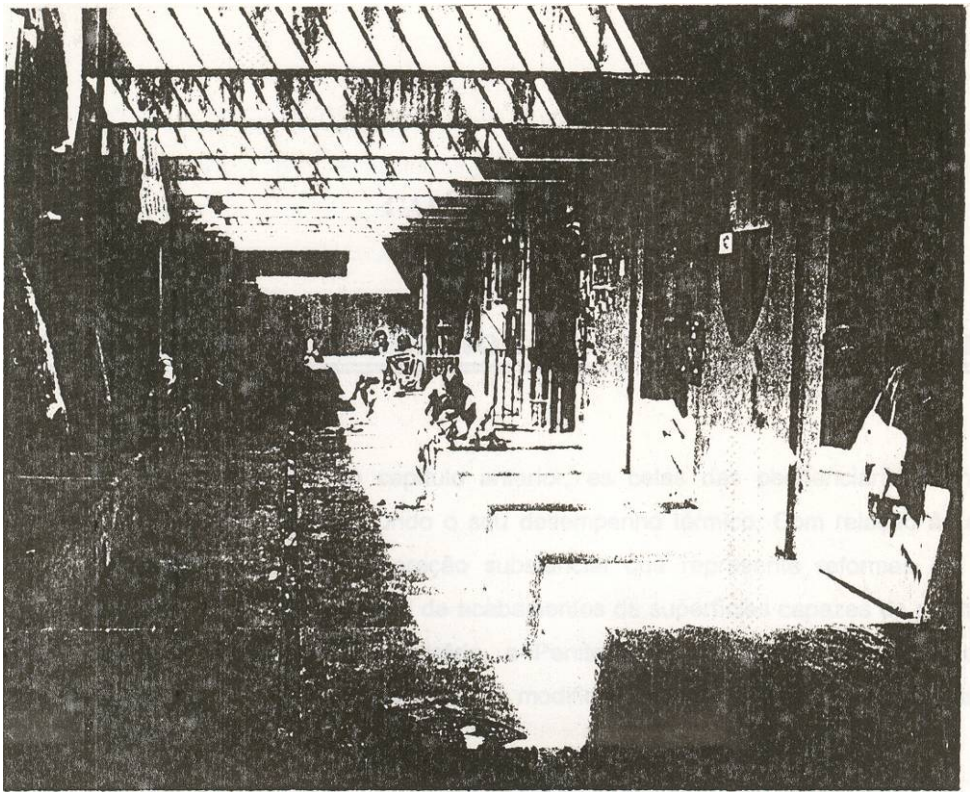


Fig. 182 – foto de uma das galerias de Bangu II
Fonte: SENNA, 1996:195

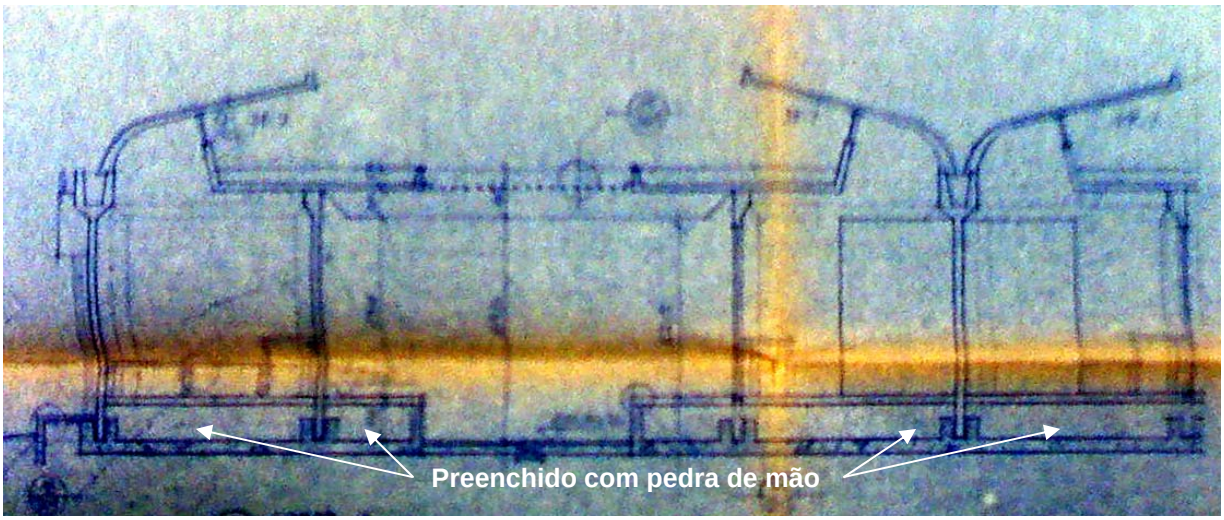


Fig. 183 – corte da galeria de celas de Bangu II.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

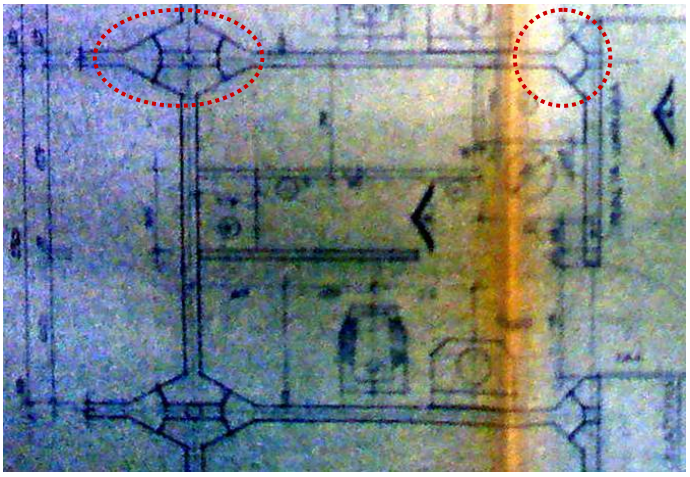


Fig. 184 – encaixe da peças pré-moldadas, planta da cela de Bangu II.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

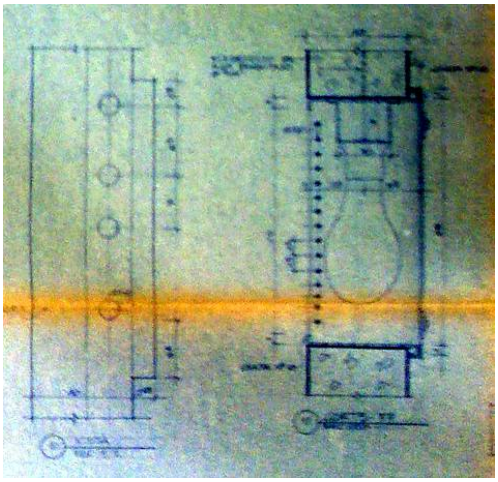


Fig. 185 – detalhamento da luminária de uma cela de Bangu II.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

Observando seu projeto preliminar, observa-se uma grande riqueza de detalhes que vão desde estudos para estrutura até detalhes de rufos, brises e pequenas peças de acabamento (Figs. 186 e 188). A maioria foi executada de forma bem simplificada para redução em custos de execução e manutenção. Da mesma forma nota-se a ênfase dada ao conforto ambiental, no projeto original, através da utilização de *sheds* (Fig. 187) em quase todos os blocos e a utilização de brises (Fig. 186) em diversas áreas do projeto – que não foram executados em nenhum dos setores da edificação.

Segundo diversos funcionários da SEAP/RJ (2003; 2005; 2007; 2008), essa unidade costuma ter, freqüentemente, rebeliões devido ao excessivo número de presos aglomerados por galeria e ao grande número de galerias subseqüentes. Segundo

Eduardo Konig, a subdivisão da unidade penal e a possibilidade de isolamento das galerias são fundamentais para o gerenciamento e a segurança da unidade. A utilização de um único corredor de acesso às galerias impossibilita um isolamento completo. A subdivisão das galerias por vazios em alguns pontos, juntamente com a separação do corredor de acesso, facilitariam o gerenciamento da unidade, assim como o uso de grades ("gaiolas") no corredor, para a entrada de cada galeria. O bloco de apoio abriga o centro médico, biblioteca, cozinha, escola, lavanderia, oficina de trabalho, entre outros, que são comuns para toda a unidade, forçando a circulação dos presos pelo bloco, tornando ainda mais difícil a vigilância.

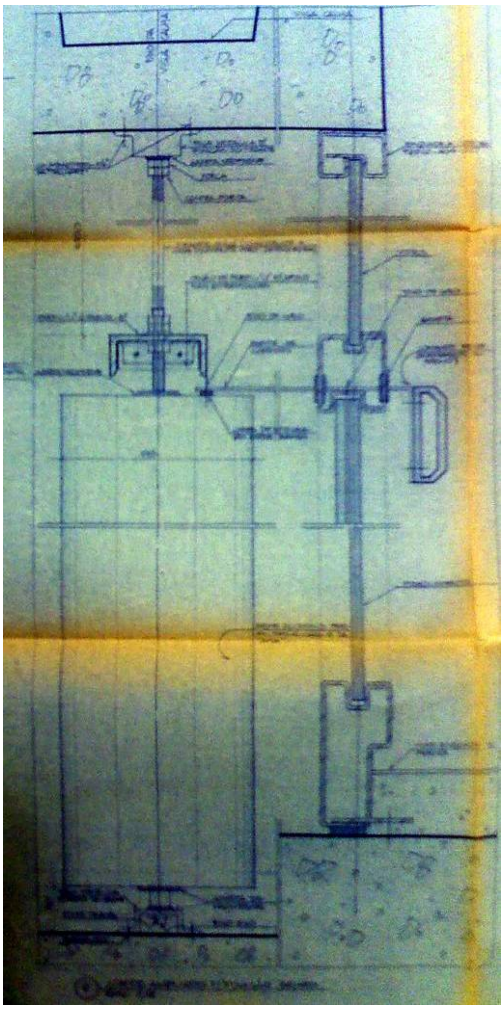


Fig. 186 – detalhe dos brises
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

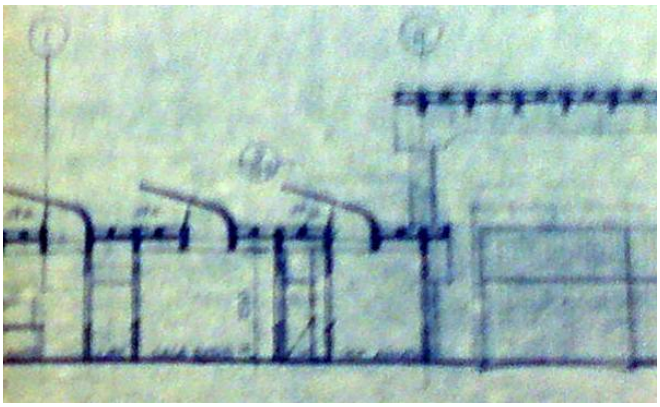


Fig. 187 – corte da área de apoio e ginásio.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

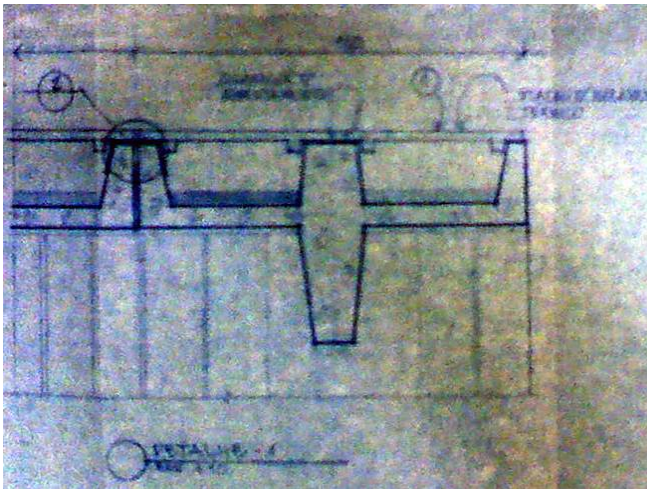


Fig. 188 – detalhe da junção das placas de acabamento da cobertura de áreas comuns.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

Bangu III e IV [232]

O déficit carcerário – agravado pela demolição do presídio Candido Mendes e a possibilidade de desativação do complexo da Frei Caneca – a falta de recursos e o crescimento desordenado das unidades penais no Complexo de Bangu trazem a necessidade da construção de novas unidades com capacidade de abrigar um grande número de presos com menores custos. Bangu III não é pensada como uma unidade, mas como o "novo Complexo Penal de Bangu" – como foi chamado na época. O projeto viabilizaria 4800 vagas oficiais distribuídas em 10 unidades penais, enquanto todo o complexo somava na época 2700 vagas, além de um hospital penitenciário, a escola de gestão penitenciária e uma central de segurança (SENNA, 1996: 204).

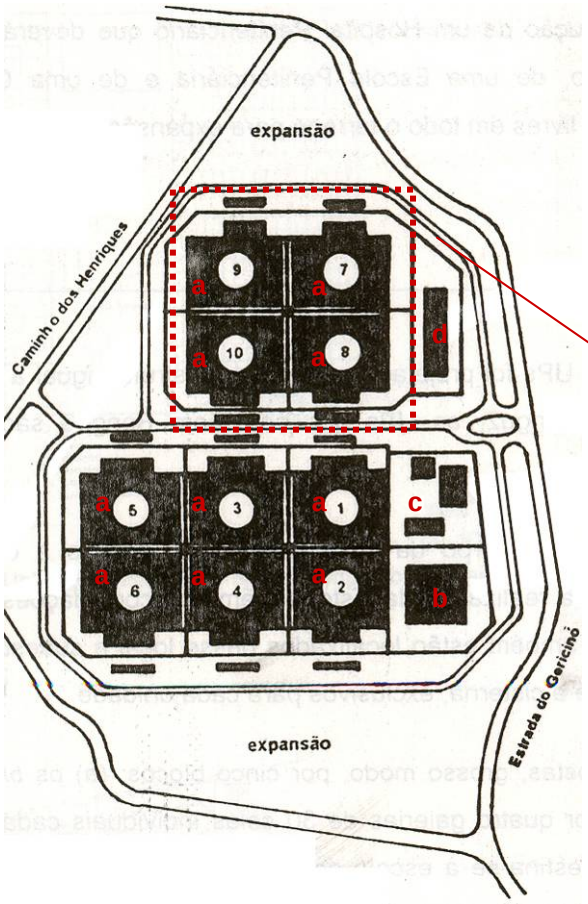
As novas unidades penais são concebidas como unidades compactas, buscam o máximo de aproveitamento do espaço e baixo custo de construção. São edificações que utilizam praticamente toda a extensão de área destinada para o seu uso, agrupadas – em 4 e 6 – de modo que a própria edificação limita uma unidade da outra, dispensando a utilização da muralha entre as unidades e o tratamento de fachadas (Figs. 189 e 190). Devido a essa implantação, os ambientes são voltados para dentro – com aberturas somente na cobertura – exceto nos blocos de administração interna e apoio e no bloco extramuros.

A necessidade de realizar a obra em diferentes etapas fez com que as unidades fossem concentradas em dois blocos: um composto por seis unidades penais e outro com quatro, construídas em quadras distintas. As novas unidades seguem alguns princípios das duas anteriores, como a setorização: (1) bloco extramuros para polícia militar e administração; (2) bloco de administração interna e apoio; (3) bloco de vivência. São construídas somente duas unidades separadas – e não como a idéia original de um complexo – apesar do projeto de arquitetura ter sido mantido, com exceção de alguns detalhes construtivos.

O projeto da penitenciária Bangu III (Serrano Neves) foi desenvolvido pela PROMON[233] com base em diretrizes do DESIPE, fundamentados nas experiências com as unidades de Bangu I e II. Segue a primeira variação da tipologia de blocos paralelos: duas alas de blocos de celas com um pátio no centro e edificações de apoio, serviços e administrativo no bloco da frente e de fundos. A tipologia adotada facilita bastante a vigilância por permitir uma ampla visão do estabelecimento. "Da entrada do corredor de acesso as celas (no bloco de administração interna – pode-se ver quase toda a unidade: o pátio interno, algumas galerias e os blocos do fundo. É impressionante o tamanho da unidade

[232] A visita a unidade Bangu IV foi realizada em 07/12/2004.
[233] Empresa brasileira, fundada em 1960 que atua no setor de engenharia.

e a quantidade de presos circulando – principalmente em relação ao número de funcionários"[234]. Segundo o arquiteto Claudio Taulois[235], que trabalhou no desenvolvimento do projeto, e o engenheiro Eduardo Konig, o projeto deveria se organizar como a unidade de Bangu I – em duas alas principais – e apresentar uma edificação administrativa interna mais dissociada da área de vivência – oferecendo maior segurança aos funcionários. O espaço central entre as duas alas é ocupado pelo pátio e para atividades para os presos, de modo que os presos possam ficar isolados no setor de vivência – inclusive durante a visitação – saindo somente para atendimento psicológico, jurídico ou do serviço social.



Legenda:

a. unidades penais
b. hospital penal
c. central de segurança
d. escola de gestão penitenciária

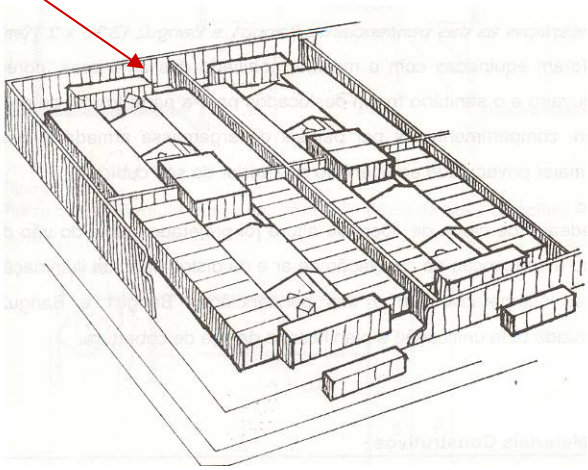


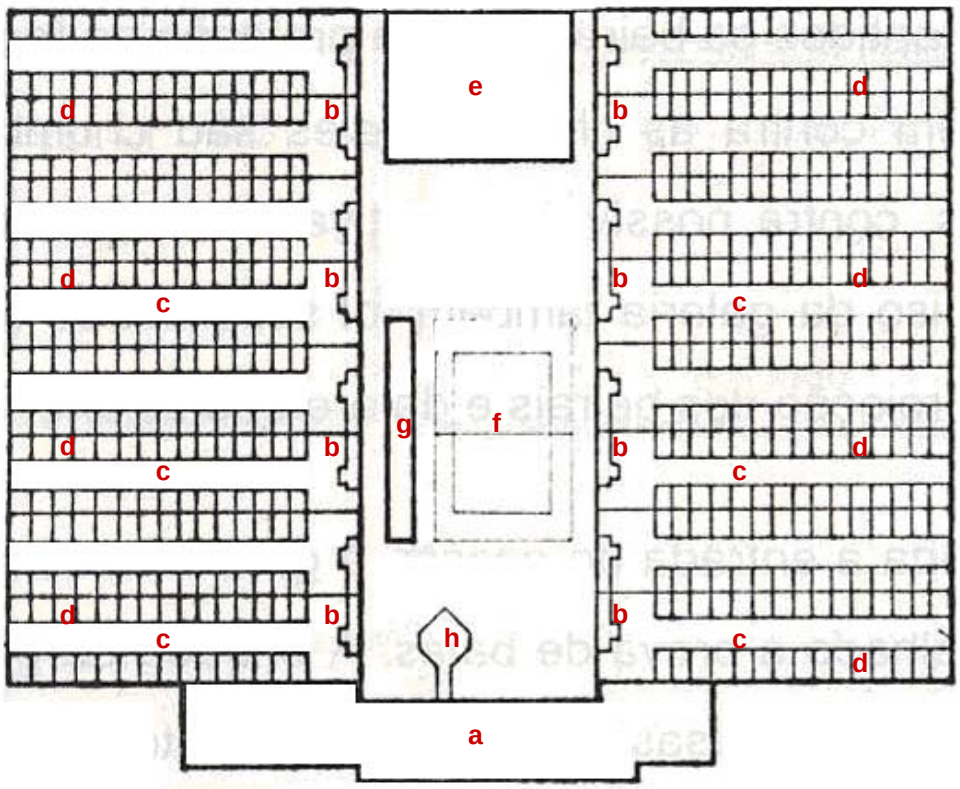
Fig. 189 – projeto do novo Complexo Penitenciário de Bangu.
Fonte: SENNA, 1996: 205

Fig. 190 – perspectiva esquemática das novas unidades de Bangu
Fonte: SENNA, 1996: 207

A unidade (Fig. 191) é inaugurada com capacidade para 480 presos e é composta por seis blocos: um extramuros, de apoio, e os intramuros; dois deles com edificações térreas compostas por oito galerias de 30 celas cada; um deles com dois pavimentos para

[234] Trecho retirado do Relato Experiencial de Bangu IV, disponível no Anexo 3.
[235] Entrevista realizada em 10/06/2008.

escola, oficina e lavanderia de uso dos detentos, que fica ao fundo da unidade; outro com quadra esportiva coberta, cantina e serviço médico e o último com dois pavimentos, que é o bloco que dá acesso à unidade e abriga a administração, assistência social, jurídica e instalações para os agentes penitenciários – o bloco de administração interna que dá atendimento ao preso. O projeto prevê ainda uma capela ecumênica, que não é construída. A unidade de Bangu IV foi construída segundo o mesmo projeto, porém espelhado. Esse projeto devia ser um modelo a ser repetir em diversas unidades, conformando o novo complexo penal, porém foram somente construídas duas unidades: Bangu III e IV. A unidade de Bangu III foi recentemente dividida em duas unidades.



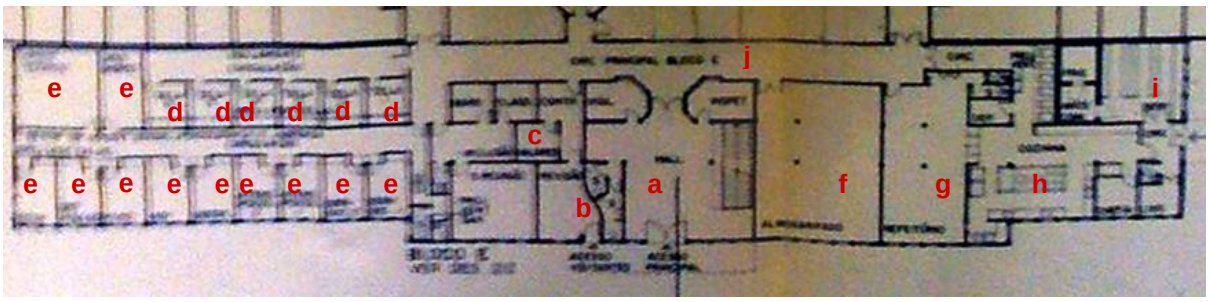
Legenda:

- **a.** administração interna, apoio e cozinha (Fig. 183)
- **b.** estar/refeitório
- **c.** pátio
- **d.** celas
- **e.** oficinas e salas de aula (Figs. 185 e 186)
- **f.** quadra coberta
- **g.** ambulatório médico (Fig, 184)
- **h.** capela

Fig. 191 – planta baixa de Bangu III e IV
Fonte: SENNA, 1996: 207

Ao longo de todo o projeto foram realizadas pequenas alterações solicitadas pelo DESIPE. Por questões de segurança, no bloco de administração interna (Fig. 192) são excluídos os diversos acessos – para visitantes, funcionários e entrada de material e alimentos – mantendo-se somente o acesso principal. A cozinha permanece em funcionamento por pouco tempo, logo a unidade passa a ser abastecida por “quentinhas”. Em Bangu IV, a cozinha se torna um depósito e, parte das salas de atendimento é transformada em alojamento de presos jurados de morte – também conhecido como

"seguro" ou "isolada" [236]. Depois da implementação da visita íntima no sistema penal, a primeira galeria de celas junto ao bloco de administração e apoio foi adaptado para tanto. As portas de grade foram trocadas por portas de ferro fechadas e foram colocadas camas de casal.



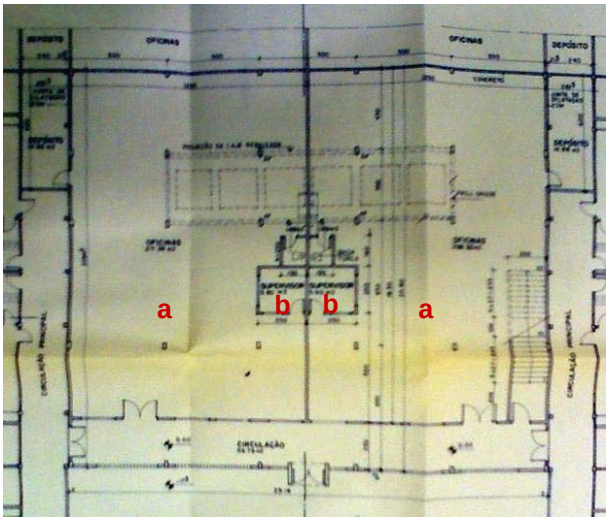
Legenda:

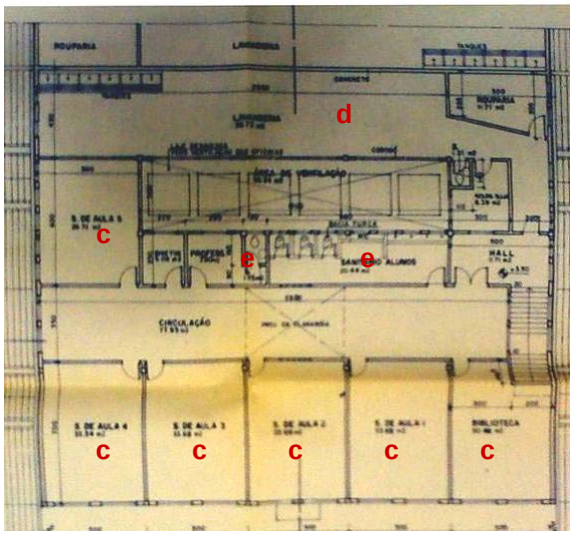
a. hall de entrada
b. revista
c. guarda-volume
d. salas de apoio
e. apoio para agentes
f. almoxarifado
g. refeitório
h. cozinha
i. dispensa
j. corredor principal

Fig. 192 – bloco de administração interna e apoio
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

O bloco de educação/trabalho (Fig. 193 e 194) se encontra desativado e sem uso, desde a ocorrência de uma rebelião, onde o mobiliário e os equipamentos foram destruídos. Segundo funcionários da segurança[237], a localização do bloco no fundo da edificação prejudica a vigilância e põe em risco os funcionários escalados para esta área. As roupas passam então a serem lavadas nos tanques no fundo das galerias de celas e as atividades de trabalho se reduzem à manutenção e limpeza da unidade [238].

[236] Observado em campo, visita realizada em 07/12/2004.
[237] Entrevista realizada em 07/12/2004.
[238] Entrevista realizada com presos, uma assistente social e uma psicóloga da unidade em 07/12/2004





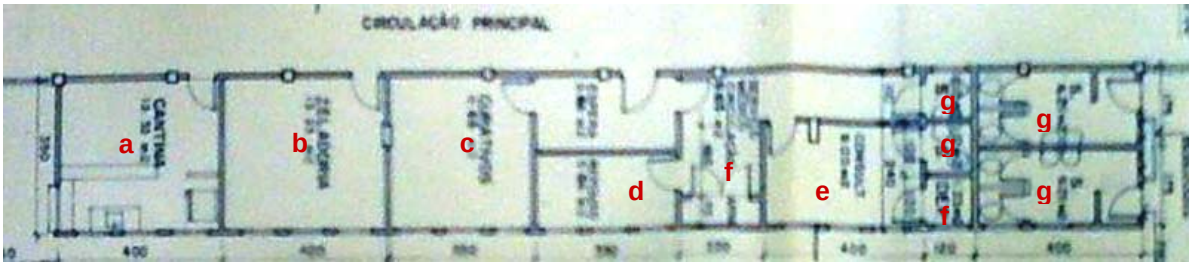
Legenda:
a. oficina
b. posto de vigilância

Fig. 193 – primeiro pavimento do bloco de oficinas/educacional
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

c. sala de aula
d. lavanderia
e. sanitário

Fig. 194 – segundo pavimento do bloco de oficinas/educacional

A ala do ambulatório médico (Fig. 195) também se modifica bastante. Segundo funcionários da segurança[239] da unidade de Bangu IV, a localização do bloco expõe os funcionários aos presos por se localizar na área de vivência. Após ocorrência de algumas rebeliões, o atendimento médico é transferido para as salas de atendimento e a cantina – local de maior movimentação na unidade – é ampliada.

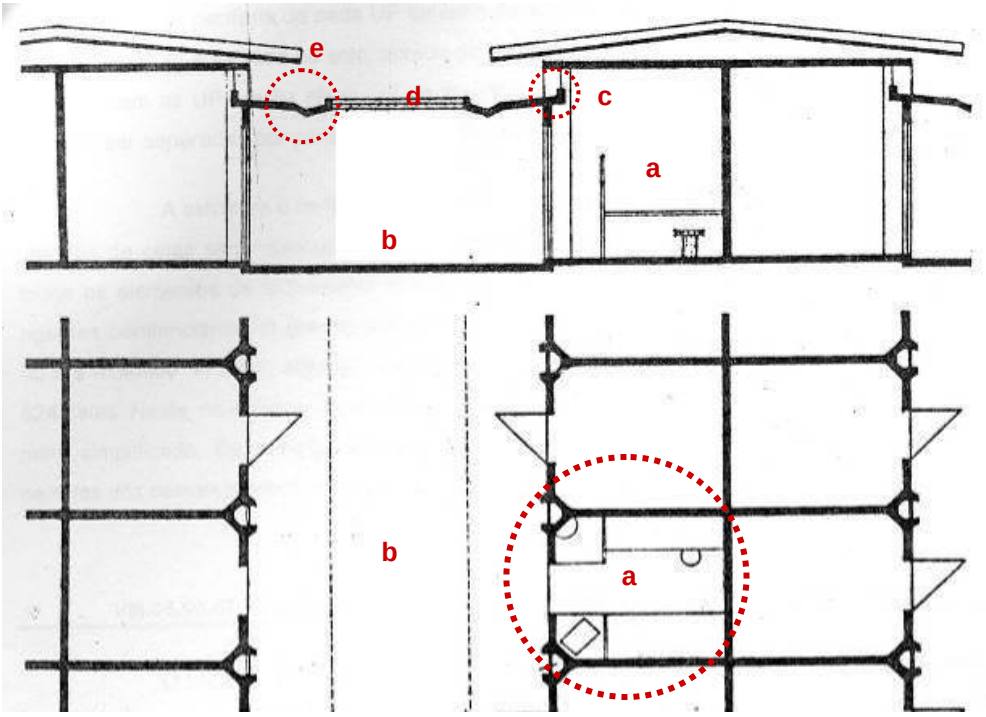


Legenda:
a. cantina
b. zeladoria
c. curativos
d. ambulatório
e. consultório
f. depósito
g. sanitários

Fig. 195 – bloco do ambulatório médico e cantina
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

[239] Entrevista realizada em 07/12/2004.

A concepção da galeria foi simplificada (Fig. 196), os *sheds* da cobertura são substituídos por uma laje plana inteira coberta por um telhado, facilitando a execução e reduzindo custos. A abertura na cobertura galeria é reduzida, evitando que respingue água nas celas e, em lugar da pérgula, é colocada uma grade que fica chumbada ao beiral. Para compensar a retirada do *shed*, o beiral é deslocado para baixo, permitindo a abertura de um lanternim, logo acima da porta, para a entrada de luz e ventilação da cela. Grande parte dos presos cobre esse lanternim com lençóis, e papelões. A área de estar nas galerias foi mantida, mas é pouco utilizada pelos presos.



Legenda:

a. cela
b. galeria/pátio
c. lanternim
d. grade da cobertura
e. calha

Fig. 196 – planta baixa e corte da galeria de celas e corte de Bangu III e IV
Fonte: SENNA, 1996: 209

Nas celas (Fig. 197) há uma pequena alteração na disposição de seus elementos, facilitando as instalações hidráulicas e de esgoto, a confecção e execução das placas pré-moldadas de concreto, além de concentrar a área molhada, reduzindo a umidade – comum nas celas dotadas de sanitário. Mantêm a mesma área das celas das unidades anteriores, no entanto com o passar do tempo e a superlotação das unidades, foram inseridos beliches nas celas, duplicando a sua capacidade[240]. Como em outras unidades visitadas[241], é muito freqüente que as paredes se mostrem cobertas por fotos, cartões, imagens de revistas, assim como o uso de lençóis – "come quieto" – para se ter alguma

[240] Segundo o depoimento de alguns agentes penitenciários a Penitenciária Bangu IV chega a abrigar em torno de 1100 presos. Entrevista em 07/12/2004.
[241] Frei Caneca, Esmeraldino Bandeira, Talavera Bruce, Instituto Plácido Sá Carvalho.

privacidade (Fig. 198) [242]. "Olhando esse espaço [a cela], nota-se que por mais que o preso não deseje estar na unidade, ele cria laços com o seu espaço: a cela, e geralmente cuida e mantém esse espaço com afinco" [243]. Ainda assim, a falta de manutenção, os visíveis vazamentos e os lençóis pendurados por toda parte, dão um aspecto de precariedade e insalubridade, acentuado pelo cheiro forte de urina e gente. Apesar do conhecimento profundo do projeto da unidade, a experiência no lugar trouxe a luz diversos aspectos sobre o ambiente de vivência do preso que jamais poderiam ser alcançados de outra forma. Essa experiência mostrou que mesmo que se tentasse olhar o ambiente desprovido de preconceitos – no sentido literal da palavra – a sensação de medo foi inevitável.

> O fato de estar dentro de uma galeria com três funcionários e uma média de 60 presos assusta bastante, mesmo porque a galeria apresenta apenas uma porta de entrada que, se dominada pelos presos, não há saída. Noto com clareza a impotência dos funcionários junto àquela massa de presos, seria praticamente impossível conte-los em uma situação como essa. Se estávamos seguros, isso se devia exclusivamente a vontade dos presos. [244]

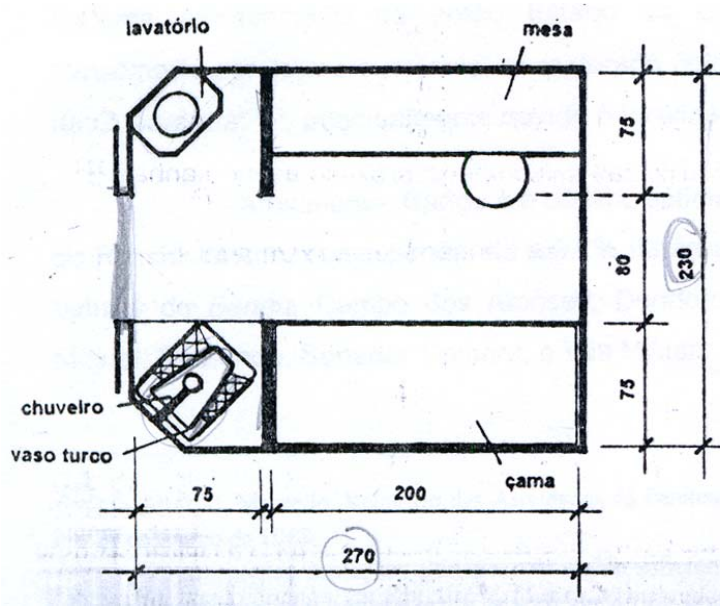


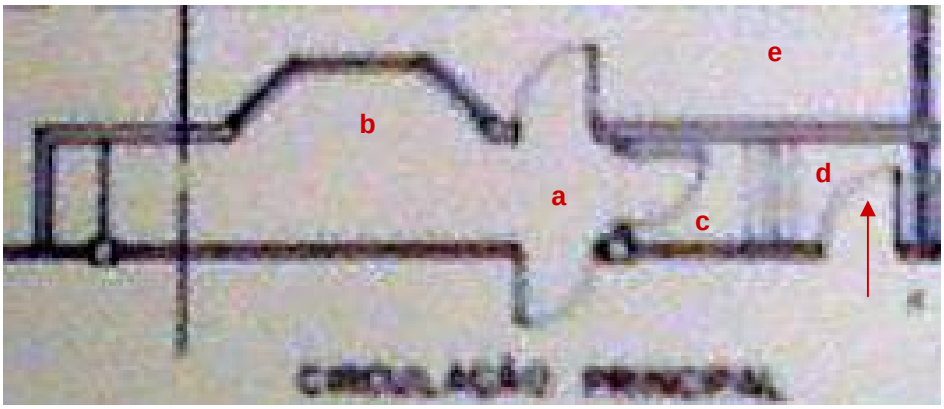
Fig. 197 – cela de Bangu III e IV
Fonte: SENNA, 1996: 209

Fig. 198 – cela no Carandiru
Fonte: VARELA, 2001: sem paginação

Como já mencionado, diversos funcionários do setor de segurança, assim como engenheiros e arquitetos com experiência na área, afirmam que a compartimentação da unidade penal é fundamental para o seu gerenciamento. Em Bangu III e IV, o corredor de

[242] Por ser difícil a autorização para fotografar a unidades penais foi utilizada uma imagem do Carandiru que ilustra bem a situação descrita.
[243] Trecho retirado do Relato Experiencial de Bangu IV, disponível no Anexo 3.
[244] Trecho retirado do Relato Experiencial de Bangu IV, disponível no Anexo 3.

acesso às galerias é todo compartimentado por grades e cada transição de setor é feita através de duas portas gradeadas – ou "gaiolas" (Fig. 199) – através de acesso único. "Para cada "passo" uma grade, um cadeado, uma chave" [245]. A entrada das galerias de celas, além de ser dotada desse artifício, apresenta um avanço gradeado que permite ampla observação, assim como um parlatório com acesso diferenciado para preso e visitante, permitindo que o preso receba visitas sem sair da galeria (Fig. 199).



→ acesso de visitantes ao parlatório

Legenda:
a. "gaiola" de acesso à galeria
b. local para observação
c. compartimento do parlatório para o preso
d. compartimento do parlatório para o visitante
e. galeria

Fig. 199 – transição da galeria de celas para a circulação principal.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

O parlatório, em geral, é usado para o recebimento de advogados, ou por parentes, em caso de emergência, que fazem a visita fora dos dias fixos estabelecidos pela unidade. Nos dias normais de visitação, esta se realiza no pátio central. Somente permanecem no pátio os presos que tem visitas, os demais ficam presos em suas galerias. A visita íntima é realizada em uma das galerias, que funciona somente para esse fim. Em Bangu IV é a galeria mais próxima à entrada. O fato de muitos presos não terem parceiros fixos e da visita íntima se realizar em menor freqüência que a visitação habitual, sendo também condicionada ao bom comportamento do preso, traz a improvisação de "cabanas" armadas com cobertores e lençóis (Fig. 200)[246] nos pátios onde se realizam as visitas habituais para a visita íntima. Como os pátios se configuram por enormes vazios, na maior parte das vezes, sem qualquer equipamento como bancos ou mesas, as cabanas servem também para criar um ambiente mais íntimo, onde os presos muitas vezes reúnem a família para uma refeição – trazida pelos familiares.

[245] Trecho retirado do Relato Experiencial de Bangu IV, disponível no Anexo 3.
[246] Por ser difícil a autorização para fotografar a unidades penais foi utilizada uma imagem do Carandiru que ilustra bem a situação descrita.

Fig. 200 – “cabanas” no pátio do Carandiru
Fonte: http://www.encontrasantana.com.br/santana/carandiru.shtml

O projeto original de Bangu I e II apresenta uma linguagem modernista, principalmente nas fachadas dos blocos de apoio, que foram modificados. Já os projetos de Bangu III e IV apresentam uma linguagem pós-moderna (Fig. 201) nas suas fachadas, que foram alteradas por planos de tijolo hidráulico aparente. Desse modo, retirou-se qualquer tratamento de fachada que ambos os projetos apresentam.

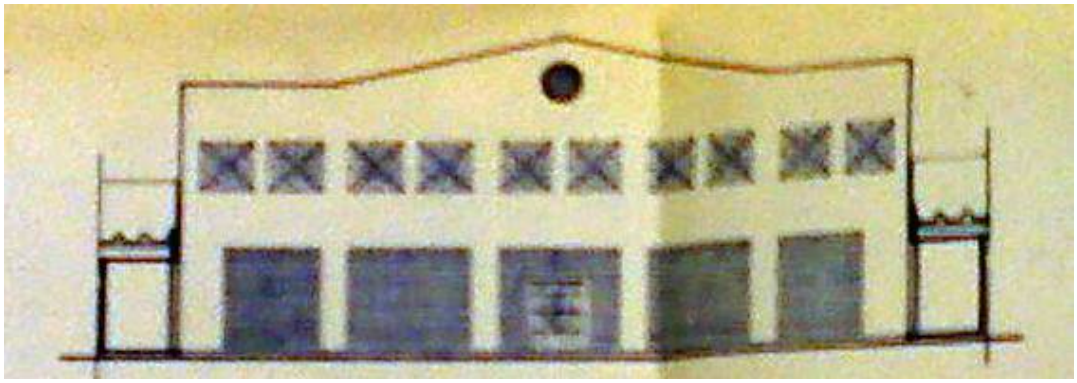


Fig. 201 – fachada principal do bloco intramuros
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Claudio Taulois

Segundo o relato de funcionários de Bangu IV, a concepção da unidade facilita bastante a vigilância pelos seguintes motivos: (1) a localização da quadra no centro da unidade permite ampla observação do espaço que concentra maior número de presos; (2) a compartimentação do espaço; (3) a configuração da galeria de celas; (4) possibilidade de observação da galeria de celas através de sua abertura, de cima da edificação – como as que se localizam na extensão dos muros, conhecida como "passadiço". Por outro lado, a existência do "passadiço" pode facilitar o acesso à cobertura em caso de rebelião. O pátio, localizado atrás da edificação, é considerado o ponto mais difícil de ser observado e permaneceu por bastante tempo sem uso após denuncias feitas pela mídia.

De modo geral a edificação apresenta um forte aspecto de abandono devido à falta de manutenção e o próprio acabamento dado a edificação. Apesar dos presos cuidarem da limpeza, os vazamentos, o uso da descarga de esgoto ter horários fixos e alta concentração de pessoas em pequenos espaços mantém um mau cheiro que costuma estar presente também nas demais unidades penais. Entre o muro e a edificação interna pode-se observar ratos e suas tocas, fato que os agentes dizem estar associado ao fato da unidade penal produzir um volume enorme de lixo e que se agrava pelo fato dos presos armazenarem comida e fazerem as suas refeições dentro das celas. Como qualquer ambiente, a penitenciária apresenta uma rotina de atividades e regras singulares de convivência. Depois de certo tempo de permanência no ambiente, sua imagem associada aos conflitos mostrados pela mídia se afasta, mas estar entre uma massa de presos, de fato, causa tensão.

> O aspecto de abandono é latente acentuado pelas paredes cinza mal conservadas – de tijolo hidráulico ou concreto aparente – que dão a impressão de estarmos em uma construção não acabada. Logo que se adentra o bloco intramuros é possível sentir o cheiro forte, característico das prisões – uma mistura de cheiro de urina, gente amontoada e comida – que permite que o visitante rapidamente se oriente rapidamente quanto à localização das galerias de celas. (...) [De cima do passadiço] A vista é bonita e corre uma brisa, dá até pra esquecer que estamos em uma unidade penal. [247]

[247] Trecho retirado do Relato Experiencial de Bangu IV, disponível no Anexo 3.

Talavera Bruce

A penitenciária Talavera Bruce é inaugurada em 1942, buscando atender ao decreto Lei nº 3971 de 27/12/1941, que solicitava a construção de uma penitenciária exclusiva para o sexo feminino. É a primeira unidade penal exclusivamente feminina brasileira, uma das primeiras unidades a ser construída no Complexo de Bangu. Funciona inicialmente como reformatório da moral, com capacidade para 60 presas, sendo administrada de 1942 a 1955 pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers. O tratamento penal, durante esse período, seguia o modelo dos conventos: prática religiosa, disciplina, observação e vigilância, em uma rígida rotina com aprendizado de tarefas domésticas – limpar, cozinhar, bordar, costurar, pintar, etc.

Segundo Lima (1983) a unidade busca a reabilitação feminina principalmente através das atividades desenvolvidas, de modo que sua arquitetura, originalmente, busca se afastar da tradicional arquitetura penitenciária da época, baseada no isolamento do preso – fundamentada pelos modelos Celular e Auburniano. Segue o modelo proposto por Lemos de Brito, não utiliza grades, celas individuais ou de isolamento – castigo – no entanto seu projeto apresenta (hoje) fortes características da tipologia penal mais aplicada da época: o modelo de blocos paralelos, principalmente na configuração de seu bloco de vivência (Figs. 196 e 197). Há pouquíssimas informações sobre o projeto original e suas modificações[248]. Junto à entrada da unidade localiza-se uma Capela, inicialmente aberta à população vizinha, e hoje destivada (Fig. 196).

Ao longo do funcionamento da unidade diversas modificações foram feitas na edificação devido à inadequação do modelo quanto à segurança. Desse modo, no início da década de 50, muitos alojamentos coletivos são transformados em celas individuais, além de serem implantadas dez celas para isolamento (LIMA, 1983: 59) – aos poucos a unidade vai se caracterizando com os elementos da tradicional arquitetura penitenciária. Em 1953, a unidade sofre uma ampliação que duplica a sua capacidade, e é instalada a unidade materno-infantil (SOARES; ILGENFRITZ, 2002: 62) – localizada atrás da igreja (Fig. 196), ao lado da unidade – que abriga os filhos das presas, até um ano de idade.

Em 1955, a unidade volta a ser administrada pelo Estado, devido ao fracasso da administração das freiras e em 1966 passa a ser chamada de Instituto Penal Talavera Bruce, época em que a unidade abrigou famosas criminosas, como a "fera da Penha". No

[248] Todos os desenhos elaborados nesta pesquisa sobre a Penitenciária Talavera Bruce e a Unidade Materno infantil Madre Tereza de Calcutá são esquemáticos, elaborados com base em observações de campo e imagens do Google Earth. Tem a finalidade de esclarecer o modo de uso e a organização espacial da unidade – seus setores, fluxos, equipamentos –, suas medidas não estão corretas, assim como o tamanho e número de alojamentos e celas.

início da década de 1970 a unidade recebe as primeiras presas políticas que ocupam o edifício anexo ao fundo do terreno (Fig. 202), exclusivo para esse tipo de presa (LEMGRUBER, 1999; SANTOS, 2006: 04). Hoje a unidade funciona como uma Penitenciária de segurança máxima – ainda feminina – com capacidade para 338 presas, distribuídas em duas edificações: a principal e a edificação anexa (Fig. 202).

Fig. 202 – Unidades externas ao cinturão do Complexo de Bangu
Fonte: Google Earth

O acesso ao Talavera Bruce e à Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá é feito através de um portão único (Figs. 203, 204 e 207) – o acesso e o edifício do corpo da guarda são comuns para as duas unidades. O portão se abre para uma pequena praça arborizada com alguns brinquedos para crianças e uma capela – paisagem inesperada para uma unidade prisional (Fig. 205). À direita se vê a entrada da penitenciária e, logo à frente, a capela e um pequeno portão à esquerda dá acesso à unidade materno infantil. Uma pequena edificação junto ao portão da penitenciária abriga a sala de revista de visitantes (Figs. 206 e 207).

> Já se vê, logo em frente, uma pequena capela, árvores, um parquinho de crianças e presas varrendo as folhas caídas no chão, uma imagem que jamais seria associada a uma unidade penal. Faz silêncio, só se ouve o barulho de árvores balançando ao vento e passarinhos[249].

Fig. 203 – Acesso e bloco da guarda externa

Fig. 204 – bloco da guarda externa

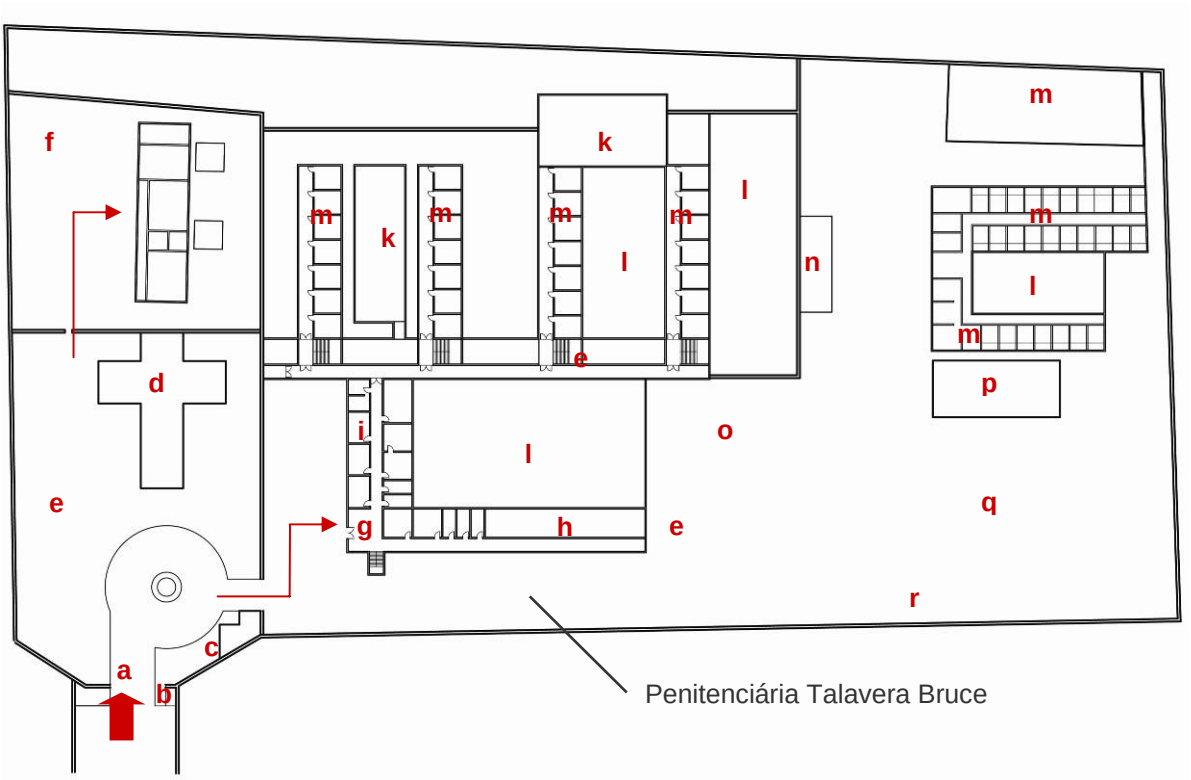
Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

Fig. 205 – Capela

Fig. 206 – edificação para a revista de visitantes e entrada para Talavera Bruce

Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

[249] Trecho retirado do Relato Experiencial do Talavera Bruce, disponível no Anexo 4.

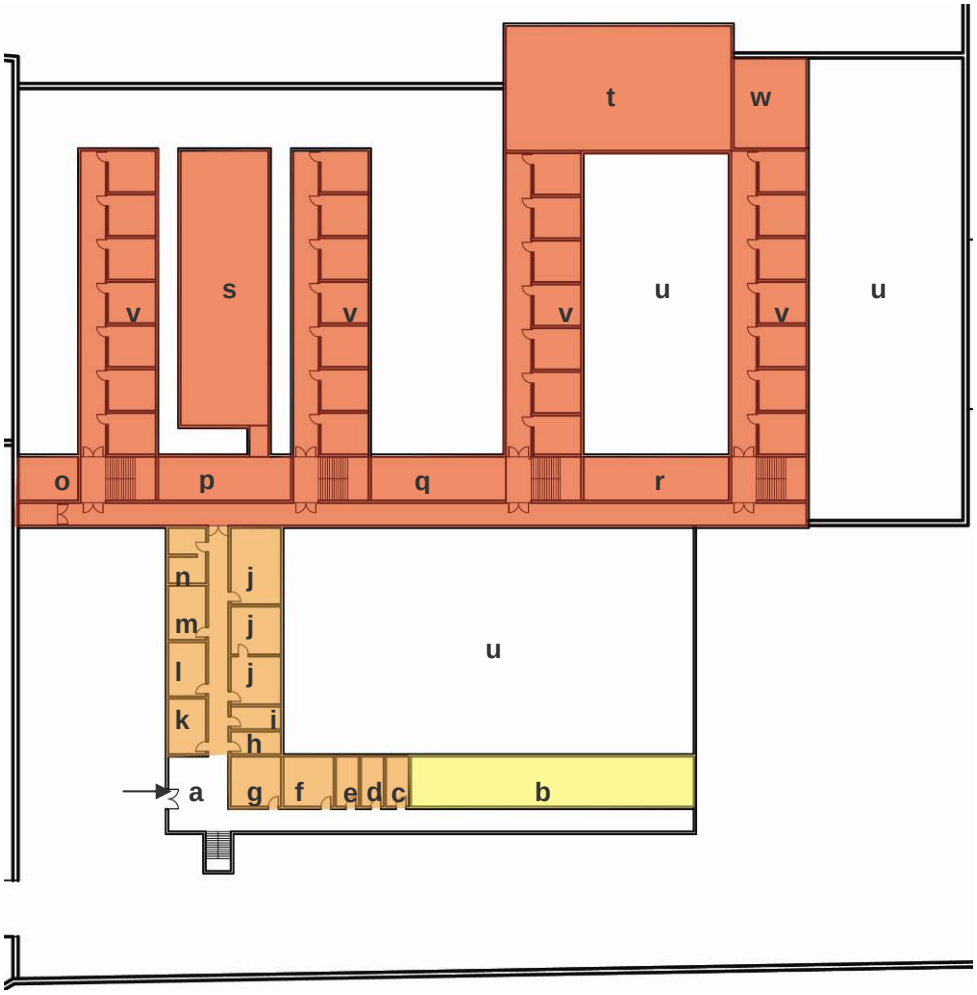


Legenda:

a. entrada/bloco extramuros
b. posto de vigilância
c. sala para revista
d. capela
e. parquinho infantil
f. unidade materno infantil
g. hall de entrada da penitenciária
h. setor de administração
i. apoio
j. área de trabalho
k. pátio
l. celas
m. área coberta para visitas
n. parquinho infantil
o. cantina
p. espaço ecumênico
q. horta
r. posto de vigilância

Fig. 207 – Planta esquemática da Penitenciária Talavera Bruce e da unidade materno Infantil
Fonte: desenho da autora

A edificação principal da Penitenciária Talavera Bruce é dividida em três setores: (1) administração; (2) apoio e disciplina; (3) área de vivência (Fig.208), que abriga toda a parte de administração interna, apoio e alguns espaços de trabalho. Como essa é uma edificação antiga, seus setores não se apresentam de forma tão rígida como nas unidades mais recentes, que já são pensadas a partir de um zoneamento, além de ter sofrido muitas alterações ao longo do tempo. O acesso à edificação se dá através de um hall que distribui o fluxo para dois corredores ortogonais – um do bloco de administração e um do bloco de apoio. Passando pelo bloco de apoio tem-se acesso ao corredor principal da unidade – que funciona como no modelo de blocos paralelos (sua primeira variação): um corredor espinha que liga os blocos perpendiculares (galerias e áreas de trabalho) – dá acesso aos pátios, galerias e áreas de trabalho (Fig. 208)



Legenda:

a. hall de entrada
b. setor de administração
c. zeladoria
d. custódia
e. odontologia
f. psicologia
g. educação
h. serviço jurídico
i. serviço social
j. cooperativa de artesanato
k. classificação
l. jornal
m. disciplina
n. sala de agentes
o. padaria
p. fábrica de chocolate
q. biblioteca
r. salão de beleza
s. confecção
t. fábrica de fraldas/ auditório
u. pátio
v. galeria de celas
w. celas de castigo

Fig. 208 – Planta esquemática da Penitenciária Talavera Bruce e da unidade materno Infantil
Fonte: desenho da autora

Toda a edificação é composta por blocos lineares e apresenta uma linguagem da arquitetura *Art Deco* (Figs. 209 e 210), que, com exceção do bloco de apoio e das galerias do segundo pavimento, apresentam corredores laterais com janelas altas fechadas por basculantes ou, em alguns casos, barras de ferro. Todos os compartimentos da unidade – inclusive nos blocos de administração, apoio e auditório – apresentam janelas altas, tanto para o exterior como para o corredor de acesso, exceto na galeria de celas, onde só há aberturas para o exterior nas celas. O ambiente é bem conservado, paredes pintadas em um tom sóbrio de cinza até a altura das janelas e o restante branco. A personificação do ambiente é marcante e se nota já no hall a partir de trabalhos manuais das presas e enfeites de papel colorido recortado nas paredes. A

unidade passa por pequenas obras de manutenção e muitas de suas áreas já estão pintadas em azul, a pedido da nova diretora, a fim de dar um tom mais vivo e leve.

> ... é marcante a diferença para as unidades masculinas pela personificação do ambiente – cartazes, recortes em papéis coloridos e objetos confeccionados pelas presas. Não é um ambiente bonito, mas bem cuidado: paredes bem conservadas – pintadas até a altura das altas janelas gradeadas com um cinza escuro, bem sóbrio – e o piso de marmorite. [250]

Fig. 209 – parte da fachada do bloco de administração

Fig. 210 – parte da fachada do bloco de administração

Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

Os pátios ficam nos espaços entre os blocos, a utilização de três pátios permite a separação das presas no horário de banho de sol. O pátio principal – o maior – fica entre os blocos de administração e o corredor principal (Fig. 211), é usado para prática de esportes e algumas atividades da unidade. Nos horários de banho de sol as presas usam esse espaço para ensaios de eventos e desfiles do concurso de Miss. O pátio que fica entre os blocos é mais utilizado como uma espécie de área de serviço, onde as presas lavam a roupa e as deixam penduradas pra secar (Figs. 212 e 213). O último, entre o bloco e o muro costuma ser mais restrito.

[250] Trecho retirado do Relato Experiencial do Talavera Bruce, disponível no Anexo 4.

Fig. 211 – pátio principal
Fonte: Jornal Só Isso, ago/2008: 05

Fig. 212 – pátio entre os blocos
Fonte: http://documentography.com/issue/6/ph/genna_nacchache/2.html

Fig. 213 – pátio entre os blocos
Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

Essa unidade dispõe de um auditório onde, palestras sobre a saúde são freqüentes (Fig. 214), além de eventos como o lançamento do livro Falcão de Mv Bill e o concurso Miss Talavera Bruce. A visitação, festas de Natal, Dia das Mães, costumam se realizar na parte aberta ao fundo da unidade, entre a edificação principal e o bloco anexo que apresenta uma pequena área coberta – onde são organizadas mesas enfeitadas. As famílias costumam estender cobertas no chão e as crianças dispõem de um parquinho com brinquedos (Fig. 215). Nos dias de visita, os produtos feitos pelas presas – atividades de artesanato, bombons, roupas – feitos individual ou coletivamente, são expostos para a venda. A visita íntima é feita em uma ala reservada para essa finalidade, com alojamentos adequados.

Fig. 214 – palestra sobre o câncer de mama no auditório da unidade

Fonte: http://www.eunanet.net/beth/news/topicos/penitenciarias_femininas_noticias_elizabeth_misciasci.htm

Fig. 215 – evento na unidade em dia de visita

Fonte: http://picasaweb.google.com/Fotos.AfroReggae/TalaveraBruce#5205527377145294658

O Talavera Bruce é uma das unidades que mais oferece oportunidades profissionais e educativas. A unidade dispõe de salas de aula, que atendem desde a alfabetização até o ensino médio, além de um curso pré-vestibular – que já trouxe a aprovação de algumas presas em universidades, apesar delas nunca terem cursado. Na área profissional apresenta uma confecção de roupas (Fig. 216), fábrica de fraldas descartáveis – usadas na unidade materno-infantil, padaria, cooperativa de artes (Fig. 217), horta hidropônica, salão de beleza (Fig. 218), além dos serviços de apoio à administração, limpeza e manutenção da unidade. Muitas das ofertas de trabalho nasceram da parceria com a iniciativa privada, assim como da doação de material – sobras de fábricas e material reciclável.

Fig. 216 – corredor de acesso a confecção

Fonte: http://documentography.com/issue/6/ph/genna_nacchache/2.html

Fig. 217 – venda de artesanato em dia de visita

Fonte: http://picasaweb.google.com/Fotos.AfroReggae/TalaveraBruce#5205527475929542498

Fig. 218 – salão de beleza

As presas que trabalham passam o dia “soltas”, podendo circular em determinadas áreas, dependendo do local de sua atividade – algumas por toda a unidade, como as da limpeza, outras somente até o corredor principal. O corredor principal é como a avenida principal de uma cidade: distribui o fluxo para os pátios (Figs. 219 e 220), áreas de trabalho e galerias. Funciona em um só pavimento subdividido por “gaiolas” que ficam abertas durante o dia (Fig. 208) quando é iluminado por janelas altas (Fig. 209). Do corredor é possível observar as galerias do pavimento térreo e as escadas de acesso às galerias do pavimento superior – a observação das galerias desse pavimento fica prejudicada devido à posição da escada ortogonal à galeria.

Fig. 219 – corredor principal, mostrando uma das gaiolas e entrada da galeria marcada.

Fig. 220 – corredor principal, ao fundo portão de acesso a um dos pátios, à esquerda a abertura para a escada de acesso a galeria marcada

Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

As presas que não participam de atividades educativas ou profissionais passam o dia presas em suas galerias, que apresentam diferentes características. As galerias com alojamentos coletivos – com capacidade para dezoito presas – que ficam no primeiro pavimento, se apresentam em um só lado do corredor, fechados com uma parede de meia altura e barras de ferro (Fig. 221, 222 e 223). As com celas coletivas – com capacidade para cinco presas – que ficam no primeiro pavimento, possuem corredor central, fechadas com paredes inteiras, portas de ferro e janelas altas abrindo para o exterior. As galerias são subdivididas com “gaiolas”, como as do corredor principal (Fig. 224). Diferente das novas unidades de Bangu, nas galerias não há qualquer espaço de uso comum, além do corredor.

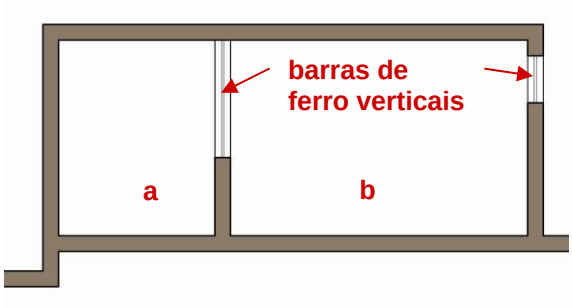


Fig. 221 – corte esquemático da galeria dos alojamentos (20 presas)
Fonte: desenho da autora

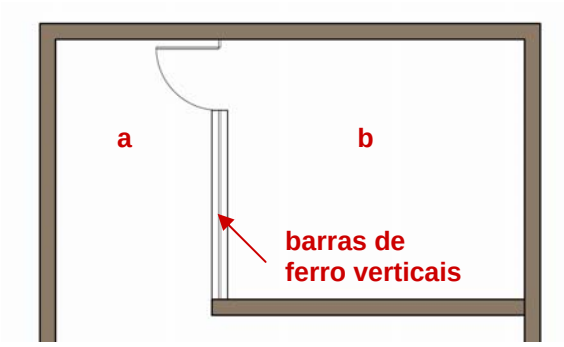


Fig. 222 – planta esquemática da galeria dos alojamentos (20 presas)
Fonte: desenho da autora

Legenda:

a. galeria
b. cela

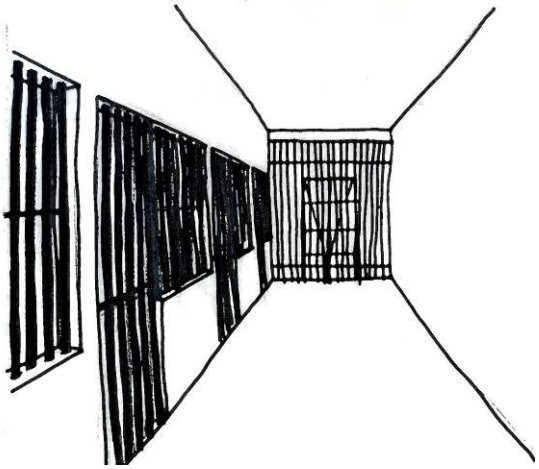


Fig. 223 – croqui da galeria de celas dos alojamentos (20 presas)
Fonte: desenho da autora

Fig. 224 – galeria de celas coletivas (5 presas)
Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/
2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

O edifício anexo, construído para abrigar presas políticas, hoje abriga as presas idosas, estrangeiras e a ala de presas da polícia federal. É o bloco que apresenta melhores condições e que abriga, em sua maioria, celas individuais. O bloco em forma de “U” (Fig. 225) apresenta um hall central de acesso que distribui o fluxo por dois corredores: o da

direita dá acesso aos alojamentos coletivos de estrangeiras e às celas de idosas e o da esquerda a outras celas individuais, algumas destinadas às presas da polícia federal[251]. Os corredores dessa edificação não apresentam janelas, somente as portas de acesso às celas – maciças em ferro com pequenas aberturas para observação (Fig. 226). O pátio fica entre os blocos e pode ser utilizado pelas presas que não participam das atividades profissionais e educativas por todo o dia.

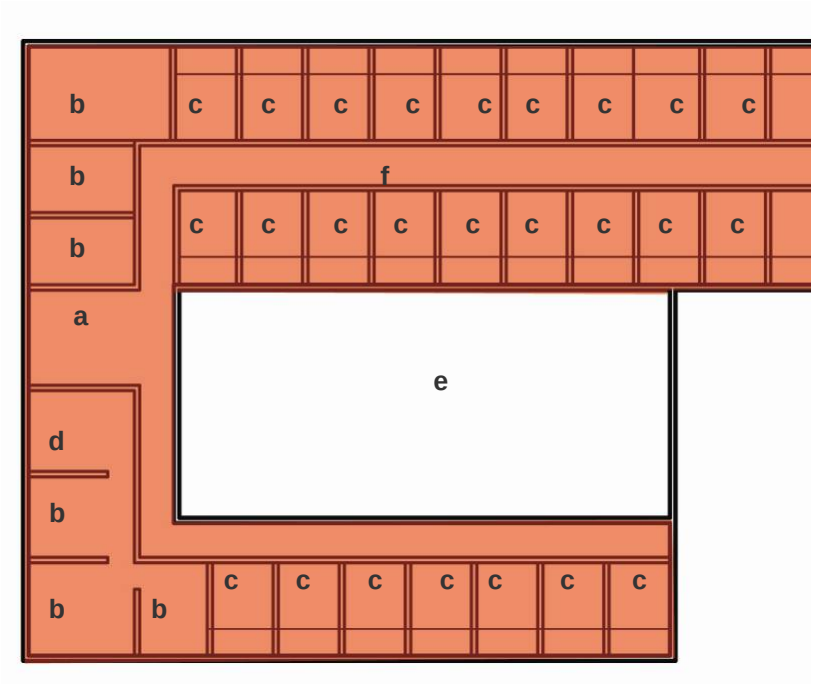


Fig. 225 – Planta esquemática do edifício anexo
Fonte: desenho da autora

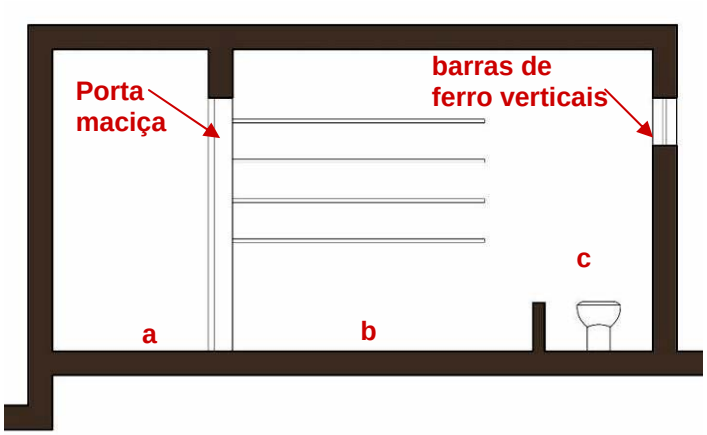
Legenda:

a. entrada
b. alojamento
c. cela
d. sanitário coletivo
e. pátio
f. galeria de celas não visitada (Fig. 215)

Fig. 226 – foto da galeria de celas não visitada
Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

As celas destinadas às idosas (Fig. 227 e 228) – e algumas estrangeiras também – mostra claramente a apropriação do espaço e sua adaptação segundo suas ocupantes. Objetos pessoais, fotos de filhos – principalmente – paisagens da terra natal, celebridades, assim como a pintura das celas, muitas com cores e temas diferentes, prateleiras e gaveteiros de plástico dão personalidade aos ambientes. A presença de um lençol ou plástico pendurado para "separar" o sanitário e criar privacidade é constante em todas as alas visitadas. Nos alojamentos também são usados lençóis nos beliches, e as figuras e pinturas nas paredes, próximas às camas, personificam cada pedacinho do alojamento.

[251] Esse bloco não foi visitado, segundo depoimentos de funcionários e presas, apresenta um corredor central ladeado de celas individuais com portas maciças, além de alojamentos para estrangeiras.



Legenda:

a. galeria
b. cela
c. sanitário

Fig. 227 – corte esquemático da galeria de celas
Fonte: desenho da autora

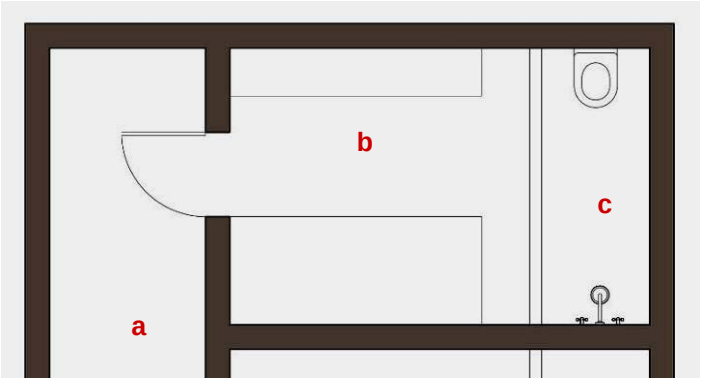


Fig. 228 – Planta esquemática da galeria de celas
Fonte: desenho da autora

O oferecimento das atividades de arte capacita as presas a cuidar melhor do seu espaço físico, fato que se nota na visitação através dos enfeites, das pinturas nas paredes (Figs. 229, 230 e 231). Essa personificação do ambiente faz com que as presas estabeleçam laços com o espaço – não só a cela, mas todo espaço comum da unidade – "decorado" com figuras de papel, recortes, quadros e objetos confeccionados pelas detentas. Da mesma forma a implantação do salão de beleza não só capacita as presas, através da oficina, como permite a sua utilização, fato que segundo as funcionárias – da SEAP, como psicólogas, assim como agentes da unidade – melhora a auto-estima. É interessante ressaltar a reflexão de uma presa que ao falar da atividade da reciclagem questionou: "se até esse lixo pode ser aproveitado, porque nós não podemos?". Algumas presas criam gatos de estimação em suas celas – também se vê outros nos pátios. Uma senhora relata que o afeto do bicho ajuda a superar seus dias na prisão e o afastamento da família (Fig. 232).

> Apesar de serem minúsculos espaços padronizados com uma cama e um pequeno banheiro, as figuras nas paredes, recortes em papel em forma de estrelas, flores, corações, e até mesmo pinturas feitas com stencil tornam cada um dos ambientes – fisicamente idênticos – particular e inconfundível. [252]

Fig. 229 – cela

Fig. 230 – detalhe da parede de uma cela

Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

Fig. 231 – cela

Fig. 232 – detalhe do gato de uma das presas

Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

Nota-se uma mudança significativa, já indicada por profissionais da área – da SEAP, o arquiteto Wilson Jorge e Eduardo Konig – e observada em campo, quanto ao perfil das presas. Se anteriormente o perfil da presa se configurava por pessoas de baixo poder aquisitivo e pouca instrução, hoje já se nota um grande número de presas de classe média, instruídas, em geral envolvidas com o tráfico de drogas. As atividades de trabalho, segundo os funcionários da unidade, têm sido mais procuradas, assim como as atividades educativas, resultando no melhor aproveitamento das atividades oferecidas e na esperança da presa em ter uma vida melhor depois de sair da prisão.

[252] Trecho retirado do Relato Experiencial do Talavera Bruce, disponível no Anexo 4.

> A experiência nesta unidade e essa mudança de perfil fizeram com que eu pudesse me colocar nos lugar das presas com mais facilidade e, de fato, me colocar naquela situação, já que a história de vida de muitas não era tão diferente da minha. Senti uma tristeza imensa em imaginar que aquelas pessoas podiam ter a minha vida – já que muitas tiveram as mesmas oportunidades – e não estar naquela situação, vivendo naquelas condições. [253]

Segundo funcionários de algumas unidades[254] e da SEAP, as presas costumam receber poucas visitas; em relação aos homens encarcerados, um número consideravelmente menor. Esse abandono, associado ao apego aos filhos, faz com que muitas presas se empenhem na sua reabilitação e na procura de trabalho – para a redução da pena e retorno à família. Essa realidade é tão comum que as presas que não recebem visitas costumam ser chamadas de "mendigas" pelas demais detentas, por viverem somente do que a unidade oferece – não usam a cantina para lanches, doces, refrigerantes – nem podem comprar produtos de higiene pessoal, roupas, etc.

> ... o fato de quase sempre [as presas] serem abandonadas por seus companheiros e mesmo pela família que julga o crime feminino com maior dureza. Ressaltam também o maior interesse da mulher em se ressocializar e sair da unidade penal, tanto por esse efetivo abandono, como pela distância dos filhos – fato que também faz com que elas se interessem e se empenhem mais nas atividades profissionais que geram alguma renda e reduzem a pena. No caso das estrangeiras tudo isso se acentua, por estarem longe de casa: não recebem visitas e vivem ainda mais isoladas. [255]

Disposta a colaborar com a pesquisa, uma das presas se faz um desenho da unidade (Figs. 233 e 234). O desenho além de esclarecer a localização de alguns equipamentos da penitenciária não visitados, se mostrou um material riquíssimo sobre a percepção da presa da unidade. Comparando o desenho com as plantas baixas nota-se o valor dado as áreas de trabalho, que aparecem bem maiores e as galerias de celas reduzidas a pequenos "quadradinhos". Da mesma forma a galeria onde se localiza a sua cela, aparece desenhada com mais detalhes e a área destinada à visitação "decorada" com árvores, um desenho mais humanizado e muito mais rico, onde se nota com clareza a intenção de representar melhor o ambiente. Quando questionada sobre o desenho ela relata que, de fato, a área de visitação é um ambiente pra ela carregado de suas únicas boas lembranças da unidade – sua convivência com a sua família.

[253] Trecho retirado do Relato Experiencial do Talavera Bruce, disponível no Anexo 4.
[254] Nelson Hungria e Talavera Bruce
[255] Trecho retirado do Relato Experiencial do Talavera Bruce, disponível no Anexo 4.

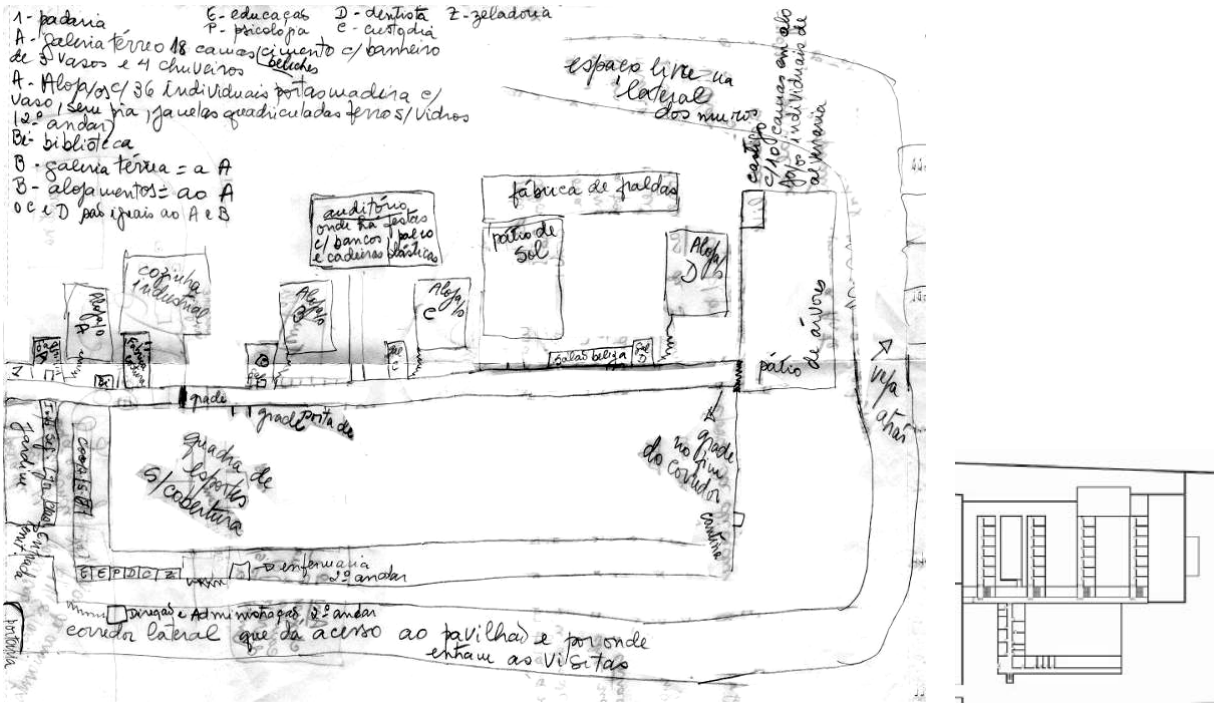


Fig. 233 – edificação principal, Talavera Bruce, desenhada por uma presa e a planta baixa à direita
Fonte: arquivo pessoal da autora, disponível no Anexo 6

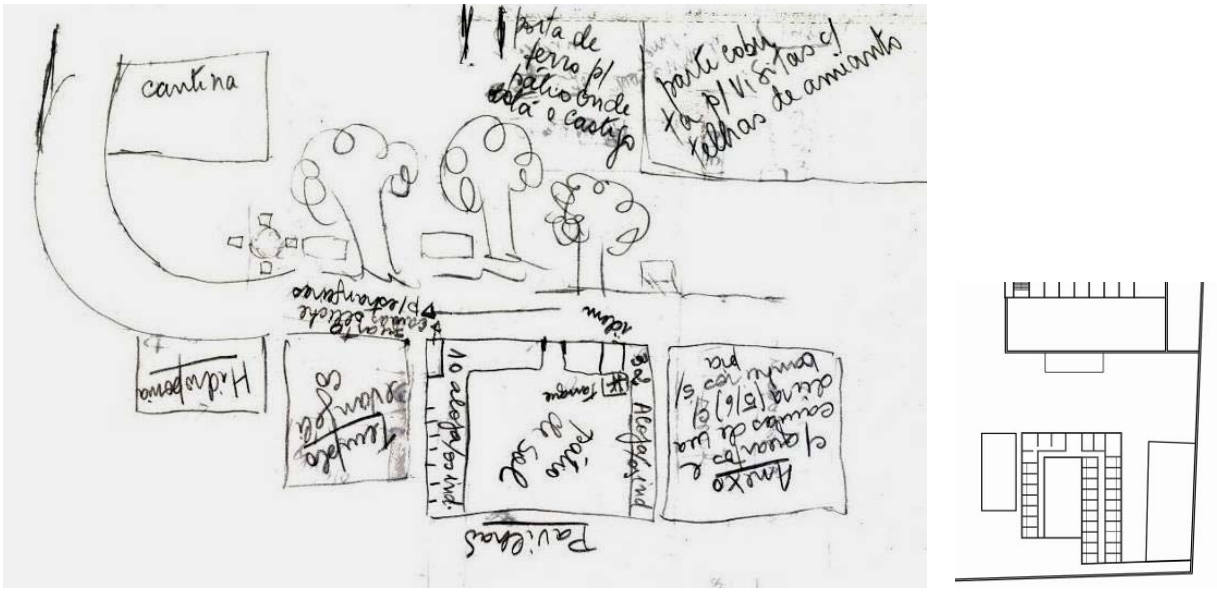
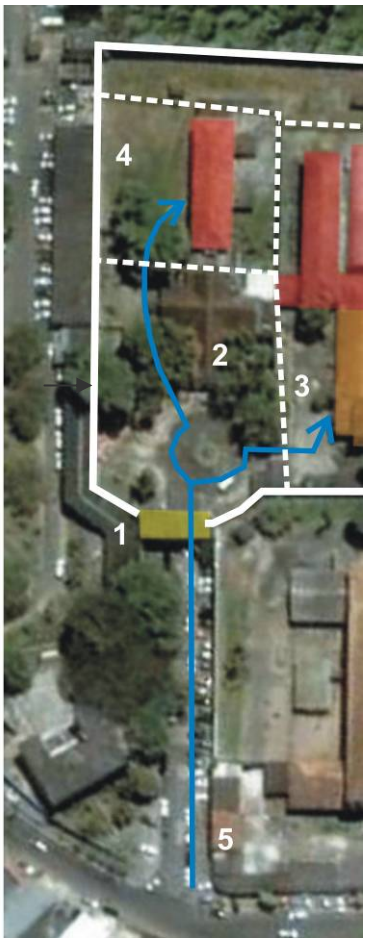


Fig. 234 – edificação anexa, Talavera Bruce, desenhada por uma presa e a planta baixa à direita
Fonte: arquivo pessoal da autora, disponível no Anexo 6

Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá

Essa unidade – que se localiza ao lado da penitenciária Talavera Bruce (Fig. 235) em Bangu – é uma das unidades externas ao "cinturão". É também a única no Estado do Rio de Janeiro com esse fim. Ocupa um pequeno edifício retangular (Fig. 236) – com capacidade para 20 presas em dois alojamentos – que se localiza atrás da capela. O acesso à unidade se faz por um pequeno portão que se abre a um pátio gramado com algumas árvores.



Legenda:

setor extramuros
setor vivência
acesso às unidades
limites entre unidades
1. Guarita de entrada
2. Capela
3. Penitenciária Talavera Bruce
4. Unidade Materno Infantil
5. Sanatório Penal

a. circulação
b. alojamento
c. sanitário coletivo
d. cozinha/lactário
e. sala de atividades
entrada

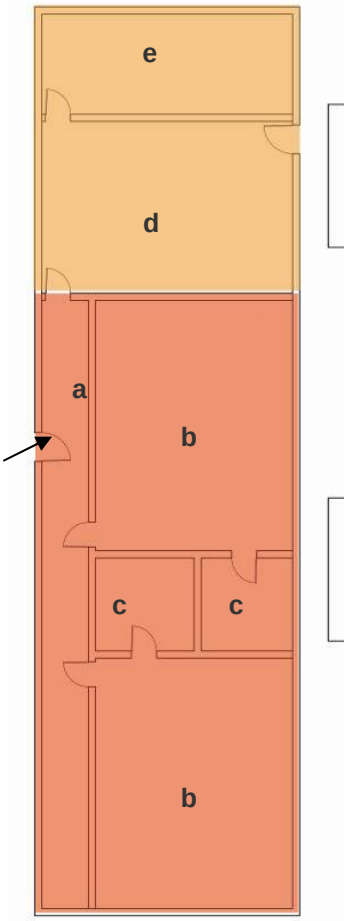


Fig. 235 – Acesso a Unidade Materno Infantil
Fonte: Google Earth

Fig. 236 – Planta esquemática da unidade materno Infantil
Fonte: desenho da autora

A entrada da unidade se faz por uma área coberta (Fg. 237) – cheia de carrinhos de bebê – que dá acesso direto ao corredor (Fig. 238); do lado direito os dois alojamentos coletivos equipados com camas, berços e sanitários coletivos; do lado esquerdo o lactário (Fig. 239) e uma área coberta usada para a recreação das crianças em dias de chuva. Ao fundo da edificação a administração e sala de agentes. A edificação não segue nenhuma

das tipologias penais, assim como não se nota a presença de seus elementos característicos, como grades, portas de ferro, “gaiolas”, guaritas, divisão de setores.

> O ambiente, nem de longe, parece com o da prisão – berços e porta fraldas ao lado de cada cama, roupinhas e brinquedos, paredes pintadas em tom pastel e nenhuma grade. Das grandes janelas altas, pode-se até ver o céu. O clima é completamente diferente: não há desconfiança entre funcionários e presas, nem aquela tensão constante, o ambiente é leve. A relação das agentes com as presas é mais próxima, mesmo porque muitas se apegam às crianças e até mesmo ajudam em certas situações. [256]

Fig. 237 – entrada da unidade

Fig. 238 – corredor da unidade

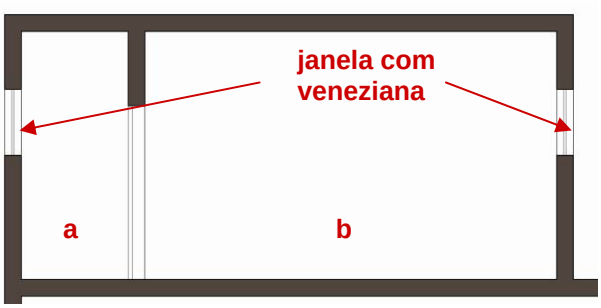
Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-v.html

Fig. 239 – lactário da unidade

Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

[256] Trecho retirado do Relato Experiencial da Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá, disponível no Anexo 5.

Os alojamentos (Fig. 240) apresentam fileiras de camas – sempre coladas ao berço – separadas apenas pelo espaço de passagem (Fig. 241 e 242). O espaço não apresenta nada que o identifique como um espaço infantil ou penal. Não fossem os berços e os poucos brinquedos – levados pela família – o espaço poderia ser utilizado para qualquer fim, mesmo a área de recreação. Ao contrário da penitenciária feminina, os ambientes não apresentam qualquer personificação: nenhum enfeite, mural – como é comum em escolas e creches – somente alguns porta-retratos junto às camas. Ao entrar no prédio não há qualquer dúvida sobre o seu uso, mas isso se deve somente aos objetos pessoais e não por características da configuração do espaço ou mesmo de seu tratamento estético. O caráter provisório da unidade – abrigando presas somente por curto período – provavelmente dificulta essa personificação do ambiente, fato notado também em unidades que funcionam como presídios ou casas de custódia.



Legenda

a. corredor/circulação

b. alojamento

Fig. 240 – corte esquemático do alojamento
Fonte: desenho da autora

Fig. 241 – foto de um dos alojamentos
Fonte: http://programastvonline.blogspot.com/2007/11/presas-modelos-documental-documentos-tv.html

Fig. 242 – foto de um dos alojamentos
Fonte: http://www.seap.rj.gov.br/noticias/2008/marco/fotos/14_03f5.htm

> Apesar de ser uma unidade voltada para os bebês, o ambiente é bastante neutro. Não há qualquer decoração (...) que nos faça associar a um ambiente infantil. Apesar dos brinquedos e portas retratos próximos às camas e berços, nessa unidade os espaços não

> se apresentam personificados como nas demais unidades visitas. É um ambiente limpo, bem cuidado, mas completamente impessoal. [257]

Segundo funcionários da unidade e da SEAP, nessa unidade não costumam ocorrer problemas como rebeliões ou conflitos entre presas, esporadicamente casos de fuga – em geral mães que tentam fugir com os filhos para não se separarem deles. É notável o apego (Fig. 243) e o sofrimento das presas pela certeza da separação próxima dos filhos. A relação entre agentes e presas nessa unidade costuma ser mais próxima e bem menos tensa. Os agentes acabam se envolvendo com as crianças e as presas, além de estarem ocupadas com as crianças, buscam aproveitar o pouco tempo que têm para acompanhar os filhos. As presas que trabalham ou estudam podem voltar à atividade após o tempo de licença- maternidade, mas precisam levar consigo as crianças. Como em outras unidades visitadas, nota-se a mudança no perfil das presas.

> ... me emociono e prefiro parar de pensar nisso, essa é uma realidade muito dura, tento manter um certo distanciamento. (...) É difícil olhar nos olhos daqueles bebes, daquelas mães, mas ao mesmo tempo é impossível não se encantar com as gostosas gargalhadas. Um deles se joga do colo da mãe pro meu e não consigo evitar... Uma sensação horrível, vontade de não largar mais aquela criança, e lhe dar carinho, ao mesmo tempo a vontade de sair dali e não ver mais nada. [258]

Fig. 243 – unidade materno infantil
Fonte: http://documentography.com/issue/6/ph/genna_nacchache/4.html

[257] Trecho retirado do Relato Experiencial da Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá, disponível no Anexo 5.
[258] Trecho retirado do Relato Experiencial da Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá, disponível no Anexo 5.

6.2. Considerações sobre a Contribuição da Arquitetura

A definição da LEP traz grande melhoria ao ambiente penal, quanto à sua humanização e às condições mínimas de conforto e salubridade. Muitas exigências da LEP vêm sendo ignoradas devido à carência de estabelecimentos – fatores econômicos – e ao crescimento do número de presos – fato que se associa diretamente ao crime organizado, mais especificamente ao tráfico de drogas. Os projetos das unidades muitas vezes são elaborados por arquitetos conceituados e apresentam grande qualidade projetual, no entanto, a **falta de conhecimento do ambiente penal e da sua rotina** geram problemas na utilização do edifício. Os projetos elaborados em parceria com funcionários das secretarias responsáveis têm gerado resultados mais satisfatórios – como é o caso das unidades de Bangu III e IV e algumas unidades em São Paulo[259].

Em geral, os autores de projetos penais são contratados somente para fazer o projeto básico, ficando a cargo da construtora o projeto executivo (JORGE, 2000: 54). Desse modo, a **execução dos projetos muitas vezes é feita sem o acompanhamento do arquiteto**[260], o que leva, constantemente, a modificações – tanto relativas a falhas de projeto, quanto a simplificações por motivos econômicos – e que nem sempre são elaboradas respeitando os princípios do projeto original, gerando algumas distorções nas propostas. A manutenção das unidades penais raramente ocorre – costumam se reduzir a pinturas – são mais comuns pequenas reformas e ampliações. As pequenas reformas – modificação de alguns ambientes ou do tipo de uso para outros – se dão sem muito planejamento, são soluções de ordem prática, em geral, por decisão de diretores, utilizando muitas vezes mão-de-obra do preso[261].

A falta de **manutenção**, além de dar às unidades uma impressão de deterioração e abandono, gera problemas principalmente associados às instalações hidráulicas e de esgoto. A implantação do banheiro dentro da cela e os constantes vazamentos trazem grande umidade, facilitando a proliferação de fungos e problemas respiratórios – acentuados pela difícil renovação do ar[262]. Como não é permitido o uso de elementos

[259] Informação obtida através das entrevistas realizadas com agentes penitenciários de Bangu IV (07/12/2004), com o engenheiro Eduardo Konig (09/06/2008), e o arquiteto Wilson Jorge (18/07/2008).
[260] Informação obtida através das entrevistas realizadas com o engenheiro Eduardo Konig (09/06/2008), o arquiteto Claudio Taulois (10/06/2008), o arquiteto Wilson Jorge (18/07/2008) e alguns arquitetos da SEAP (08/07/2005 e 06/08/2007).
[261] Segundo Eduardo Konig (entrevista em 09/06/2008), os presos somente trabalham em obras que propiciem melhoria para o ambiente, como manutenção, pintura, construção de áreas de trabalho ou lazer, se recusando a trabalhar em ampliações ou construções de unidades novas.
[262] Informação obtida através das entrevistas realizadas com profissionais da área de saúde (09/12/2004, 13/11/2008 e 20/11/2008).

cerâmicos nas áreas de vivência, sua higienização fica prejudicada – o cheiro de urina pode ser percebido a longa distância – além de trazer mais umidade.

A diferenciação e a funcionalidade do edifício, quanto ao seu nível de segurança, é feito a partir de **aparatos tecnológicos** – câmeras de monitoramento, detectores de metais, leitores óticos – além da aplicação de materiais – piso anti-túnel, paredes que impedem a passagem do som – do nível de isolamento[263] e da aplicação de alguns elementos de projeto. A tipologia arquitetônica, muitas vezes, tem sido pensada em relação ao programa e função do edifício de forma mecânica, de modo que pouco interfere no seu caráter – tipo de estabelecimento[264] – apesar de influenciar fortemente a funcionalidade e segurança da unidade pela configuração de seus setores e fluxos. A elaboração dos elementos de projeto tem sido pensada de forma mais responsiva propiciando, em alguns casos, ambientes que facilitam a observação distanciada e segura.

Conforme mostrado, foi visto que em Bangu I o projeto arquitetônico que concebeu **galerias** mais curtas e largas foi positivo ao favorecer a segurança sem haver necessidade de uma total dependência de aparatos eletrônicos; por outro lado, em Bangu II, onde as galerias são mais extensas e o corredor de acesso às galerias é fechado por paredes, tal fato não ocorre. Já em Bangu IV, as galerias foram pouco reduzidas, amenizando um pouco o problema, no entanto a utilização de paredes de meia altura, fechadas com barras de ferro (Fig., 242), possibilitam a observação distanciada e segura da galeria a partir da quadra central. No Talavera Bruce, o uso de grades de ferro na entrada das galerias e em muitos alojamentos é positivo, contudo foi necessária a utilização de “gaiolas” (Fig. 243), para compartimentação de espaços e acessos devido à grande extensão das galerias, facilitando o uso da unidade e o trabalho da vigilância – como visto também em Bangu IV, em função do que ocorria em Bangu II.

[263] Como se pode notar nas galerias de Bangu, que se diferenciam somente pelo número de celas, número de presos e equipamento de segurança.
[264] Muitas unidades com caráter completamente diferentes usam a mesma tipologia arquitetônica – como por exemplo a tipologia telephone-pole plan utilizada um unidade de RDD, penitenciária (Bangu 5) e presídio (Nelson Hungria).

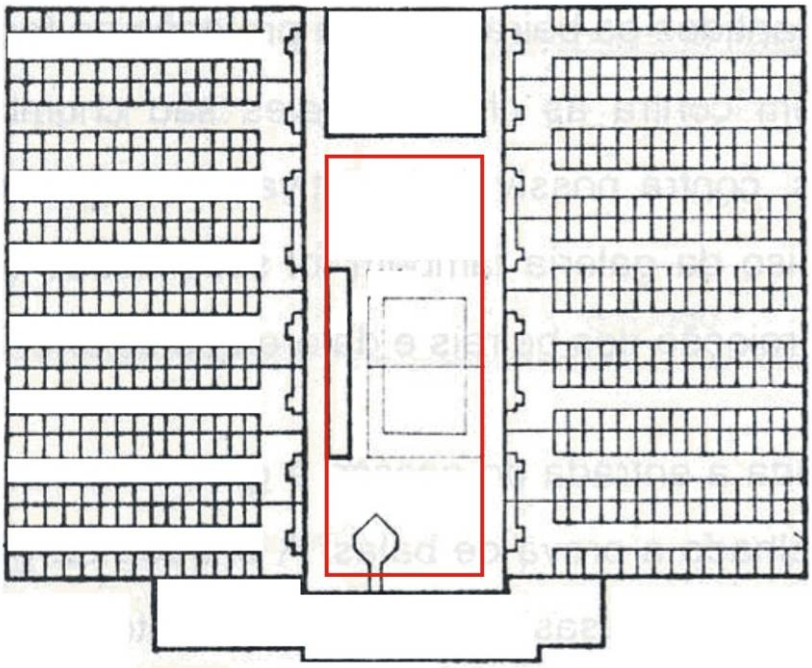


Fig. 244 – planta de Bangu III e IV com a marcação das meias paredes de fechamento do corredor de acesso às galerias de celas
Fonte: desenho da autora

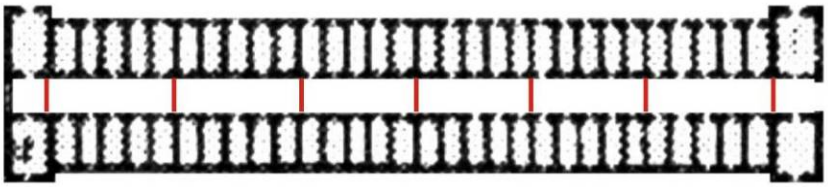


Fig. 245 – galeria de celas com “gaiolas” marcadas
Fonte: desenho da autora

De modo geral, a **circulação** das edificações penais deve ser profundamente estudada, evitando a sobreposição de fluxos de natureza diversa – visitantes, presos, funcionários – e possibilitando a rápida ocupação da unidade pelo corpo de guarda, quando necessário. Outro aspecto importante na circulação é o seu dimensionamento, que deve ser tal que facilite a observação – evitando corredores estreitos, muito extensos, e fechados. Nas galerias de celas a largura do corredor deve permitir uma circulação segura, distante o suficiente das grades das celas para que os presos não alcancem os agentes de segurança. O corredor de acesso às galerias, sempre que estiver faceado por espaços de uso comum, deve ser fechado com meia parede e barras de ferro, permitindo assim a sua observação e até mesmo a das galerias (Fig. 244). A subdivisão das circulações que dão acesso às galerias de celas – ou mesmo da própria galeria – quando estas são muito extensas – geralmente feitas com “gaiolas” (Fig. 245) é fundamental por impedir a

aglomeração de grande número de presos e possibilitar o isolamento de cada uma das partes.

Outro ponto fundamental na arquitetura das unidades penais é a possibilidade do projeto permitir a **iluminação natural** e, principalmente, a **renovação de ar** nas celas e alojamentos. As galerias que usam celas "fundo contra fundo" (Fig. 246) impedem a ventilação cruzada e a renovação do ar, mesmo quando apresentam aberturas nos corredores – que permitem a entrada de luz. As galerias com corredor central (Fig., 247) devem apresentar aberturas, tanto para o corredor quanto para o exterior, para permitir a renovação do ar. Quando as galerias apresentam celas de um só lado (Figs. 248 e 249), os corredores devem apresentar aberturas, assim como as celas devem se abrir para o corredor e para o exterior para possibilitar a renovação do ar.

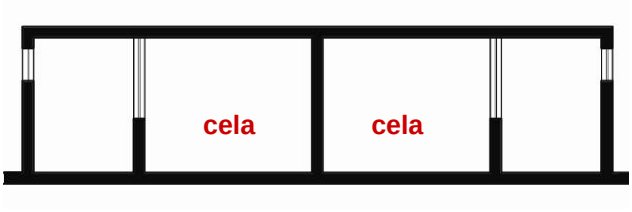


Fig. 246 – corte esquemático de galerias "fundo contra fundo"
Fonte: desenho da autora

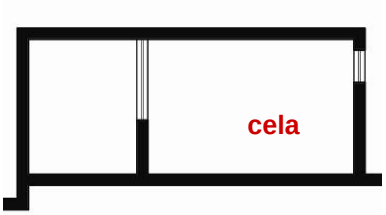


Fig. 248 – corte esquemático de galerias com celas/alojamentos somente em um dos lados
Fonte: desenho da autora

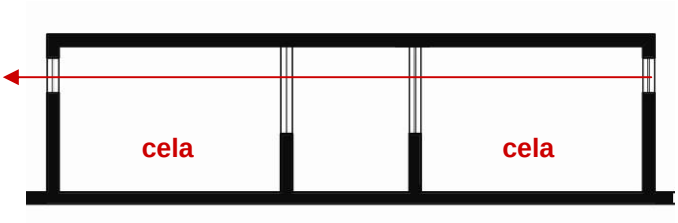


Fig. 247 – corte esquemático de galerias com corredor central
Fonte: desenho da autora

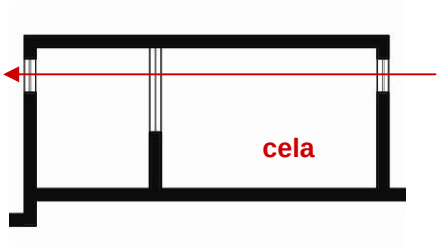


Fig. 249 – corte esquemático de galerias com celas/alojamentos somente em um dos lados
Fonte: desenho da autora

Em Bangu IV, **a configuração espacial da quadra e dos pontos de vigilância** – facilitada pela maneira como é feita a distribuição de fluxo[265] – é tal, que não permite a existência de pontos cegos na vigilância, o inverso ocorre no seu **pátio** ao fundo e nas unidades de Bangu I e II. No Talavera Bruce, os pátios internos apresentam segurança por serem fechados pela própria edificação, porém difícil observação, feita somente através de sua porta de entrada ou de dentro do espaço. A área externa não apresenta

[265] A observação dos presos na quadra é constante e inesperada, feita pela própria circulação dos funcionários no setor intermediário.

telas de proteção ou muros, facilitando o esconderijo de presas entre os blocos separados ao fundo.

A **abertura na cobertura das galerias** das unidades de Bangu I, II, III e IV permite a iluminação natural das celas, amenizando o problema da umidade, assim como se mostra positiva por permitir o seu isolamento – compartimentando ainda mais a unidade, fato que não ocorre no Talavera Bruce. A abertura superior na galeria também oferece a observação da galeria, de cima do "passadiço", favorecendo a vigilância e principalmente a cobertura dos agentes em ações como revistas ou contenção de rebeliões. Por outro lado, a disposição de celas "fundo contra fundo" nas unidades Bangu I, II III e IV impossibilita a ventilação cruzada, situação que não acontece em alguns blocos do Talavera Bruce.

A **localização das áreas de trabalho dos presos** no setor de vivência – obedecendo à recomendação do CNPCP –, em Bangu IV traz maior segurança, por concentrar os presos em um mesmo setor [266], fato que não ocorre em Bangu II – que concentra as oficinas próximas ao setor intermediário – e no Talavera Bruce – que apresenta as áreas espalhadas por toda a unidade. Este fato torna difícil o controle dos presos que necessariamente circulam por toda a unidade[267], impedindo a separação dos fluxos. No entanto, as áreas de trabalho, mesmo situadas na área de vivência devem se localizar preferencialmente próximas ao limite desse setor com o setor de apoio, possibilitando o isolamento dos presos no mesmo setor, mas também uma ação rápida dos agentes em caso de rebelião.

O ambiente penal, por seu próprio caráter, é tenso. Funcionários e presos precisam estar sempre atentos, prevendo situações de risco. Os presos não escolheram estar ali e não desejam permanecer. A relação dos usuários com o ambiente é difícil, acentuada pelo estado das edificações e pelo tipo de **tratamento estético**. Nas edificações mais significativas, nota-se um cuidado maior nas fachadas do edifício que dão acesso às unidades, que geralmente seguem as linhas arquitetônicas de seu momento histórico. Nas áreas de vivência, porém, esse aspecto é pouco explorado, fato que se acentua devido à falta de manutenção das edificações. Hoje, as diretrizes para elaboração de projetos penais recomendam o uso de cores e discreta vegetação buscando a **humanização** do ambiente penal. As novas unidades prisionais já seguem essas

[266] Exceto alguns poucos que trabalham no setor intermediário – que necessariamente apresentam bom comportamento.

[267] Apesar dos presos apresentarem um cartão de identificação – uma espécie de "passe" – que identifica seu destino – oficinas, atendimento médico, jurídico, social –, esse controle se torna difícil dependendo do número de presos na unidade.

recomendações. (Fig. 250). O cuidado com o *design* do mobiliário – já mencionado – o emprego de cores, a iluminação natural, e o uso de vegetação (Fig. 251 e 252) podem tornar a permanência na prisão menos árdua para presos e funcionários e facilitar o estabelecimento de laços com o ambiente.

Fig. 250 – Centro de Ressocialização, SP
Fonte: http://www.sap.sp.gov.br/common/unidprisionais/CR/araraquara.html

Fig. 251 – piso do pátio de uma prisão na Austria
Fonte: http://ahboon.net/2007/04/05/a-5-star-prison-in-ustria/

Fig. 252 – pátio de uma prisão na Austria
Fonte: http://ahboon.net/2007/04/05/a-5-star-prison-in-austria/

Em todas as unidades penais visitadas é nítida a **apropriação** do ambiente – ainda mais evidenciada nas penitenciárias, pelo seu caráter definitivo. Somente as unidades de RDD impedem a presença de objetos pessoais de presos nas celas, no entanto o mobiliário básico empregado nas unidades se restringe a uma cama, mesa e banco – além dos equipamentos sanitários –, não são utilizadas prateleiras ou armários que abriguem esses objetos. Os presos que recebem ajuda da família, conseguem instalar prateleiras e utilizar pequenos armários e gaveteiros. A previsão e elaboração desse mobiliário (Figs. 253 e 254) evitariam o improviso e permitiriam também que o preso estabelecesse um pequeno território como seu, facilitando o estabelecimento de uma melhor relação com o espaço. O emprego de materiais duráveis é recomendado devido a pouca manutenção do espaço penal e ao fato de que qualquer objeto, como um pedaço de metal ou madeira, pode se tornar uma arma.

Fig. 253 – cela de uma prisão feminina
Fonte: BRODIE, 1999: 69

Fig. 254 – cela da APAC Santa Luzia, MG
Fonte: http://www.arcoweb .com.br/arquitetura/arquitetura689.asp

Reforçados alguns pontos, o quadro 8 mostra uma síntese das principais contribuições arquitetônicas nas unidades estudadas:

Quadro 8 – elementos positivos de projeto em algumas unidades penais no Rio de Janeiro

	setorização	fluxos separados	acesso único	pátios fechados	pátios sem pontos cegos	parlatórios	curtas e alargadas	subdivididas	independentes	iluminação e ventilação natural	observação de cima
	GERAL						GALERIAS DE CELAS				
Bangu I	X	X	X	X		X	X	X	X	X	
Bangu II	X		X	X	X	X			X	X	
Bangu IV	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Talavera Bruce			X	X				X			

Os itens elencados no quadro acima traduzem, de forma sintética e objetiva, como alguns parâmetros arquitetônicos podem contribuir para que a instituição penal possa ter um uso mais responsivo e a segurança mais facilmente mantida. Não é objetivo deste trabalho comparar as instituições visitadas em termos de eleger "a melhor" entre elas. Tais estabelecimentos foram usados somente como apoio para a busca sobre os elementos arquitetônicos que podem vir a atuar decisivamente no desenvolvimento do projeto. Da mesma forma, em relação a esses elementos arquitetônicos, esta dissertação não pretende esgotar o tema, muito pelo contrário; pretende-se que o assunto seja trazido à discussão acadêmica e científica, para que futuramente possa ser pesquisado com maior profundidade.

A concepção dos espaços penais se mostra como um **entrelaçamento de conhecimentos** técnicos, acadêmicos e experienciais. ***Técnico,*** por necessitar de um profundo conhecimento dos materiais construtivos – não só de sua execução, mas principalmente de suas propriedades (resistência e durabilidade, entre outros). ***Acadêmico,*** por necessitar de um profundo e claro estudo de fluxos e setorização, assim como da conjugação das instalações – elétricas, hidráulicas e de esgoto – com os aspectos de segurança. ***Experiencial,*** por ser fundamental o conhecimento do funcionamento das unidades para a previsão de situações de risco e saídas encontradas pelos presos para driblar os aparatos de segurança, somente vivenciados por funcionários que convivem diariamente nas unidades.

Nas unidades penais, mais uma vez se constata o **caráter transdisciplinar** – que vem sendo requerido em diversas áreas do conhecimento – e o fato de que o bom desenvolvimento do espaço penal – seja pelo aspecto da segurança, condição sanitária, humanização, social ou psicológico – depende de uma série de conhecimentos que vão além do conhecimento disciplinar da arquitetura. Abrange não só outras disciplinas, como também o conhecimento prático da experiência de atuar no ambiente rotineiramente, mostrando que o aprendizado do arquiteto é contínuo. A necessidade desse entrelaçamento de conhecimentos na área penal é antiga, como já mostrado ao longo do trabalho, e apesar de nem sempre ser aplicada, vem trazendo melhores resultados para o funcionamento das unidades e seus objetivos. Essa interação do arquiteto com os demais profissionais envolvidos permite uma atuação profissional mais aproximada e mais responsiva, evitando as interpretações distanciadas do ambiente penal.

> No passado a prisão já foi considerada um "símbolo da vitória contra o vício". Hoje, mergulhada nas sombras, sendo sucessivamente deslocada para as margens do espaço público, para as periferias dos centros urbanos, ela só ganha visibilidade em seus momentos de crise. (Ciência Hoje, jun/2007: 19)

A prisão se configura no imaginário cultural de forma mais negativa do que se pode constatar em campo. A grande maioria dos presos não apresenta alta periculosidade[268] e as cenas mostradas pela mídia não são uma constante. A entrada na unidade e o bater do portão provocam tensão e mesmo medo, mas ao experienciar o lugar nota-se que os estabelecimentos apresentam uma rotina menos conturbada. Pode-se ouvir o burburinho de vozes distantes e observar os presos circulando de forma natural em suas atividades cotidianas – faxina, trabalho nas oficinas, pegando sol em cadeiras de praia. Com o passar do tempo a tensão diminui, a idéia do preso agressivo vai se afastando[269] e o preso pode ser visto como um ser humano, de forma menos estigmatizada. Desse modo, torna-se mais fácil a aproximação e a apreensão de seus relatos que possibilitam a elaboração de ambientes mais próximos a sua realidade e seus objetivos.

[268] Esse fato vem sendo constatado desde o início do século XX, como relata Johnston (1973: 50) permanecendo assim atualmente (Revista Época, 22/05/2006; Ciência Hoje, 06/2007).

[269] Apresentam-se também situações onde se constata com clareza a tensão presente na relação entre preso e agente ou diretor, assim como entre presos – troca de olhares, desconfiança. No entanto, a relação com funcionários de psicologia, assistência jurídica e social se dá de forma mais tranqüila, por serem estes vistos pelos presos como funcionários que trabalham para a sua assistência e não repressão. O trato com pesquisador se deu também de forma tranqüila.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Criação de uma coisa e geração associada à compreensão de uma idéia correta dessa coisa são, muitas vezes, partes de um único e indivisível processo, partes que não podem separar-se, sob pena de interromper o processo. (FEYERABEND, 1977: 32).*

A temática da prisão, de modo geral, é complexa e polêmica, pode ser abordada sob diversos aspectos – social, moral, histórico, jurídico, sanitário, arquitetônico – permitindo diversas interpretações e posicionamentos. Não se pretende aqui esgotar o assunto, mas tratar de um de seus aspectos: a ***contribuição da arquitetura***, segundo um posicionamento do autor, constituído pela sua experiência e conhecimento que direcionaram a escolha e forma de aplicação dos métodos, conformando a interpretação que se apresenta neste trabalho. Compreendendo que os objetos têm fronteiras pouco definidas por estarem inseridos em uma complexa rede de fenômenos, não podemos ignorar suas relações com outros objetos e fenômenos, nem tampouco, tratá-los isoladamente, mas a partir de suas relações.

Como já mencionado, as leis são constituídas a partir de valores morais que variam cultural, local e temporalmente. Hoje, o aprisionamento ainda é a forma de punição dominante e tem como objetivo a ressocialização do indivíduo através do sistema progressivo e o oferecimento de atividades educacionais e profissionais. O entendimento de que existem presos de diferente natureza – experiência de vida, motivação para cometer o crime, natureza do crime – traz a relativização e direcionamento do tratamento penal, apresentando diferentes tipos de instituição que também podem abrigar também diferentes estágios da pena. De modo geral, existem dois caminhos: o abrandamento do tratamento para presos menos perigosos ou nos estágios finais da pena e o endurecimento do tratamento para os casos mais extremos – a pena de morte aplicada em alguns países, o regime das *supermax* e unidades para RDD brasileiras.

No caso brasileiro, nem sempre esse tratamento mais individualizado ocorre devido à superlotação, falta de atividades educacionais e profissionais e o número insuficiente de funcionários em algumas unidades, assim como pela classificação das unidades penais por facção criminosa e não perfil de tratamento do preso. Experiências em campo e o rico relato de profissionais da SEAP, assim como de arquitetos e engenheiros envolvidos com a elaboração de unidades penais, constataram a superficialidade com que a arquitetura penal vem sendo abordada em alguns casos. O desenvolvimento da pesquisa mostrou a escassez de material sobre o tema e, desse modo, a pesquisa busca contribuir para uma atuação mais responsiva na área e abrir caminho para novos questionamentos.

A partir dos fatos relatados, configurou-se a questão principal desta pesquisa: **de que forma a arquitetura pode contribuir na concepção do espaço penal possibilitando a melhoria da aplicação do atual sistema penal brasileiro?**

Para responder a essa questão, foi formulado o objetivo geral do trabalho: **determinar de que forma a arquitetura e a concepção do espaço penal podem contribuir na resolução dos problemas atuais das edificações penais, enfatizando o caso do Rio de Janeiro**. De modo geral, constatou-se que a arquitetura pode efetivamente trazer grande contribuição ao funcionamento da unidade penal, principalmente em alguns aspectos como: a segurança, vigilância, salubridade, classificação e separação dos presos, apropriação e humanização do espaço conforme mostrado no interior desta dissertação.

Em complemento, o quadro 5 apresenta e relaciona os **objetivos específicos** com os materiais e métodos e com os resultados encontrados:

Objetivos		Materiais e Métodos	Resultados
1	Analisar de que forma a **concepção do espaço penal** se relaciona às diferentes **visões de mundo** – como as transformações na percepção de mundo e do crime vêm modificando a forma de punir e configurando o espaço penal	Aplicação do conceito de Arqueologia do Saber de Foulcault na pesquisa bibliográfica em diferentes áreas do conhecimento. A utilização de material bibliográfico fragmentado e de diferente natureza tornou difícil o cruzamento das informações e elaboração de um texto contínuo.	A arquitetura penal está profundamente associada aos valores morais, culturais e sociais que variam temporalmente e se materializam na configuração do espaço. O método aplicado permitiu a constatação de que outros campos disciplinares e a experiência prática (a partir de dificuldades e êxitos do funcionamento das unidades penais, e não de uma evolução progressiva) têm forte influência na concepção do espaço penal e sua arquitetura. Também observou-se que, em cada época estudada há uma visão de mundo, uma idéia geral que direciona o desenvolvimento de muitas áreas do saber.

Quadro 09 – Objetivos, Materiais e Métodos e Resultados

2	Analisar de que forma a concepção do espaço penal se relaciona com a arquitetura e suas **tipologias e modelos** – de que forma o espaço penal adapta as tipologias existentes para a finalidade penal	Aplicação do conceito de Genealogia do Saber de Foucault e Tipologia arquitetônica de Quincy (1832 apud Argan, Rossi, Montaner, Moneo Corona-Martinez). A bibliografia muitas vezes não apresenta os desenhos técnicos com as definições dos compartimentos. Em alguns casos, faltam informações mais críticas e menos descritivas.	Os modelos e tipologias penais muitas vezes se originam de outros programas arquitetônicos e são adaptados a partir da experiência prática do funcionamento das unidades. A abordagem genealógica permitiu que se estudasse dentro das epistemes, as transformações e variações da idéia geral a partir da experiência prática. Desse modo constatou-se que as visões de mundo dão origem aos modelos penais, e a aplicação dos modelos na prática, vai configurando variações que dão origem às tipologias.
3	Apresentar a **evolução histórica da arquitetura penal brasileira** – como evoluiu o sistema penal brasileiro e sua relação frente às tipologias e modelos aplicadas no mundo	Aplicação dos conceitos anteriormente aplicados junto a algumas informações obtidas em entrevistas. Foram encontradas as mesmas dificuldades descritas nos casos anteriores	Grande parte dos princípios aplicados ao sistema e à arquitetura penal brasileira tem como referência a experiência de outros países. Em alguns casos, os modelos são adaptados à realidade econômica e climática brasileira
4	Apresentar o **atual sistema penal brasileiro**, as normas para elaboração de suas unidades e a definição dos estabelecimentos atualmente em uso no Brasil	Pesquisa sobre as leis de execução penal e diretrizes para a elaboração de edificações penais brasileiras	O estudo das normas e do sistema penal brasileiro foram fundamentais para um melhor entendimento das intenções do Estado em relação a ressocialização do preso. As normas de elaboração das edificações penais se mostraram um importante instrumento para o profissional que projeta esses espaços por chamar atenção para certas peculiaridades do ambiente penal e a importância da correta aplicação de materiais e escolha do partido arquitetônico em relação a segurança e funcionalidade.

Quadro 09 – Objetivos, Materiais e Métodos e Resultados (continuação)

5	Apresentar a experiência prática a partir de relatos e impressões em campo e a **contribuição da arquitetura** nesse contexto.	Entrevistas com profissionais da SEAP e engenheiros e arquitetos com experiência na área, visitas de campo e estudo de alguns projetos. A utilização de informações de natureza tão diversa e sobre aspectos tão diferentes – gerados pela inflexibilidade dos métodos aplicados – tornou difícil o cruzamento de informações e elaboração do texto	As unidades penais em uso no Rio de Janeiro apresentam alguns elementos arquitetônicos, assim como posturas de projeto que contribuem para o funcionamento das unidades. No entanto, alguns pontos ainda se mostram carentes de soluções mais eficientes. A abordagem experiencial permitiu a constatação da importância do conhecimento prático e experiencial na elaboração técnica dos projetos das unidades penais e o entendimento de que a arquitetura penal será mais efetiva com essa conjugação de saberes

Quadro 09 – Objetivos, Materiais e Métodos e Resultados (continuação)

A fim de investigar o problema a partir de métodos que trouxessem resultados aos problemas atuais da arquitetura penitenciária, realizou-se a revisão do pensamento científico contemporâneo e a escolha de algumas de suas abordagens para desenvolver os principais enfoques da pesquisa: (1) história, (2) arquitetura, (3) experiência prática – Capítulo 1. As abordagens foram adotadas por apresentarem caráter transdisciplinar; uma visão ecológica dos fenômenos e o entrelaçamento do conhecimento científico ao saber prático e cotidiano. Em seguida foi explorada a forma de aplicação dos conceitos de modo a obter os resultados desejados – Capítulo 2.

A abordagem crítica da história, especialmente a partir do conceito de Arqueologia do Saber de Foucault, permitiu que se identificassem as questões de diversos campos disciplinares que foram modificando o caráter da punição e seus espaços penais, dando origem a alguns modelos e tipos aplicados ao longo do tempo – Capítulo 3 – relacionando o objeto de estudo a sua rede de relações. A partir da compreensão das questões que possibilitaram a existência de certos modelos e tipologias, utilizou-se o conceito de Genealogia do Saber de Foucault e de Tipologia Arquitetônica de Quincy utilizado por Moneo (1984), Argan (2004), Rossi (1998), Corona-Martinez (2000), Colquhoun (2004) entre outros, para investigar a sua ocorrência. Com isso foi possível reconhecer que a arquitetura penal está fortemente relacionada a outros programas arquitetônicos e à experiência prática, e que é a utilização do edifício penal que traz suas adaptações e transformações – Capítulo 4 – relacionando os diversos objetos de uma mesma tipologia ou de um modelo e suas variações.

A partir dos fundamentos e conceitos trabalhados nos capítulos 3 e 4, desenvolveu-se a contextualização brasileira, com a intenção de evidenciar como a evolução do seu sistema penal e a aplicação dos tipos e modelos está fortemente associada às práticas de outros países – Capítulo 5. Por fim, o estudo do atual sistema penal brasileiro, tipos de unidade e regimes aplicados e das diretrizes para elaboração de suas unidades se somaram ao estudo de projetos, experiência de profissionais da área e a observação da pesquisadora em campo permitindo, a constatação de diversas contribuições já trazidas pela arquitetura ao ambiente penal, como as contribuições que ainda pode vir a trazer – Capítulo 6 – através da contraposição da teoria à prática.

Feitas estas considerações, a seguir serão ressaltados alguns dos principais aspectos, problemas e contribuições relacionados com a temática, evidenciados ao longo da pesquisa.

A arquitetura penal apresenta como principal atributo a **segurança**, sendo esse o diferencial que conduz o seu programa arquitetônico e restringe decisões de projeto. A segurança deve oferecer mecanismos de proteção passivos – configuração do espaço, materiais e acabamentos – assim como ativos – corpo de agentes. Todas as decisões a serem tomadas passam antes pelo aspecto da segurança e são por ele condicionados – funcionalidade, setorização, estudo de fluxos de funcionários, visitas e presos – assim como de alimentos, material, objetos – escolha dos materiais empregados, dimensionamento do espaço e das aberturas. A funcionalidade da edificação penal depende dessas questões interrelacionadas e está associada à segurança de tal forma que ambos se confundem.

Como elemento de projeto, a segurança está associada à capacidade do ambiente e do espaço de gerarem **visibilidade**, principalmente em relação à área de uso dos presos, tais como espaços comuns e a galeria de celas. Os pontos de observação devem resguardar o vigilante, assim como permitir o seu acesso rápido, em caso de necessidade – em brigas ou rebeliões. “A existência de relação visual sem possibilidade de um meio de ação rápido tem interesse limitado” (COELHO, 2000: 194) A visibilidade é, portanto, um importante fator na prevenção de situações de perigo, que deve ser cuidadosamente abordada no projeto das unidades penais.

A **setorização** é um fator fundamental na edificação penal e precisa apresentar rigidez, separação clara entre ambientes e circulações. A organização do conjunto de células deve ser feita por domínios ou pela relação entre elas, de funções ou usos, prevendo menores deslocamentos e evitando a sobreposição de fluxos. A rigidez na organização

dos setores não deve ser confundida com a centralização dos ambientes de mesmo caráter. A utilização de ambientes comuns de pequeno porte reduz o número de presos por ambiente, assim como facilita a apropriação e humanização dos ambientes. As áreas para visitantes e funcionários devem se localizar mais próximas da entrada para facilitar a evacuação em caso de rebelião.

A **circulação** das unidades penais deve ser profundamente estudada quanto à superposição de fluxos – presos, funcionários e visitantes – dimensionamento – comprimento que possibilite observação e largura que ofereça segurança para quem circula –, número de presos que concentra – principalmente no caso das galerias que podem ser subdividas – e possibilidade de ser observada – fechamento total ou parcial com barras de ferro ou telas. Do mesmo modo, a sua organização deve ser estratégica, permitindo a rápida ocupação da unidade por agentes e policiais, em caso de perigo.

Como já mencionado, a unidade penal – em especial as galerias de celas – deve ser sempre **subdividida**. O problema prático da utilização dos corredores, pelos problemas já mencionados, vem trazendo o seu desuso. Em seu lugar, as unidades mais recentes – americanas, inglesas e brasileiras – vêm utilizando áreas de vivência, com celas abrindo para essa área. No caso das novas unidades de Bangu, quase um alargamento do corredor e sua abertura, nas unidades padrão de São Paulo, pátios retangulares nas unidades americanas e inglesas, pátios ou *dayroom* triangulares, conforme visto nos Capítulos 3 e 4. Todos esses exemplos permitem ampla observação da área de vivência a partir de sua entrada, o isolamento das alas e no caso das áreas abertas, a iluminação natural e a ventilação cruzada.

As **condições sanitárias** são aspectos extremamente importantes na arquitetura penal, uma vez que estes edifícios abrigam um grande número de pessoas em pequenos espaços, geralmente bastante fechados, pouco iluminados e ventilados. A presença do banheiro dentro da cela é um fator bastante negativo quanto a este aspecto, por seu próprio caráter e por tornar as celas ambientes úmidos. A utilização do vaso turco faz com que o tubo de esgoto esteja sempre “aberto” no interior da cela, fato que se agrava devido ao fato da descarga ser utilizada em horários fixos, poucas vezes ao dia. O armazenamento de comida e as refeições realizadas no interior das celas tornam comum a presença de ratos nas celas localizadas no térreo.

Outro ponto fundamental na arquitetura das unidades penais é a possibilidade do projeto permitir a **iluminação natural** e, principalmente, a **renovação de ar** nas celas e alojamentos. As galerias devem ser implantadas em posição que favoreça iluminação

natural com aberturas devidamente posicionadas para tal. A ventilação das celas e alojamentos é importante devido ao fato do banheiro interno gerar grande umidade. As celas e corredores devem apresentar aberturas de tal forma que possibilitem a ventilação cruzada e, conseqüentemente, a renovação do ar. Devido à grande concentração de pessoas nas galerias, a renovação do ar é fundamental, evitando a disseminação de doenças.

O caráter inflexível da arquitetura penal permite poucas adaptações por meio dos usuários e o aspecto da segurança impede que o preso tenha privacidade. Com o passar dos anos, os presos – em geral os que cumprem longas penas – buscam se adaptar ao ambiente e, se conformando a sua realidade, passam a se **apropriar do espaço** pendurando fotos, recortes de jornal, improvisam prateleiras para objetos pessoais, penduram lençóis nos beliches e na frente dos banheiros, e até mesmo improvisam "cabanas" para visita íntima nos pátios, em dia de visita. A arquitetura pode contribuir na concepção de mobiliário de celas que permita que o preso estabeleça um pequeno território visto como seu. A apropriação do espaço e do ambiente nas unidades penais é marcante, e pode-se identificar claramente os usuários de algumas galerias.

O espaço penal é um ambiente tenso por sua própria natureza – desconfiança mútua entre agentes e presos, necessidade de atenção constante por parte de presos e agentes, devido às situações de perigo freqüentes. A relação com espaço é difícil por questões óbvias, sendo ainda acentuada pela falta de manutenção, que traz um aspecto de abandono. A humanização do espaço penal através do uso de cores, da iluminação natural, do uso de vegetação e do *design* mais cuidadoso do mobiliário, pode tornam o ambiente mais agradável facilitando a apropriação do espaço.

Experiências participativas na elaboração dos projetos de edificações penais, incluindo arquitetos, engenheiros e funcionários das secretarias de administração penitenciária – que possuem um vasto conhecimento da realidade penal – têm apresentado bons resultados na no funcionamento das unidades e suas finalidades. A grande dificuldade encontrada, porém, está na execução dos projetos, que vem se realizando sem o acompanhamento dos profissionais envolvidos na sua idealização e desenvolvimento. Ao longo da execução muitas vezes a capacidade das unidades é ampliada, sem que se ampliem as áreas de uso comum; boas soluções fundamentadas na vivência das unidades são abandonadas por soluções mais econômicas e práticas, prejudicando suas finalidades originais.

Por fim, percebeu-se ao longo da pesquisa que a participação dos funcionários da área é fundamental, diante do tema tão peculiar. As especificidades do programa e os problemas que a arquitetura deve enfrentar estão diretamente relacionados ao funcionamento prático e às situações cotidianas das unidades, não imaginadas ou previstas por quem nunca vivenciou esse ambiente – seja por experiência própria ou por relatos de terceiros. Por outro lado, o conhecimento técnico é indispensável para a elaboração de soluções complexas de instalações e detalhes construtivos, aplicação de materiais adequados, ordenação e organização do espaço, que conferem qualidade na segurança e bem-estar dos seus usuários.

Desse modo, podem ser vislumbrados alguns desdobramentos para a pesquisa, tais como: (1) Aprimorar a concepção e elaboração das edificações penais; (2) Abrir frente para pesquisas e projetos que conjuguem o conhecimento técnico e acadêmico ao conhecimento experiencial aprimorando o estudo e a prática da arquitetura; (3) Abrir frente para pesquisas que não se limitem somente ao seu objeto ou campo de conhecimento, mas incluam as relações que o configuram como tal, possibilitando a existência de uma abordagem ampla do problema.

Cabe ressaltar que, por mais gerais que se mostrem algumas questões, estão sempre relacionadas ao tempo, local e cultura – que direcionam as técnicas, os valores morais, o caráter da punição, sua finalidade e o perfil do criminoso. A presente pesquisa não pretende encerrar o assunto, ainda tão pouco explorado, mas contribuir para um conhecimento mais profundo do tema, para uma prática mais responsiva da arquitetura penal e possibilitar o surgimento de novas inquietações, interpretações e respostas, já que estamos – homem e mundo – em contínuo processo de interação e transformação.

> Verificamos, fazendo um confronto, que não há uma só regra, embora plausível e bem fundada na epistemologia, que deixe de ser violada em algum momento. Torna-se claro que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Percebemos, ao contrário, que as violações são necessárias para o progresso. (FEYERABEND, 1977: 29)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.** Estudos. avançados. [online]. 2007, v. 21, n. 61, pp. 7-29. ISSN 0103-4014.

AGOSTINHO. **O Livre-Arbítrio**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

ALCANTARA, Denise de. **Abordagem Experiencial de Centros Históricos: os casos do corredor cultural no Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarter em San Diego.** Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2008. Tese de Doutorado em Arquitetura.

_____; RHEINGANTZ, P. A. Embodied Observation and Quality of Place. In: **Architecture and Phenomenology**, 2007, Haifa. (A + P) Proceedings. Haifa: Israel Institute of Technology, 2007. v. 1. p. 1-13.

_____; RHEINGANTZ, Paulo A.; BARBOSA, Alexandre; LAUREANO, Aline. R.; AMORIM, Flavia. Rua Pires de Almeida: Observação Incorporada de Um Lugar Público Particular. In: **Paisagem e ambiente**. São Paulo: USP, 2006. n. 22, p. 30-40. Disponível em: < www.fau.ufrj.br/prolugar >.

AGOSTINI, Flávio Mourão. **O Edifício Inimigo: a arquitetura de estabelecimentos penais no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Belo Horizonte: FAU-UFMG, 2002.

ALLAN, Tony (Dir.). **Campanhas Sagradas.** Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1990. (Coleção História em Revista, Time-Life Books).

ALVES, Rubem. A Complicada Arte de Ver. In **Folha de São Paulo**, 26/10/2004, página 10.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado.** Rio de Janeiro: Record, 1994.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Corrigindo os Desviantes: A construção do sistema prisional no Brasil – uma perspectiva comparativa. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, século XIX. In **Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Florianópolis: UFSC, 2007. disponível em: http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/15.15.pdf. Acesso em 19/07/2007.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

ASSEMBLÉIA GERAL Das NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – Resolução 217A (III). 10 de dezembro de 1948. Disponível em http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

ARAUJO, Achilles Ribeiro. **Assistência Hospitalar no Rio de Janeiro no Século XIX.** Rio de Janeiro Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Cultura. 1982

AZEVEDO, José Eduardo. **A Penitenciária do Estado: a preservação da ordem política paulista.** In Revista do Conselho Nacional de Plítica Penitenciária, vol 1, nº 9, Brasília, jan- jun. 1997, p.91-102.

BARATTA, Alessandro. **Criminología Critica y Critica del Derecho Penal**. Siglo XXI Editores Argentina. Buenos Aires, 2004.

BARRETO, Paulo Thedim; REIS, José de Souza. **Arquitetura Oficial I**. São Paulo; 1978

BAUDRILLARD, Jean. **De um Fragmento ao Outro**. São Paulo: Zouk, 2003.

_____. **Para uma Crítica da Economia Política do Signo**. Lisboa: Edições 70; Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

_____. **Simulations**. New York: Semiotexte, 1983.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de janeiro: Zahar, 2007.

_____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de janeiro: Zahar, 1998.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 3 ed.

BELARMINO, Gonçalo. Casa de Correção da Corte: memória, estigma e relações de poder. In **Anais XI Encontro Regional de História – Democracia e Conflitos.** Rio de Janeiro: ANPUH, 2004.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

BIERMANN, Verônica et al. **Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos dias.** Itália: Taschen, 2003.

BILL, Max. "Max Bill, o inteligente iconoclasta - entrevista de Flávio d'Aquino em 'Manchete'". **Revista Habitat**, São Paulo, 12, setembro de 1953, p. 34.

BITTAR, William; VERÍSSIMO, Chico; MENDES, Chico. **Arquitetura no Brasil: De Cabral a D. João VI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

_____; ALVAREZ, José Mauricio. **Vida Urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BITENCOURT, César Roberto. **Manual de Direito Penal (parte geral) vol. I.** São Paulo; Saraiva, 2000.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.** Brasília: CNPCP, 2005.

BRODIE, Alan et al. **Behind Bars: the hidden architecture of England prisons.** London: English Heritage, 1999.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

CALDEIRA, Cesar. A Política do Cárcere Duro – Bangu 1. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 87-102, 2004.

_____. Bangu I: a política do cárcere duro. In **Revista de Estudos Criminais**, n.13, p.34-56, 2004.

_____. Bangu 3: desordem e ordem no quartel-general do Comando Vermelho. **Insight Inteligência**, n.22, p.91-115, 2003.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE O CARANDIRU. **Relatório Final.** São Paulo, 2001. Disponível em

[http://www.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/cecar.pdf] Acesso em 24 jun. 2007 13:34

CAMARGO, Antônio Luiz Chaves. **Imputação objetiva e direito penal brasileiro.** São Paulo: Cultural Paulista, 2001

CANCELLI, Elizabeth. Repressão e Controle Prisional no Brasil: Prisões Comparadas. In **História: Questões e Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p.141-156, 2005.

CAPRA, Frijot. **O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).** Disponível em [http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br] acesso em 10/09/2008

CASTELLO, Lineu. **Percepção de Lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo.** Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2007.

CASTRO, Pedro. **Defensa de La Tortura y Leyes Pátrias que la Establecieron: e impugnación del Tratado que escribió contra Ella El Doutor Alfonso Maria de Azevedo.** Madrid: Miguel Escribano, calle de Bordadores, 1778.

CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHRISTINO, Macio S. **Sistema Penitenciário e o RDD.** DEPEN: Brasília, s/d. Disponível em http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/marcio_christino.pdf. Acesso em 17 mar. 2007, 15:16:12.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Diretrizes para a Elaboração de Projetos e Construção de Unidades Penais no Brasil.** Brasília, 1995.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica – Ensaios sobre arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CORONA MARTÍNEZ, Alfonso. **Ensaio Sobre o Projeto.** Brasília Ed. Universidade de Brasília, 2000.

CULLER, Jonnatan. **On Decontruction. Theory and Criticism after Structuralism**. NY: Cornell University Press, 1982.

DAMÁSIO, Antonio. **O Erro de Descartes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DENNETT, Daniel. **Consciousness Explained.** Boston: Little, Brown and Company, 1991.

DULEMAU, Jean. **La Reforma.** Barcelona: Nuova Clio: Editorial Labor S.A; 1973.

D' URSO, Luíz Flávio Borges. **Direito Penal, Privatização dos presídios. uma breve reflexão.** Disponível na internet [http://www.eknippel.adv.br/default.asp?id=32&mnu=32&ACT=5&content=43]

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Ferrez, Gilberto. **As Cidades de Salvador e Rio de Janeiro**, 1963.

FICHT, James MARSTON. **Masters of World Architecture – Walter Gropius.** New York: George Braziller, Inc, 1960.

FISCHER, GUSTAVE-N. **Psicologia Social do Ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FORTY, Adrian. **Words and buildings: A vocabulary of modern architecture**. London: Thames and Hudson, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **Vigiar e Punir- História de violência das Prisões**. Petrópolis; Vozes, 1983.

_____. **A Ordem do Discurso.** (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.) Disponível em : http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/

_____. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 1979.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São paulo: Martins Fontes, 2003.

GARCÍA VITOR, Enrique. **Culturas diversas y sistema Penal.** Universidad Católica de Temuco.s/d Disponível em**:** www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/articulos/pdf/garcia0904.pdf

_____. **Problemas actuales de Derecho Penal.** Temuco: Imprenta Austral, 2003,

GARLAND, David. **The Culture of Control: crime and social order in contemporary society**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

_____. **Punishment and Modern Society: a study in social theory.** . Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

GILL, Howard B. Filosofia Correcional e Arquitetura. In **Revista Arquitetura**, IAB, n.º 60, jun/1967

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo; Perspectiva, 2001.

GOVERNO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DE ADMINTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, **Regime Disciplinar Diferenciado.** São Paulo: SAP, s/d. Disponível em

<http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/nagashi_furukawa.pdf> Acesso em 10 dez. 2006, 12:23:12.

GUATARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: PAPIRUS, 1990.

HART, Hastings H. **Plans and Illustrations of Prisons and Reformatories**. New York: Russell Sage Foundation, 1922.

HAWKING, Stephen. **O Universo numa Casca de Noz.** São Paulo: Mandarim, 2001.

HEIDEGGER, Martin. **Nietzsche: Metafísica e Niilismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2000.

_____. **On The Essence of Truth**. In Basic Writings. New York: Haper &Row, 1977.

HEISENBERG, Werner. **Física y Filosofía**. Buenos Aires: Editorial la isla, 1959.

HIRSCHBERGER, Johannes. **Historia de la Filosofía.** Editorial Herder, Barcelona, 1959. v. 1

HOWARD, John. **The State of the Prisons – England and Wales. With preliminary account of some forein prisons**. Washington: William Lyres, 1777.

_____. **Appendix to The State of the Prisons – England and Wales. With preliminary account of some forein prisons**. Washington: William Lyres, 1788.

HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia.** Lisboa: Edições 70, 1990.

JAMESON, Friederich. **Pós-Modernismo – A lógica cultural do capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Reification and Utopia in Mass Culture**. In Social Text n. 01, 1979. p. 130-148

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce; WERLEMANN, Hans. **S, M, L, XL**. Rotterdan: 010 Publiches. 1995.

JENKS, Charles. **El Lenguaje de la Arquitectura Posmoderna**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1980.

JOHNSTON, Norman. **Forms of Constraint: a history of prison architecture.** Illinois: University Illinois Press, 2000.

_____. **The Human Cage: a brief history of prison architecture.** Pensilvania: The American Foudation, Incorporate Institute of Corrections, 1973.

JOHNSON, Robert. **Understanding and Reforming the Prison.** Califórnia: Brooks/Cole, 1987.

JORGE, Wilson Edson. **O Sistema Penitenciário de São Paulo e os Projetos de Estabelecimentos Prisionais: avaliação da contribuição profissional em projetos para o sistema.** São Paulo: FAU/USP, 2000. Tese de Livre Docência,

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em Tempo de Crise.** Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora.** Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. **The production of space.** Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1991.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9099.htm

LEI N.º 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Disponível em:
http://www.susepe.rs.gov.br/susepe/portal/arquivos/leis/lei_execucao_penal.html

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8072.htm data de acesso....

LEI Nº 832, DE 10 DE AGOSTO DE 1956. Disponível em:
http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leiord/leiordec1950/leiord1956/leiord1956ago/lo1956832.xml?fn=document-frameset.htm$f=templates$3.0 último acesso em 25/09/2008

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LEWIS, Orlando F. **The Development of American Prisons: 1776-1845. – with special reference to early institutions in the state of New York.** Nova York: Prison Association of Nova York, 1902.

LIMA, Elça Mendonça de. **Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro – o período das**

freiras (1942-1955). Rio de Janeiro: Pesquisa, 1983.

LIMBORCH, Philip. **The History of Inquisition – with particular descriptions of secret prisons, modes of torture, style of accusation, trial.** Londres: W. Simpkin and R. Marshall, 1816.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martin Fontes, 1998.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. Por uma Conservação do Espaço da Arquitetura. In **Anais PROJETAR 2005**. PROARQ / FAU UFRJ.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

MADGE, John. Antecedentes das Atuais Prisões. In **Revista Arquitetura**, IAB, n.º 60, jul/1967.

_____. Algumas Considerações sobre Projetos de Prisões Modernas. In **Revista Arquitetura**, IAB, n.º 60, ago/1967.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil Terra de Quem?** São Paulo: EDUSP, 1991.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**. Campinas: Editorial Psy, 1995.

MIGNOT, Claude. **Architecture of the 19th Century**. Roma: Azzano S. Paolo, 1983.

MONEO, Rafael. **De La Tipologia.** In Summarios 79, julho, 1984. p. 15-25.

MONTANER, Josep Maria. **A Modernidade Superada/ arquitetura, arte e pensamento do século XX**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2001.

_____. **Arquitectura y Crítica**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. **O espírito das leis.** Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

MOREIRA, Juliano. "Memórias do Dr. Juliano Moreira". In **Arquivos Brazileiros de Psyquiatria**, n° 1, 1907.

MORIN, Edgar. **Cabeça feita – repensar a reforma, reformar o pensamento**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo, SP: Cortez; Brasilía, DF: UNESCO, 2000

_____. **Ciencia con Consciencia**. Barcelona: Anthropos, Editorial del hombre, 1984.

MORRIS, William. **Architecture and History and Westminster Abbey**. São Francisco: Nova York: University of California, 1884.

MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. O Século XVIII. In **História Geral das Civilizações.** Tomo V, Vol. I. São Paulo: Difel, 1958.

_____. Os Séculos XVI e XVII. In **História Geral das Civilizações.** Tomo V, Vol. II. São Paulo: Difel, 1957.

MUNFORD, LEWIS. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO. Paulo Roberto **A privatização dos presídios: aspectos gerais**. Disponível na internet [http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/aprivatizacao.pdf]

NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

NIETZSCHE, Friederich. **Genealogia da Moral**. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1976

NOGUEIRA, Accacio. **A Penitenciária de São Paulo: seu histórico e desenvolvimento, no período de 1910 a 1940.** Revista Penal e Penitenciária. São Paulo, vol. I, 1940, p. 17-25.

OLIVEIRA, Juarez de (org.). **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro; Saraiva,1992

PAPADAKI, Stamo. **Marters of World Architecture: Oscar Niemeyer.** New Yor: George Brazillier, Inc, 1960.

PATETTA, Luciano. **Historia de la Arquitectura – Antologia Crítica**. Madri: Celeste Ediciones, 1997

PEDRO, Rosa. **Cognição e Tecnologia: Híbridos sob o Signo do Artifício.** Tese (Doutorado em Comunicação). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e Filosofia da Diferença.** Belo Horizonte: Autentica, 2000.

MOKI, Michelle Peixoto. Da cidadania homogênea ao reconhecimento das diferenças no sistema prisional feminino paulista. In: **Anais do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Socia**is – Identidade, diferenças e mediações, 2003. Florianópolis - SC.

PEVSNER, Nikolaus. **A History of Building Types.** Princenton: Princenton University Press, 1997.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas.** Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1996.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

QUINTINO, Silmara Aparecida. **Creche na Prisão Feminina do Paraná – humanização da pena ou intensificação do controle social do estado?** Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Dissertação de Mestrado.

RAPOPORT, Amos. **The Meaning of the Built Environment: a non verbal communication approach.** Arizona: The University Arizona Press, 1990.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil 1500 / 1720**. São Paulo: Pini, 2000.

_____. Notas sobre o Urbanismo no Brasil – Primeira Parte: período colonial. In **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo, n. 08, jul/ago 1995a. (Série Urbanização e Urbanismo, FAU/USP)

_____. Notas sobre o Urbanismo no Brasil – Segunda Parte: séculos XIX e XX. In **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo, n. 09, set/out 1995b. (Série Urbanização e Urbanismo, FAU/USP)

REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Impressa Oficial do Estado Fupesp, 2000a.

_____. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2000b.

RHEINGANTZ, Paulo A; AZEVEDO, Giselle A; BRASILEIRO, Alice B. H; ALCÂNTARA, Denise de; ARAUJO, Monica Q. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para o trabalho de campo.** Rio de Janeiro, no prelo. Versão preliminar para o livro, em fase de edição.

_____; ALCÂNTARA, Denise de; DEL RIO, Vicente. **Cognição Experiencial, Observação Incorporada e Sustentabilidade na Avaliação Pós-Ocupação de Ambientes Urbanos**. In Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 35-46, jan./mar. 2007b.

_____. De Corpo Presente: sobre o papel do observador e a circularidade de suas interações com o ambiente construído. In: **Anais do NUTAU´2004**, São Paulo: NUTAU/FAUUSP, 2004. Disponível em: < www.fau.ufrj.br/prolugar >

RODRÍGUEZ, Cristhian Gilberto. Actuales tendencias del derecho penal: del garantismo al moderno derecho penal. In **Revista Eletrônica de derecho penal, derecho processual penal e criminologia.** 2007a. Disponível em http://www.derechopenalonline.com/derecho.php?id=13,407,1,0,1,0. Acesso em 07/11/2007.

RODRIGUEZ, Raúl Carnevali. El multiculturalismo: un desafío para el Derecho penal moderno. In **Política Criminal** nº 3, 2007b. A6, p. 1-28. [http://www.politicacriminal.cl]

ROSENSTIEHN, Augustin; SARTOUX, Pierre. **Constrire L'Abolition**. Paris : Urbs, 2006.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes: 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____ **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUSKIN, John. **The Seven Lamps of Architecture**. Nova York : The Noonday Press, 1971.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 274-307.

_____. Casa de Detenção de São Paulo - passado e presente. In **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo. v. 32, p.213-220, out./dez, 2000.

_____. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). In **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1173-1196, out.-dez. 2007.

SANTOS, Paulo. **Quatro Séculos de Arquitetura.** Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SANTOS, Rodrigo da Fonseca V. J; Memória e Informação: ex-prisioneiras políticas e espaço prisional. In **Anais do XII Encontro Regional de História/Usos do Passado.** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. v. I p. 1-8.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

SENNA, Mauro Mendonça, **O conforto ambiental na arquitetura penitenciária: um estudo de caso da cela individual de Bangu.** Rio de Janeiro; FAU UFRJ PROARQ, 1994.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras – vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOLÁ-MORALES, Ignasi. **Presente y Futuros. La Arquitectura em las Ciudades**. In V.V.A.A. Catálogo do XIX Congresso da UIA Barcelona, 1996.

_____. **Diferencias Topografía de la Arquitectura Contemporánea.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1993.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal.** São Paulo: EPU, 1973.

_____; SOMMER, Barbara. **A Pratical Guide to Behavioral Research. Tools and Techniques.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

STRIKE, James. **De La Construción a los Proyetos**. Barcelona: Reverte, 2004.

STRÖHER, Eneida Ripoll (org). **O Tipo na Arquitetura – da teoria ao projeto.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

THIESEN, Icleia. A Casa de Correção da Corte e a fotografia identificatória. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 167, p. 179-198, 2006.

THOMPSON, Evan. Empathy and Consciousness. In **Journal of Consciousness Studies**, 8, No. 5–7, 2001, p. 1–32.

_____. **Human Consciousness: from the intersubjective to interbeing,** Nova York, Festzer Institute, 1999. Disponível em [http://philosophy.ucf.edu/pcs/pcsfetz1.html] acesso em 16/07/2008.

TOLEDO, Roberto Pompeu (editor). Edição do Centenário da República, **O Álbum dos Presidentes.** Rio de Janeiro; Jornal do Brasil, 1985.

TOLEDO, Luiz Carlos. **Feitos para Cuidar: a arquitetura como um gesto médico e a humanização do edifício hospitalar.** Rio de Janeiro. FAU/UFRJ. Tese de Doutorado, 2008.

_____. **Feitos para Curar. Arquitetura hospitalar e processo projetual no Brasil.** Rio de Janeiro. FAU/UFRJ. Dissertação de Mestrado, 2002.

TROPEA, Federico L.. La ley 25.886 y la ruptura con los principios de la penalidad moderna. In **Revista Eletrônica de derecho penal, derecho processual penal e criminologia.** Disponível em http://www.derechopenalonline.com/derecho.php?id=13,452,0,0,1,0 Acesso em 19/11/2007.

TUAN. Yi-Fu. **Espaço e lugar: A Perspectiva da Experiência.** São Paulo: Difusão Editorial, 1983.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSH, Eleonor. **A Mente Incorporada – Ciências Cognitivas e Experiência Humana.** Porto Alegre: ArtMed, 2003.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo; Companhia das Letras, 2001.

VAZ, Oscar de Vianna. **A Pedra e a Lei.** Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

VELHO, Gilberto. **Mudança, Crise e Violência- Política e Cultura no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002

VITOR, Enrique García. Culturas Diversas y Sistema Penal. In **Derecho Penal**, 2003. Disponível em http://www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/articulos/a_20080521_83.pdf. Acesso em 26/11/2007.

WARCHAVICHIK, Gregori. **Acerca da Arquitetura Moderna**. Publicado no Correio da Manhã, Rio de Janeiro, em 01 de novembro de 1925. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/gregori02.asp. Acesso em 17/03/2008.

WOODHEAD, Henry (Dir.). **A Marcha do Islã**. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1990a. (Coleção História em Revista 600-800, Time-Life Books).

_____. **A Fúria Nórdica**. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1990b. (Coleção História em Revista, Time-Life Books 800-1000).

ZAIKOSKI, Daniela. Género y Derecho Penal: tensiones al interior de sus discursos. In **Revista Eletrônica de derecho penal, derecho processual penal e criminologia.** Disponível em http://www.derechopenalonline.com/derecho.php?id=15,426,0,0,1,0. Acesso em 19/11/2007.

ANEXO 1

Entrevistas Semi-Estruturadas

UFRJ - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura
Professores: Paulo Afonso Rheingantz e Alice Brasileiro
Aluno: Lídia Quieto

ENTREVISTA – FUNCIONÁRIOS DA SEAP

Ambiente: **Data:** **Hora:**

PERFIL DO ENTREVISTADO

Sexo: ( ) mas. ( ) fem. Idade: Função:

Há quanto tempo trabalha? Horário de trabalho? Principal local de trabalho?

PERGUNTAS

1. **Como o seu espaço de trabalho é utilizado? Como é a sua rotina?**

2. **A entrada e saída de produtos e alimentos funcionam bem? Qual é a freqüência?**

3. **Indique os pontos positivos e negativos da unidade.**

4. **Indique o que você considera necessário para estes locais de trabalho e que não existe hoje?**

5. **Que atividades são desenvolvidas durante o dia? Em que ambientes e horários?**

6. **A unidade é destinada a que tipo de preso?**

7. **Quando ocorreu a ultima manutenção? Há problemas como infiltrações, umidade, etc? Que alterações poderiam ser feitas para favorecer seu funcionamento? (novas salas, alterações na circulação, segurança, etc.)**

8. **A organização do espaço influencia na sua utilização? De que forma?**

9. **A arquitetura está associada a algum fator gerador de doenças?(frio, calor, umidade, poeira, ácaro, ou favorecendo a proliferação de agentes infecto-contagiantes)**

10. **A arquitetura apresenta alguma relação com os casos mais freqüentes de acidentes?**

ANEXO 2

Entrevistas Não-Estruturadas

UFRJ - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura

fau-ufrj

ENTREVISTA – EDUARDO KÖNIG

Local: **Data:** **Hora:**

PERFIL DO ENTREVISTADO

Profissão: Projeto em que trabalhou: Função:

PERGUNTAS

1. **Que contribuições a arquitetura pode trazer para os fins sociais da instituição? E para fins de segurança?**

2. **O que considera mais importante no projeto de uma unidade penal? Cite alguns aspectos relacionados a especificidade do programa que devem ser levados em conta na elaboração dos projetos a partir da sua experiência.**

3. **Como foi a experiência com as novas unidades de Bangu? Quais os principais problemas e acertos dos projetos?**

4. **Como se resolvem os problemas das instalações nas unidades penais? Que questões devem ser levadas em conta?**

5. **Que contribuições a arquitetura pode trazer para os fins sociais da instituição? E para fins de segurança?**

6. **Por que a mão de obra do preso não é utilizada na construção de unidades penais?**

7. **Qual é o papel do arquiteto na elaboração do projeto de unidades penais?**

UFRJ - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura
Professores: Paulo Afonso Rheingantz e Alice Brasileiro
Aluno: Lídia Quieto

ENTREVISTA – CLAUDIO TAULOIS

Local: **Data:** **Hora:**

PERFIL DO ENTREVISTADO

Profissão: Projeto em que trabalhou: Função:

PERGUNTAS

1. **Como foi desenvolvido o projeto?**

2. **A participação de funcionários do DESIPE foi importante na elaboração do projeto? Por quê?**

3. **Em que etapas de projeto você trabalhou? O arquiteto participa da execução da obra? Qual é a importância desse acompanhamento?**

4. **Que contribuições o projeto traz? Se relaciona com a instituição da LEP?**

5. **Que contribuições a arquitetura pode trazer para os fins sociais da instituição? E para fins de segurança?**

6. **Qual é o papel do arquiteto na elaboração do projeto de unidades penais?**

UFRJ - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura
Professores: Paulo Afonso Rheingantz e Alice Brasileiro
Aluno: Lídia Quieto

ENTREVISTA – WILSON JORGE

Local: **Data:** **Hora:**

PERFIL DO ENTREVISTADO

Profissão: Projeto em que trabalhou: Função:

PERGUNTAS

1. **Qual é a contribuição do arquiteto para os fins sociais das instituições penais (concepção, organização do espaço, detalhamento)?**

2. **Enquanto arquiteto, como tira partido da arquitetura, neste tipo de projeto?**

3. **Como a arquitetura pode interferir no uso do espaço?**

4. **A experiência/vivência no ambiente penal é importante para a concepção do projeto?**

5. **Em que etapas de projeto você trabalhou? O arquiteto participa da execução da obra? Qual é a importância desse acompanhamento?**

6. **Qual é a relação do espaço urbano com a edificação penal – localização/implantação?**

7. **Sobre a mudança na organização do sistema penal de São Paulo, qual foi o motivo? Os projetos trazem inovações relacionadas a essa mudança?**

UFRJ - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura
Professores: Paulo Afonso Rheingantz e Alice Brasileiro
Aluno: Lídia Quieto

ENTREVISTA – ARQUITETO SEAP

Ambiente: **Data:** **Hora:**

PERFIL DO ENTREVISTADO

Sexo: ( ) mas. ( ) fem. Idade: Função:

Há quanto tempo trabalha? Horário de trabalho? Principal local de trabalho?

PERGUNTAS

8. **Como o seu espaço de trabalho é utilizado? Como é a sua rotina?**

9. **A entrada e saída de produtos e alimentos funcionam bem? Qual é a freqüência?**

10. **Indique os pontos positivos e negativos da unidade.**

11. **Indique o que você considera necessário para estes locais de trabalho e que não existe hoje?**

ANEXO 3

Relato Experiencial: Bangu IV

A visita a Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho, popularmente conhecida como Bangu IV foi realizada em 07 de dezembro de 2004, com o acompanhamento de uma psicóloga da SEAP/RJ e a autorização do diretor da unidade. Ao longo das minhas pesquisas sobre a arquitetura penal, já tinha realizado outras visitas às unidades penais do complexo penal Frei Caneca, mas a possibilidade de conhecer o Complexo de Bangu, e principalmente uma das chamadas "novas unidades" causava entusiasmo[160] e ao mesmo tempo apreensão[161].

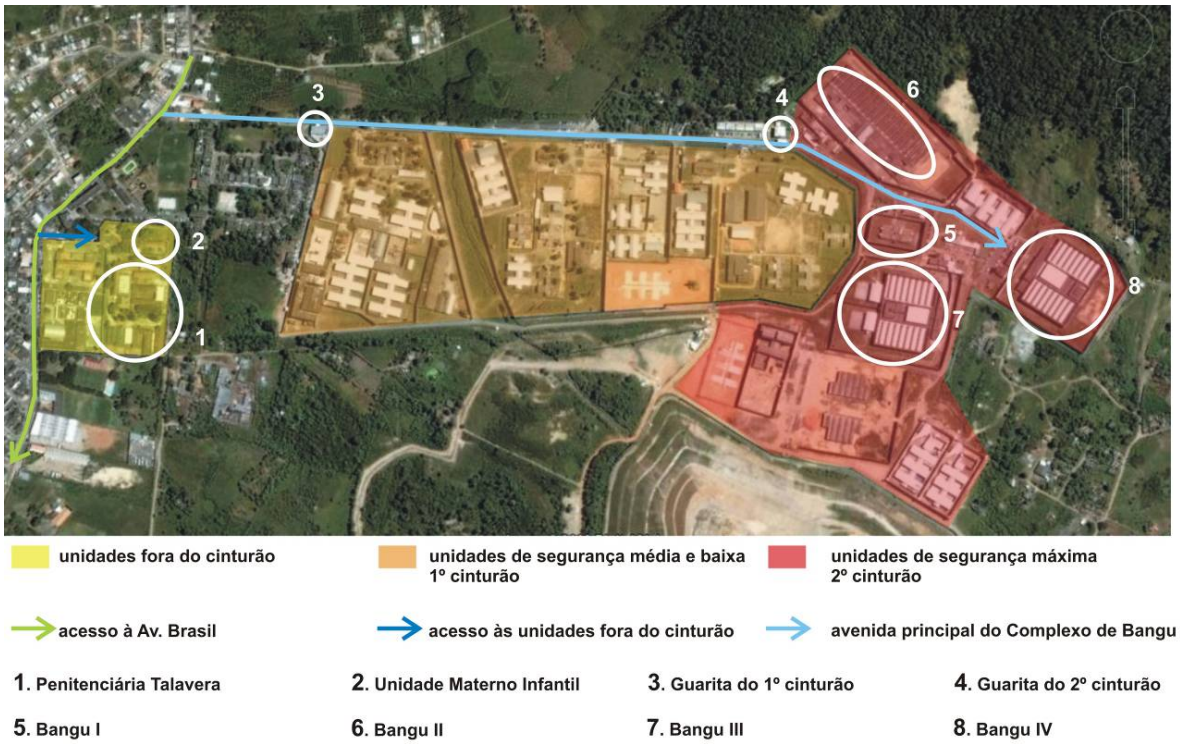


Fig. 01 – mapa geral do Complexo Penitenciário de Bangu
Fonte: Google Earth

[160] Por finalmente poder experienciar um ambiente que já fora tão estudado e imaginado.

[161] O complexo de Bangu reúne as unidades penais que abrigam presos de maior periculosidade – devido ao seu próprio isolamento do centro urbano e por conter as unidades mais novas, com mais avançados recursos de segurança do Estado do Rio de Janeiro. Nos anos precedentes à visita essas unidades estiveram presentes na mídia devido a graves conflitos entre presos – que culminaram em cruéis assassinatos envolvendo grandes traficantes como Beira Mar e Uê – e guerras de tráfico que extrapolavam suas ações para a cidade, conformando situações caóticas. Todos esses fatos impossibilitaram visitas anteriores e acentuaram a idéia de agressividade e perigo constante presente no imaginário de cada um sobre a prisão, inclusive da pesquisadora.

Relato Experiencial: Bangu IV

Fui ao encontro da psicóloga no prédio da Central, onde fica a SEAP e de lá seguimos de ônibus para Bangu. O caminho é longo e fomos conversando sobre a realidade penal contemporânea e as dificuldades dos profissionais da área em sua prática de trabalho. Ela descrevia o espaço físico de algumas unidades e os problemas deles derivados. Explicou também a organização do complexo, entre as unidades que ficavam fora do chamado "cinturão" – parte murada – as internas, mas com nível de segurança média ou baixa (algumas penitenciárias, e estabelecimentos de regime semi-aberto) e as de segurança máxima – as unidades mais novas – que faziam parte de um segundo "cinturão" interno (dentro do grande "cinturão").

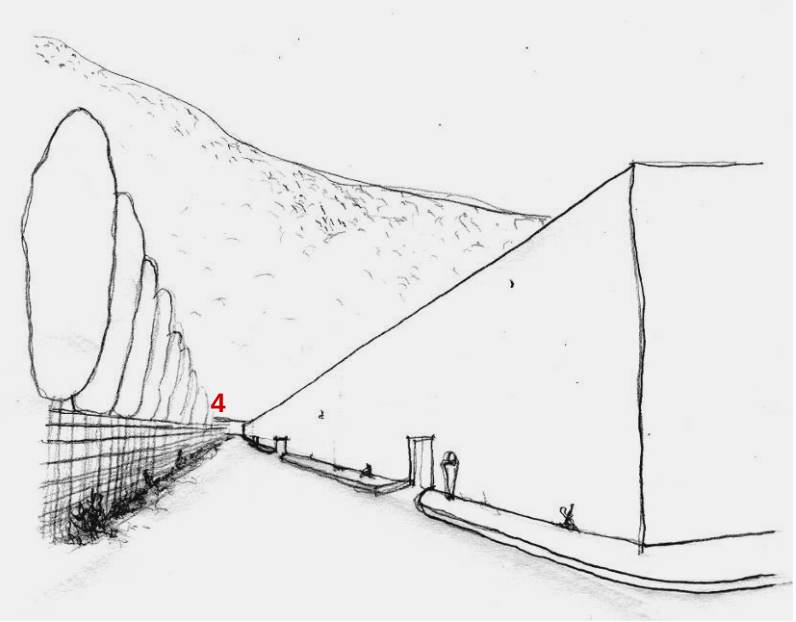
A entrada no grande "cinturão" se faz por uma guarita, onde funcionários conferem a documentação de toda e qualquer pessoa, inclusive funcionários. Logo se vê a grande via principal (Estrada General Emílio Maurell Filho) que dá acesso às unidades: uma extensa reta de terra batida[162]. Do lado esquerdo uma grade e árvores ao fundo, do lado direito uma enorme muralha de concreto que não permite perceber os limites entre as unidades, somente seus portões de acesso – as unidades ficam coladas umas às outras e a muralha se estende de forma contínua (Fig. 01 e 02).

Ao longo do percurso, nenhuma árvore e praticamente nenhuma vegetação. Também não se vê nenhum equipamento urbano, como pontos de ônibus, bancos, ou pessoas circulando[163], a visão é bastante árida, sem vida e o ambiente, extremamente quente. Parentes de presos, posteriormente relataram que mesmo nos dias de visita, a movimentação de pessoas só é vista junto às guaritas de passagem entre os setores e nas entradas das unidades É também notável o aspecto de abandono que se nota pelo mato crescendo pelos cantos, pinturas descascadas nos portões e a poeira trazida pela passagem dos carros na via de terra batida.

[162] Hoje toda as estradas e vias do complexo já estão asfaltadas

[163] Devido às grandes proporções das unidades e a conseqüente distancia entre elas, são usados ônibus internos para o deslocamento de funcionários e visitantes.

Fig. 02 – Complexo Penitenciário de Bangu: avenida principal
Fonte: Google Earth



Legenda:

f. Guarita do 1º cinturão
g. Guarita do 2º cinturão
h. Bangu I
i. Bangu II
j. Bangu III
k. Bangu IV

Fig. 03 – Croqui do percurso: início da avenida principal do complexo
Fonte: croqui da autora

Como o ônibus demoraria, seguimos a pé, o que permitiu uma observação mais atenta dos detalhes do percurso. Logo chegamos a uma unidade penal de regime semi-aberto – Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho – não havia sido solicitada autorização para essa visita, mas conseguimos entrar na unidade para uma visita rápida. A psicóloga insistiu

que seria importante para mim, observar a diferença entre unidades de regime fechado e semi-aberto. De fato, a diferença é notável e se faz pelo nível de segurança e liberdade dos presos e nem tanto pela arquitetura em si ou sua tipologia. Logo ao lado, fica Instituto Penal de Vicente Piragibe[164] que também tivemos a oportunidade de fazer uma breve visita. Seguimos então em direção a Bangu IV, já se via a enorme muralha de Bangu II e o portal – ou "cancela", como os funcionários chamam – de acesso ao segundo "cinturão".

Chegamos à muralha de Bangu IV, o processo de entrada na unidade é o habitual, um posto de guarda na entrada onde são checados documentos. Pode-se ver os camburões de agentes externos saindo da unidade com objetos apreendidos na revista. Já no bloco de apoio que dá acesso às áreas mais restritas, são deixados os pertences e preenchidos papéis de controle. O aspecto de abandono é latente, acentuado pelas paredes cinza mal conservadas – de tijolo hidráulico ou concreto aparente – que dão a impressão de estarmos em uma construção não acabada.

Logo que se adentra o bloco intramuros é possível sentir o cheiro forte, característico das prisões – uma mistura de cheiro de urina, gente amontoada e comida – que permite que o visitante rapidamente se oriente quanto à localização das galerias de celas. No corredor principal a movimentação é intensa: funcionários e presos (que trabalham nessa área) circulam e já se pode ver o "seguro"[165] e os presos falando com funcionários pela grade. Os funcionários circulam e conversam com presos com naturalidade, mas pra quem não está habituado, essa proximidade com o preso assusta. Essa tensão faz com que o pesquisador fixe a sua atenção na movimentação e proximidade do preso e menos com o ambiente em si.

[164] Hoje é uma penitenciária com mesmo nome. Muitos estabelecimentos mudaram de caráter, assim como foram construídos outros devido à desativação do Complexo Penal Frei Caneca.
[165] "Seguro" é o alojamento que abriga os presos jurados de morte: estupradores, justiceiros, delatores, devedores, perdedores em disputas com outros presos, entre outros

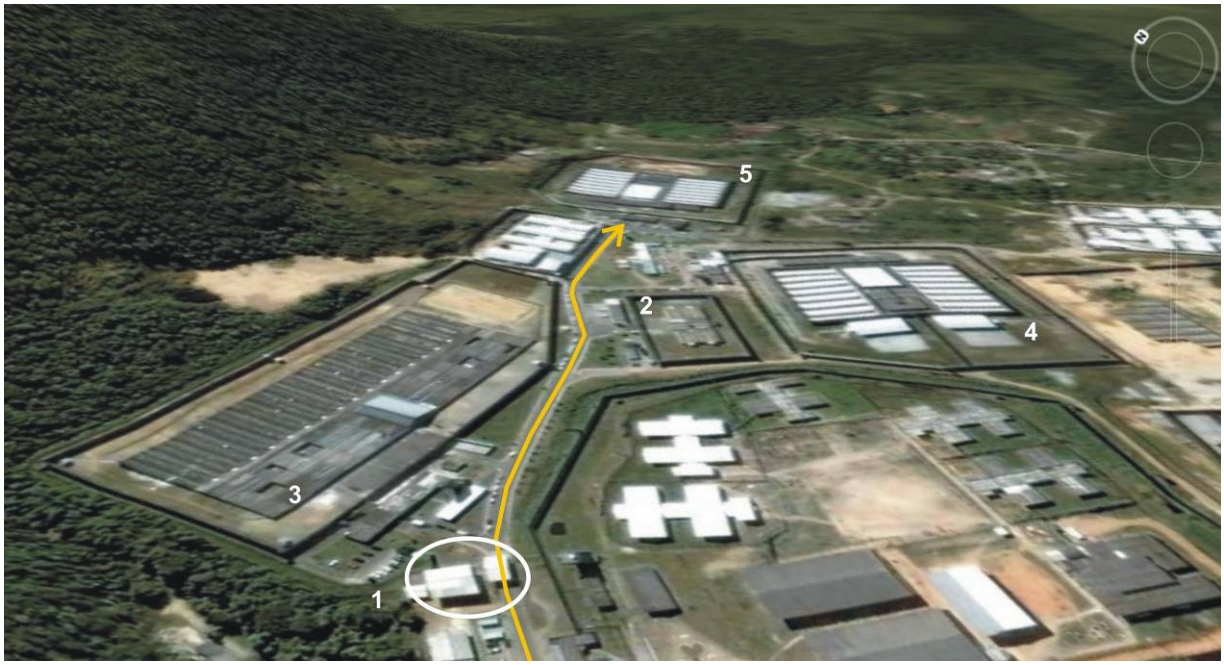
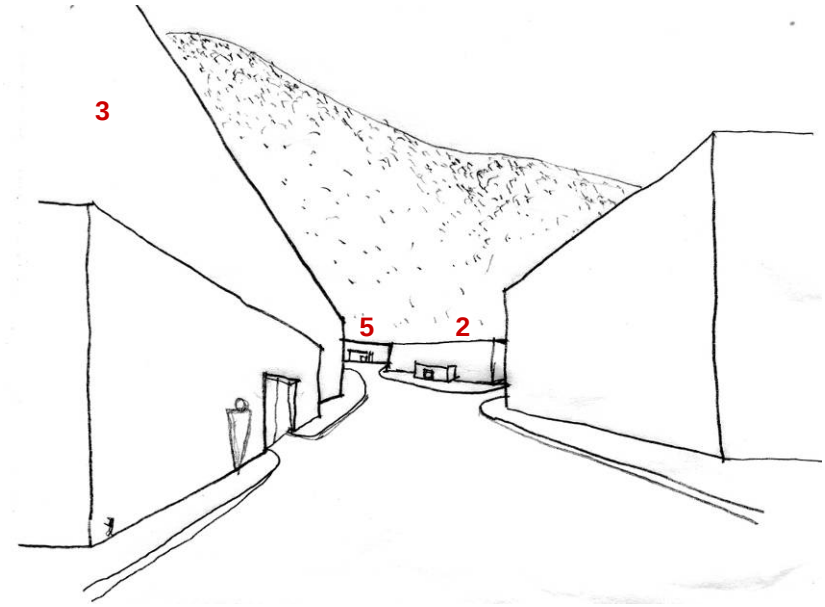


Fig. 04 – Novas unidades de Bangu
Fonte: Google Earth



Legenda:

1. Guarita do 2º cinturão
2. Bangu I
3. Bangu II
4. Bangu III
5. Bangu IV

Fig. 05 – Croqui do percurso
Fonte: croqui da autora

Os agentes foram bastante receptivos e logo o diretor desceu para nos receber, ainda não sabíamos se a visita poderia mesmo ser feita. Ao longo do percurso encontramos com outros funcionários que relataram que em diversas unidades os presos estavam em

greve[166][167] e que estava sendo feita uma revista em Bangu IV, o que poderia ser um empecilho para a presença de uma pessoa externa na unidade. Subimos ao segundo pavimento do bloco de apoio e o diretor foi mostrando todos os ambientes. Depois sentamos em sua sala e ele falou um pouco sobre a rotina, problemas, seu papel, a relação com presos e agentes e sobre a peculiar situação que se encontrava – a greve dos presos e a revista. De fato os ânimos estavam exaltados, ouvia-se o falatório e a movimentação dos presos. Descemos e o diretor solicita aos agentes que nos acompanhe durante a visita.

Todo percurso é acompanhado pelo olhar curioso e desconfiado dos presos e discretamente os funcionários que acompanham dão um jeitinho de "apresentar" o visitante. Chegando ao corredor que dá acesso às galerias já se pode ouvir o murmurinho dos presos ocupados em sua rotina: alguns fazem a limpeza, outros conversam. O fluxo nesse corredor é intenso, principalmente junto à cantina. O dia é de revista[168] na unidade e os presos estão arrumando as celas. Nos corredores, restos de comida jogados no chão[169] e no pátio se vê um amontoado de cabelo. Da entrada do corredor de acesso às celas pode-se ver quase toda a unidade: o pátio interno, algumas galerias e os blocos do fundo. É impressionante o tamanho da unidade e a quantidade de presos circulando – principalmente em relação ao pequeno número de funcionários.

Os presos estão agitados, nota-se uma leve tensão no agente ao circular no corredor de acesso às galerias e ele propõe subirmos para o "passadiço"[170]. Tenho a nítida impressão de que o percurso foi desviado devido à agitação dos presos. Lá de cima pode-se ver todas as galerias e a movimentação dos presos na limpeza das galerias. A vista do Gericinó é bonita e corre uma brisa, dá até pra esquecer que estamos em uma unidade

[166] A greve dos presos não se resume somente a uma greve de fome. Quando fazem greve, os presos não participam de nenhuma atividade na unidade, como: trabalho, os atendimentos e avaliações com psicólogos e assistentes sociais. Periodicamente os profissionais que realizam essas atividades têm (obrigatoriamente) enviar relatórios ao Ministério Público, informando o andamento do comportamento em relação à ressocialização do preso. Com a greve, os funcionários não conseguem enviar os relatórios e precisam, necessariamente, comunicar o fato ao Ministério Público. Nessa situação o Ministério Público envia representantes à unidade constatar o que está de fato acontecendo e os presos conseguem reivindicar o que desejam, ou expor uma situação que fere seus direitos ou corte de certas regalias

[167] A autorização para visitas em unidades é sempre muito complicada e vista como um problema para a SEAP e para os diretores das unidades devido ao risco de que aconteça algo e eles não tenham como explicar a presença de tal pessoa na unidade.

[168] Em dias de revista, os presos são retirados das celas e permanecem no pátio, onde têm o cabelo cortado enquanto os agentes penitenciários revistam as celas a procura de objetos ilícitos. Depois da revista as celas ficam reviradas e os presos precisam organizar tudo.

[169] Essa é uma das manifestações mais comuns dos presos, greve de fome.

[170] "Passadiço" é um local de observação – são corredores – localizado em cima da edificação, que funciona como os corredores localizados em cima das muralhas.

penal, minha tensão passa e a conversa com o agente se dá de forma tranqüila. Lá de cima podemos ver o diretor[171] acalmando os ânimos dos presos dentro de uma das galerias e imagino que esse deve ser o motivo do percurso ter sido desviado.

Depois de longo tempo de conversa com dois agentes e uma psicóloga descemos para a visita na galeria. Duas portas gradeadas dão acesso: abre-se uma, permanecemos na "gaiola", a mesma é fechada, para então a segunda ser aberta para uma área comum coberta. O fato de estar dentro de uma galeria com três funcionários e uma média de 60 presos assusta bastante, mesmo porque a galeria apresenta apenas uma porta de entrada que, se dominada pelos presos, não há saída. Noto com clareza a impotência de funcionários junto aquela massa de presos, seria praticamente impossível conte-los em uma situação como essa. Se estávamos seguros, isso se devia exclusivamente à vontade dos presos. No entanto, alguns presos se mostram receptivos e permitem que eu olhe suas celas. É impressionante como a limpeza para eles é um fator importante, assim como a personalização do seu ambiente e a valorização de seus objetos pessoais. Olhando esse espaço, nota-se que por mais que o preso não deseje estar na unidade, ele cria laços com o seu espaço: a cela, e geralmente cuida e mantém esse espaço com afinco.

Novamente percebo a tensão dos agentes e funcionários e uma certa pressa em sair da galeria. Seguimos pelo corredor de acesso às galerias que é todo subdividido por grades e portas formando "gaiolas" para cada trecho de acesso a cada uma das galerias. Para cada "passo" uma grade, um cadeado, uma chave. Passamos pela entrada de mais uma galeria do "seguro" e entramos na galeria de visita íntima. O mesmo processo da "gaiola", é uma galeria idêntica às demais, salvo pelas portas de ferro maciço em lugar das gradeadas. Os agentes abrem os cubículos e mostram as adaptações feitas. A galeria está vazia e os agentes, mais tranqüilos, comentam como é realizada a visita.

Outros agentes adentram a galeria avisando que está na hora da "tranca"[172]. Os agentes que nos acompanharam na visita explicam que esse é o momento mais tenso do dia nas unidades penais, e que os problemas como a agressão de presos a agentes, rebeliões, motins e o domínio de funcionários é feito nesse momento. Os agentes sugerem a nossa

[171] Segundo relatos de funcionários e agentes, o diretor dificilmente circula dentro das galerias, já que desentendimentos e ameaças por parte dos presos são comuns e estar dentro da galeria significa uma oportunidade para um "acerto de contas" dos presos. Em geral, o preso vai até o diretor, quando é realmente necessário, acompanhado por agentes. O fato do diretor descer a galeria, é um sinal de situação grave.

[172] É o horário em que os presos voltam para a cela no fim do dia (entre 5:30 e 6:00) para passar a noite. Nesse momento, os agentes adentram as galerias para fazer a contagem de presos e passar os cadeados, que só serão abertos pela manhã do dia seguinte.

saída devido ao risco dessa ação, principalmente porque os presos já estavam em greve reivindicando a liberação do campo de futebol e irritados com a revista realizada. Um dos agentes então explicou o processo da “tranca” e permitiu que eu observasse – do lado de fora – a ação na primeira das galerias – a do “seguro” – por ser mais vazia e mais tranqüila. A ação é realizada sempre por dois agentes. Os presos entram nas celas e fecham as portas. O primeiro agente faz a contagem e o segundo vem com a caixa de cadeados passando a “tranca”, o processo segue cela a cela, até completar a galeria, e então o processo se repete por todas as galerias.

Voltamos ao bloco de apoio, pegamos nossos pertences e seguimos para fora da unidade. Já era tarde e o ônibus interno não passava mais, seguimos a pé comentando a visita. Ainda próximo à unidade vimos um preso que acabava de receber a liberdade. Ao ver aquele homem correndo, fiquei assustada, ainda sem entender o que acontecia e imaginei, será uma fuga? Mas logo a psicóloga explicou do que se tratava. Ainda com o uniforme da unidade – calça bege e camiseta branca – ele corria e levantava as mãos pro céu. Girava como criança olhando pro céu e tornava a correr de um lado para o outro, meio sem rumo. Incrível o brilho dos seus olhos, era mesmo como o olhar de uma criança. Começa a chover, uma típica chuva de verão depois de um dia de sol intenso de dezembro. O homem então tira a blusa e corre na chuva até o perdemos de vista. Seguimos para casa.

ANEXO 4

Relato Experiencial: Talavera Bruce

A visita a Penitenciária Talavera Bruce foi realizada em 13 de novembro de 2008, com o acompanhamento de duas psicólogas da SEAP/RJ e três alunos da escola de gestão penitenciária. Essa foi a primeira unidade penal feminina do país. Construída na década de 40, abrigou as presas históricas como a cigana e a Fera da Penha, além de ter sido a unidade penal a abrigar as presas políticas no período ditatorial. Ainda hoje é uma unidade que abriga presas de alta periculosidade como psicopatas frias; no linguajar das presas, é o "fim da linha". Ainda segundo seus depoimentos, é uma unidade que não apresenta segurança para as presas, talvez pelo próprio perfil delas. Apesar de ser uma unidade com grande importância histórica, poucas são as informações sobre seu projeto. A visita foi realizada sem que eu tivesse uma vaga idéia da configuração do seu espaço, apesar do conhecimento prévio de sua história.

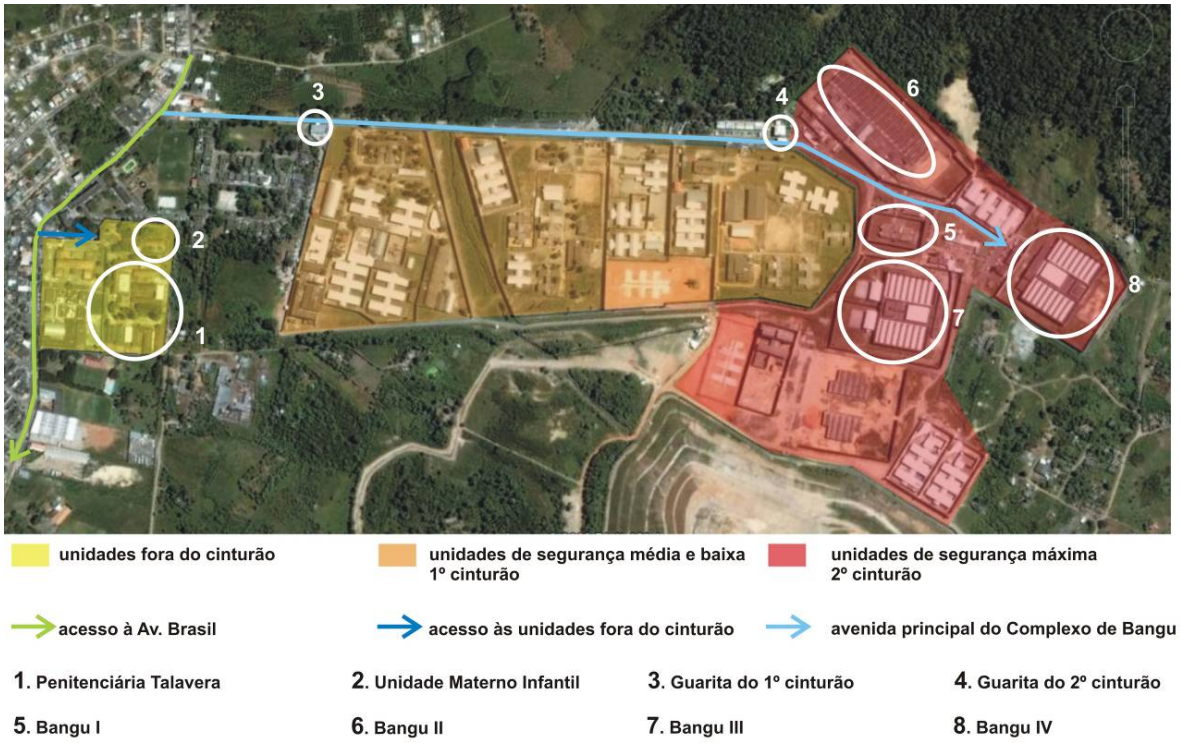


Fig. 01 – mapa geral do Complexo Penitenciário de Bangu
Fonte: Google Earth

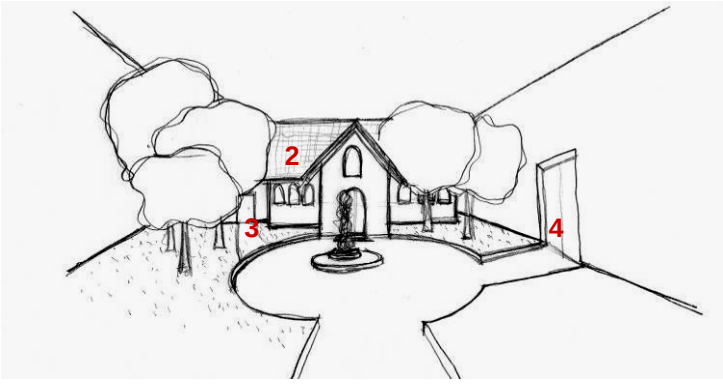
Relato Experiencial: Talavera Bruce

Fui ao encontro do grupo que faria a visita à unidade no prédio da Central, onde fica a SEAP/RJ. De lá seguimos em uma Kombi da SEAP para a unidade, que se localiza em Bangu, fora do "cinturão" do complexo penal. No caminho uma das psicólogas falava sobre a imagem que a mídia nos passa do ambiente penal, perguntando aos alunos – que nunca tinha entrado em uma unidade – sobre suas impressões, assim como nos contou um pouco da história da unidade e sobre a recente mudança na direção.

O acesso à unidade se faz por uma pequena rua, uma descida bastante íngreme ladeada por altos muros do prédio da polícia militar – à direita – e do sanatório penal – à esquerda, que termina no portão que dá acesso às duas unidades: a Penitenciária Talavera Bruce e a Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá. Ao lado direito do portão uma guarita e a escada de acesso a um bloco da polícia militar – se pode ver suas janelas logo acima do portão. Paramos na guarita, detectores de metais, e monitores com imagens da unidade podem ser vistos na guarita. Um agente – muito hostil – solicita nossos documentos e pertences para serem guardados. Uma das psicólogas reclama, pede pra ficar com a bolsa e deixar somente o celular, mas de forma grosseira o agente diz: não é permitido entrar com documentos, vocês são mulheres também, uma presa pode sair usando o seu documento. A psicóloga comenta sobre o comportamento de alguns agentes e essa hostilidade usada para demonstrar poder.

Já se vê, logo em frente, uma pequena capela, árvores e um parquinho de crianças, e presas varrendo as folhas caídas no chão, uma imagem que jamais seria associada a uma unidade penal. Silêncio e o barulho de árvores balançando ao vento. Ao lado da capela um muro com uma edificação: a entrada da unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá e a escola. Do lado direito, uma pequena edificação, usada para a revista de visitantes e um muro com o portão de acesso à Penitenciária Talavera Bruce. O portão da penitenciária se encontra aberto, adentramos e já via a edificação com a entrada marcada por uma pequena rampa.

Fig. 02 – Mapa da Unidade materno Infantil e Penitenciária Talavera Bruce
Fonte: Google Earth



Legenda:

6. Guarita
7. Capela
8. Unidade Materno Infantil
9. Talavera Bruce

Fig. 03 – Croqui da entrada dos dois estabelecimentos
Fonte: croqui da autora

Da porta já se vê o hall de entrada – que dá acesso a dois corredores perpendiculares – a movimentação das presas na faxina: baldes, enceradeiras, vassouras, panos. Rapidamente é possível supor a localização das galerias pelo forte cheiro característico – uma mistura do cheiro de urina e gente amontoada. Também é marcante a diferença para as unidades masculinas pela personificação do ambiente – cartazes, recortes em papéis coloridos e objetos confeccionados pelas presas. Não é um ambiente bonito, mas bem cuidado: paredes bem conservadas – pintadas até a altura das altas janelas gradeadas com um cinza escuro, bem sóbrio – e o piso de marmorite. Cumprimentarmos as presas, que se mostram bem receptivas e uma das agentes nos recebe e informa que havia faltado luz, por isso a agitação na faxina que estava atrasada. Andar no meio das presas causa tensão.

Seguimos para o pavimento superior, para a sala da diretora, que nos fala um pouco sobre a sua longa experiência, da recente transferência para esta unidade, sua

capacidade, perfil das presas, sobre a relação com as presas no dia-a-dia e as oportunidades de trabalho que a unidade oferece. Segue relatando o clima tenso após a ocorrência de dois motins e uma rebelião na semana anterior que não haviam aparecido na mídia. Na sua sala, ocupada com um mobiliário antigo de madeira escura pode-se ver alguns enfeites confeccionados pelas presas, que a diretora mostra com certo orgulho. Conversamos ainda com algumas agentes e descemos para a visita. Seguimos em direção às galerias de celas – fato que se notava pela intensificação do cheiro – pelo corredor que abriga a parte de apoio da unidade: serviço social, jurídico, atendimento médico, disciplina, alojamento dos agentes e uma área de trabalho. Visitamos cada uma das salas, as funcionárias foram bastante receptivas e as presas mostravam com orgulho seus feitos no jornal – até nos deram um exemplar – por elas editado e na oficina de arte e reciclagem.

Chegamos ao portão que faz limite com a área de vivência, o corredor principal da unidade – dá acesso a todas as galerias da edificação principal e a várias áreas de trabalho – e a diretora solicita que uma agente nos acompanhe. O barulho das galerias fica cada vez mais próximo, assim como o cheiro. Caminhamos no corredor principal (para o lado esquerdo), em meio a presas que passam nos cumprimentando, tamanha proximidade assusta. Podem-se ver as portas de grade que dão acesso às galerias, algumas escadas de acesso às galerias do segundo pavimento e as portas para outros compartimentos (que depois foram visitados, áreas de trabalho).

O primeiro ambiente que entramos foi uma pequena fábrica de chocolates, onde trabalhavam algumas presas. Sempre que entro em um ambiente penal fechado, sem saída – um compartimento – junto aos presos, sinto medo e acabo me fixando mais na movimentação deles do que na observação do ambiente em si. Seguimos para conhecer a padaria – que fica no fim do corredor –, que abastece também outras unidades penais. A mesma situação tensa se repete: o compartimento com muitas presas, uma agente e a diretora, além dos alunos. Ao passar pelo corredor, as presas se aproximam da grade, curiosas, algumas sorriem simpáticas, outras gritam coisas sem sentido falando conosco mesmo (“Deus é bom”) – uma espécie de código para que as presas da galeria saibam que tem pessoas circulando pela unidade. A agressividade de algumas presas, presente no tom de voz e no linguajar assusta e se mostra como uma necessidade de afrontar ou chocar.

Noto uma forte mudança no perfil das presas, hoje há um enorme número de presas de cor branca, que no passado eram uma minoria, assim como presas com maior poder aquisitivo, o que se nota pela boa aparência e vestimenta. A existência do salão de

beleza também proporciona que as presas se cuidem mais. Comento o fato com uma das psicólogas e ela afirma que, de fato, essa mudança ocorre e está fortemente associada à inserção da mulher no tráfico de drogas. Durante a visita realizada no complexo Frei Caneca, pude entrevistar uma presa que relatou que um dos maiores motivos de atritos entre presas era o ciúme de suas companheiras. Após passar por dois casais de presas, questionei esse fato e os funcionários afirmaram que isso é realmente freqüente. Ao caminharmos pelo corredor uma das agentes se aproxima da diretora e mostra dois celulares que acabavam de ser apreendidos em uma das galerias.

Seguimos para a fábrica de roupas, um grande galpão iluminado naturalmente, cheio de máquinas e tecidos, se encontra vazio, pois as presas estão em horário de almoço. Ao sair do galpão já podemos ver algumas presas de volta conversando no corredor de acesso. Entramos em uma das galerias, composta por alojamentos coletivos – que permanecem fechados durante a nossa visita – e abrigam um grande número de presas (vinte como fui informada posteriormente). O pequeno espaço do alojamento à primeira vista parece caótico, com um sem fim de imagens e objetos pessoais em todos os cantos. Mas ao observar melhor, pode-se notar claramente a distribuição de objetos de cada uma das presas, demarcando seu território. Em geral, as presas que trabalham passam o dia "soltas" na unidade, podendo circular em alguns setores, dependendo do local onde é desenvolvida a sua atividade profissional. As presas que não trabalham nem estudam, ficam presas dentro das galerias, mas as portas de celas e alojamentos permanecem abertas. As presas mais agressivas ou que se envolvem em conflitos ficam presas dentro das celas e em casos extremos vão para a "isolada"[173].

Seguimos para a fábrica de fraldas, também vazia – um ambiente extremamente escuro com forte cheiro de plástico e pilhas de material. O corredor de acesso à fábrica também dá acesso a um pátio, que as presas usam para lavar e estender roupas, um vazio cercado de concreto. Seguimos até o final do corredor principal, onde fica a porta de acesso a outro pátio que se encontra trancado, voltamos então e entramos no pátio principal: uma quadra com piso de concreto, ao redor, bancos e jardineiras com alguma vegetação e algumas árvores de grande porte que tornam o ambiente menos árido e mais agradável. Atravessando o pátio, uma outra porta dá acesso a área aberta – com um parquinho de crianças e uma pequena área coberta – onde as presas recebem visitas e onde são realizadas as festas comemorativas da unidade.

[173] A "isolada" é a cela de isolamento total, uma outra ala, também conhecida como "castigo", onde podem ficar por até 30 dias, sem sair para nada, nem trabalho, nem banho de sol.

Logo à frente mais dois blocos – que foram construídos para abrigar as presas políticas –, os mais seguros da unidade, que apresentam as melhores condições físicas e abrigam as presas idosas, estrangeiras, com segundo grau completo, além da ala de presas da Polícia Federal. Entramos na edificação e as agentes avisam às presas da presença de um homem. Do corredor pode-se ver o pátio, onde algumas presas tomam banho de sol de biquíni em cadeiras de praia, e logo à frente a entrada para os alojamentos das estrangeiras. Nos permitiram entrar... A cada seção – a passagem (buracos na parede, podendo-se ver os tijolos quebrados, sem porta) se faz de um alojamento para o outro e não diretamente pelo corredor – três beliches: algumas cobertas com lençóis, prateleiras com objetos pessoais e armários de metal. Nas paredes muitas imagens de celebridades, parentes e cartões postais de seus países de origem, seguindo o mesmo padrão dos outros alojamentos: sempre próximo a sua cama, demarcando o seu espaço.

Mais uma vez é latente a mudança no perfil das presas, jovens e abastadas. Sempre que visito unidades penais, tento me colocar no lugar dos presos e imaginar aquela realidade, rotina, o seu universo, a vida que levavam antes e o fato que os levou a prisão. A experiência nesta unidade e essa mudança de perfil fizeram com que eu pudesse me colocar nos lugar das presas com mais facilidade e, de fato, me colocar naquela situação com mais facilidade, já que a história de vida de muitas não era tão diferente da minha. Senti uma tristeza imensa em imaginar que aquelas pessoas podiam ter a minha vida – já que muitas tiveram as mesmas oportunidades – e não estar naquela situação, vivendo naquelas condições. É uma situação muito diferente do que predominava anteriormente, onde até se poderia entender certos casos, pela falta de perspectiva e oportunidades ao longo da vida.

No outro corredor, – a ala do lado direito –, celas individuais, ocupadas por idosas. Nesses ambientes é ainda mais nítida a personificação e o tratamento nas celas. Apesar de serem minúsculos espaços padronizados com uma cama e um pequeno banheiro, as figuras nas paredes, recortes em papel em forma de estrelas, flores, corações, e até mesmo pinturas feitas com *stencil* tornam cada um dos ambientes – fisicamente idênticos – particular e inconfundível. As diferentes prateleiras tratadas de forma criativa e pequenos gaveteiros de plástico e os objetos pessoais acentuam ainda mais essas diferenças. Muitas senhoras guardam ainda seu material de trabalho – realizado na própria cela –, como panos para a costura e peças de miçanga e canutilhos para bordados. Orgulhosas mostram a sua produção e contam as histórias de suas vidas: o que faziam antes de serem presas e o motivo de estarem ali.

Seguimos para a parte externa sem visitar a outra ala – do lado esquerdo, da polícia federal. Do lado de fora, funcionárias e a diretora falam sobre a realidade da mulher presa, após o desabafo de uma presa: o fato de quase sempre serem abandonadas por seus companheiros e mesmo pela família que julga o crime feminino com maior dureza. Ressaltam também o maior interesse da mulher em se ressocializar e sair da unidade penal, tanto por esse efetivo abandono, como pela distância dos filhos – fato que também faz com que elas se interessem e se empenhem mais nas atividades profissionais que geram alguma renda e reduzem a pena. No caso das estrangeiras tudo isso se acentua, por estarem longe de casa: não recebem visitas e vivem ainda mais isoladas. Uma das presas relata que essa realidade do abandono é tão comum que estas são chamadas pelas demais presas de "mendigas". As funcionárias explicam que as presas que não recebem ajuda dos parentes vivem do que o Estado oferece, não tem comida especial, não podem comprar doces, refrigerantes ou pequenos lanches na cantina da unidade, nem roupas, shampoo, sabonete, cosméticos, tinta ou prateleiras para sua cela, televisão, ou qualquer regalia.

Na parte externa, uma capela ecumênica, uma horta de hidropônicos e a cantina. Damos a volta na edificação e entramos novamente pela porta principal. Nos dirigimos para o refeitório – de funcionários – para almoçar. Essa unidade produz a sua própria comida, feita pelas presas, não é abastecida por quentinhas como a maior parte das unidades penais do Estado. Almoçamos e um dos funcionários que almoçava reclama de forma bastante hostil, quase gritando e joga o prato no balcão para a presa. Mais uma vez as psicólogas que nos acompanham comentam sobre a freqüente demonstração de poder de alguns funcionários. Subimos até a sala da diretora para nos despedir e saímos da unidade. Seguimos para a visita na Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá (Anexo 5).

ANEXO 5

Relato Experiencial: Unidade Materno Infantil

A visita à Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá foi realizada em 13 de novembro de 2008, com o acompanhamento de duas psicólogas da SEAP/RJ e três alunos da escola de gestão penitenciária. A visita se realizou logo após a visita da Penitenciária Talavera Bruce (Anexo 4). Essa unidade tem como finalidade abrigar presas que engravidam durante a pena – ou chegam à unidade penal grávidas – após o nascimento de seus filhos. As presas têm direito a permanecer na unidade com os filhos até que eles completem um ano de idade. É a única unidade com esse fim no Estado do Rio de Janeiro, foi também a primeira do país. Segundo funcionários, essa unidade tem um caráter bastante particular: são raros os atritos entre presas e mesmo de presas com funcionários, assim como rebeliões. Os problemas em geral são relacionados às tentativas de fuga de mães que não se conformam em ter que separar de seus filhos – em muitos casos a família não fica com a criança que recebe uma família temporária, uma adoção até que a presa cumpra sua pena.

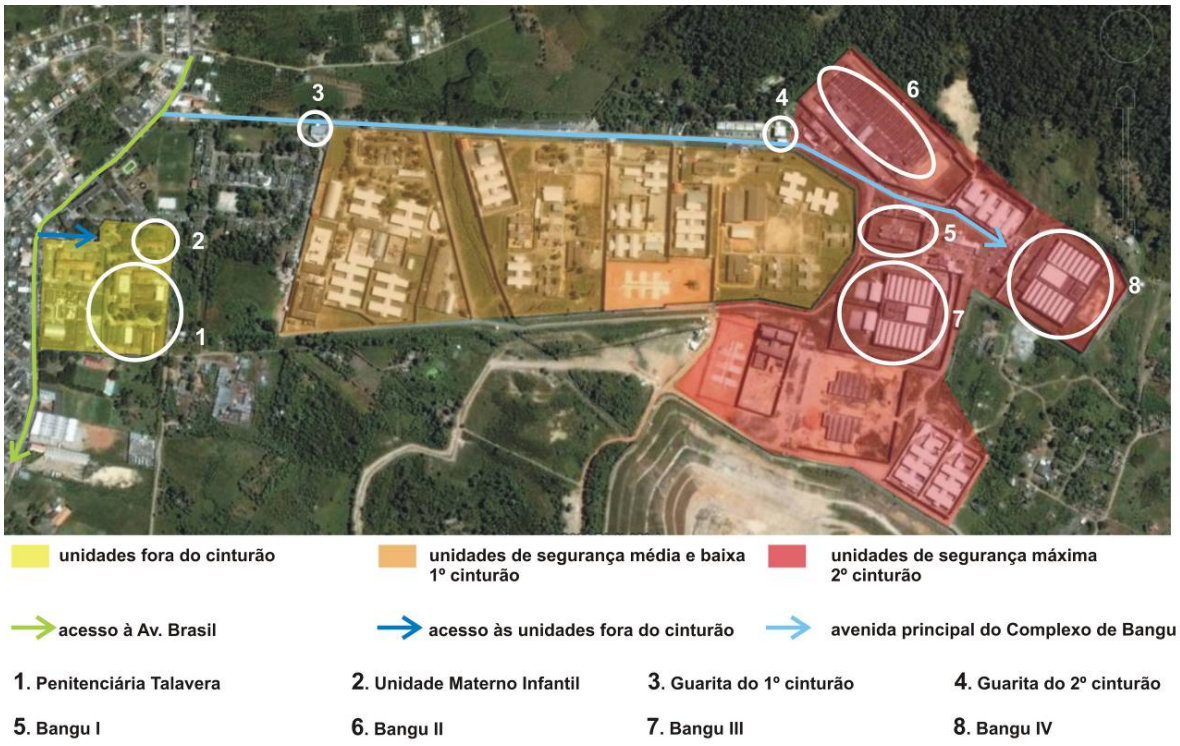


Fig. 01 – mapa geral do Complexo Penitenciário de Bangu
Fonte: Google Earth

Relato Experiencial: Unidade Materno Infantil Madre Tereza de Calcutá

Depois da visita à Penitenciária Talavera Bruce, seguimos para a Unidade Materno Infantil que fica logo ao lado. Passamos pela capela e logo se vê o parquinho com árvores ao redor. O muro amarelo ao fundo, diferente das outras unidades visitadas, não é tão alto e imponente, assim como seu pequeno portão de entrada. A entrada se faz por uma área livre, murada e gramada com poucas árvores – local de banho de sol das crianças. O aspecto é melhor, um ambiente mais agradável do que o que vê nas unidades penais, apesar da ausência de qualquer mobiliário – bancos, brinquedos, jardineiras – e à direta fica a edificação em si – principalmente pela ausência de grades, cercas e trancas. As presas podem circular com seus filhos por toda a unidade durante o dia.

Fig. 02 – Mapa da Unidade materno Infantil e Penitenciária Talavera Bruce
Fonte: Google Earth

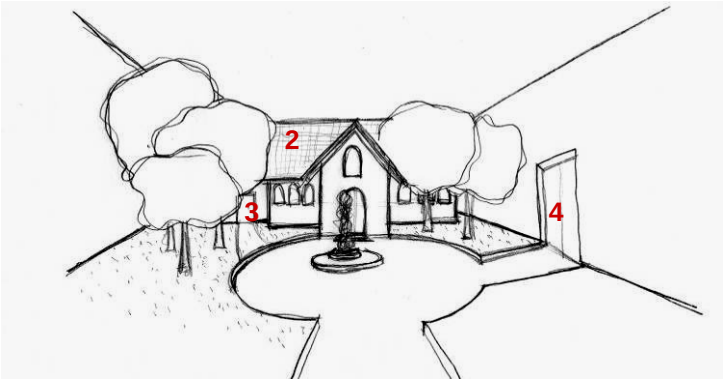


Fig. 03 – Croqui da entrada dos dois estabelecimentos
Fonte: croqui da autora

Legenda:

10. Guarita
11. Capela
12. Unidade Materno Infantil
13. Talavera Bruce

Na frente da edificação uma área coberta abriga os vários carrinhos de bebê e logo à frente se vê a porta de entrada. O acesso se faz diretamente para o corredor: do lado direto ficam os dois alojamentos onde as presas ficam com as crianças e à esquerda o lactário. Fomos direto aos alojamentos que abrigam, cada um, dez presas com seus bebês, que variam de zero a um ano. O ambiente, nem de longe, parece com o da prisão – berços e porta fraldas ao lado de cada cama, roupinhas e brinquedos, paredes pintadas em tom pastel e nenhuma grade. Das grandes janelas altas, pode-se até ver o céu. O clima é completamente diferente: não há desconfiança entre funcionários e presas, nem aquela tensão constante, o ambiente é leve. A relação das agentes com as presas é mais próxima, mesmo porque muitas se apegam às crianças e até mesmo ajudam em certas situações.

Mais uma vez noto a mudança no perfil das presas, como no Talavera Bruce, um grande número de presas com maior poder aquisitivo – que se nota não só pela vestimenta e pela aparência, mas pelo linguajar, pelos caros brinquedos de alguns bebês. É muito triste imaginar o futuro dessas crianças e o sofrimento das mães que demonstram forte apego a elas, principalmente pelo meu encantamento natural por crianças. Me imagino com meu filho nessa situação, me emociono e prefiro parar de pensar nisso, essa é uma realidade muito dura, tento manter um certo distanciamento.

É difícil olhar nos olhos daqueles bebês, daquelas mães, mas ao mesmo tempo é impossível não se encantar com as gostosas gargalhadas. Um deles se joga do colo da mãe pro meu e não consigo evitar... Uma sensação horrível, vontade de não largar mais aquela criança, e lhe dar carinho, ao mesmo tempo a vontade de sair dali e não ver mais nada. Por mais que se imagine o que aquelas mulheres tenham feito – algumas chegaram a relatar porque foram presas – essa separação entre mãe e filho me parece uma “punição” dura demais, mas sabemos que não pode ser resolvida de outra forma. Devolvo rápido a criança pra sua mãe e seguimos para o lactário.

Muitas presas estão sentadas vendo televisão com os filhos nos carrinhos, outras preparam mamadeiras. O ambiente é muito limpo e bem cuidado, com as paredes de limpíssimos azulejos brancos e grandes bancadas de metal. Logo à frente uma porta dá acesso a uma área coberta usada em dias de chuva para as crianças brincarem, mais um espaço neutro, sem qualquer personificação. Próximo às bancadas do lactário, outra porta dá acesso a uma área aberta onde as presas lavam roupas. Apesar de ser uma unidade voltada para os bebês, o ambiente é bastante neutro. Não há qualquer decoração, nem mesmo recortes de papel, que são comuns mesmo em escolas públicas, ou murais, nada que nos faça associar a um ambiente infantil. Apesar dos brinquedos e

porta-retratos próximos às camas e berços, nessa unidade os espaços não se apresentam personificados como nas demais unidades visitas. É um ambiente limpo, bem cuidado, mas completamente impessoal.

Ainda na unidade conversamos com a diretora e uma agente e elas relatam que mesmo para elas a separação das crianças é muito difícil, que não há como não se envolver. Elas participam de cada conquista das crianças, acompanham sua evolução, levam ao médico, ao hospital quando necessário e ajudam nas festinhas de aniversário (de 1 ano) que são também a despedida das crianças. Elas falam que esse momento é muito doloroso e que por mais que já tenham visto essa cena muitas vezes, sempre ficam emocionalmente alteradas e sentem falta das crianças. Logo depois fomos embora.

Seguimos na Kombi da secretaria conversando sobre as impressões dos que nunca tinham entrado em uma unidade penal. Impressionante como o imaginário era diferente da realidade que viram lá – como eles relataram –, bastante associado à imagem construída pela mídia. Sigo pensando na experiência, a imagem e a expressão das crianças e de algumas presas não saem da minha cabeça...

ANEXO 6

Desenho do Talavera Bruce, por uma presa

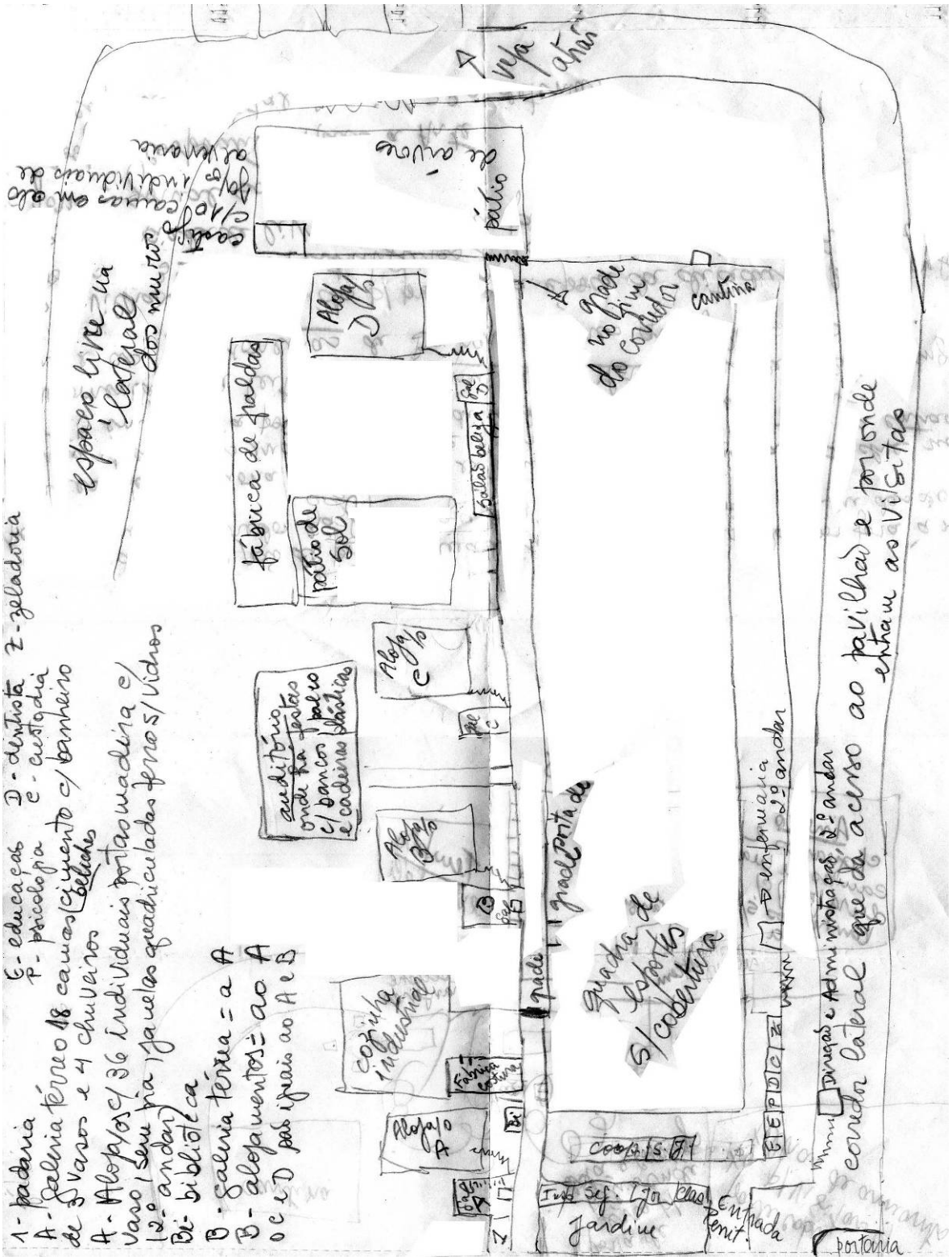


Fig. 01 – Desenho de uma presa da edificação principal da Penitenciária Talavera Bruce
Fonte: arquivo pessoal da autora

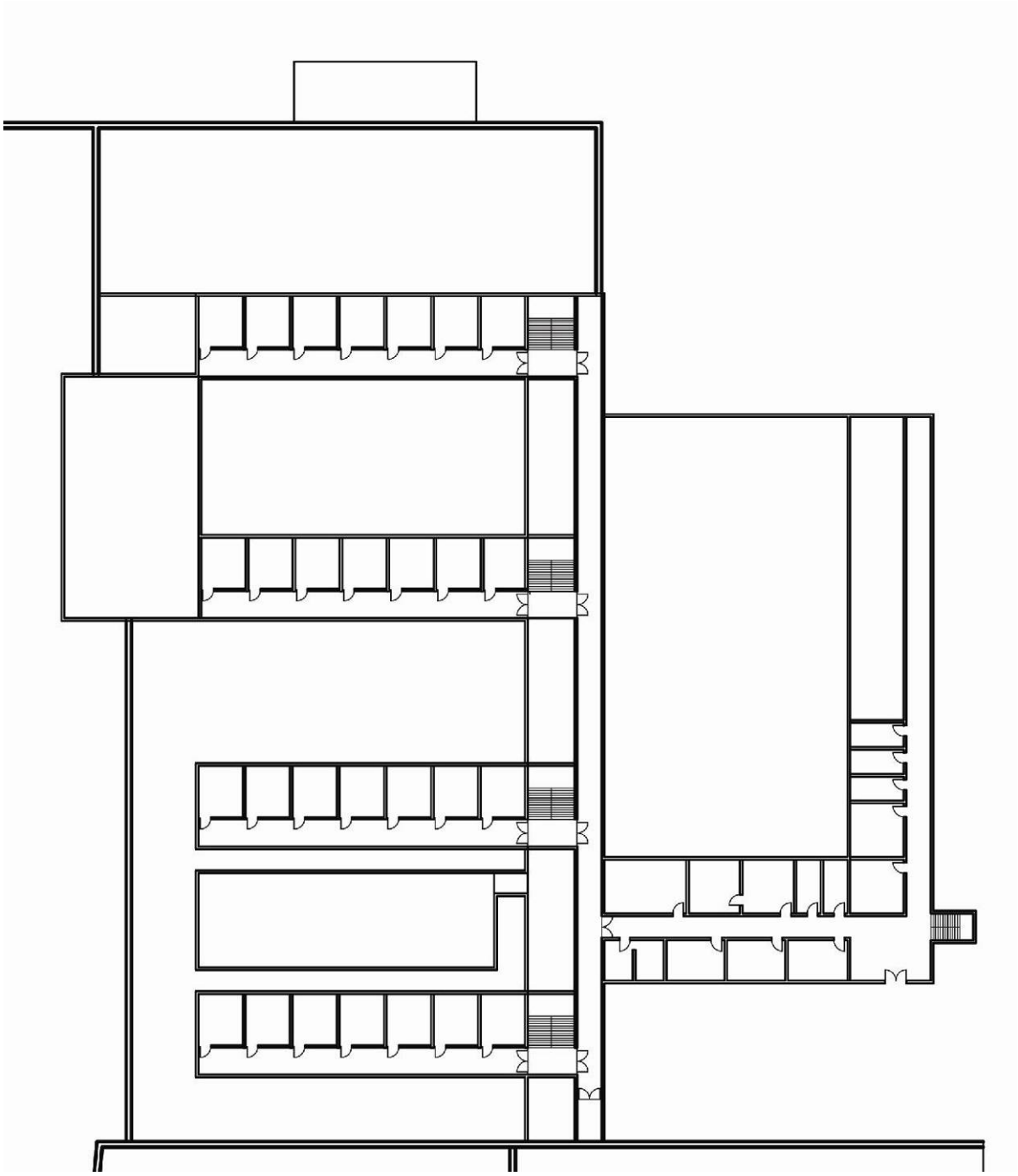


Fig. 02 – Planta baixa esquemática da edificação principal da Penitenciária Talavera Bruce
Fonte: desenho da autora

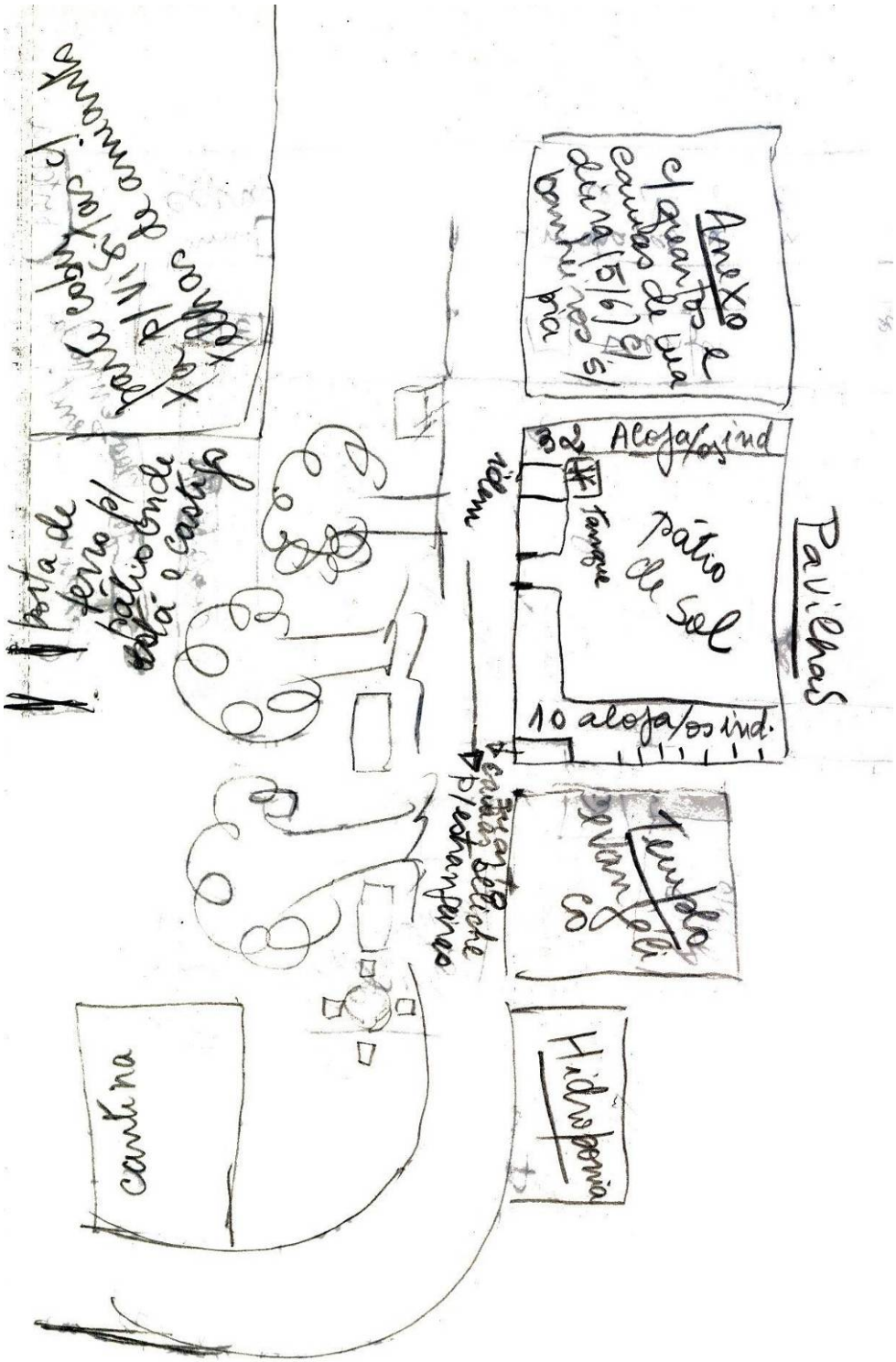


Fig. 03 – Desenho de uma presa da edificação anexa da penitenciária Talavera Bruce
Fonte: arquivo pessoal da autora

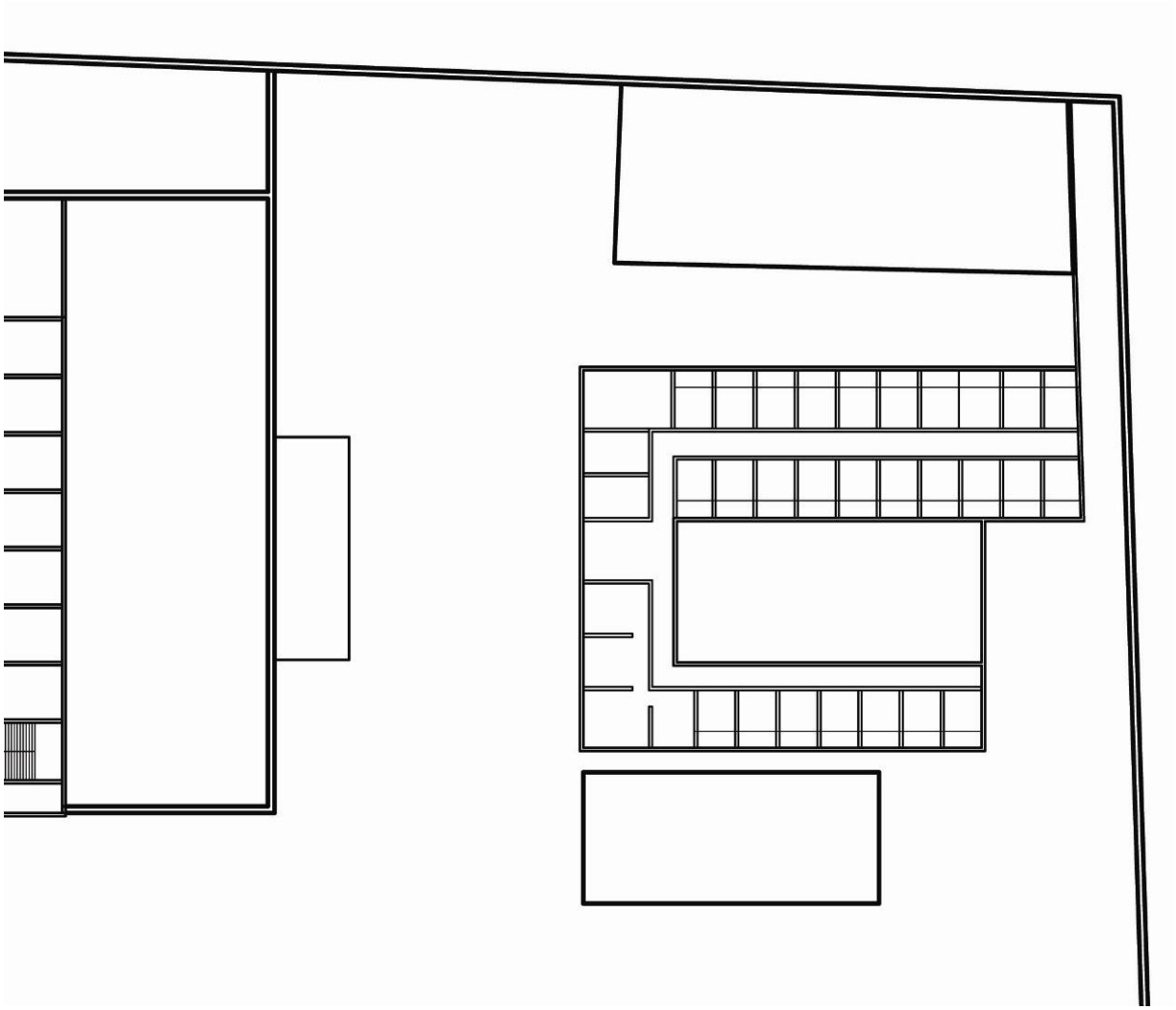


Fig. 04 – Planta baixa esquemática da edificação anexa da Penitenciária Talavera Bruce
Fonte: desenho da autora